

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

**ESPAÇOS LATINO-AMERICANOS: COMUNICAÇÃO,  
INTERCULTURALIDADE E CIDADES DA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA**

CELSO FRANCISCO GAYOSO

RIO DE JANEIRO

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

**ESPAÇOS LATINO-AMERICANOS: COMUNICAÇÃO,  
INTERCULTURALIDADE E CIDADES DA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA**

CELSO FRANCISCO GAYOSO

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, linha de pesquisa Mídias e Mediações Socioculturais, sob orientação da Profa. Dra. Nízia Maria Souza Villaça

RIO DE JANEIRO

2013

**FICHA CATALOGRÁFICA**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Nízia Maria de Souza Villaça (UFRJ), orientadora

---

Prof. Dr. Mohammed ElHajji (UFRJ)

---

Prof. Dr. Denilson Lopes Silva (UFRJ)

---

Profa. Dra. Ludmila de Lima Brandão (UFMT)

---

Profa. Dra. Cíntia Sanmartin Fernandes (UERJ)

Rio de Janeiro, 15 de julho de 2013.

## DEDICATÓRIA

À minha mãe, Maria Luiza, que na confusão entre o pronome de tratamento e o título, em pouco tempo poderá afirmar que tem um filho “dotô”.

Ao meu pai, José Humberto, sua ode à liberdade me fazia pensá-lo erroneamente; hoje sei o quão importante é ser e considerar-se livre de certos paradigmas.

Ao meu irmão, Iossef, que na sua discreta atuação consegue ser protagonista de todos os momentos de minha vida. A Karol, que neste período incorporou-se oficialmente ao clã Gayoso.

À “Diretoria”: Mau, Bob e Marcela – que tornaram minha vida na cidade do Rio de Janeiro mais possível e divertida, tornando-se minha família fora de casa.

À minha amiga Dani Maiby, que desde a adolescência foi minha companheira inseparável e hoje me orgulho dos caminhos que tem trilhado.

Aos meus irmãos da vida Carlinhos e Cléo, que sempre estão presentes nos momentos mais oportunos com um sorriso e uma palavra confortante.

Às minhas amigas da Universidade Federal de Rondônia com quem estabeleci afetos e diálogos: Lilian Reichert, Milena Magalhães e Rosana Alencar.

E aos amigos que não pude encontrar por este período; um doutoramento, além de promover o crescimento intelectual, gera um decréscimo nas interações sociais.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, à CAPES que possibilitou através de subsídios, a realização desta pesquisa acadêmica.

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Nízia Maria de Souza Villaça, que com sua noção de produção de pensamento e estéticas periféricas aceitou o desafio de orientar este trabalho.

Ao Prof. Dr. Yuji Gushiken, que com generosidade sempre me acompanhou na instância acadêmica, desde o primeiro semestre letivo da graduação até a este momento.

Ao Prof. Dr. João Antônio Botelho Lucídio, por me iniciar no universo científico através do retrovisor do mundo, a História.

Aos professores doutores Denilson Lopes, Mohammed ElHajji e Cíntia Fernandes que aceitaram participar da banca final de avaliação deste trabalho. Em especial, à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ludmila de Lima Brandão que entre quinquilharias e *road movies* me fez pensar a reflexão científica para além de alguns formalismos.

Ao Prof. Dr. Márcio Tavares D'Amaral e ao Prof. Dr. José Paulo Netto que no período de obtenção de créditos deste programa foram os referenciais de estruturação e crítica ao pensamento vigente.

Ao Prof. Dr. Muniz Sodré e à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Raquel Paiva pelas experiências no LECC por um curto período de tempo, mas significativo para minha formação intelectual.

Aos meus colegas de estudos deste período: Priscila Vieira, Pablo Laignier, Paulo Malerba, Zilda Martins; entre um texto e um cafezinho muitas foram as trocas simbólicas e de afeto.

Aos funcionários da Pós-Graduação da Escola de Comunicação: Jorgina, Thiago Couto, Marlene Cardoso e em especial ao Arthur Vinícius – pela sempre prestatividade na solução de problemas burocráticos.

## RESUMO

GAYOSO, Celso Francisco. **Espaços latino-americanos: comunicação, interculturalidade e cidades da fronteira Brasil-Bolívia**. Rio de Janeiro, 2013. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

Este trabalho busca observar os processos interculturais ocorridos nas cidades da fronteira Brasil-Bolívia a partir das discussões de pensadores da realidade latino-americana (Martín-Barbero: 2004, 2006; Canclini: 2004, 2005, 2008; Grimson: 1999), tendo como referência os fluxos globais (Appadurai, 1996) aos quais essas estão expostas, numa interpretação própria dos Estudos Culturais. Parte-se da hipótese de que essas cidades de fronteira funcionam como zona de convergência de distintos fluxos globais e, deste modo, promovem práticas interculturais idiossincráticas. Do ponto de vista comunicacional, a observação destas localidades busca analisar os modos de articulação e desarticulação de aspectos inerentes à comunicação midiática e demais práticas de sentido, circunscrevendo assim a pesquisa nos estudos culturais latino-americanos, caracterizados pela modulação entre modernidades e arcaísmos. A partir da perspectiva culturalista, pensa-se as cidades de fronteira (Machado: 2005, 2010) como um lugar privilegiado de observação por se constituírem intersticialmente entre territórios nacionais. O método de investigação consiste da discussão epistemológica acerca do estabelecimento do pensamento latino-americano, da revisão teórica da ideia de fronteira, da configuração histórica da fronteira Brasil-Bolívia de modo a evidenciar o caráter intercultural desta região desde o período colonial. Por fim, a parte empírica com a interpretação das práticas culturais na América Latina através da observação etnográfica (Geertz, 2008) das cidades de Cáceres (MT), Guajará-Mirim (RO) e Brasileia (AC); pensadas como cenários que estabelecem um diálogo constante entre os atores sociais e as dinâmicas de sentido que possibilitam a constituição de uma experiência urbana de fronteira. Sendo assim, o que se pretende com este estudo é contribuir para a constituição do pensamento latino-americano em comunicação, mediante a análise sistemática de um espaço que apresenta potencialidades enquanto objeto de investigação científica.

**Palavras-chave:** fronteira, interculturalidade, cidade, pensamento latino-americano.

## ABSTRACT

GAYOSO, Celso Francisco. **Espaços latino-americanos: comunicação, interculturalidade e cidades da fronteira Brasil-Bolívia [Latin-American spaces: communication, interculturality and cities of Brazil-Bolivia's border]**. Thesis submitted towards to degree of PhD in Communication and Culture – School of Communication, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

This work deals with the intercultural processes occurred on the cities of the Brazil-Bolivia border from discussions and conceptions of Latin American scholars (Martín-Barbero: 2004, 2006; Canclini: 2004, 2005, 2008; Grimson: 1999), having as reference the global flows (Appadurai, 1996) in which those cities are exposed, in a Cultural Studies interpretation. The setout point was the hypothesis of those border cities works as a convergence zone of distinct global flows. As far as a communicational point, the observation of these places seeks to analyze ways of articulation and disarticulation of these aspects inherent to the mediatic communication and others practices of meaning. By the culturalist perspective, those citites (Machado: 2005, 2010) are set in a privileged place of observation by their constitution between countries. The investigation method consists on an epistemological discussion about establishment of the Latin American thought in Communication, a theoretical review of the border/frontier notion, a historical configuration of the Brasil-Bolívia border/frontier proving the intercultural character of this region since colonial period. By the end, the empirical part with the interpretation of the cultural practices of Latin America through the ethnographic observation (Geertz, 2008) of Cáceres (Mato Grosso), Guajará-Mirim (Rondônia) e Brasileia (Acre); all of those cities are took as a scenary which establishes a dialogue between social actors and meaning dynamics which permits the constitution of an urban landscape in a permanent flow. Thus, it is purposed with this work contribute to the constitution of Latin American thought in Communication, through the systematic analysis of these places which presents new potencialities as an object of investigation.

**Keywords:** border/frontier, interculturality; city; Latin American thought.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 – Mapa Cidades-Gêmeas. Fonte: Grupo Retis (UFRJ)
- Figura 2 – Prancha Debret – Série *Os Guaycurus*
- Figura 3 – Praça do Centenário – Brasileia (AC). Fonte: Arquivo pessoal
- Figura 4 – Placa de recepção em Brasileia. Fonte: Arquivo pessoal
- Figura 5 – Fachada de lanchonete. Fonte: Arquivo pessoal
- Figura 6 – Ponte Wilson Camargo. Fonte: Arquivo pessoal
- Figura 7 – Alojamento haitiano. Fonte: Arquivo pessoal
- Figura 8 – Fachada discoteca Lennon. Fonte: Arquivo pessoal
- Figura 9 – Porto de Guajará-Mirim. Fonte: Arquivo pessoal
- Figura 10 – Estação ferroviária Madeira-Mamoré. Fonte: Arquivo pessoal
- Figura 11 – Vista da arquibancada do Bumbódromo. Fonte: Arquivo pessoal
- Figura 12 – Fachada Mansão (do Forró) . Fonte: Arquivo pessoal
- Figura 13 – Placa de fundição no Mercado Municipal. Fonte: Arquivo pessoal
- Figura 14 – Vista do Rio Paraguai. Fonte: Arquivo pessoal
- Figura 15 – Rua dos camelôs. Fonte: Arquivo pessoal
- Figura 16 – Marco do Jauru. Fonte: Arquivo pessoal
- Figura 17 – Rodoviária central de Cáceres. Fonte: Arquivo pessoal

*A mi abuelita, Bolívia Fernandes Gayoso (in memorian)*

*Uma fronteira não é o ponto onde algo  
termina, mas, como os gregos  
reconheceram, a fronteira é o ponto do qual  
algo começa a se fazer presente.*

Martin Heidegger

## SUMÁRIO

### INTRODUÇÃO

PRIMEIROS ESCRITOS .....	14
INQUIETAÇÕES DO PESQUISADOR .....	20
EM BUSCA DO <i>LOCUS</i> .....	25
À PROCURA DE UM MODO .....	34

### PARTE I

#### CAPÍTULO I

PENSAMENTO COMUNICACIONAL E AMÉRICA LATINA: CAMPOS DE INDISTINÇÃO .....	46
<u>1.1</u> - AMÉRICA LATINA: UM CONCEITO FORJADO .....	49
<u>1.2</u> - PENSANDO A MODERNIZAÇÃO .....	51
<u>1.3</u> - DISPUTA DO CAMPO CIENTÍFICO .....	58
<u>1.4</u> - SUBDESENVOLVIMENTO COMO CONDIÇÃO .....	61
<u>1.5</u> - APONTAMENTOS PÓS-COLONIAIS .....	65
<u>1.6</u> - INTERCULTURALIDADE: PROPOSTA PÓS-COLONIAL .....	71
<u>1.7</u> - ESPAÇOS FRONTEIRIÇOS: POTENCIALIDADE INVESTIGATIVA .....	76

#### CAPÍTULO II

FRONTEIRA(S): ZONAS DE AMBIGUIDADES .....	80
<u>2.1</u> - PARA ALÉM DA ETIMOLOGIA: LIMITE E FRONTEIRA .....	82
<u>2.2</u> - CARÁTER DINÂMICO DAS FRONTEIRAS .....	86
<u>2.3</u> - FRONTEIRAS COMO TERRAS SELVAGENS .....	90
<u>2.4</u> - APROPRIAÇÃO FOUCAULTIANA .....	98
<u>2.5</u> - FRONTEIRA E IDENTIDADE .....	102

#### CAPÍTULO III

BRASIL-BOLÍVIA: REGIÃO DE INCERTEZAS .....	105
<u>3.1</u> - VILA BELA: GUARDIÃ DA FRONTEIRA COLONIAL .....	108
<u>3.2</u> - CONFLITO DO PARAGUAI .....	112
<u>3.3</u> - FERROVIAS: TRILHOS DO PROGRESSO .....	115
<u>3.4</u> - INCORPORAÇÃO DO ACRE .....	119
<u>3.5</u> - AGENDA PARA NOVOS TEMPOS .....	121

PARTE IICAPÍTULO IV

BRASILEIA (AC).....	125
<u>4.1</u> - ENTRE TORRES E CASTANHEIRAS .....	126
<u>4.2</u> - PALADAR MULTIRREFERENCIAL .....	129
<u>4.3</u> - PONTE PARA NOVOS CONSUMOS .....	131
<u>4.4</u> - DIÁSPORA HAITIANA .....	137
<u>4.5</u> - DISCOTECA LENNON.....	143

CAPÍTULO V

GUAJARÁ-MIRIM (RO) .....	147
<u>5.1</u> - <i>CACHOEIRA PEQUENA</i> , GRANDES EMPREENDIMENTOS .....	148
<u>5.2</u> - O <i>FOLK</i> SE ATUALIZA .....	151
<u>5.3</u> - MANSÃO (DO FORRÓ) .....	155
<u>5.4</u> - MERCADO MUNICIPAL: ENTRE IDENTIDADES E ALIMENTOS.....	162
<u>5.5</u> - GUAYARAMÉRIN: A CIDADE-IRMÃ.....	164

CAPÍTULO VI

CÁCERES (MT) .....	165
<u>6.1</u> - CAMELÓDROMO.....	166
<u>6.2</u> - PRAÇA BARÃO DO RIO BRANCO .....	169
<u>6.3</u> - RODOVIÁRIA .....	172
ÚLTIMOS RELATOS .....	175
BIBLIOGRAFIA.....	188

## PRIMEIROS ESCRITOS

*Existem muitas fronteiras.  
Demasiadas.*

Guilherme Gómez-Peña

“FRONTE(IR)A”<sup>1</sup>. A palavra escrita, deste modo, em uma placa no caminho de Cáceres (MT) para a cidade de San Matías (Departamento de Santa Cruz – Bolívia), se apresenta como sintoma da interculturalidade existente na região de fronteira; evidencia também a complexidade de compreensão da fronteira como um lugar conceitualmente definido ou perfeitamente localizável dada a miríade de fluxos globais pelos quais se vê constituída, além de apresentar uma mostra da particularidade dos processos culturais latino-americanos pela experiência de fronteira.

Para analisar a fronteira é necessário organizar, articular e mesmo desarticular as referências que transbordam desta localidade constituída de uma série de fluxos. Alguns destes fluxos feitos de modo ilícito conseguem maior notoriedade quando se trata da fronteira, talvez pela condição periférica em que se encontra situada ou por uma perspectiva exótica, que desde o período colonial confere à fronteira o designativo de *sertão*<sup>2</sup>, imaginariamente distante do resto do Brasil.

Esse tropo, que é a fronteira, é metáfora dos processos comunicacionais da América Latina, “continente” formado a partir de espacialidades e temporalidades muitas vezes incompatíveis associando pedaços de tempo materializados de forma diversa, de modo a autorizar comportamentos econômicos e sociais diversos. Hoje, o espaço latino-americano se apresenta como um campo prolífico de análise para sociólogos, antropólogos e comunicólogos.

Historicamente, as discussões sobre a constituição dos aspectos culturais da América Latina se fizeram predominantemente a partir das cidades de maior índice de desenvolvimento ou densidade demográfica, as metrópoles, que, conforme Milton

---

<sup>1</sup> Observa-se na grafia da palavra, o intercalar das línguas portuguesa e espanhola, tematizando através da linguagem a intersecção linguístico-cultural da fronteira.

<sup>2</sup> GALLETI, L. *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações de Mato Grosso*. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 2000.

Santos, se tornaram “espaços opacos” (SANTOS, 1994). É para além destas localidades que os estudos tendem a ser direcionados, a partir de locais em que as disparidades do processo modernizador se tornam mais evidentes e carentes de uma observação sistemática. Assim, a fronteira enquanto uma espécie de margem de dois (ou mais) territórios nacionais atende a essa configuração de “entre-lugar” (BHABHA, 1998), que congrega diferentes interesses políticos, distintas formas de economia e diversas práticas culturais.

O fato é que a fronteira tende a orientar-se para a (re) construção de um lugar ao mesmo tempo da ordem do real como também do imaginário no que se refere aos aspectos culturais. Diálogos, tensões, convergências, negociações, dispersões, cooptações, pastiches, hibridismos, por fim, interculturalidades. A fronteira é uma espécie de organismo vivo que se articula e desarticula por meio dos fluxos globais em seu interior, dada a condição de lugar sensível aos territórios nacionais que se estabelecem a partir de zonas de contato.

Deste modo, fronteiras compreendem as delimitações física ou imaginária que estabelecem (ou buscam estabelecer) os limites de espaços simbólicos e/ou geograficamente localizáveis. Por algum tempo foram pensadas como pontos de encerramento entre os territórios; na atualidade, dessas zonas de contato entre territórios nacionais emergem particularidades culturais. Conforme sustenta Pesavento (2002):

as fronteiras, antes de serem marcos físicos ou naturais, são sobretudo simbólicas. São marcos, sim, mas sobretudo de referência mental que guiam a percepção da realidade. [...], são produtos desta capacidade mágica de representar o mundo por um mundo paralelo de sinais por meio do qual os homens percebem e qualificam a si próprios, ao corpo social, ao espaço e ao próprio tempo. (PESAVENTO, 2002,p.126)

Para este trabalho, o que se pretende é observar as cidades brasileiras de Cáceres (MT), Guajará-Mirim (RO) e Brasileia (AC), todas à fronteira da Bolívia numa relação direta com o país vizinho e apresentam a característica geográfica conhecida como cidades-gêmeas<sup>3</sup>, além de distintos modos de articulação<sup>4</sup>. Esta condição de fronteira

---

<sup>3</sup> Compreende-se por cidades-gêmeas áreas urbanas de um país conurbadas com áreas urbanas de outro país. No caso deste trabalho: Cáceres /San Matías, Guajará-Mirim/Guayaramerín e Brasileia/Cobija. As cidades gêmeas apresentam uma paisagem específica e uma dinâmica própria por sua localização junto ao limite internacional.

<sup>4</sup> Aqui pensa-se como articulação o modo como as cidades-gêmeas estabelecem o contato, a partir da designação proposta pelo Grupo Retis/UFRJ. Sendo assim, articulação terrestre, fluvial sem ponte e fluvial com ponte.

produz processos interculturais<sup>5</sup> e corrobora para o estabelecimento de um espaço periférico privilegiado ao congregar um sem-número de fluxos globais (informações, pessoas, mercadorias e imaginários).

Essas cidades da fronteira Brasil-Bolívia são produto de um trânsito informacional intenso, atravessadas pelas mediações disponíveis e produtoras de novos caminhos de articulação e produção simbólica; assim, pela ordem do fluxo é pensada a dinâmica destas localidades. Essa configuração do espaço de fronteira a partir dos fluxos adere ao pensamento de Marc Abelés (1996), ao afirmar que na cultura contemporânea os fluxos e sua dinâmica de circulação ocupam um lugar mais significativo do que aquele conferido às estruturas e organismos estáveis (BRANDÃO, 2010). Em consonância, a constituição das cidades sempre fora concebida como “espaços do modernismo” (VILLAÇA, 2010) e aplicada à realidade das regiões de maior índice populacional, porém, nas cidades em questão, a conformação geográfica apresenta diferenças.

Aqui, trata-se de territórios à margem dos centros urbanos de Brasil e Bolívia. Cidades periféricas que estabelecem contato direto com outras cidades periféricas e que pela proximidade geográfica realizam trocas simbólicas muito mais contínuas com as cidades do país vizinho do que com as cidades brasileiras, num processo de cooperação a partir de problemas comuns. Muitas dessas questões concebidas a partir das problemáticas da zona de fronteira como tráfico de drogas ajudam na construção negativa destas localidades.

Para tratar da configuração cultural destas cidades fronteiriças, é preciso pensar minimamente sobre a construção do imaginário que se tem destas regiões no extremo Oeste brasileiro. Gilbert Durand (1989), acerca do imaginário, sustenta a ideia de que tudo que se tem a falar em estudos de cultura é uma leitura que parte do imaginário. De certa maneira, é o imaginário que congrega e organiza as estruturas individuais do pensamento social e das culturas.

Neste sentido, o imaginário das fronteiras entre Brasil e Bolívia concebe estas cidades como espaços de comércio de contrabandos e entorpecentes. As informações

---

<sup>5</sup> Cabe aqui distinguir, conforme sustenta Canclini (2004), a diferença entre *multiculturalidade* e *interculturalidade*. Para o autor, a primeira supõe aceitação do heterogêneo, enquanto que a *interculturalidade* implica que os diferentes são o que são, em relações de negociação, conflito e empréstimos recíprocos.



mediáticas encarregam-se de reiterar essa ideia acerca das fronteiras<sup>6</sup> ao representar estes espaços apenas em termos de ilegalidade e exotismo. Além de apresentarem uma tendência de difusão de imagens simplistas, os meios de comunicação também tratam com frequência as fronteiras como locais quase inexplorados e pouco articulados ao território nacional, apesar de essas cidades conservarem um importante papel militar, defensivo e de trânsito comercial.

Armando Silva (2008), num estudo acerca das experiências urbanas de Bogotá, afirma que o imaginário opera como um “modelo encarnado”, construtor de uma realidade social e quando reiteradas pelo discurso midiático dá-se a construção simbólica do espaço. Contudo, no caso em questão deste trabalho, para além do imaginário, é preciso notar que estes espaços congregam, além da ideia de um “faroeste” (onde se é possível efetivar atos ilícitos), uma configuração cultural idiossincrática por encontrarem-se numa zona de intersecção de dois territórios nacionais, na visão geopolítica; e na visão culturalista um espaço a ser pensado por termos como *fluxos*, *limites* e *híbridos* (HANNERZ, 1997).

Ao promover uma revisão acerca do conceito de *limite*, Ulf Hannerz (1997) propõe o vocábulo *fronteira* como uma das possíveis interpretações do conceito de *limite*. O autor alerta para uma questão que parece ser aplicável à zona fronteira a ser estudada neste trabalho, de que este espaço não implica em linhas nítidas, e sim regiões, nas quais uma coisa gradualmente se transforma em outra, em que há ambiguidade, incerteza e indistinção.

Valendo-se desta proposição de Hannerz, fica evidente na observação das cidades em questão esse carácter ambíguo ao tentar conceituar as práticas simbólicas, uma vez que se encontram afetadas por diversas matrizes culturais, além de serem atravessadas por temporalidades e espacialidades distintas, num diálogo entre referências distintas. Assim, o que se pretende fazer é observar os fluxos globais que ocorrem nestas cidades de fronteira e os aspectos interculturais encontrados junto a esta realidade.

Néstor García Canclini (2004) sugere ser a interculturalidade a confrontação e entrelaçamento daquilo que sucede quando os grupos entram em relações e trocas. O autor sustenta ainda que, na realidade latino-americana, predomina muito a

---

<sup>6</sup> A partir dessa concepção, as fronteiras seriam “lugares privilegiados onde se efetuam as confrontações, os empréstimos, as experiências” (DUBY, 1988 *apud* RIBEIRO, 2001). Neste sentido, as fronteiras apresentam um papel relacional que simultaneamente conecta e separa, estimulando representações diversificadas na imprensa.

consideração do intercultural a partir de aspectos de relações interétnicas e que pelo esforço de autores como Jesus Martín-Barbero, Renato Ortiz e Alejandro Grimson essa limitação da ideia de interculturalidade tem sido superada, numa relação interdisciplinar com trabalhos antropológicos, sociológicos e comunicacionais.

Ao apresentar a obra *Diferentes, desiguais e desconectados*, Canclini (2004) sugere o espaço *inter* como decisivo na construção das investigações acerca da cultura em especial dentro da realidade da América Latina, em que as distintas matrizes culturais sedimentaram a partir de temporalidades, espacialidades e processos ideológicos na maioria das vezes incompatíveis:

As teorias comunicacionais nos lembram que a conexão e desconexão com os outros são parte da nossa constituição como sujeitos individuais e coletivos. Portanto, o espaço *inter* é decisivo. Ao postulá-lo como centro de investigação e da reflexão estas páginas buscam compreender as razões dos fracassos políticos e participar da mobilização de recursos interculturais para construir alternativas (CANCLINI, 2004, p. 31)

Deste modo, é preciso pensar este trabalho para além da investigação dos aspectos interculturais das cidades da fronteira Brasil-Bolívia, que inicialmente se propõe, mas também como contribuição para uma análise microscópica da realidade da América Latina a partir dos Estudos Culturais aqui produzidos. Herdeiros da tradição britânica do *Birmingham Centre* que procurou articular as relações de poder da comunicação, sociedade e da cultura; na realidade latino-americana, a esta tradição de pesquisa soma-se a diacronia das relações temporais em virtude do processo de efetivação do capitalismo com matrizes históricas constituídas de fenômenos residuais, emergentes e dominantes<sup>7</sup>.

Estes aspectos foram preponderantes para o delineamento dos Estudos Culturais na América Latina, que pensa os meios de comunicação como o lugar de produção das práticas simbólicas e a mediação numa perspectiva metodológica e política desta condição. O pensamento comunicacional na América Latina buscou um movimento semelhante ao operado por Richard Hoggart<sup>8</sup> ao pensar o popular em relação ao

---

<sup>7</sup> Raymond Williams (1979) descreve elementos de diferentes temporalidades e origens para a configuração dos processos culturais. Sendo os residuais, formados no passado, mas que permanecem ativos no presente; os emergentes sendo novas práticas que aparecem alternativamente ou opostos aos dominantes e os dominantes, como elementos já estabelecidos no processo cultural em questão.

<sup>8</sup> Em *The uses of literacy* (1957), Hoggart observou que as publicações de massa articulavam-se com os valores das classes populares e chamou a atenção para o modo como o capitalismo negociava com os valores das camadas populares.

massivo e o massivo no movimento de articulação com as culturas populares; sendo o popular um lugar ambíguo de alienação e resistência e o massivo, um repositório das práticas populares, imersos na instância tecnológica, demarcadora da cultura contemporânea.

Neste sentido, a ideia de mediação proposta por Martín-Barbero (2006) constitui-se um dos elementos e dispositivos que fazem com que os atores hegemônicos (Estado, indústrias culturais e mercado) transformem o modo de “trabalho e da vida da comunidade”. Ao que parece, as cidades de fronteira são, portanto, lugares onde essas transformações encontram-se em um grau maior de suscetibilidade e potencializadas, em virtude da maior quantidade de fluxos que se convergem para aquela localidade.

Assim, como as práticas de comunicação se configuram como lugar prioritário de debates ideológicos, as cidades de fronteira congregam na sua conformação geográfica um lugar estratégico de disputa de interesses nacionais de ambos países, ainda que muitas vezes não configurado demarcadamente enquanto um projeto político de disputa. Promovem, ainda, através dos fluxos (mercantis, populacionais, econômicos e culturais), diálogos que resultam em práticas interculturais, que serão objetos desta investigação. Esta operação de análise das práticas interculturais se justifica por aquilo que ElHajji (2005) afirma ser a questão central para a compreensão das transformações sociais em curso.

Mohammed ElHajji (2012) afirma que essa opção pela interculturalidade como processo de observação das transformações de múltiplas referências é a referencialidade adotada por pesquisadores da realidade brasileira e latino-americana:

No Brasil (e o resto da América Latina), autores opostos à adoção passiva e acrítica do ideário multiculturalista vêm na tese intercultural uma proposta mais adequada à realidade histórica, social, política e econômica da América Latina, na medida em que busca compreender os fenômenos sociais e culturais a partir de um corpo teórico que ressalta as peculiaridades históricas da região, o contexto global atual e a base midiática e tecnológica responsável pela reformulação de nosso imaginário local-global. (ELHAJJI, 2012: 37)

Assim, no que chamo de *primeiros escritos* ou a apresentação desta pesquisa é importante realizar um ordenamento desta proposta de investigação à linha de pesquisa *Mídias e Mediações Socioculturais* do Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio Janeiro (ECO-UFRJ), no qual se encontra situada. Deste modo, esta pesquisa pensa a comunicação como ambiência da

cultura ao observar as transformações ocorridas no plano cultural como reflexo da articulação de processos comunicacionais. Outras práticas de sentido e novas formas de sociabilidade são geradas nas cidades de fronteira, de modo a criar pertencimentos e novos territórios. O espaço urbano, caro à antropologia contemporânea, serve de anteparo para observação das interações interculturais promovidas pelos fluxos que ocorrem nas cidades de fronteira.

Assim, a fronteira apresenta-se não apenas como uma expressão político-administrativa, mas como esfera da vida cotidiana dos sujeitos, que diariamente se deparam com limites para a efetivação de diálogos culturais e identitários. Entretanto, a fronteira age também como um importante elemento de aproximação entre brasileiros e bolivianos, contribuindo para que novas práticas culturais e ressignificações identitárias sejam formadas, marcadas pelo trânsito, característico da cultura e identidade transfronteiriças. A fronteira, assim, é o lugar em que se inserem novas instâncias de produção das subjetividades e também lugar de enunciação das singularidades.

## **INQUIETAÇÕES DO PESQUISADOR**

A globalização, apesar de suas implicações mais comuns no contexto econômico, é sintomática do momento contemporâneo e afeta o construto social em especial na instância da cultura. Arjun Appadurai (1996) ao tratar deste fenômeno pensa-o não em termos de homogeneização cultural, e sim a partir de um processo localizado (*locality*), com a implicação das conjunturas históricas da sociedade em que ocorre esta proposta de sistema mundial. Dito de outro modo, interessa observar o modo como as sociedades se apropriam dos elementos da globalização, refletindo nos âmbitos geográficos, históricos e culturais do espaço em questão aquilo que lhe é de maior interesse ou conveniência.

Quando se fala em globalização, uma das consequências deste processo é a facilidade das transferências materiais e subjetivas. Porém, no transporte destes conteúdos encontram-se imbricados valores e ideologias da localidade de origem da transferência. Após a Segunda Guerra Mundial, a predominância cultural e industrial

dos Estados Unidos fez com que o país se tornasse a referência ocidental destas transferências, por isso o processo também recebeu a nomenclatura de *americanização*<sup>9</sup>.

Hoje, com a inserção de novos mercados globais – por exemplo, a China, os fluxos passam a ser transnacionais e a globalização toma novos contornos na dinâmica de transferência. A pretensa facilitação do trânsito de mercadorias e pessoas de um território para outro permite que práticas de sentido desses operadores (mercadorias, pessoas e informações) sejam transpostas de uma localidade para a outra e contaminam ao passo que são contaminadas, produzindo diálogos, negociações e tensões. Assim, a ideia de fronteira como limite também é reconfigurada. Canclini observa esse processo de reconfiguração das fronteiras a partir dos processos decorrentes da globalização:

Os processos globalizadores acentuam a interculturalidade moderna quando criam mercados mundiais de bens materiais e dinheiro, mensagem e migrantes. Os fluxos e interações que ocorrem nesses processos diminuíram fronteiras e alfândegas, assim como a autonomia das tradições locais; propiciam mais formas de hibridação produtiva, comunicacional e nos estilos de consumo que no passado. Às modalidades clássicas de fusão, derivadas de migrações, intercâmbios comerciais e das políticas de integração educacional impulsionadas por Estados nacionais, acrescentam-se misturas geradas pelas indústrias culturais (CANCLINI, 2008, p. XXXI)

O estabelecimento das zonas limítrofes para determinação dos territórios nacionais, em outros momentos históricos – produtos de conflitos armados e acordos diplomáticos –, ocorreu em nome de um imperativo da modernidade, na passagem do século XIX para o século XX, para estabelecer a demarcação geográfica e evidenciar, assim, o encerramento de uma nação e o início de outra. Mas as fronteiras encontram-se sempre em movimento, essas zonas de intersecção territorial sempre congregam conflitos e negociações de sentido. Enquanto que, politicamente, o discurso é de delimitação, na prática social esses limites podem ser aderidos ou não pelos habitantes dessas zonas fronteiriças.

Estar fisicamente próximo a essas regiões faz pensar na incongruência do propósito de limitação por questões de ordem do nacional. Assim, como em outros momentos históricos, os fluxos migratórios denunciam o diálogo entre diferentes culturas e como se dá a relação entre elas. Se formos pensar a partir de um panorama

---

<sup>9</sup> Terminologia utilizada para designar a influência que os Estados Unidos exercem sobre a realidade de outros países, em especial no âmbito da cultura. A partir da difusão de conteúdos informativos e de entretenimento, pela americanização, a produção cultural estadunidense seria responsável pela padronização de hábitos e práticas.

geográfico, o que define o modo de relação entre essas regiões de fronteira é a convivência estabelecida entre membros dos dois (ou mais) lados.

Quando se fala de fronteira é importante pensar nas distintas experiências mundo afora. O caso México-Estados Unidos, emblemático para a realidade ocidental, coloca-se como um muro de segregação entre a nação que propôs e sustenta a ideia ambivalente de Norte industrializado e Sul em vias de desenvolvimento, e todas as consequências destas incompatibilidades. Para além disso, é preciso pensar também na Faixa de Gaza como zona intersticial de povos em conflito por questões de ordem política e cultural (religiosa) e as implicações que essa fronteira estabelece no cenário oriental. Estar na fronteira significa estar sempre alerta ao que pode ocorrer enquanto a fronteira se configura e reconfigura, e a dinâmica desta alteração às vezes imperceptível produz alterações sensíveis na realidade de quem habita este espaço.

Hoje, estabelecido na cidade de Vilhena<sup>10</sup> (RO) – fronteira dos estados de Mato Grosso e Rondônia –, cidade de pouco mais de 30 anos, é possível perceber pelas ruas a presença de indígenas da etnia Nhambiquaras que vêm das reservas para compra de víveres; ao folhear um jornal, o texto do editor-chefe (e proprietário) narra suas experiências de férias à cidade de origem, em Cuzco, Peru; um culto muçulmano improvisado em um salão de eventos de um hotel serve de lugar para adoração a Allah na inexistência de uma mesquita; na vitrine de uma lanchonete, além de quibe, coxinha, a propaganda da legítima saltenha<sup>11</sup> boliviana. Esses indícios de interculturalidade numa cidade também próxima à fronteira com a Bolívia, quase que desconhecida para o imaginário do resto do país, me fizeram pensar na articulação das discussões a partir da leitura dos processos comunicacionais e proposições teóricas de pensadores latino-americanos para a concepção desta pesquisa.

Numa tentativa de dar nome comum a uma casa híbrida, o termo *Cone Sul* pulula entre os discursos dos jornais locais, dando inclusive nome a um site noticioso online. Uma das argumentações para a construção deste discurso é a identificação do elemento aglutinador dos países mais ao sul da América do Sul. Uma proposta linguística de panamericanismo localizado. Neste contexto, a referência à Bolívia é muito recorrente, nos termos de procedimentos médicos de cirurgia estética em virtude dos preços menores que os operados no Brasil – também inúmeros são os casos de

---

<sup>10</sup> De acordo com o Censo 2010, o município de Vilhena possui 76.187 habitantes. A cidade possui o maior IDH (0.771) do estado de Rondônia. Tem a economia voltada para a produção de agrícola e pecuária.

<sup>11</sup> Salgado feito de massa de trigo recheado com frango e batata, característico da culinária boliviana.

mortes em virtude destes procedimentos. Constante também é o discurso de pais orgulhosos que enviam seus filhos para estudar medicina em território boliviano pela facilidade de ingresso nas universidades e também pelos baixos preços para custeio da permanência. Porém, ao retornarem esses estudantes encontram dificuldade no reconhecimento do diploma.

Inevitavelmente, muitas são as referências da Bolívia como destino de carros roubados no Brasil, que estabelece também um rota no fluxo inverso, o movimento é operado nas práticas de narcotráfico. Práticas ilícitas convivem com outras nem tanto, como a facilitação de mercadorias permitidas para consumo no Brasil: os bares da cidade oferecem a preços módicos doses de uísques e vodcas de marcas como *Red Label*, *Johnny Walker*, *Absolut*, *Belvedere* – graças à não-incidência de impostos<sup>12</sup> sobre produtos importados. Numa referência olfativa, é comum sentir nos espaços de sociabilidade noturna, fragrâncias de marcas como *Jean Paul-Gaultier*, *Givenchy*, *Diesel*. Além de muitos que trajam roupas *Tommy Hilfiger*, *Abercrombie & Fitch*, *Ralph Lauren*, *Burberry* e *Lacoste*. Produtos eletrônicos como *smartphones*, TVs de LED, tablets e outras tecnologias pululam nas vitrines de lojinhas de importação. E a rota de acesso destas mercadorias se faz a partir da Bolívia. O que sugere uma concordância com Naomi Klein ao afirmar que as grandes marcas pela força de sua onipresença tornaram-se o que há de mais semelhante de um idioma internacional.

Tendo todas essas referências da presença simbólica da Bolívia, estabeleci como recorte para esta pesquisa as cidades que fazem fronteira total com o país vizinho. Numa pesquisa exploratória prévia, pelos sites noticiosos de uma das cidades em questão, Guajará-Mirim (RO), é possível observar aquilo que pode ser sustentado como uma das hipóteses deste trabalho acerca dos fluxos na zona de fronteira: a fronteira não apenas como fluxo, mas também como corte de fluxo: notícias que tratam da presença do Estado na cidade de difícil acesso<sup>13</sup> através de uma comitiva do governador; a inauguração de uma nova lotérica na cidade que representa a inserção da Caixa Econômica Federal no município; a reivindicação dos comerciantes locais por conta da

---

<sup>12</sup> A cidade de Guajará-Mirim (RO) é uma zona franca. Sendo assim, muitas empresas operam importações e estabelecem escritórios na cidade, para fins de facilitação de importação. A carga é levada à cidade e recebe o carimbo da zona franca. Apesar da localização geográfica, distante e o difícil acesso por conta das estradas em ruína, ainda assim, torna-se financeiramente rentável esse recurso.

<sup>13</sup> A cidade dista em 320 km da capital, Porto Velho, ligada pela BR-425. A estrada apresenta inúmeras crateras. No período de chuvas (verão amazônico), a passagem é muitas vezes interrompida por queda de barreiras e pontes.

imposição do regime de nota eletrônica tendo em vista a dificuldade do estabelecimento de conexões de internet de maior capacidade.

Nota-se, assim, o nível de “conexão” da cidade com o Estado, com o país e com o mundo. Estas informações dão um panorama para se falar na perspectiva do que seja fronteira, tendo como foco o fluxo de informações gerais. Algumas matérias em referência às ações da Polícia Militar e Civil: a fronteira e suas demandas por segurança pública, que no Brasil tem evidentemente um direcionamento, ainda, de segurança nacional. O “outro lado da fronteira” parece não existir no discurso jornalístico para Guajará-Mirim: as notícias são todas locais, de Porto Velho ou do Brasil. Portanto, a fronteira, ao menos ali, funciona como corte de fluxo.

O pensamento jornalístico volta-se necessariamente para o que é nacional: não vai para além disso, quando muito em termos negativos ligados a crimes e práticas de contrabando. A Bolívia, ali ao lado, permanece como este “outro” que não faz diferença. Sintoma de que o pertencimento político ao Estado-nação brasileiro faz mais diferença, ainda, do que as conexões comerciais com a vizinha *Guayaramerín* boliviana. Ao que parece, trata-se de uma cidade que tem como função apenas demarcar um território nacional, e que tende a forçar um olhar apenas para o Leste, e não para o Oeste. Porém, na prática social, as relações parecem mais intensas com o “outro lado”, por exemplo quando da incorporação do feriado de independência boliviana ao calendário oficial da cidade brasileira de Guajará-Mirim. Contradições na relação de fronteira.

A relação entre as cidades de fronteira com a Bolívia depende circunstancialmente das relações de ordem comercial que elas estabelecem, dentro e fora da legalidade e reverberam em outras instâncias sociais, especialmente no plano da cultura. Por isso, fatores como a fronteira direta ou estar na faixa de fronteira são determinantes para a dinâmica de fluxos que as cidades do lado brasileiro estabelecem com a Bolívia e como ocorre a negociação destes fluxos. O fluxo migratório, por exemplo, é constante por haver um interesse por parte dos bolivianos em se valerem de serviços de saúde pública e programas sociais oferecidos pelo Brasil.

No caso de Brasileia (AC), onde a economia local apresenta decréscimo por conta de haver uma circulação monetária maior na cidade de Cobija<sup>14</sup>, o que ocorre é um fluxo migratório de brasileiros que se estabelecem no lado boliviano para instalação

---

<sup>14</sup> Cidade boliviana, capital do Departamento de Pando.



de pontos comerciais, bem como de cultivo de terras agrícolas, por haver uma política de incentivo à produção agrícola que interessa mais a esses produtores. Assim, o fluxo migratório se faz. Na atual conjuntura, a cidade acreana também se encontra atravessada por outro fluxo migratório, a chamada “diáspora haitiana”. São levas de imigrantes do Haiti que encontram na cidade condições, ainda que mínimas, de estabelecimento para tentar restabelecer a vida para além do país de origem.

Essas questões que se fizeram tão presentes ao cotidiano da fronteira se tornaram os questionamentos que me levaram a pensar na reflexão de uma localidade muitas vezes desconhecida no discurso científico, em especial no campo da Comunicação, mas que apresenta uma potencialidade de investigação por conformar em sua realidade uma série de aspectos que são importantes ao estudo das práticas comunicacionais.

De modo que, a partir de um caso em específico, é possível identificar algumas das questões tão caras aos estudos comunicacionais na América Latina como a interculturalidade no plano cultural, a condição periférica ao pensarmos pela lógica de distribuição econômica e no plano científico, a inserção de uma localidade cujos fluxos geram processos interculturais e que a investigação destes processos contribui para a legitimação das propostas investigatórias da América Latina.

## **EM BUSCA DO *LOCUS***

A leitura sistemática e reflexão acerca das correntes de pesquisa em Comunicação, desde os estudiosos da Escola de Chicago até os mais contemporâneos que tratam do ciberespaço, sempre foram meu objeto de maior apreço investigativo. Porém, a leitura dos autores que tratam da América Latina me provocaram uma maior identificação, ou ao modo deleuziano, um maior *afeto*. E conforme sugere Gramsci<sup>15</sup>, “só investigamos de verdade o que nos afeta”.

Viver para além dos grandes centros é uma experiência *sine qua non* para a observação gradativa das alterações produzidas na sociedade de um modo geral, em especial no que tange ao processo de modernização. Graças aos aparelhos tecnológicos, em especial, televisores, sabia-se de boa parte do que ocorria nos centros hegemônicos

---

<sup>15</sup> Gramsci *apud* Barbero, Jesus. *Ofício do cartógrafo: travessias latino-americanas da comunicação na cultura*. São Paulo: Edições Loyola, p.25.

do país (São Paulo e Rio de Janeiro), mas ansiava-se muito pela chegada efetiva das “novidades” à cidade de Cuiabá<sup>16</sup>.

Buscando inserir-se na cultura tecnológica, no “interior do Brasil”, era possível perceber o descompasso de distribuição mercadológica dos cartuchos do videogame *Atari*. Por exemplo, enquanto já se sabia do lançamento de um *card* novo, demandava um tempo para “chegar na cidade”. A lógica de distribuição de títulos nas locadoras de vídeo então, além de anseio, gerava uma “corrida” designativa de status social. Ter visto ou não determinado filme significava estar ou não atualizado com as novidades que a lógica do consumo tecnológico estabelecia. Era um tempo em que a distribuição fílmica obrigava o ritual de ir ao cinema ou esperar certo tempo até que a obra audiovisual estivesse disponível para consumo em domicílio. Um tio da “cidade grande”<sup>17</sup> trazia nas férias, além de afetos, novidades. Eram fitas K-7, VHS e cartuchos com as novas tendências do entretenimento. Sintoma de conexão em maior grau com as indústrias culturais ao passo que se está próximo do litoral.

O mercado fonográfico talvez fosse um pouco mais democrático à época, pois graças às retransmissoras de rádios nacionais como a Jovem Pan, era possível ouvir em “primeira mão” os *hits* de *New Kids on The Block* e Michael Jackson. Pelo aparelho receptor do vizinho era possível ouvir uma estação em língua árabe que, posso apostar, era de alguma rádio do Oriente Médio, talvez para atender aos emigrados orientais, dinâmica promovida pelo fluxo migratório libanês do início do século na capital de Mato Grosso.

Morar no bairro periférico de uma cidade periférica agudizava ainda mais o descompasso tecnológico. O televisor da minha casa durante algum tempo foi o único em cores da rua, o que promovia um maior grau de sociabilidade entre os demais garotos, pois os seriados japoneses transmitidos pela extinta TV Manchete tinham como protagonistas quintetos de super-heróis que eram diferenciados pela cor. No alpendre da casa, a TV era colocada para que meus amigos-vizinhos pudessem ter a experiência visual multicolorida.

Do quintal, era possível notar a plantação de legumes e hortaliças do seu Mané, proprietário de uma pequena roça. A minha casa, na esquina superior da quadra, era a linha limítrofe do bairro periférico (ainda circunscrito no espaço demarcadamente

---

<sup>16</sup> A cidade de Cuiabá (MT) possui uma população de 530.308 habitantes de acordo com o Censo 2010. Desde o século XIX, a cidade tornou-se destino de diversos fluxos migratórios: libaneses, sírios, japoneses e italianos.

<sup>17</sup> Goiânia (GO).

urbano) e a zona verde da cidade. De um lado a urbe, do outro o rural, era difícil definir de forma estanque o fim da cidade e o início do campo, assim como a fronteira. E as recomendações para a vida naquele interstício de cidade-campo eram da ordem da tentativa do domínio do homem sobre a natureza.

Do medo virtual de cair na boca dos jacarés em *Pitfall*<sup>18</sup> reverberava o temor real de ser atacado por cobras a caminho do córrego próximo à minha residência. Pela janela do “quarto dos meninos” via-se a passagem da bandeira dos romeiros do Senhor Divino, com o acompanhamento de uma banda marcial. Dona Tiana distribuía doces em culto a Cosme e Damião, no final de setembro. Minha mãe, que já havia pertencido a uma casa Bantu e depois converteu-se ao protestantismo, me dizia pra não pegar. O único proprietário de telefone fixo, seu Enoque, era o posto de recado da vizinhança e estabelecia a comunicação entre emigrados de várias partes do Brasil com os parentes distantes. A câmera filmadora<sup>19</sup> do Joilson, que a tinha ganho de um primo *dekassegui*, era talvez o equipamento com maior índice de empréstimo da rua Polônia, no bairro Jardim Imperial. Registros para posteridade de um tempo em que as tecnologias moldavam a sociabilidade e a subjetivação se via esgarçada pelos aparatos técnicos, mas ainda conservava ares de arcaísmos.

O diálogo e tensão entre práticas populares e usos dos dispositivos tecnológicos tendem a tornar-se mais evidentes nas regiões para além dos grandes centros. A leitura de autores como Jesus Martín-Barbero, Guilherme Orozco, Beatriz Sarlo, Renato Ortiz, Néstor García Canclini, Mário Kaplún, Luis Beltrão na graduação me fazia rememorar as experiências empíricas do modo como se deu o desenvolvimento tecnológico em uma localidade específica da América Latina. As memórias de infância reiteravam a afirmativa de Martín-Barbero acerca da apropriação tecnológica na América Latina como um “velho processo de esquizofrenia entre modernização e possibilidades reais de apropriação cultural daquilo que nos moderniza” (MARTÍN-BARBERO, 2006, p. 256).

No final da década de 1980, estar distante dos grandes centros significava estar distante das ofertas de modernização tecnológica ou temporariamente *out-of-date*. Porém, essa lógica de distribuição se viu reconfigurada. Com o crescimento do mercado informal, decorrente das baixas de oferta de emprego e instabilidade monetária, produto da era Collor, uma leva de brasileiros passou a fretar ônibus em direção às cidades da

---

<sup>18</sup> Jogo eletrônico lançado pela Atari em 1982, um dos jogos mais vendidos da história da empresa com 4 milhões de cópias. Harry, o personagem do jogo, tinha como objetivo atravessar uma floresta escapando de perigos como escorpiões, cobras e crocodilos.

<sup>19</sup> Da marca japonesa Philco Hitachi.

fronteira com Paraguai e Bolívia, trazendo para o Brasil inúmeros produtos num custo mais acessível. Assim, de modo breve tinham-se acesso às maravilhas tecnológicas produzidas na China<sup>20</sup>. Cosméticos, aparelhos eletrônicos, utensílios domésticos, calçados em pouco tempo; o lugar que esperava tanto pra “chegar as coisas”, passou a ser rota de acesso para “onde se iam buscar coisas”, o outro lado da fronteira. À base do empirismo foi que conheci as alterações econômicas do mercado latino-americano e a consequente proliferação de produtos tecnológicos e me identifiquei enquanto sujeito constituinte dos processos de hibridismo cultural, mediações simbólicas e sincretismos culturais.

Quando pequeno minha primeira viagem a Cáceres (MT) foi para um retiro espiritual numa chácara que diziam estar na fronteira com a Bolívia. “Do rio pra lá é a Bolívia, não pode passar” era a ordem. O outro lado era o desconhecido, o estrangeiro, mas a curiosidade me levou a ultrapassar os limites territoriais brasileiros e chegar ao outro lado. As mesmas árvores, os mesmos insetos, um rio com a mesma água; tudo era igual. Não havia nada que representasse a real diferença entre o que era Brasil e Bolívia. A noite era possível ouvir o barulho de aviões cruzando os céus da fronteira. Na manhã seguinte, fomos surpreendidos por um destacamento do exército brasileiro ordenando que deixássemos a propriedade por questão de segurança. Mais uma vez, aprendi empiricamente que a região de fronteira conserva uma ambivalente situação de vazio demográfico e militarismo extremo.

A partir deste breve histórico biográfico em consonância com as leituras dos autores que tratam dos processos culturais na América Latina, fui em busca do lugar a ser investigado para esta pesquisa. Em princípio, a ideia deste trabalho<sup>21</sup> era promover uma discussão epistemológica acerca da constituição do pensamento latino-americano em Comunicação, que conservei no primeiro capítulo. Com o passar do tempo, sentiu-se a necessidade da escolha de um *locus* para observar a vigência destes conceitos e o

---

<sup>20</sup> O avanço econômico e a industrialização massiva de alguns países asiáticos conferiu a Hong Kong, Coreia do Sul, Cingapura e China o título de tigres asiáticos. A partir da década de 1980 eram o grande polo de exportação de produtos industrializados de custos mais acessíveis e por meio das políticas de isenção de impostos de importação chegavam à América Latina pela Bolívia e Paraguai.

<sup>21</sup> A proposta inicial da pesquisa de doutoramento buscava investigar dentre os conceitos aventados por autores latino-americanos em estudos culturais, aqueles que se pautassem a partir da articulação entre práticas populares e o uso das tecnologias. Deste modo, as experiências com *casete-foro* proposta por Mario Kaplun, a *folkcomunicação* de Luiz Beltrão, as *culturas híbridas* de Nestor García Canclini, bem como as *mediações* de Jesus Martín-Barbero eram alguns destes conceitos a serem investigados. Mas que se incorporaram a esta proposta como referenciais para se pensar os processos culturais na América Latina.

apontamento das transformações em curso de modo a contribuir para a consolidação da corrente de pesquisa dos Estudos Culturais na América Latina.

Embora na estruturação clássica de um projeto de pesquisa conste a necessidade de determinação prévia da escolha metodológica, percebe-se que é na feitura do trabalho que se decide o instrumental metodológico mais adequado a ser adotado. Num processo dialógico, é quando o objeto apresenta a demanda metodológica para sua efetivação. Assim, a pesquisa que inicialmente pretendia estar apenas no plano das ideias e conceitos teve a necessidade de estabelecer-se fisicamente em um *locus*.

Deste modo, chegou-se às cidades de fronteiras como o lugar a ser investigado, por adequar-se à proposta de investigação de um espaço circunscrito na realidade latino-americana e conservar em sua realidade um conjunto de práticas culturais resultantes de distintos fluxos que operam em consonância com a ideia de interculturalidade. Além disso, a região de fronteira configura-se como um campo prolífico para a investigação, conforme Ludmila Brandão (2012) afirma em referência à potencialidade científica desta localidade:

A fronteira, assim como a viagem, constituiu-se como um rico campo de investigação notadamente interdisciplinar, que se definia pela tentativa de controle do trânsito entre os lados da fronteira (controle impossível a ponto de fundar a prática do contrabando) ou por aquilo que somente ela tornava possível: o contato sistemático com o estrangeiro, o Outro. Dessa facilitação do encontro com o desconhecido resulta a excitação frequente em relação à zona de fronteira, exatamente pelas surpresas que ela pode reservar, pelos riscos imprevisíveis de sua frequência. (BRANDÃO, 2012, p. 7)

Fronteira esta que se vê carregada de processos interculturais desde o período colonial, quando nem se falava nesses termos, mas que já promoviam a interação entre distintos grupos sociais. Apesar da interculturalidade, Ricardo Astrain (2003) afirma ser um processo consequente das recentes formulações teóricas que apontam as culturas como sistemas dinâmicos no que diz respeito à sua capacidade de tradução da diferença e de contínua reinterpretação de suas próprias tradições; permitindo o surgimento de novas categorias discursivas. Neste sentido, a dinâmica de fluxos ocorrida nas regiões de fronteira se configuraria como processos interculturais, uma vez que na sua constituição existe a necessidade de reinterpretações das tradições no diálogo com as novas tecnologias e negociação de aspectos culturais. Assim, a interculturalidade é um

representativo da realidade latino-americana, constituída de crescente heterogeneidade social, e diversidade de organização comunitária e manifestação identitária.

O exercício deste trabalho é identificar o que há de comum e singular entre as três cidades brasileiras fronteiriças, tendo-se em vista a configuração histórica e geográfica de cada uma destas cidades. O que é a fronteira nos contextos urbanos destas localidades? Quais são os fluxos que ocorrem junto a estas cidades? Que processos interculturais são promovidos no interior destes lugares de fronteira? Assim, parte-se da hipótese de que cada cidade de fronteira estabelece uma relação distinta com o país vizinho e que os fluxos e modos de articulação geográfica com o outro lado são determinantes nos processos interculturais.

A escolha das cidades em questão a serem analisadas se deve ao fato de estarem continuamente estabelecidas (tendo como amostragem um município de cada estado MT, RO e AC); de formarem conurbação com cidades bolivianas, o que aumenta o grau de contato e produzem o que é chamado de *cidades-gêmeas*, além de apresentarem distintos modos de articulação<sup>22</sup> com o lado boliviano, conforme mapa (Figura 1) abaixo desenvolvido pelo Grupo Retis (UFRJ).

O empréstimo metodológico desta nomenclatura advinda dos estudos geográficos faz-se necessário por se compreender que nas análises contemporâneas a interdisciplinaridade se apresenta como um recurso apropriado pra se pensar a configuração do presente. Num momento em que as fronteiras dos campos do saber se fazem cada vez mais fluidas, recorrer a pressupostos teóricos, métodos ou categorizações de disciplinas conexas se apresenta como a alternativa para dar cabo das propostas de investigação. De modo autorreferencial, a investigação que se propõe a analisar os fluxos que perpassam na região de fronteira gera – e também é produto de – uma série de fluxos de distintos campos de saber que promovem a reconfiguração das fronteiras do próprio saber.

Deste modo ao longo deste trabalho, contribuirá ainda a historiografia no sentido de fornecer um panorama sobre a configuração do espaço fronteiriço, por meio da narrativa dos episódios históricos que foram determinantes para a configuração atual das fronteiras entre Brasil e Bolívia. É possível perceber como processos interculturais sempre estiveram presentes na constituição do espaço fronteiriço e como as práticas

---

<sup>22</sup> Compreendidos aqui como articulação terrestre, fluvial com ponte e fluvial sem ponte.

comunicacionais daquele período se faziam de anteparo e relatos de registros para posteridade, aproximando assim aspectos comunicacionais e narrativas historiográficas.

Em nível epistemológico, a interdisciplinaridade entre história e comunicação refere-se aos pressupostos fundamentais para os atos históricos e comunicacionais presentes no pensamento ocidental: narrativa e tempo. Conforme propõe Marialva Barbosa (2010, p. 26): “são atos comunicacionais do passado que a história procura interpretar, sempre a partir do presente, envolta em atos comunicacionais que do presente reconstrói o passado”. A partir destas referências, apresentemos brevemente as cidades a serem observadas.

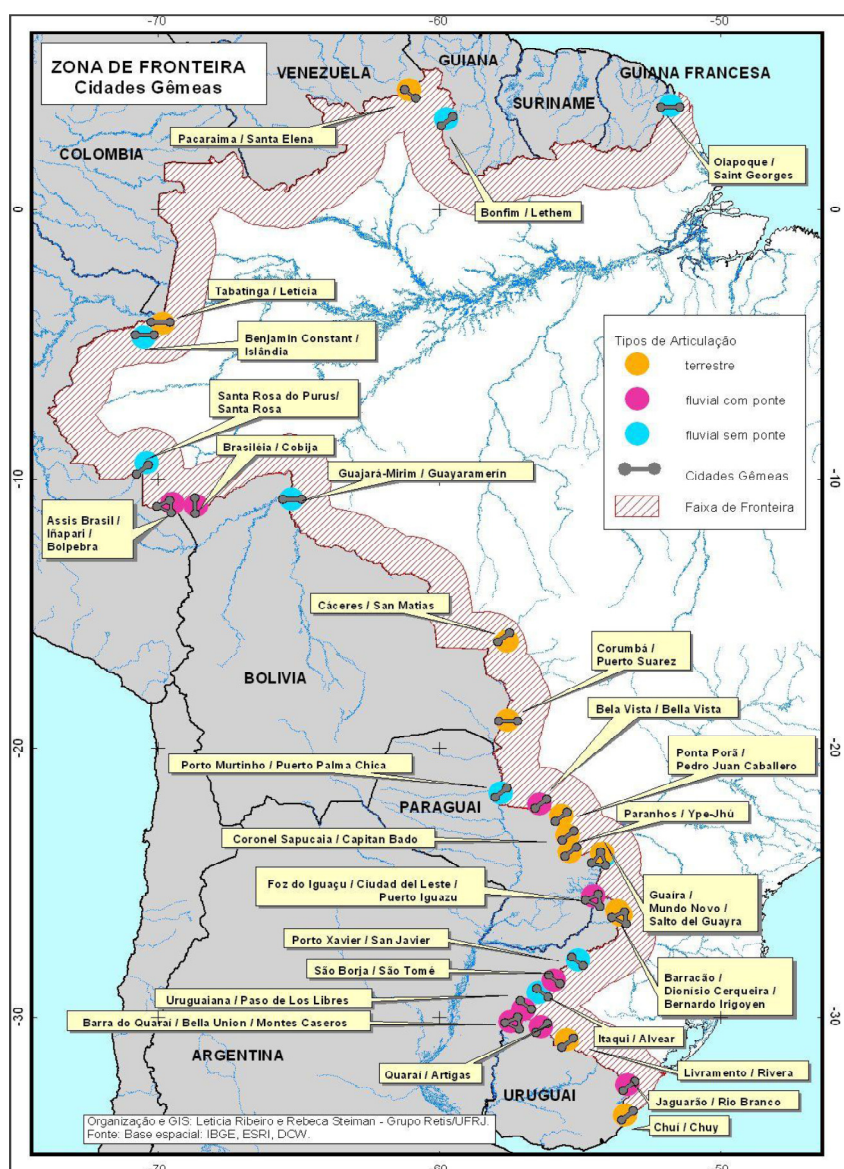


Fig. 1 – Mapa Zona de Fronteira Cidades Gêmeas – Grupo Retis/UFRJ

O município de Cáceres (MT) possui, em seu conjunto arquitetônico central, aquela que pode ser considerada a “pedra fundamental” simbólica para a discussão deste trabalho: o Marco do Jauru. Trata-se do obelisco fundamentado no ano de 1754 para estabelecer a fronteira dos domínios territoriais dos impérios de Portugal e Espanha, expressos no Tratado de Madrid (1750). A escolha de Cáceres para este trabalho se deve pela relevância histórica que ela tem na configuração da região de fronteira, desde o período colonial até o processo de emancipação das colônias sul-americanas e estabelecimento dos Estados-nação de Brasil, Bolívia e Paraguai, quando do conflito no século XIX.

Cáceres (MT), quando da sua fundação em 1778, recebeu o nome de Vila-Maria do Paraguai, numa homenagem a então rainha de Portugal. O estabelecimento da cidade fazia parte de uma estratégia para incremento da fronteira. A localidade serviu como entreposto militar e de abastecimento para Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade, respectivamente, as sedes econômica e política da então Capitania de *Matto Grosso*. Durante a Primeira República, Cáceres se apresentava como uma das cidades de maior índice de rendimento econômico da província de Mato Grosso devido à localização estratégica às margens do Rio Paraguai que estabeleciam conexão com os países platinos e, por conseguinte, com o resto do mundo. A produção de extrato de carne, cultivo de erva-mate e extração de poaia eram gêneros de exportação para a Europa e colocavam Cáceres em contato direto com tudo o que ocorria no Velho Continente.

Atualmente, é uma das rotas de entrada para a Bolívia mais utilizada por via terrestre pela disponibilidade de linhas de ônibus que partem da rodoviária central da cidade com destino a San Matías, primeira cidade boliviana no Departamento de Santa Cruz. A presença simbólica de bolivianos na cidade se evidencia pelo comércio informal de centros populares de vendas de importados. E o surgimento de uma categoria identitária fronteiriça, “os boliveiros”, filhos de pais bolivianos que apenas nascem no Brasil, mas continuam vivendo na Bolívia, e que se beneficiam dos serviços de saúde pública e programas populares oferecidos pelo governo brasileiro.

Guajará-Mirim (RO) apresenta-se como um espaço de fronteira singular por ter se estabelecido como entreposto militar, no início do século XX. Sua representatividade se deu por conta da construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré. Faz fronteira direta com a cidade boliviana de *Guayaramerín*. Guajará-Mirim apresenta uma configuração econômica distinta pelo estabelecimento da única Zona Franca do Estado de Rondônia, que faz com que a cidade se torne destino de muitos consumidores brasileiros, além de



apresentar um acesso sem muitos trâmites burocráticos para o cruzamento de fronteira com a Bolívia, que faz da cidade de *Guayaramerín* uma espécie de Tijuana<sup>23</sup> para os brasileiros. Outro aspecto relevante acerca de Guajará-Mirim é o fato de ter concentrado um número significativo de migrantes das cidades do Norte do Brasil como Belém (PA) e Manaus (AM), o que fez com que se conservassem inúmeros aspectos culturais populares amazônicos.

Nesta cidade, encontra-se uma presença simbólica de etnias indígenas, em especial os *Warí*, que, apesar de conviverem em áreas de reserva ambiental, estabelecem contato com a realidade urbana em determinados dias do mês para a obtenção de alimentos e produtos de primeira necessidade. Uma representatividade recente obtida por esta etnia indígena foi a publicação do primeiro jornal escolar em língua txapakura<sup>24</sup>. À primeira vista, por conta da facilidade de obtenção de produtos eletrônicos com preços inferiores aos operados no lado brasileiro, muitos habitantes da cidade dispõem de *smartphones* e *tablets*, mas a atual dificuldade em termos de comunicação tem sido por conta das conexões de internet disponíveis na região.

Brasileia (AC) é a cidade acreana à fronteira da Bolívia que apresenta uma configuração atípica em relação às citadas anteriormente, pois configura-se como uma cidade-dormitório para os que se propõem a usufruir das mercadorias do lado boliviano na cidade de Cobija<sup>25</sup>, cidade esta que possui uma Zona Franca do Departamento de Pando. Mas na sua configuração histórica é marcada pelo ciclo extrativista da borracha, ainda presente em algumas cidades próximas como Xapuri (AC), a cidade que se tornou notoriamente conhecida por ser a “terra” do seringueiro e sindicalista Chico Mendes, morto em 1988 por conta da causa ambientalista que defendia em confronto com os interesses de madeireiros.

Além da relação com a realidade boliviana por conta do comércio da Zona Franca de Cobija, Brasileia (AC) tem sido atravessada por outro aspecto intercultural. A cidade é destino de levas de haitianos<sup>26</sup> que chegam ao Brasil pelo Equador ou

---

<sup>23</sup> A cidade de Tijuana, na década de 1920, se apresentava como a “alternativa” de diversão e entretenimento dos estadunidenses por conta das restrições estabelecidas pela lei seca nos Estados Unidos, com a concentração de bares, casas de jogos, prostíbulos e outras atividades perseguidas pela sociedade norte-americana e adquiriu um estigma ao ser pensada a partir de termos como vício, prostituição e narcotráfico.

<sup>24</sup> *Programa Escola Ideal lança primeiro jornal escolar indígena*. Disponível em [http://www.portalcamargo.com.br/not\\_vis.aspx?tp=N&idNot=2501](http://www.portalcamargo.com.br/not_vis.aspx?tp=N&idNot=2501). Acessado em: 25 de maio de 2012.

<sup>25</sup> Capital do Departamento de Pando e da província de Nicolás Suárez.

<sup>26</sup> Brasileia, a cidade que virou Haiti. Disponível em: <http://www.dpf.gov.br/agencia/pf-na-midia/jornal/2012/janeiro/o-haiti-e-aqui>. Acessado em: 25 de maio de 2012.

Venezuela e que na cidade acreana encontram-se à espera de concessão de visto de permanência. Essa situação é tão considerável que, atualmente, o número de haitianos na cidade já configura quase 10% da população de Brasileia (AC).

As trocas simbólicas aqui apropriadas aos estudos da comunicação buscam a identificação dos fluxos na fronteira a partir de movimentos: na rodoviária e nos aeroportos; os tipos de lojas (as marcas que circulam por esses espaços); instituições de ensino, como referenciais para a compreensão do que se difunde culturalmente; bares e casas noturnas, como instâncias de agenciamento de subjetividades que se atravessam a partir de produções materiais e imateriais da cultura; ações governamentais que determinam a conduta e práticas da vida à fronteira. Assim, a ideia de fluxos se expande para além das questões econômicas, embora esteja circunstancialmente imbricada destes aspectos.

Deste modo, a escolha destas cidades de fronteira como *locus* da pesquisa se justifica pela localização estratégica no que se refere à constituição da nacionalidade, bem como da construção identitária nacional. Porém, em virtude do processo de globalização, esses discursos políticos acerca do nacional se veem reconfigurados pelos fluxos globais e pela proximidade com outro país que também opera no sentido de afirmar-se culturalmente. Diante destas duas referências, a fronteira funciona como o espaço de negociação das diferenças e conflitos identitários sob a dinâmica da interculturalidade.

Nesta perspectiva, a interculturalidade (TEDESCHI, 2008) representa não apenas a coexistência e o reconhecimento da diversidade e da diferença cultural, mas busca promover relações e práticas dialógicas entre grupos culturais distintos, buscando, assim, construir novas formas de viver e pensar a realidade em que se encontram circunscritos.

## **À PROCURA DE UM MODO**

Os estudos acerca do fenômeno urbano e da configuração citadina sempre são concebidos a partir do “espaço do modernismo” (VILLAÇA, 2010), em que a maior preocupação está direcionada à visão política de afirmação do nacional. Porém, para esta discussão em que se insere a fronteira, pensa-se a experiência urbana destas cidades como alteridade provocadora de novas inserções. A cidade atua como cenário

(*landscape*) que estabelece um diálogo constante entre os atores sociais e as dinâmicas de sentido que possibilitam a transformação da paisagem urbana atravessada por distintos fluxos globais, geradores dos processos interculturais – configurados pelos conflitos e negociações identitários – ocorridos nestas localidades.

A posição geográfica ocupada pelas cidades de fronteira expressa a sua condição periférica e a potencialidade desta condição como exercício de observação do cotidiano:

A cidade contemporânea se expande hoje nas periferias que constituem um formidável e heterogêneo movimento de formas, paisagens, modo de organização e modo de vida. A periferia oferece um potencial de experimentação tanto para atores que as constroem, como pelos habitantes que as vivem e os pesquisadores que as analisam. Participa do complexo da reorganização da cidade e é importante orientar a pesquisa no sentido das categorias fechadas (centro e periferia), mas das situações de transição, evocando novas potencialidades. As periferias parecem obrigar os pesquisadores a pensar fora das categorias estabelecidas. Por outro lado e paradoxalmente, essa construção desses espaços se inscreve também numa dinâmica de uniformização, proveniente dos modelos internacionais” (VILLAÇA: 2010, p. 4).

Conforme propõe Ângela Prysthon (2006), estudar a cidade é descrever e interpretar a história e os cenários urbanos e periféricos, e pensar o papel da cidade através da leitura do espaço e suas representações como parte integrante de um sistema comunicacional. Por esta perspectiva, a cidade configura-se tanto como um suporte midiático para distintas formas de comunicação como um veículo de comunicação à medida que encerra em si mesma a capacidade de convergência de práticas comunicacionais, bem como espraiamento de conteúdos informativos. Neste sentido, a experiência urbana e a região fronteira se aproximam conceitualmente ao passo que agenciam em sua constituição aspectos inerentes às configurações culturais que se amparam no âmbito da comunicação e de outras práticas de sentido.

A vida nas cidades parece enfim ter se transformado em uma vida na fronteira, uma vida necessariamente em trânsito, num vai e vem constante entre seu lugar, pensado como lugar em movimento, nos limites da provisoriedade de qualquer território, e lugares outros, cada vez mais diversos, que nos chegam como objetos, imagens, idéias, valores. A vida urbana parece não mais se definir como na clássica oposição à vida rural, à vida no campo, mas por essa abissalidade do espaço de fronteira, pelo desconforto das reconfigurações territoriais cada vez mais velozes, pela instabilidade das produções de sentido, pela vida pautada mais pelo desconhecido do que pelas práticas de reconhecimento. (BRANDÃO, 2010, p. 8)

Desta forma, a cidade deve ser pensada de modo que se leve em conta tratar-se da convergência de uma série de relações de ordem política, econômica e social, agrupando, assim, meios de produção, de capital, de mão-de-obra, de bens de consumo e também como um agrupamento de indivíduos de distintas procedências. Mais do que isso, a cidade é concebida como espaço de diálogo e representativa das interações culturais ocorridas no seio da configuração urbana.

Assim, no estudo da cidade é preciso evocar também as discussões sobre o estatuto da cultura. Nízia Villaça (2010, p. 4) sugere o entrecruzamento entre a ressignificação da ideia de cultura e experiência urbana:

A cultura torna-se central neste processo urbano inscrito no mundo globalizado e o corpo e suas próteses participam e promovem sua dinâmica. As cidades se articulam ao panorama internacional sem deixar de ter suas preocupações primordiais ligadas à proximidade e à capacidade criativa em seus territórios.

Na sociedade contemporânea, a discussão acerca da cultura se constitui em um dos mais complexos aspectos a serem analisados. Não é por acaso que, no plano das ciências sociais, uma série de disciplinas são evocadas a pensar esse constitutivo da condição humana. Antropólogos, sociólogos, etnógrafos, comunicólogos. Todos estabelecem questionamentos sobre a concepção e práticas culturais, corroborando com a ideia de Immanuel Wallerstein (1990) que afirma a cultura ser o campo de batalha ideológico do sistema mundial moderno.

É o que Jesus Martín-Barbero (2004) observa acerca da cultura quando relacionada aos processos de modernização. O autor sugere que o lugar da cultura na sociedade muda quando a mediação tecnológica deixa de ser meramente instrumental e passa a se converter em estrutural gerando novos modos de percepção de linguagem, novas sensibilidades, novas escritas e transformações culturais.

Assim, a reflexão acerca da cultura é um sintoma direto das configurações que as práticas culturais tomam com a complexificação da vida em sociedade. Na tentativa de encontrar uma das acepções mais apropriada para se pensar este trabalho, o que se observa é que há uma “vertigem das imprecisões” (CANCLINI, 2004) acerca do termo e conclama uma discussão acerca da cultura. A proposta de implementação de um sistema mundial moderno operado em especial a partir da realidade estadunidense, que

recebeu o nome de americanização, indicia uma pista para encontrar aquilo de que muito se fala, muito se reflete e quase-nada se precisa.

Difícil é afirmar seguramente o que seja a cultura na contemporaneidade, mas um aspecto se mostra muito recorrente nos estudos acerca da cultura: que ela se estabelece na ordem do movimento, da dinâmica dos processos culturais. Apesar de não ser um fenômeno recente, foi por meio das tecnologias que o mundo passou a operar com interações em larga escala. Essas interações passaram a ser ocasionadas por aquilo que Arjun Appadurai<sup>27</sup> (1996) chama de fluxos globais (*global flows*). Fluxos estes que estabelecem uma nova ordem mundial e ressignificam as categorias modernas de tempo e espaço. A dinâmica dos fluxos globais não é um fenômeno recente.

Na América Latina, sob a égide da cientificidade, inúmeras foram as experiências de interação cultural promovida por viajantes e expedicionários – Karl Von den Steinen, Georg Heinrich von Langsdorff, Hercules Florence – na intenção de conhecer o *Novo Mundo* e registrar sistematicamente além das potencialidades naturais, as diferenças culturais das sociedades ditas primitivas, marcadas por modos de sociabilidade arcaicos. Muitos destes relatos por se valerem da visão eurocêntrica sobre o homem abaixo dos trópicos eram promovidos com doses de exotismo, misto de espanto e temor por parte do observador (sujeito) sobre o observado (objeto); muitos destes exotismos, inclusive, foram arraigados ao próprio pensamento produzido posteriormente na América Latina.

Para além da ordem científica, os fluxos globais referem-se às trocas econômicas e simbólicas<sup>28</sup>: dinheiro, comércio, migrações, pessoas, mercadorias, ideologias. Tudo passa a ser deslocado em distintas direções e essas transferências incorrem em processos de assimilação ou resistência. A experiência de colonização ibérica junto às Américas é defendida por alguns autores (WALLERSTEIN, 1990; LATOUCHE, 1994) como a gênese do processo de globalização enquanto sistema mundial moderno. As marcas do processo colonizatório que em primeira instância se deu em nível ocupacional-territorial refletiram no plano cultural e tecno-científico.

José Luís Fiori (2007), ao tratar da nova geopolítica das nações, em uma análise contemporânea acerca do poder global, enfatiza que, na América Latina, o poder político é “mais fluxo, do que estoque” numa referência direta à passagem dos governos

---

<sup>27</sup> Appadurai, Arjun. *Modernity at large: cultural dimensions of globalization*. University of Minnesota Press: Minneapolis, 1996.

<sup>28</sup> Bourdieu, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005.

militares para a adoção do modelo neoliberal e da emergência da esquerda pelos países neobolivarianos. Essa concepção de poder alinha-se à ideia foucaultiana que sugere a “inexistência” do poder, e sim o exercício de práticas e relações de poder que se configurariam como ações efetivas do poder. Logo, é preciso pensarmos que mais do que meros fluxos (APPADURAI, 1996), esse trânsito de mercadorias, pessoas e imagens constituem-se inevitavelmente em um jogo de práticas de poder.

Nesta perspectiva, as cidades de fronteira tornam-se um campo mais frágil a essas relações de poder operadas pelos fluxos globais, uma vez que se situam no interstício de dois Estados-nação. O poder político é exercido a partir de dois polos, pois a disputa ideológica do espaço de fronteira reflete na própria imagem do país e reforça o imperativo de segurança nacional.

Porém, nesse campo de disputa, muitas questões são deixadas à margem das discussões, enquanto objetiva-se discutir macrossocialmente a ação dos Estados-nação, no plano microssociológico as políticas públicas não se efetivam pelo fato de as cidades de fronteira estarem distantes dos centros de decisão política. Neste sentido, é possível afirmar que as cidades de fronteira, apesar de configuraram-se no discurso nacional como regiões a serem observadas de modo mais acurado através do incremento militar para defesa nacional, são precárias nos aspectos mais hodiernos da população como serviços de saúde e educação. Assim, por um interesse comum ou pela tentativa de solução de problemáticas comuns, as cidades-gêmeas<sup>29</sup> promovem iniciativas integradoras entre si, mais pela ordem da necessidade que necessariamente por um projeto político.

Lia Machado<sup>30</sup> (2010), ao tratar das cidades de fronteira, apresenta alguns aspectos a serem observados na elaboração de políticas de desenvolvimento para estas regiões, dentre estas as que mais interessam às discussões a serem aventadas neste trabalho estão: (i) o “*governo da ilegalidade*”, uma vez que o discurso nacional acerca destes espaços é sempre construído a partir das redes de ilegalidade ligadas ao narcotráfico e contrabando. Concepção acerca das cidades de fronteira que apresentam um índice significativo de práticas ilegais, mas que o discurso midiático trata de reiterar através da difusão de imagens destes espaços apenas a partir da ordem da ilegalidade;

---

<sup>29</sup> De acordo com Lia Machado (2005), as cidades-gêmeas apresentam forte potencial de atuar como nódulos articuladores de redes locais, regionais, nacionais e transnacionais, além de serem lugares favoráveis para promover a colaboração entre países vizinhos, como, por exemplo, a criação de zonas de integração fronteiriça (ZIF).

<sup>30</sup> Geógrafa, professora adjunta da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Integrante do Grupo Retis (UFRJ), voltado aos estudos geográficos das fronteiras brasileiras.

(ii) o *cosmopolitismo* destas cidades, uma vez que congregam na sua configuração geopolítica minimamente duas referências nacionais (binacionalismo). Esse aspecto muitas vezes é “naturalizado” pelos habitantes, mas desta condição é possível observar a diversidade cultural e étnica em práticas do cotidiano como a culinária, a música, os hábitos de sociabilidade. São categorias que reiteram a heterogeneidade do lugar e promovem a convivência transfronteiriça. Muitas destas cidades estabelecem vínculos administrativos e afetivos com suas vizinhas estrangeiras para solução de problemas comuns numa dinâmica cooperativa. Assim, “*governo da ilegalidade*” e *cosmopolitismo* apresentam-se como as questões fulcrais para se pensar as cidades de fronteira, pois é justamente nestas referências que os fluxos globais tendem a efetivar-se em maior intensidade.

Ludmila Brandão<sup>31</sup> (2012) sustenta a ideia de que qualquer que seja a circulação (pessoas, objetos e valores) feita de modo sistemático, constitui-se de um fluxo e nesta perspectiva propõe uma classificação para os tipos de fluxos globais: (i) *contrafluxos* – são a exata inversão dos fluxos hegemônicos. Exemplos: os fluxos de latinização dos EUA; os diferentes fluxos constituídos no interior dos movimentos anti-globalização, etc.; (ii) *fluxos minoritários* – não são necessariamente (ou explicitamente) contestadores de um determinado fenômeno ou estado de coisas, existem em circuitos menores, muitas vezes invisíveis. Certas redes de solidariedade podem ser aqui identificadas, bem como as produções independentes no campo da arte e a propagação (de maior ou menor alcance) de práticas culturais singulares, minoritárias; (iii) *fluxos clandestinos* – compreendem os fluxos que, por serem ilegais ou condenados do ponto de vista moral, só podem funcionar clandestinamente: as redes de pornografia, o contrabando, as comunidades anônimas de preferências inconfessadas (redes de pedofilia, comunidades que cultivam a anorexia/bulimia, etc.) e (iv) *fluxos marginais* – não são necessariamente ilegais, nem exatamente minoritários (do ponto de vista político) mas colocam em movimento objetos, pessoas e valores “menores”, secundários, se comparados aos objetos, pessoas e valores que se deslocam nos fluxos de primeira linha. São fundamentalmente subalternos.

A partir dessa referencialidade conceitual acerca dos fluxos que ocorrem na realidade global, e nas cidades de fronteira, faz-se necessário determinar dentre tantos

---

<sup>31</sup> Brandão, Ludmila. *Fazenda mundial de formigas: para pensar mobilidades, fronteiras e cidades*. Comunicação apresentada na Conference Borders, Displacement and Creation. Questioning the Contemporary. Vanderbilt University, 2010.

aspectos quais serão os “indicadores de análise” para este trabalho. Barbero (2006), ao refletir sobre o estatuto científico da comunicação na América Latina, propõe itinerários de investigação em que se circunscrevem práticas de sentido que caracterizam as particularidades do processo de modernização latino-americana. Essa “orientação científica” de Jesus Martín-Barbero se ampara na proposta de legitimação dos estudos culturais operados na América Latina.

Sendo assim, há a necessidade de compreensão não apenas de metodologias adequadas às propostas de investigação como também de teorias capazes de refletir sobre as dinâmicas culturais. A partir da *interculturalidade*, Canclini (2004) observa que a adoção desta perspectiva apresenta vantagens epistemológicas e de equilíbrio descritivo e interpretativo, o que leva a conceber o discurso político das diferenças como uma justificativa teórica para a escolha da perspectiva intercultural. Canclini também atenta para as dificuldades de compreensão dos processos culturais na realidade latino-americana ao afirmar que “os Estados e legislações nacionais, as políticas educacionais e de comunicação que ordenavam a coexistência de grupos em territórios delimitados são insuficientes ante à expansão das misturas interculturais” (CANCLINI, 2004, p. 16).

Apesar destas observações teóricas e de orientação científica serem de grande valia para a construção de um discurso acerca das práticas interculturais, em nível operacional elas não propõem necessariamente o método apropriado a ser utilizado nestas investigações, não há um manual de “como fazer”. O desafio da pesquisa se assenta inicialmente na definição das ferramentas metodológicas apropriadas para compreensão do fenômeno, o que leva a uma reflexão epistêmica dos dispositivos a serem utilizados para constituição deste trabalho.

Esta reflexão nos leva a uma discussão sobre os fatores que aproximam o sujeito (*subjectum*) do objeto (*objectum*) e foi pelo discurso positivista a questão central para distanciar a cientificidade moderna do senso comum. Nesta tentativa de separação abrupta dos elementos constitutivos da investigação (sujeito e objeto)<sup>32</sup>, mais uma vez, os ares da contemporaneidade trataram de embaçar essas conceituações. No processo de aproximação e identificação do objeto, a subjetivação de quem opera a análise se estabelece na construção do discurso científico; ao passo que o sujeito tende a objetivar-

---

<sup>32</sup> Muniz Sodré (1996), em sua “reinvenção” da cultura, define o *sujeito* como sendo a categoria moderna designativa daquilo que se mantém idêntico a si mesmo em situações diversas de discurso ou de comunicação, enquanto que o *objeto* seria aquilo que o sujeito atribui significado ou função.



se, por meios da utilização dos pressupostos científicos, na medida em que conhece o objeto a ser analisado e se propõe a descrevê-lo e interpretá-lo, produzindo assim um discurso dialógico, ressignificando a antes ambivalente categorização do sujeito *versus* objeto, que agora é pensada sob o signo do agenciamento das informações necessárias para a investigação.

Conforme dito anteriormente, é na produção do itinerário de investigação que se estabelece o caminho a ser seguido e quais os instrumentos de orientação do trajeto. No caso dos aspectos interculturais das cidades de fronteira, o que se busca é encontrar a partir das referências acerca das práticas de ressignificação cultural na América Latina aquelas que sejam designativas das idiossincrasias, “amostras” da diferença. Por isso recorreremos aos relatos de diferença e de igualdade de Alejandro Grimson (1999), num estudo acerca da presença simbólica dos bolivianos em território argentino. Conforme salienta Barbero acerca desta obra de Grimson, a questão fulcral é a ousadia de fazer da comunicação um *lugar de onde se vê* para o exercício de verificação da densidade sociocultural dos conflitos e intercâmbios dos bolivianos em Buenos Aires.

Para além da análise da apropriação dos meios de comunicação pelos migrantes bolivianos, Grimson (1999) observa na produção de conteúdo destes meios apropriados que ali se opera um campo de disputa da negociação identitária. E para falarmos em identidade na perspectiva intercultural, faz-se necessário recorrer novamente a Canclini (2004) acerca dos sujeitos interculturais:

As identidades dos sujeitos formam-se agora em processos interétnicos e internacionais, entre fluxos produzidos pelas tecnologias e as corporações multinacionais; intercâmbios financeiros globalizados, repertórios de imagens e informação criados para serem distribuídos a todo o planeta pelas indústrias culturais (CANCLINI, 2004, p. 201)

Pensada a partir da definição frankfurtiana, as indústrias culturais são o conjunto de instituições sociais vinculadas à produção e distribuição de bens simbólicos. Editoras, gravadoras, jornais, agências de publicidade, redes de rádio e televisão, provedores de conteúdo para a web são alguns dos exemplos de instituições que podem ser interpretadas como constitutivas das indústrias culturais. Pela orientação voltada ao mercado, o ato criativo do trabalho cultural estaria adaptado às exigências de produção determinadas pela lógica capitalista.

Na lógica da indústria cultural, encontram-se imbricados os fluxos globais (APPADURAI, 1996) que orientam a “adoção identitária” dos indivíduos em determinada sociedade. Grimson (1999), em sua obra acerca dos bolivianos em Buenos Aires, encontra na autogestão comunicativa deste grupo políticas de resistência identitária na observação daquilo que ele chama de “pequenas indústrias culturais”. São feiras, parques, praças, locais de baile, empresas discográficas amadoras, associações de artesãos, bancas de comércio informal. “Instituições” que subvertem a lógica da indústria cultural que tende à homogeneização e estabelecem a afirmatividade da identidade nacional (boliviana) na oferta de produtos e bens simbólicos que forneçam subsídios para a consciência da nacionalidade, no estudo de caso de Alejandro Grimson, uma vez que se encontram distantes da pátria de origem.

Portanto, valer-me-ei desta ideia de “pequenas indústrias culturais” (GRIMSON, 1999) para realizar a observação da experiência urbana dos processos interculturais das cidades da fronteira Brasil-Bolívia. Essas pequenas indústrias culturais enquanto espaços que tendem a congregar produtos materiais e simbólicos de diversas origens (fluxos globais) realizam na sua operacionalidade um campo de disputa de afirmatividade identitária e os modos de relacionar-se com a modernização, expressa nos usos da tecnologia. Mais do que espaços de distribuição de bens materiais e simbólicos, essas “instituições” são *pontos de encontro* dos indivíduos que se reúnem informalmente para reiterar laços de pertencimento.

Associado a isso, o recurso do escrutínio da produção jornalística local por meio dos noticiosos online servirão também de instrumental para observação dos discursos vigentes naquela realidade acerca dos processos interculturais ali operados. Por isso, juntamente com a observação, matérias produzidas localmente serão fonte de pesquisa para conhecimento da visão que se produz dos sujeitos e objetos da realidade brasileira, bem como daqueles com os quais se encontram em contato.

Pensando nestas questões, o trabalho também demandou um recurso metodológico que fosse capaz de dar cabo dessas questões. Assim, a proposição etnográfica apresentou-se como a mais eficaz para a operação desta análise por ligar-se às questões de ordem interpretativa das cidades de fronteira. Num momento em que o atual pensamento antropológico tem se ocupado de formas transnacionais de interculturalidade, a alternativa etnográfica se alinha aos trabalhos de Arjun Appadurai, Ulf Hannerz, Renato Ortiz dentre outros.

Neste sentido, a descrição etnográfica de Clifford Geertz (2008) orientou a construção da segunda parte deste trabalho na observação das cidades em viagens de campo realizadas em março/2012 e abril/2013. Acerca da observação etnográfica, faz-se importante salientar as características deste método, no sentido de fornecer subsídios para a argumentação da parte do trabalho que se vale desta metodologia.

A primeira das características acerca da proposição etnográfica de Geertz é que se trata de um procedimento *interpretativo*. A interpretação do fluxo do discurso social numa proposta de “escrever” (de modo literal) os fenômenos observados de modo a torná-lo cognoscível. Aqui, o que se quer dizer é que a etnografia possui um grau de permissividade ao pesquisador para construir um discurso que seja possível para dar cabo da observação e realizar a interpretação ao seu modo, ainda que de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo método. No caso deste trabalho, é possível verificar que o modo com que a interpretação é feita sugere uma interdisciplinaridade entre a escrita jornalística, herança da formação acadêmica, com comentários teóricos de autores que contribuem para a compreensão dos fenômenos.

Outra aspecto acerca da etnografia trata do seu caráter microscópico. Significa dizer que a observação etnográfica não pretende se estabelecer como uma interpretação totalizante dos fenômenos nem circunscrever esta interpretação a outras localidades. É antes de mais nada, uma fatia, uma localização operativa que contribui para a compreensão do todo. Nesta lógica, o caráter microscópico da etnografia alinha-se à proposta deste trabalho de se valer da observação de um *locus* específico, as cidades da fronteira Brasil-Bolívia, para subsidiar a compreensão de uma realidade macrossociológica que é o espaço latino-americano.

Ainda acerca da etnografia enquanto recurso metodológico da antropologia, a análise crítica da discursividade etnográfica colocou em suspeita a validade empírica do trabalho de campo. Neste sentido, faz-se importante refletir sobre a questão do “ir a campo”, sempre pensado na antropologia clássica como sair da realidade em que se está inserido e mergulhar-se numa cultura alheia. Na contemporaneidade, em que aquilo que é próprio e alheio torna-se cada vez mais difícil de ser determinado, parece que tratar daquilo que está próximo confere uma maior validade à proposta. Aquele que já conhece algum dos caminhos, atravessa o mapa de modo mais eficaz, assim, soma-se ao discurso objetivo da etnografia as questões subjetivas de quem opera a interpretação. E quando se colocam em pauta os aspectos subjetivos, a fixidez dos mapas dissolve-se em

produções cartográficas, marcadas por pontos de orientação que são móveis e que fornecem um panorama mais atual e próximo do fenômeno observado.

Por isso, esse trabalho mais uma vez se aproxima dos estudos geográficos por buscar estabelecer uma cartografia das cidades de fronteira a partir dos aspectos de interculturalidade ali operados. Conforme sugere Deleuze (1996), o exercício de produção cartográfica prescinde da apreensão de caminhos e movimentos que se encontram, assim, como a fronteira sob o signo da sorte e do perigo. Cartografar, nesse sentido, é transpor a ideia de fixidez estabelecida pelos mapas. Na cartografia, o que se faz é marcar pontos que servem de orientação para a construção de uma referência espacial que nem sempre é determinada por aspectos físicos. Assim, a subjetividade também se agrega na construção do espaço em cartografia.

Como aponta Edward Said (1993), as cartografias tradicionais ofuscam a percepção das imbricações territoriais e dos entrelaçamentos históricos entre culturas e nações distintas. A contemporaneidade testemunha novos alinhamentos estabelecidos no cruzamento de fronteiras, que desafiam a noção fundamentalmente estática de “identidade”. Esses processos de hibridação estimulam as identidades a assumir discursos e manifestações alternativas capazes de produzir novos sentidos no interior dos grandes centros, que vão desafiar o próprio sentido da cultura nacional.

Cartografia e etnografia cooperam num processo de construção discursiva: espaço e indivíduos tornam-se elementos constitutivos deste jogo de desconhecimento, conhecimento e reconhecimento proposto para a produção de uma “descrição densa” (GEERTZ, 2008). Deste modo, o desafio interpretativo das cidades de fronteira se assenta nos enfrentamentos do pesquisador:

O que o etnógrafo enfrenta, de fato (...), é uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares, implícitas, e que ele tem, que de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar” (GEERTZ, 2008: 7)

Reflexo da própria condição de fronteira que parece operar numa lógica também cartográfica ao se mostrar em constante movimento em virtude dos processos que operam a alteração da referencialidade e ressignificam o espaço. Nada mais fluido e mutante do que as referências culturais a serem utilizadas nesta observação. O que já faz atentar para o descompasso entre a captação etnográfica do espaço e a escrita narrativa acerca desse espaço. Por mais que a objetividade científica se proponha a estabelecer

parâmetros de distanciamento entre sujeito e objeto, na narrativa acerca do que é pesquisado, a subjetivação do autor se estabelece.

Yuji Gushiken (2004), em sua cartografia acerca das noites-máquinas, sugere uma das questões problemáticas ao método etnográfico proposto por Geertz no que se refere ao modo de representação do objeto pesquisado e sua descrição:

Há, portanto, uma certa necessidade de se reconhecer que haverá sempre uma defasagem de sentido entre representação e objeto representado, principalmente pelo fato de as regularidades estarem sempre fazendo mover o objeto para além dos signos que se dizem seus representantes. As singularidades estão sempre a emergir por entre as regularidades culturais. E é justamente essa proliferação de singularidades que evidencia um certo pluralismo expressivo, que incita também a emergência de caminhos diferenciados de investigação. (GUSHIKEN, 2004: 174)

A via etnográfica, então, se faz como o recurso para a observação de fenômenos e captação de dados para construir referências espaciais que transcendem à proposição geopolítica. Pois ao passo que se inserem aspectos subjetivos na perspectiva das cidades de fronteira, o que é feito é um redesenho dos mapas, uma cartografia dos processos interculturais ali ocorridos.

E nesse processo de construção de novos mapas, um estudo de caso como é a observação das cidades de fronteira Brasil-Bolívia configuram-se como uma sinédoque do processo de configuração da realidade latino-americana. Neste sentido, esse exercício de investigação justifica-se por um caráter indutivo: utiliza-se como referencial uma parte para a produção de um pressuposto mais abrangente (todo). Escrutinar um naco do continente latino-americano é subsidiar a discussão acerca da própria condição de existência e resistência deste espaço, que reivindica, além da legitimação de suas práticas, o estatuto científico das observações aqui realizadas.

Inevitavelmente, esse discurso científico se fará a partir de empréstimos de aportes teóricos ou métodos forâneos, mas o objetivo finalístico da investigação se pauta na constituição de um caso circunscrito no espaço da América Latina que por ora ainda se encontra pouco observado pelos estudos em comunicação. Assim, é a partir da discussão da constituição do pensamento comunicacional na América Latina que se inicia este trabalho. Desde suas primeiras pesquisas até a interpretação da fronteira como espaço de potencialidade investigativa, agenciadora de fenômenos culturais, singularizadores.

## PENSAMENTO COMUNICACIONAL E AMÉRICA LATINA: CAMPOS DE INDISTINÇÃO

*A história da América Latina pode ser narrada como uma contínua e recíproca ocupação de terreno. Não há demarcação estável reconhecida por todos. Nenhuma fronteira física e nenhum limite social outorgam segurança.*

Norbert Lechner

Os países da América Latina apresentam experiências históricas marcadas por instabilidades políticas e econômicas desde a sua independência dos poderes coloniais, processos “emancipatórios” ocorridos predominantemente ao longo do século XIX. No século XX, os regimes autocráticos cederam às tentativas de democracia limitada, que foram seguidas por insurgências populares desde os anos 1960, quando a maioria dos países da região oscilou entre ditaduras militares e sistemas políticos democráticos. Econômica e socialmente a região é caracterizada por enormes discrepâncias na distribuição de renda e por seus esforços contínuos para modernizar a infraestrutura, melhorar os padrões de vida e promover o desenvolvimento econômico.

Passados (embora não superados) os períodos colonial, imperial e alcançando os regimes republicanos na transição do século XIX para o XX, os países latino-americanos se viram em contato com aparatos tecnológicos que se configurariam posteriormente como os meios de comunicação de massa. À época, os países da América Latina apresentavam uma população de predominância rural, mas que já via na experiência urbana um novo espaço de habitação e sociabilidade. Neste sentido, o rádio e o cinema serviram como agenciadores desta experiência da vida na urbe. Havia também, naquele período, um imperativo de adoção de hábitos mais “civilizados”, em especial no que se referia à higiene e educação. Porém, todo esse processo de modernização da América Latina se pautou a partir da realidade europeia e posteriormente norte-americana.

É correto afirmar que o processo de configuração social das sociedades latino-americanas se deu de modo distinto em diversos aspectos quando comparado com a realidade da Europa e Estados Unidos, em especial no que se trata do processo de letramento e consciência política. Sendo assim, pensando numa “deficiência social”, as intenções dos centros hegemônicos se deram de modo imperativo, com o objetivo de difundir (difusionismo) junto às sociedades da América Latina modos, hábitos e práticas modernizadoras. Este momento de “educação” serviu para preparar a população ao consumo dos então novos meios de comunicação.

Além disso, havia por parte de organismos internacionais o desejo de implementação de modelos de desenvolvimento nos setores industriais e agrícolas na América Latina, que não estariam em nível satisfatório para os padrões internacionais, nem em nível competitivo para a economia externa. Sendo assim, através de projetos de modernização, a América Latina foi reconfigurada nas primeiras décadas do século XX.

No plano sociológico, os modos de assimilação e consequências do consumo tecnológico foram objetos de investigação. O consumo dos meios de comunicação e os efeitos na vida em sociedade constituíram-se em algumas das primeiras preocupações no campo de estudos sociais. Neste sentido, a Escola de Chicago<sup>33</sup> é tida como referencial nos estudos em comunicação.

Apesar de na realidade norte-americana, que também foi uma colônia, o processo de modernização ter se dado de modo bastante acelerado, na realidade latino-americana, esse processo se deu de modo distinto e há quem diga que ainda não se completou. Deste modo, o que se pretende neste capítulo é observar o modo como o pensamento científico estabeleceu-se na América Latina, em primeira instância como resposta ao modelo difusionista norte-americano, depois influenciado pela perspectiva culturalista dos Estudos Culturais com a assimilação de diversos objetos em suas análises, bem como a conscientização dos distintos processos de produção de sentido, dadas as diferenciações culturais existentes no mesmo espaço.

Para isso é preciso pensar no próprio termo que designa essa região continental fragmentada, que congrega desde metrópoles de ambiência global a localidades sem

---

<sup>33</sup> O período de influência das análises da Escola de Chicago vai desde a virada do século XIX para o século XX até por volta dos anos de 1950, tendo seu apogeu no período entre a I Guerra Mundial (1914-1918) e a Grande Depressão (1929). Uma das mais significantes tendências desse período é o fluxo migratório da população de uma realidade rural, homogênea e agrária para a realidade heterogênea e industrial metropolitana. Naquele momento, as cidades norte-americanas experienciavam um crescimento populacional sem precedentes na história, que durante este período fizeram da cidade de Chicago uma metrópole em “instantes”.

acesso a tecnologias ou assistência do Estado. Espaço em que os termos designativos promovem indistinções, bem como o próprio estabelecimento do discurso científico se faz indistinto. Numa modulação entre aquilo que é da ordem da tecnologia e de práticas tradicionais, a América Latina se deslinda como um campo em que temporalidades e espacialidades distintas se entrecruzam formando processos culturais, cuja produção de sentido muitas vezes gera singularidades simbólicas. É o que Homi Bhabha (1998) chama de temporalidade não-sincrônica das culturas nacional e global provocadora de uma tensão peculiar às existências fronteiriças. Assim, entre arcaísmos e modernidades, a realidade latino-americana se fez ao longo do século XX e perdura até hoje.

Deste modo, à luz das teorias ao longo do século XX, os estudos em Comunicação desenvolvidos aqui incorporam-se à série de produção científica de que fala Malerba (2009), num sentido de legitimar-se através do termo América Latina. Com diversas influências, foi ao longo do século XX se reconfigurando para a institucionalização da disciplina Comunicação, como ambiência da cultura. Na realidade latino-americana, essa ideia de comunicação se ampara nas práticas culturais e reforça a ideia de comunicação para além do simples uso de aparatos tecnológicos. Os fenômenos culturais modulados pelos fluxos globais funcionariam como suporte para o pensamento latino-americano marcado a princípio pela participação popular na constituição dos estudos comunicacionais.

Numa perspectiva epistemológica, analisamos a constituição deste pensamento a partir dos estudos pós-coloniais considerando as características que inserem o pensamento da América Latina nesse conjunto de análises que se propõe a reconfigurar aspectos históricos e científicos marcados por um colonialismo europeu (e depois norte-americano) na tradição de pesquisa em estudos comunicacionais.

A discussão aqui contida se faz necessária na constituição deste trabalho por conter tópicos acerca das práticas sociais operadas na América Latina e observadas por autores a partir desta realidade que fazem consonância com a proposta de investigação acerca dos fenômenos culturais nas cidades da fronteira Brasil-Bolívia. Assim, busca-se evidenciar a pertinência das observações sociológicas e antropológicas dos diversos autores que aqui serão citados para compor o arcabouço teórico desta investigação.

Produto de uma sucessão de períodos e processos de colonização, a configuração da América Latina deu-se a partir de inúmeras destas experiências que deixaram marcas indeléveis na realidade econômica e social das sociedades latino-americanas. O resultado disso é um grande espaço geográfico que possui inúmeros aspectos comuns



entre si, mas que também possui grandes diferenças culturais, o que torna difícil a própria utilização de uma nomenclatura que abarque essas particularidades. Dados os contextos, o espaço em questão já foi objeto de grande discussão e recebeu diferentes nomenclaturas.

Contudo, o termo América Latina tem bastante vigência no âmbito da Comunicação; prova disso são os eventos e sociedades científicas que se formaram a partir desta designação: *ALAIIC* (Associação Latinoamericana de Investigadores en Comunicación); *Felafacs* (Federação Latinoamericana de Facultades de Comunicación Social); *Celacom* (Colóquio Internacional da Escola Latino-americana de Comunicação). Apesar do uso corrente, faz-se necessário saber que mais do que “um nome comum para uma casa diversa”, o termo América Latina é produto de uma estratégia de pensadores das Ciências Sociais que buscavam legitimidade no cenário internacional.

## **AMÉRICA LATINA: UM CONCEITO FORJADO**

Pensar a América Latina requer antes de tudo pensar o próprio conceito nominador de um espaço que por ora foi pensado também como a fronteira mais a Oeste do mundo ocidental, a partir das referências eurocêntricas. O termo América Latina produziu grande impacto no cenário das Ciências Sociais devido ao uso em períodos distintos, que produziram significados diversos, desde a exaltação da latinidade à discriminação pelo subdesenvolvimento. Para o autor Hector Bruit, tal denominação teve maior destaque após a Segunda Guerra Mundial:

A latinidade e a idéia de América Latina têm a ver com a consciência cultural do continente. O nome e a idéia não existiram na consciência dos intelectuais americanos do século XIX. O nome se popularizou após a Segunda Guerra mundial. (BRUIT, 2000, p. 1).

Ao tratar da utilização do termo ao longo dos séculos XIX e XX, Bruit se vale de autores latino-americanos importantes na utilização e difusão do termo, são eles José Maria Torres Caicedo e Carlos Calvo. Para Bruit (2000), seriam Calvo e Caicedo os espreiadores do termo América Latina, e sustenta ainda que o uso do termo objetivava nominar o continente que perdera o seu original para o único país que ainda não tinha nome: os Estados Unidos. A estratégia de utilização do termo atendia a interesses

distintos para os autores. Ao passo que Caicedo utilizava o termo América Latina para fazer frente ao propósito panamericano da política norte-americana; Calvo procurava se posicionar estrategicamente através do termo na realidade europeia, em especial na França.

Jurandir Malerba (2009) em seu livro *A História na América Latina: ensaio de crítica historiográfica* discorre sobre a transformação histórica da América Latina, bem como de sua representação. Segundo o autor, na sociedade contemporânea pós-moderna – pautada na fragmentação identitária, na análise do micro e do surgimento de novos sujeitos históricos – não é tão relevante elaborar uma análise histórica da América Latina pautada em teorias totalizantes, que tratam o continente como sendo homogêneo, e em metanarrativas, elaborando projeções para o futuro.

Neste sentido, Malerba apresenta uma configuração acerca do processo de construção historiográfica, referente ao período que antecede a década de 1960. A predominância da história dita positivista era uma tendência e os fatos políticos dominavam as análises históricas, que por sua vez tratavam apenas dos grandes homens e suas conquistas, méritos e feitos em geral. Em uma reflexão acerca da historiografia, Malerba afirma que naquele momento a História buscava elementos aglutinadores que proporcionassem aos indivíduos uma identidade comum, ou seja, um sentimento identitário nacional, para justificar inclusive as ações das elites.

Malerba afirma que a História estava voltada para as elites e era utilizada como discurso para o imperialismo, para o expansionismo. Prova disso foi a invasão do México pela França em que Michel Chevalier, historiador e senador do império francês, levou consigo a ideia de que “a França era a herdeira das nações católicas e lhe correspondia levar à América a tocha das raças latinas, isto é, francesa, italiana, espanhola e portuguesa.” (BRUIT, 2000, p. 2).

Este discurso estava pautado na ideia de latinidade, em que os franceses acreditavam serem os precursores do catolicismo e, por isso, deveriam invadir o México com a missão de salvarem os latino-americanos dos perigos dos anglo-saxões e dos protestantes. Esse seria o discurso, tendo um ideal expansionista inerente na proposta. “Se realmente a França usou a latinidade para justificar seu expansionismo, este instrumento caiu no vácuo, não passou de uma ingênua utopia.” (BRUIT, 2000: 4).

Vale ressaltar aqui que, segundo Hector Bruit, a ideia de latinidade e a expressão “América Latina” “não existiram na consciência político-cultural dos intelectuais do

continente.” (BRUIT, 2000, p. 4). Após a década de 1960 – especificamente no ano de 1968, houve uma alteração no quadro historiográfico tradicional:

[...] emergia um renovado interesse nos mais variados aspectos da existência humana, acompanhado da convicção de que a cultura do grupo e mesmo o desejo do indivíduo podem ser, em determinadas circunstâncias, vetores de mudança potencialmente tão importantes quanto as forças impessoais do desenvolvimento material e do crescimento demográfico. (MALERBA, 2009, p. 19).

Houve uma valorização dos ‘excluídos’ pela história tradicional. Outros grupos sociais emergiam e os modelos macro-históricos ainda presentes “não bastavam para explicar os anseios do momento.” (MALERBA, 2009, p. 21). As visões conservadoras da história foram questionadas e sua funcionalidade também. A crença no progresso, na razão e num sentido para a História foi colocada em xeque. Também a História Política entraria em crise para ser retomada com consistência após cerca de duas décadas com o auxílio das ciências sociais – ciência política e a antropologia, principalmente. Dão-se ênfase aos estudos das identidades, dos modos de vida, das desconstruções, dos gêneros, etc.

Esse período coincide com a emergência dos primeiros estudos voltados para a consequência dos usos dos meios de comunicação e a implementação de projetos de desenvolvimento na realidade latino-americana. Como veremos posteriormente, esses projetos tinham interesses da realidade norte-americana, que inicialmente contratou alguns pesquisadores na América Latina para aplicação dos modelos de difusão tecnológica junto aos países abaixo dos trópicos. Boa parte destes estudos tinha a questão da modernização como objeto central de discussão, uma vez que havia o propósito de “modernizar” os países em vias de desenvolvimento. Assim, entre acordos e resistências, o pensamento comunicacional se realizou na América Latina.

## **PENSANDO A MODERNIZAÇÃO**

A proposição do pensamento latino-americano em Comunicação constitui-se de uma série de autores, teses e abordagens desenvolvidas ao longo do século XX, que buscaram, em certa medida, promover uma articulação entre comunicação, cultura e sociedade (GOMES, 2010); através do exame das práticas culturais em articulação com as relações de poder, nos países marcados historicamente pela dependência em diversos

âmbitos (científico, econômico, cultural, tecnológico, etc.) e herdeiros do processo colonizatório das cortes da Península Ibérica.

Epistemologicamente, os estudos desenvolvidos pelos pensadores da América Latina foram responsáveis por algumas rupturas no que se refere ao paradigma das análises sociológicas das práticas comunicacionais que se apresentavam em domínio da pesquisa empírica funcionalista norte-americana (VERÓN, 1976). Dentre essas rupturas operadas pelos culturalistas latino-americanos, podemos destacar: uma rejeição à ideia de cultura de massa e o estabelecimento dos meios de comunicação como lugar prioritário de debates ideológicos; o rompimento com uma perspectiva behaviorista calcada no binarismo estímulo-resposta e também a ruptura com a concepção passiva de audiência.

Outro aspecto significativo acerca do pensamento comunicacional na América Latina é a reflexividade acerca da articulação operada entre elementos da cultura midiática e da cultura popular, responsável pela produção de singularidades que caracterizam os processos culturais destas localidades, denominados por diferentes conceitos: *hibridismo* (CANCLINI, 1997), *mestiçagem* (GRUZINSKI, 2001), *sincretismo cultural* (CANEVACCI, 1996) e *transculturação* (HANNERZ, 1997). Neste sentido, essas articulações apresentam um dialogismo entre o que é próprio da modernidade, a cultura midiática, e aquilo que é da ordem do tradicional, a cultura popular; porém sempre tendo como referência as influências eurocêntricas características do mundo ocidental.

Serge Latouche (1996) ao tratar da “ocidentalização do mundo” afirma que a condição de produção de sentido de determinado grupo é preponderante para se pensar as respostas produzidas como solução imediata de questões deficitárias e, de certo modo, conclama os sujeitos em processo de dependência a criarem formas de superação desta condição:

Os excluídos dos benefícios materiais e simbólicos da “modernização”, cada vez mais numerosos, podem e devem inventar soluções novas para sobreviver como espécie e como humanidade. Esses projetos diferentes se encontram na prática, na improvisação e no biscate. (LATOUCHE, 1996, p. 14).

Nestes novos modos de subjetivação é que se encontram as singularidades dos processos comunicacionais da América Latina. O processo de modernização das ex-

colônias espanhola e portuguesa<sup>34</sup> encontrou alguns impeditivos ou entraves em determinados aspectos da vida social<sup>35</sup>, como, por exemplo, a gradação das “eras culturais”: cultura oral, cultura escrita, cultura impressa, cultura de massas, cultura de mídias e a cultura digital. (SANTAELLA, 2003, p.13). Mas o próprio processo de modernização imposto à realidade latino-americana partia de uma premissa de homogeneização processual para o alcance do progresso tecnológico, desconsiderando as especificidades culturais. O resultado dessa imposição cultural e tecnológica nessas sociedades, na atual conjuntura, apresenta o que Canclini sustenta como sendo da ordem da disparidade entre “informatizados, entretidos e os outros que aumenta em países nos quais a dívida externa reduz o crescimento econômico, e a corrupção ou informalidade dificultam o exercício dos direitos de trabalhadores e consumidores.” (CANCLINI, 2004, p. 212).

O olhar acerca do processo de modernização na América Latina reflete a dependência e nos faz crer que ao contrário do processo ocorrido nas sociedades europeias onde seria possível identificar pontualmente a passagem destas “eras”<sup>36</sup> (BRIGGS & BURKE, 2006); na América Latina, as sociedades se viram catapultadas da tradição oral para a cultura hipermidiática.

Barbero (2006) contesta essa visão otimizada da modernização europeia e sustenta que, na realidade do Velho Continente, a modernização se fez de modo híbrido e desigual, não unitário, integrado e coerente; ideia esta que se encontra empreendida por alguns historiadores (ANDERSON, 1989) e que colocaria o processo latino-americano na perspectiva de um salto à gradação das eras comunicacionais. Porém, esse “salto” não pode ser visto como um aspecto negativo, pois é, a partir dele, que os povos latino-americanos criaram estratégias e táticas (CERTEAU, 2005) singulares nos usos da comunicação; o que resultou em alguns pesquisadores a consciência da necessidade de um pensamento calcado nas idiosincrasias dos processos comunicacionais produzidos na América Latina.

---

<sup>34</sup> Vale lembrar ainda que no espaço compreendido como América Latina existem os países “herdeiros diretos” da colonização francesa (Guiana Francesa, República Dominicana e Haiti) e holandesa (Suriname, Antilhas Holandesas).

<sup>35</sup> O conceito de Canclini sobre as imagens otimizadas da modernidade europeia estabelece um relativismo nesta questão de possível déficit das colônias latino-americanas.

<sup>36</sup> Faz-se necessário relativizar o termo eras (entre aspas) para designar os períodos de predominância de uma ordem de acesso a determinados conteúdos tendo em vista a própria relativização descrita por Asa Briggs e Peter Burke (2006) em *Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet*, ao propor a coexistência dos modos de consumo e produção comunicacional (BRIGGS & BURKE, 2006, p. 15).

Alguns genealogistas brasileiros do pensamento comunicacional produzido na América Latina (MARQUES DE MELO, 2008), (DALLA COSTA, 2006) costumam marcar o início efetivo das práticas que contribuíram para a emergência deste campo científico a partir do período do pós-guerra entre os anos 1940 e 1960. Marques de Melo (2008, p. 53-54) propõe, inclusive, uma divisão dos períodos constitutivos do pensamento latino-americano: *fraternidade corporativa* (1940-1960), *diáspora intelectual* (1970), *rede investigativa* (1970-1980) e o estabelecimento das *comunidades acadêmicas* (a partir de 1990). Acerca dos trabalhos em questão, o que temos é basicamente uma compilação revisional dos períodos sem a sua reflexividade epistêmica.

Porém, uma análise mais acurada da cronologia acerca de um campo comunicacional deve privilegiar de acordo com Thomas Kuhn (1978) os aspectos distintivos dessa tradição de pesquisa emergente em relação às fontes originárias. Segundo o autor, em sua obra que trata das mudanças paradigmáticas e revoluções científicas, Kuhn discute como se dá o processo de alteração paradigmática no campo de estudos que o pensamento latino-americano em Comunicação transita:

Em História, Filosofia e nas Ciências Sociais, a literatura de manuais adquire uma significação mais importante. Mas, mesmo nessas áreas, os cursos universitários introdutórios utilizam leituras paralelas das fontes originais, algumas sobre os “clássicos” da disciplina, outras relacionadas com os relatórios de pesquisa mais recentes que os profissionais do setor escrevem para seus colegas. (KUHN, 1978, p. 207)

Num percurso cronológico das tradições de pesquisa em Comunicação, a proposição do pensamento latino-americano é legatária da tradição dos Estudos Culturais desenvolvidos no CCCS<sup>37</sup> que promoviam uma articulação entre o pensamento sobre a formação da classe trabalhadora inglesa, a possibilidade de pensar o modo de produção subjetiva da referida classe e as desigualdades sociais naturalizadas a partir da consolidação de uma cultura elitista – que por sua vez era legatária dos debates da tradição crítico-radical dos frankfurtianos. Todavia, como propõe Kuhn (1978), nessa apropriação das tradições precedentes, geralmente o que ocorre é a incorporação de parte do vocabulário tanto conceitual quanto de manipulação que o paradigma anterior emprega.

---

<sup>37</sup> *Centre for Contemporary Cultural Studies.*

Porém nessa “nova” perspectiva acerca dos meios de comunicação e os usos sociais destes meios na América Latina, “os conceitos e experiências antigas estabelecem novas relações entre si” (KUHN, 1978, p 189). É a partir destas novas relações que emergem trabalhos singulares como os de Luis Ramiro Beltrán, Antonio Pasquali, Juan Diaz Bordenave, Luiz Beltrão, Mario Kaplún, Jesus Martín Barbero, entre outros em território latino-americano.

O esforço teórico é pensar nas contribuições dos diversos autores, bem como suas teses, e refletir como se estabeleceu a história da Comunicação na América Latina da forma como propõe Martino (2007) ao tratar da história e identidade do campo comunicacional. Ele aponta para a necessidade de superação do estado de generalidade como condição *sine qua non* para a constituição de um saber. Neste sentido, o que representa esta generalidade nos estudos do pensamento latino-americano em Comunicação é o esforço em encontrar um elemento aglutinador a essa diversidade e até divergência de pensamento. Proposta mais didática que propriamente epistemológica.

Ao que parece, a singularidade do pensamento latino-americano assenta-se exatamente na multiplicidade de autores, referências, visões e vozes dos aspectos que podem até ser comuns às localidades que se propõem a estudar, dadas as realidades, influências e heranças históricas dos países da América Latina; mas na prática constituem-se nos elementos distintivos de cada um dos pensadores no tempo em que desenvolveram suas análises da sociedade a partir dos fenômenos comunicacionais. Anseios iguais para problemáticas semelhantes.

Deste modo, a discussão sobre a constituição do pensamento latino-americano em Comunicação numa perspectiva epistemológica reproduz, de alguma maneira, as discussões acerca das Ciências Sociais na contemporaneidade. E para desenvolver tal empreitada é preciso pensar nas problemáticas teóricas que orbitam sobre o referido campo comunicacional.

Conforme aponta Boaventura Sousa Santos (2007), um dos problemas teóricos apresentados às discussões científicas acerca da sociedade latino-americana está nas próprias teorias, conceitos e categorias utilizados para desenvolver estes estudos. Ao que se percebe, esse conjunto de pressupostos epistemológicos foi elaborado a partir de uma realidade diversa à da América Latina, em geral, na Europa e Estados Unidos, num

período distinto. Deste modo, é possível identificar um *déplacement*<sup>38</sup> e uma anacronia teórica dos instrumentos necessários para se pensar a realidade latino-americana.

A emergência da escola latino-americana incentivou, na história das teorias da Comunicação, “a passagem dos estudos dos meios para o campo da recepção, o que atribuiu à América Latina um espaço privilegiado nas pesquisas de interface entre comunicação e cultura” (GUSHIKEN, 2005, p 14). Esta proposta de pensamento tornou-se singular por não negligenciar a capacidade cognitiva do receptor, e sim promover uma sistematização dos distintos modos de recepção e as formas de utilização das interfaces comunicacionais que os latino-americanos fazem da disponibilidade comunicativa.

Ao observarmos historicamente entre os anos de 1960 e 1980, a América Latina foi predominantemente governada por regimes ditatoriais, que por sua vez representavam os interesses bélicos do complexo militar e industrial dos Estados Unidos. Neste sentido, é possível compreender como a influência sociológica do funcionalismo norte-americano foi preponderante nas pesquisas dos países latino-americanos. Os governos militares tiveram que tornar funcionais os intelectuais formados na concepção da sociedade estadunidense para montar projetos políticos de reforma agrária, controle populacional, reconstrução urbana e, sobretudo, modelos comunicacionais de desenvolvimento.

Neste sentido, o modelo funcionalista norte-americano pode ser pensado como um imperativo e também uma prática colonialista. Ao se impor como ordem vigente e estabelecer um conjunto de métodos e práticas que deveriam ser aplicados juntos aos países deficitários tecnologicamente, que, de certo modo, nessa visão não seriam capazes de produzir técnicas e métodos eficazes para seu desenvolvimento, não sem esquecer que a ideia e os critérios para definição de desenvolvimento se deu a partir de termos demarcadamente colonialistas.

Não muito diferente do colonialismo clássico, esse “colonialismo tecnicocientífico” utilizou-se de mão de obra latino-americana para pôr em prática seus ideais científicos e, por meio dos organismos de financiamento à pesquisa determinou os assuntos a serem tratados no espaço acadêmico latino-americano. De acordo com Verón (1976), no âmbito da Comunicação, os projetos internacionais exerceram uma

---

<sup>38</sup> A utilização do estrangeirismo deve-se ao conceito mais próprio à ideia de “fora de lugar” que a palavra em francês propõe, com ressalvas numa referência ao pensamento de Roberto Schwarz (1974).



espécie de “contaminação”<sup>39</sup>, especialmente por intermédio de professores universitários contratados como pesquisadores pelos centros norte-americanos.

A imperatividade no campo do saber exercida pelos Estados Unidos expandiu-se para todos os estratos da produção subjetiva da América Latina. Os pensadores críticos definiram esse modelo como de dependência, de neocolonialismo e de imperialismo; a utilização do termo dependia da corrente de pensamento e do posicionamento político, mas a crítica era a um mesmo sistema, e o propósito era o mesmo, tentar superar essa condição. Foi apenas a partir das décadas de 1950 e 1960 que os países latino-americanos puderam começar a desenvolver essa resistência, através da instituição das universidades públicas, espaços de discussão.

Para questionar o fenômeno da dependência dos países da América Latina em relação aos centros hegemônicos, principalmente Estados Unidos, e de que maneira essa exploração se refletia nos meios de comunicação massiva, surgiram os estudos latino-americanos em comunicação. Com o intuito de esmiuçar a influência do poder econômico e político no campo comunicacional e, de quebra, apresentar alternativas que estariam em acordo com as necessidades do povo latino-americano; neste sentido, a pesquisa comunicacional da América Latina teve papel importante na formação de uma consciência comunicacional eminentemente latina e na contestação de modelos que aderiram a formatos já existentes.

Nesta perspectiva, é possível identificar nos pensadores latino-americanos uma orientação teórica que apresenta os desenvolvimentos históricos, naquele momento necessários para a transição da modernidade como ocorridas na Europa: a reforma religiosa, a ideologia liberal e as revoluções burguesas não encontraram na realidade latino-americano a possibilidade de serem efetivadas.

Desta maneira, a modernidade na América Latina seria um “eco tardio e deficiente dos países centrais” (ANDERSON, 1984) evidenciada pela constituição de referenciais culturais híbridos (CANCLINI, 2008), em que aquilo que é próprio da realidade das culturas tradicionais foi transposto pelo processo de urbanização aos moldes dos países desenvolvidos e teve como consequência um solapamento das identidades preexistentes, bem como suas especificidades culturais, em virtude do processo de modernização. Isso no plano prático. No plano científico, a constituição

---

<sup>39</sup> O diagnóstico de Verón acerca da hegemonia e “contaminação” do modelo funcionalista nas ciências sociais não significa que não existissem pensadores em resistência. O exemplo dessa resistência no campo das ciências sociais são: Octavio Ianni, Paulo Freire, Milton Santos, entre outros. Esses autores ofereciam reflexões acerca da problemática econômica e sociocultural brasileiras.

deste pensamento comunicacional latino-americano deu-se por uma série de embates ideológicos e políticos, tendo os pesquisadores como atores deste campo de disputa.

## DISPUTA DO CAMPO CIENTÍFICO

No campo científico das Ciências Sociais, a realidade latino-americana sempre se viu definida a partir de conceitos-chaves como identidade, diferença e subalternidade. Alguns dos conceitos aventados por essas discussões resultaram em um neoexotismo (MORAÑA, 1998) do pensamento em comunicação na América Latina. Para alterar essa condição revisitada do exotismo europeu é necessário pensar a América Latina não como lugar no qual se conservam práticas de comunicação diferentes, mas como lugar a partir do qual é possível pensar diferentemente as transformações que atravessam as práticas e as técnicas de comunicação (CANCLINI, 2005). É interessante salientar a importância desse *pensar diferentemente*, pois é a partir dele que emergem as perspectivas epistêmicas subalternas como forma de conhecimento que origina uma perspectiva crítica do conhecimento hegemônico.

Vale lembrar que a Comunicação é um campo do saber que começa a sua estruturação formal a partir da convergência de diferentes disciplinas sociais preocupadas com a problemática advinda dos meios de comunicação massivos e esse modelo de análise do processo comunicacional é reproduzido por boa parte dos pesquisadores na realidade latino-americana nas suas primeiras empreitadas.

O pensamento latino-americano em comunicação é produto desta *perspectiva epistêmica subalterna*<sup>40</sup>, ao postular-se a partir de uma crítica fundamental às práticas sociológicas das décadas de 1950 e 1960, que importavam os modelos norte-americanos estrutural-funcionalistas sem uma crítica epistemológica de suas origens. Era, naquele momento, uma tendência tecnicista do funcionalismo que encerrava os debates acerca dos processos comunicativos na aplicação de métodos, desconsiderando as particularidades do *locus* de aplicação do então “método científico”, reprodutor de uma lógica de dependência em níveis econômico e cultural.

---

<sup>40</sup> De acordo com Ramón Grosfoguel (2009), as *perspectivas epistêmicas subalternas* são uma forma de conhecimento que, vinda de baixo, origina uma perspectiva crítica do conhecimento hegemônico nas relações de poder envolvidas.

Assim, a partir dessas problemática pensadores latino-americanos que investigavam as particularidades das análises dos processos comunicativos reivindicaram seu lugar social de fala na produção de um pensamento. E como sustenta Ramón Grosfoguel (2009), isso se configurou como uma tomada de posição pelo lugar social e epistêmico dos produtores deste pensamento, uma vez que “todo conhecimento se situa, epistemicamente, ou no lado dominante ou no lado subalterno das relações de poder” (GROSFOGUEL, 2009, p. 6).

Ao observarmos a configuração histórica do que se convencionou em chamar de Escola Latino-americana de Comunicação<sup>41</sup>, nota-se a existência de dois centros de estudos voltados em especial para a análise da produção jornalística, que se tornaram responsáveis pela inauguração das discussões acerca da comunicação na América Latina, tendo como referencial o ano de 1959: o primeiro sob os auspícios da UNESCO, o Centro Internacional para Estudos Superiores de Periodismo da América Latina (CIESPAL), estabelecido na cidade de Quito, no Equador e o segundo, o Instituto Venezuelano de Investigaciones de Prensa, em Caracas.

O estabelecimento destes centros não significou necessariamente a criação efetiva do movimento conhecido como Escola Latino-americana de Comunicação. Foi necessário um embate ideológico entre os pesquisadores em comunicação da América Latina para efetivar a emergência deste movimento. Assim, na cidade de San José, Costa Rica, no ano de 1973, realizou-se o Seminário Internacional que pretendeu fazer uma avaliação das tendências da pesquisa latino-americana em Comunicação. Neste momento, já havia entre os pesquisadores aqueles que se autodenominavam pertencentes a uma “corrente crítica”, numa referência direta à orientação marxista de suas análises e num posicionamento antagônico ao dos pesquisadores do CIESPAL, que, apesar de defenderem uma orientação pluralista, por imposições institucionais da UNESCO, realizavam prioritariamente pesquisas de cunho funcionalista.

Muitas foram as intenções, algumas fracassadas outras exitosas, de criação de órgãos representativos da pesquisa em Comunicação na América Latina e, naquele momento, quase na totalidade, as sociedades latino-americanas encontravam-se sob jugo dos regimes ditatoriais. Precisava-se encontrar algum elemento conectivo que fosse capaz de convergir espaços geográficos tão diversos, que se interculturalizavam em

---

<sup>41</sup> Luiz Martino (2009) contesta o estatuto de “escola” ao conjunto de pensadores da realidade latino-americana por acreditar que não existem pressupostos epistemológicos, nem teórico, nem metodológico que estabeleça congruência.

especial nas regiões de fronteiras, “*reunir un perfil identitario unificando entidades tan diversas como las (también inasibles) identidades mesoamericanas, caribeña, andina, rioplatense, brasileña, por no hablas de regiones diversas de cada país*” (CANCLINI, 1999, p.103).

Foi a partir dessa inquietação que se chegou à ideia de formação de uma escola eminentemente latino-americana, que em princípio se colocaria refratária aos modelos e autores estrangeiros; que buscava privilegiar as particularidades daquela realidade. Porém, paradoxalmente, a base filosófica para a constituição desse movimento de pesquisa na América Latina se deu pela influência de um modelo não menos estrangeiro: o marxismo. Embora discursivamente houvesse um rechaço a esse modo de pesquisa:

É importante notar que do lado da esquerda a prática de pesquisa social desenvolvida por um Marx, por um Lênin ou por um Gramsci não teve presença significativa na região; os pensadores revolucionários trabalhavam concentrados na filosofia política, na reflexão dos fundamentos clássicos do pensamento social, na estruturação de programas partidários e na formulação de princípios ideológicos, sem valorizar a necessidade de pesquisas empíricas vinculadas à produção de conhecimento teórico. (DE LA TORRE, 2001, p. 15)

Ora, se essa síntese proposta por De la Torre (2001) acerca dos pensadores “críticos” ou “revolucionários” não evidencia uma “presença significativa”, há que se revisar a influência marxista na concepção do autor. O próprio autor estudado por De la Torre (2001), Elíseo Verón, desenvolveu boa parte de seus estudos acerca da comunicação numa aproximação com os estudos linguísticos a partir de um evidente marxismo estruturalista.

Diferenças à parte, o que se faz importante reforçar é que o meio acadêmico-profissional na América Latina, formado a partir das décadas de 1950 e 1960, tinha uma forte influência da sociologia funcionalista proposta pelos Estados Unidos e configurou-se naquele momento como o modelo hegemônico de produção no campo da Comunicação. Como dito anteriormente, a CIESPAL foi o centro espraizador do modelo funcionalista que, em geral, se constituía da aplicação esquemática dos modelos propostos por Harold Lasswell, Paul Lazarsfeld e Wilbur Schramm.

Como já sabido, esses mesmos autores nos Estados Unidos tentaram propor aos pensadores frankfurtianos exilados nos Estados Unidos um projeto cooperativo para produzir um diálogo entre pesquisa administrativa (EUA) e a perspectiva crítica de

análise dos meios de comunicação (Alemanha), porém o projeto não se efetivou pela rejeição dos frankfurtianos aos propósitos mercantilistas das pesquisas nos Estados Unidos. Essa recusa reverberou também na realidade latino-americana; foi a partir de então que em contraposição à hegemonia do modelo funcionalista, pensadores como Antonio Pasquali, Armand Mattelart e Eliseo Verón iniciaram estudos críticos em comunicação que se tornaram referenciais para pensar a realidade latino-americana.

Realidade esta que sempre fora vista pela visão eurocêntrica em termos negativos ligados a uma modernização tardia, incapacidade de produção de conhecimento técnico e científico para superação das condições adversas de desenvolvimento. Mas que a proposta de pensamento comunicacional latino-americano tentou superar pela via do protagonismo popular.

### **SUBDESENVOLVIMENTO COMO CONDIÇÃO**

A proposição deste movimento crítico da pesquisa em Comunicação na América Latina buscou encontrar algo que fosse representativo da realidade latino-americana para se estabelecer cientificamente para além das fronteiras geográficas do espaço latino-americano e buscar legitimidade em outros espaços científicos, reivindicando suas particularidades. Isso nos idos das décadas de 1960 e 1970 e ainda hoje esta busca se faz presente:

No limiar do século 21, a América Latina continua em busca de uma visão de si mesma, algum significado essencial. Conforme tem ocorrido em várias épocas da sua história, outra vez ela se defronta com mais interrogações do que respostas, mais inquietações do que perspectivas. Pode ser vista como um continente, vasto arquipélago de nações diferentes e estranhas entre si, buscando a integração e vivendo a fragmentação, parecendo vertebrado e invertebrado. Mobiliza experiências e memórias, façanhas e derrotas, heróis e santos, monumentos e ruínas, em busca de alguma visão de si mesmo, significado essencial, conceito. (IANNI, 2006, p. 3)

Porém para o momento de emergência do pensamento latino-americano em comunicação, o aspecto representativo “encontrado” para designar esse grande território geográfico foi uma questão de ordem econômica que por si só já produzia ou introjetava uma condição de inferioridade ao pensamento em questão, conforme propõe Berger (2001):

É entre o final dos anos 60 e início dos 70 que se inaugura uma reflexão efetivamente latino-americana sobre a comunicação, pois as *condições estruturais de subdesenvolvimento passam a ser consideradas e incorporadas nas análises dos meios* (BERGER, 2001 *apud* MARTINO, 2009, p. 3).

A despeito dessa constituição é importante lembrar as observações feitas por Octavio Ianni acerca da realidade latino-americana e como se operam, em geral, as análises acerca deste espaço em questão:

Em diferentes linguagens e distintos momentos, há latino-americanistas “estrangeiros” e “nacionais” que se revelam muito mais ideológicos do que cientistas sociais. A despeito das intenções edificantes, suas interpretações e diretrizes levam com frequência algum contrabando ideológico, no qual se reflete algum modelo emprestado, sem uma reflexão objetiva sobre os jogos de forças sociais, os processos e estruturas de dominação e apropriação, compreendendo as adversidades, inquietações e ilusões de indivíduos e coletividades, grupos e classes sociais. (IANNI, 2006, p. 13)

Aplicada mais evidentemente à realidade dos pesquisadores da CIESPAL que atendiam diretamente aos propósitos de tecnicização da América Latina, há que se observar dentro da realidade do grupo de pensadores “críticos” a aplicação deste “contrabando ideológico” de que trata Ianni (2006). Deste modo, ideologicamente a incorporação de conceitos como “subdesenvolvimento”, “periferia”, “colonização”, “dependência cultural” e tantos outros foram os aspectos encontrados como elemento comum às realidades latino-americanas e, a partir daí, seriam feitas as análises sociais com base nessa condição “distinta” da América Latina. Aspectos estes que refletiriam nas realidades socioculturais a partir de outra gama de conceitos que reiteram essa condição *sine qua non* para emergência do pensamento latino-americano: hibridização, subalternidade, populismo, marginalidade.

O adjetivo *diverso* talvez seja o mais próprio para designar o conjunto de pensamento acerca das práticas e processos comunicacionais na América Latina, apesar de haver sempre um esforço por parte de alguns pensadores em encontrar elementos que aglutinem essa produção científica que se propôs a pensar desde o uso do rádio como forma de consciência política do campesinato ao papel do Estado e da cultura popular na constituição da(s) identidade(s) nacional(is). Conforme definido por Barbero (2006), pensando a América Latina em termos de uma modernidade não-contemporânea.

Essa ideia de modernidade não-contemporânea, ao contrário do que possa sugerir, não se afigura como atraso constitutivo da realidade latino-americana, muitas vezes utilizado como chave explicativa para os processos de diferença cultural. Barbero sustenta que essa modernidade não-contemporânea se dá por duas vias: uma entende que a originalidade dos países latino-americanos se deu por uma série de fatores que escapam à lógica capitalista; outra que pensa a modernização como tempo perdido, identificando o desenvolvimento como o imperativo de deixar a condição de atraso e alçar ao status de moderno. Mas ao que parece a chave de entendimento desta realidade na América Latina sugere que essa descontinuidade do processo de desenvolvimento permite romper “tanto com um modelo a-histórico e culturalista quanto com o paradigma da racionalidade acumulativa em sua pretensão de unificar e subsumir num só tempo as diferentes temporalidades socio-histórica” (BARBERO, 2006, p. 218).

Ao falarmos da realidade da América Latina, as questões mais relevantes que abrangem o continente parecem não ter sido solucionadas. Pendências de ordem política, econômica, social e cultural sempre estiveram em evidência ao longo de todo o processo civilizatório e exploratório por que passou o território. É importante lembrar que todos os países latino-americanos foram colônias de exploração de países europeus, em especial Portugal e Espanha. Não é incomum encontrar na história da América Latina momentos políticos conturbados, crises econômicas, agitações no meio social e a cultura local sendo atentada em crimes contra a liberdade de expressão e o fortalecimento de uma identidade.

Esse panorama tornou-se corriqueiro a partir da entrada do colonizador em uma terra antes habitada apenas pelo indígena. Na medida em que o europeu se instalou em território desconhecido e criou elementos que compuseram um sistema econômico, novas formas de enriquecimento surgiram de acordo com a evolução natural e com as necessidades. Dessa forma, tinha-se a precisão – ilícita – de reformular a organização disposta, o que derrocava invariavelmente em atritos.

Nesse sentido, o que prevaleceu desde a chegada do não-índio ao Novo Mundo, falando particularmente dos países da América Latina, foram dois processos que, embora opostos, caminharam lado a lado: subdesenvolvimento e modernização. Conceitos como dependência, subalternidade, populismo, marginalidade e alguns outros foram elaborados e se tornaram referências obrigatórias para pensar a construção histórico-social da América Latina; embora se encontrem ainda em processo de

discussão e que por este motivo parecem incapazes de explicar de maneira clara os fenômenos aos quais aludem.

Sob esse cenário, iniciou-se e foi alavancada a pesquisa latino-americana. Situadas a meio caminho entre o “subdesenvolvimento acelerado” e a “modernização compulsiva”, como bem destacou Jesús Martín Barbero, as sociedades latino-americanas têm produzido gerações de pesquisadores preocupados com problemas sociais e comprometidos com soluções políticas, já que a herança cultural luso-espanhola, a constante instabilidade político-econômica e a pobreza não forjaram uma realidade na qual a neutralidade científica defendida pelos norte-americanos pudesse encontrar terreno fértil.

Essa manutenção na estrutura, assegurou sempre aos mesmos grupos a detenção dos poderes políticos e econômicos, foi propiciada pela alternância de dominação estrangeira. Colonizando e explorando um território que não os pertencia essencialmente, tirariam dos países latinos as principais riquezas aqui contidas, sem ter qualquer comprometimento social e cultural com suas colônias. Após a Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos emergiram como a grande potência global, já que os países europeus, por terem “sediado” o Conflito, estavam destruídos. Naturalmente, os territórios que tinham obrigações a cumprir com a Europa, como era o caso do Brasil, passaram a se alinhar à política dos Estados Unidos, no início do século XX.

Mesmo depois de decretadas suas independências, as nações latino-americanas não se libertaram economicamente de seus dividendos. Do ponto de vista social, as manifestações populares se difundiam, porém sem surtirem efeitos concretos, que produzissem alterações na estrutura básica da população. Culturalmente, o *american way of life* passou a fazer parte do cotidiano desses países emergentes. Com o advento do rádio e posteriormente da televisão, importantes veículos de comunicação de massa, as mensagens produzidas nos grandes países ganhavam espaço em locais de fraco poderio econômico.

Nos centros urbanos, a população pobre, majoritariamente analfabeta e até então isolada dos principais acontecimentos do mundo, passou a ter contato diário com o rádio e, em seguida, com a televisão, que catalisou o fortalecimento de uma indústria cultural calcada em grande parte nos imperativos culturais dos Estados Unidos da América. É esse acesso aos meios de comunicação eletrônicos sem um contato prévio com os meios impressos, em sociedades altamente excludentes e sem tradição democrática, que molda o fenômeno da comunicação massiva na América Latina e que



determina, em boa medida, os rumos que a sua pesquisa seguiria ao longo dos anos seguintes (DALLA COSTA, 2006, p. 99).

Como uma forma de refletir sobre o fenômeno da dependência dos países da América Latina em relação às principais potências do planeta, principalmente Estados Unidos, e de que maneira essa exploração se refletia nos meios de comunicação massiva, surgiram os estudos latino-americanos em comunicação.

A constituição deste pensamento se deu na configuração histórica adversa das nações latino-americanas que se encontravam sob regimes ditatoriais. Nessa situação, alguns assuntos e temáticas eram proibidos e encontravam sanções disciplinares junto aos órgãos de regulação de conteúdo. Porém, uma questão que sempre esteve ligada ao estabelecimento dessas ditaduras e obtinha financiamento do governo norte-americano estava no pseudoassistencialismo para “superção” da condição de subdesenvolvidos. Deste modo, a temática acerca da modernidade sempre ocupou espaço significativo nas discussões de quaisquer que fossem as orientações de pesquisa, ora pensada como tardia a partir de uma visão estrangeira, ora vista como distinta numa tentativa de justificar a particularidade da América Latina.

## **APONTAMENTOS PÓS-COLONIAIS**

Na contemporaneidade, um dos mais importantes fatos acerca da geografia proposta por autores como Lyotard, Jameson e Bauman, é que o mundo está se tornando pós-colonial. Isso significa que o mapa político do imperialismo e da colonização ao redor do mundo está em processo de (re) configuração. Não se pode afirmar que o mundo superou o colonialismo, mas é possível dizer que o mundo tem presenciado o desarranjo dos impérios tradicionais.

Esses espaços, que estão em processo de reconfiguração, são espaços físicos e imaginários nos quais diferentes vozes convergem e podem ser vistas como pós-coloniais no sentido de romper com as rígidas fronteiras de categorias discursivas como nacionalidade, gênero e raça. Esse rompimento produz uma mudança estrutural no modo de sistematização das categorias de análise da sociedade que são refletidas no discurso científico e provocam algumas rupturas epistemológicas. A crítica pós-colonial *per se* já se configura como uma ruptura epistemológica, ao promover uma reflexão e mudança no plano do conhecimento.

A chamada crítica pós-colonial ou os estudos pós-coloniais apresentam-se na academia internacional como um conjunto de estratégias interpretativas voltadas para a rica diversidade de práticas culturais que caracterizam as sociedades colonizadas ou egressas da colonização europeia. Este modo de pensamento apresenta um panorama para a discussão dessas rupturas e novos modos de pensamento que compreendem o momento inicial da colonização, no alvorecer da modernidade, com a expansão marítima europeia, até o presente.

A partir de uma localização histórica, a crítica pós-colonial problematiza o processo histórico da colonização empreendida pela Europa nos demais continentes e efetua a leitura desconstrutora de textos colonialistas de diversas ordens (históricos, literários, científicos, filosóficos etc.), neles destacando as representações europeias a respeito dos nativos nas/das colônias e a consequente fabricação do "sujeito" colonial.

Sendo assim, a crítica pós-colonial examina a produção de contradiscursos também de diversas ordens que expressam projetos de resistência do colonizado e suas estratégias de revide na árdua luta pela autonomia. Para refletirmos sobre as alterações epistemológicas produzidas por este novo momento, faz-se antes necessário conceituarmos o que é (ou o que pode ser) o pós-colonialismo. Ao fazermos uma leitura panorâmica de alguns autores categorizados como pós-coloniais – Spivak, Said, Appiah, Bhaba, entre outros –, podemos dizer que, grosso modo, trata-se de um conjunto de correntes teóricas e analíticas, de forte influência dos Estudos Culturais, que procuram questionar teórica e politicamente as relações desiguais entre o Oriente e o Ocidente, como também entre o Norte industrializado e o Sul subdesenvolvido<sup>42</sup>.

Neste sentido, é imprescindível pensar que as relações de desigualdade estabelecidas entre Norte e Sul (como também entre Oriente e Ocidente) são constituídas historicamente pelo colonialismo, e que o “fim” do colonialismo enquanto prática política não foi suficiente para superar o colonialismo enquanto prática social e cultural. Porém, ao que se percebe, o termo pós-colonial carrega em si uma série de questionamentos que não precisam em muito sua definição. Uma das primeiras acepções do pós-colonial refere-se às discussões travadas acerca do processo como uma marca temporal estabelecida no momento posterior ao que se convencionou chamar de “fim” do colonialismo.

---

<sup>42</sup> As categorizações Norte *industrializado*, bem como, por conseguinte, Sul *subdesenvolvido* já evidenciam um modo de classificação destes países, que os estudos pós-coloniais tentam superar, pois discursivamente estabelecem uma hierarquização; porém para este momento utilizarei esses adjetivos para denotar o ponto de partida das discussões pós-coloniais.

Stuart Hall em seu artigo *Quando foi o pós-colonial?*, cita as autoras Ella Shohat e Anne McClintock que criticam essa ênfase temporal dada ao termo pós-colonial. “Para ambas, o conceito é utilizado para marcar o fechamento final de um período histórico, como se o colonialismo e seus efeitos estivessem definitivamente terminado.” (HALL, 2006, p. 96). Contudo, como aponta Shohat, existe uma ambiguidade subjacente ao conceito, uma vez que não fica estabelecido em algumas definições se a “periodização é epistemológica ou cronológica”. O autor Arif Dirlik (1997) aponta alguns dos usos possíveis do termo pós-colonial, que ao que parece não respondem necessariamente ao questionamento de Shohat quanto ao modo de periodização, mas pode ser interpretado como uma periodização epistemológica e cronológica.

Dirlik (1997) aponta que o uso e difusão do termo pós-colonial no espaço acadêmico se deram a partir de meados da década de 1980 e serviu como vinculador ao grupo de intelectuais acadêmicos dos países classificados como Terceiro Mundo. A emergência do pós-colonial, de certo modo, fez-se como forma de superar essa classificação das sociedades do mundo moderno entre Primeiro, Segundo e Terceiro Mundo. Dirlik aponta alguns dos usos possíveis do termo: descrição literal de condições em ex-sociedades coloniais, caso em que o termo tem referenciais concretos como, por exemplo, em sociedades pós-coloniais ou intelectuais pós-coloniais; descrição de uma condição global após um período de colonialismo, caso em que o uso é de certa forma mais abstrato e menos concreto quanto à referência, comparável na sua imprecisão ao termo anterior Terceiro Mundo, o qual pretende substituir, e descrição de um discurso sobre as condições acima mencionadas, inspirado pelas orientações epistemológicas e psíquicas que são produtor dessas condições.

A partir das reflexões de Dirlik (1997), já é possível vislumbrar se não uma definição, ao menos, uma delimitação do campo de atuação e aplicabilidade do pós-colonial numa tríade. Dentre os usos é possível perceber o esforço por superar a categorização dos mundos por nomenclaturas ordinais e a invalidez dessa categorização em face das novas configurações do espaço global: enquanto conceito, em constante discussão; enquanto postura de investigação que luta por uma institucionalização e enquanto situação que caracteriza um momento histórico concebido como pós-moderno das localidades em questão.

Ao estabelecer um paralelo entre a questão pós-colonial e o momento dito pós-moderno, Boaventura (2002) afirma que é justamente no plano epistemológico que o colonialismo assume maior centralidade na concepção de pós-moderno. O autor utiliza a

distinção que faz entre dois tipos de conhecimento que se aplicam a este momento: o conhecimento-regulação, que, neste caso, pode ser compreendido como um conhecimento construído a partir da ignorância como caos e o saber como ordem; e o conhecimento-emancipação, construído, para Boaventura, a partir da ignorância como colonialismo e o saber como solidariedade que se identifica com o pensamento de fronteira<sup>43</sup> de Walter Mignolo (2003).

Mignolo concebe a epistemologia de fronteira como um argumento para a diversidade geopolítica que surge a partir das perspectivas subalternas e também como uma forma de pesquisa viva, uma leitura que acontece a partir do exterior, no interior e no avesso limites (MIGNOLO, 2003). A epistemologia de fronteira aponta para um tipo diferente de poder, múltiplo, em grande parte transdisciplinar e significativamente "aberto", uma vez que o objetivo é o de manufacturar novas formas de análise, não só contribuir para sistemas de pensamento estabelecidos. O conceito de epistemologia de fronteira de Mignolo, proveniente em parte da noção de "teorização bárbara", de Ribeiro (1971), surge das condições de se teorizar a partir da fronteira e é, sem dúvida, uma teoria dos subalternos, mas não apenas para os subalternos; a teorização subalterna é para todo o mundo (MIGNOLO, 1998).

Logo, o aparecimento da epistemologia de fronteira auxilia no surgimento de novos entre-lugares para se pensar discursos, disciplinas e diálogos. A epistemologia de fronteira, como uma atividade de descolonização do conhecimento situado nos subalternos, incentiva o desenvolvimento de um "outro pensamento", deslocando os binários eu/outro e centro/periferia, e produzindo um deslocamento de rígidas noções de expectativa, análise de imagens, modos de ver, questões de posicionalidade, epistemologia, poder, identidade, subjetividade, agência e vida cotidiana.

No entendimento de Mignolo, os espaços de fronteira sustentam e nutrem o exercício epistemológico dos subalternos de auto-negação, ao mesmo tempo em que lhes permitem a experiência da inalterabilidade identitária, o que foi negado pelo epistemologias hegemônicas (MIGNOLO, 1998, p. 39). A propagação das margens, produzida por e como um efeito direto do pós-modernismo, fragmentou a noção de centro como um eixo consistente de controle e estimulou a um contínuo deslizamento de estruturas binárias estáticas.

---

<sup>43</sup> O conceito de epistemologia de fronteira de Mignolo se refere ao interstício entre o conhecimento e a ignorância.

Conforme aponta Nelly Richard (1993), a pós-modernidade promove uma desorganização e reorganização do processamento das fases do processo de modernização. Deste modo, esses binarismos pensados a partir da tradição e modernidade deixam de se contrapor sob o signo do antagonismo entre o velho e o novo. A modernidade não se propõe como substituta da tradição, mas numa dinâmica dialógica entre os signos do processo evolutivo que na América Latina recebem novos contornos: atraso e avanço, folclore e indústria, mito e ideologia, rito e simulacro.

A constituição do pensamento latino-americano em comunicação foi fruto de uma resposta às imposições de um modo de produção do conhecimento científico norte-americano. A sistematização do pensamento comunicacional na América Latina foi, e ainda é, produto do trabalho de inúmeros pesquisadores que aspiravam constituir um pensamento localizado, que atendesse às dinâmicas e práticas comunicacionais latino-americanas, uma vez que o modelo difusionista apresentava inúmeras falhas, inclusive identificadas pelos próprios autores deste modelo.

Em 1962, Everett Rogers publicou *The Diffusion of Innovations*, que tornou-se uma das bases teóricas que viriam a consolidar o modelo difusionista da comunicação. Posteriormente, Rogers revisou o difusionismo, tornando-se crítico de alguns de seus aspectos. Em 1982, o autor propõe uma “pesquisa crítica” a “pesquisa empírica” a fim de integrar em seu quadro de análise a questão do contexto da comunicação, os aspectos éticos do processo e métodos mais plurais (MATTELART, 1999). Estes aspectos contextuais identificados por Rogers parecem ser os elementos distintivos do processo comunicativo, podendo ser interpretados como o momento de emergência do pensamento latino-americano. Mas voltemos aos aspectos deste primeiro momento das pesquisas em Comunicação na América Latina.

O modelo difusionista propunha um mecanicismo do processo informacional que deixava em segundo plano toda estrutura cognitiva preexistente do receptor, considerando que o processo de adoção de novos conhecimentos se daria de forma automática. Esta proposta de modelo comunicacional, antes de qualquer coisa, era uma tentativa de solução à problemática imposta pelo processo de modernização que encontrava alguns impeditivos, principalmente nos países tidos como subdesenvolvidos, herdeiros do processo de colonização.

A emergência desta escola latino-americana incentivou, na história das teorias da Comunicação, a passagem dos estudos dos meios para o campo da recepção, o que atribuiu à América Latina um espaço privilegiado nas pesquisas de interface entre

comunicação e cultura. O desvio de rota para o campo da recepção resultou, principalmente a partir dos anos 1980, na modulação de um pensamento comunicacional que atribui a produção de sentido não às estruturas já dadas, mas ao processo do qual o receptor faz parte necessariamente e simultaneamente como produtor de informações. Porém, estabelecer-se como um modelo de pensamento hegemônico talvez não seja o propósito dos pensadores latino-americanos, mas, ao menos, a ocupação de um espaço significativo nas pesquisas em Comunicação.

A utilização de elementos próprios da realidade na América Latina e a tentativa de criação de um pensamento distinto podem aqui ser considerados como os fatores para classificar essa “escola” de pensamento própria do momento pós-colonial. O desafio como o apresentado por Said acerca do orientalismo está em “uma necessidade maior de cruzar fronteiras, de maior intervencionismo em atividades interdisciplinares, uma concentrada consciência da situação – na qual se realiza o trabalho cultural e intelectual” (SAID *apud* HOLLANDA, 1991, p. 272).

Essa conscientização da situação se deu a partir do momento em que um grupo de pensadores composto por Eliseo Verón, Antonio Pasquali e Armand Mattelart foi responsável pela difusão de práticas e modelos teóricos para os estudos em comunicação que se tornariam os paradigmas do pensamento e pesquisa em Comunicação na América Latina.

Além destes citados, Néstor Garcia Canclini, Guilherme Orozco, Jesus Martín-Barbero, dentre tantos outros, contribuíram para se pensar nas práticas de sentido da realidade da América Latina, tendo sempre como perspectiva o caráter distintivo destas práticas no espaço em que são operadas. Há uma espécie de observação destas práticas, e para estar em consonância com a discussão deste trabalho, também dos fluxos que transitam pelas comunidades do espaço latino-americano. A transformação provocada pelo excesso de fluxo é evidente e inevitável, as consequências deste processo também, em alguns casos, são imprevisíveis. Mas deste caráter de imprevisibilidade destes fenômenos é que se emerge a ânsia por observá-los.

A região de fronteira parece potencializar ainda os vetores de fluxos comunicacionais, pois são duas referências (ou mais) identitárias; um excesso e descaso pela manutenção do território nacional; negociações e conflitos diplomáticos; entre tantos. Deste modo, essas tensões criadas pelo espaço de fronteira inserem-se no diálogo, na negociação das práticas interculturais muitas destas permeadas por diversas

outras práticas que carregam reminiscências coloniais e que na contemporaneidade buscam novos sentidos e geram táticas que tentam superar essa condição colonial.

## **INTERCULTURALIDADE: PROPOSTA PÓS-COLONIAL**

A interculturalidade tem se estabelecido como questão referencial para pensar a diversidade étnico-cultural presente na conformação histórica da realidade latino-americana. De acordo com ElHajji (2012), ao contrário do que se apresenta, a opção intercultural não se configura como um modismo, e sim “reflexo de uma ação política pós-colonial”. Conforme dito anteriormente, as consequências das várias fases do colonialismo precisam ser discutidas e, na medida do possível, superadas.

Neste sentido, a interculturalidade emerge como a tônica de políticas públicas, proposições pedagógicas e reformas constitucionais de países que estão experienciando e adotando novas perspectivas para o processo de interação entre diferentes culturas em um mesmo território.

Na América Latina, espaço marcado por processos interculturais até mesmo no discurso acerca da constituição dos sujeitos nacionais, a construção do nacional se fez a partir de distintas matrizes identitárias, embora naquele momento não houvesse uma preocupação efetiva da integração<sup>44</sup> das populações negra e indígena ao discurso nacional. Ao que parece, esses últimos se constituíam como meros fatores de uma equação que resultou a partir da “soma” com a matriz europeia, na identidade nacional brasileira.

Nesta perspectiva, apesar de haver divergências quanto ao grau de participação das “três raças”, os trabalhos de Nina Rodrigues, Silvio Romero e Gilberto Freyre tornam-se emblemáticos ao questionar essa condição de miscigenação enquanto metáfora do cadinho. Faz-se importante observar também que essa discussão acerca da identidade aventada no primeiro terço do século XX esboçava uma proposta intercultural, ainda que no plano teórico. Algumas discussões sociológicas acerca da

---

<sup>44</sup> A matriz indígena se viu como referencial para constituição do sujeito nacional por se ligar ao propósito de Estado-nação moderno que via nos aspectos tradicionais o cerne da constituição da identidade nacional. Esse movimento numa perspectiva retórica, porque dentro do plano constitucional, relegava (e relega) os povos originários a uma condição distinta da sociedade, desconsiderando seus modos de subjetivação e territórios. Quanto à matriz negra, o discurso é ainda mais complexo, uma vez que o país havia decretado o fim da escravidão, porém não desenvolveu ações para a integração deste grupo social na participação política.

configuração identitária evidenciava a condição mestiça da nacionalidade brasileira conforme afirma Renato Ortiz:

A temática da mestiçagem é neste sentido real e simbólica; concretamente se refere às condições sociais e históricas da amálgama étnica que transcorre no Brasil, simbolicamente conota as aspirações nacionalistas que se ligam à construção de uma nação brasileira. (ORTIZ, 1985., p. 21)

Apesar de configurar-se como um projeto nacionalista, a matriz europeia sempre se viu enquanto referencial para pensar as demais matrizes identitárias, assim a *diferença* do “Eu” europeu se firmava nos trópicos, subjulgando os “Outros” indígena e negro. Assim, essa “proto-interculturalidade”<sup>45</sup> aventada pelos discursos sociológicos se ligava a aspectos de ordem racial, em virtude de nesse período as sociedades latino-americanas estarem construindo suas identidades nacionais exatamente a partir desse discurso racial. Os estudos acerca das relações interétnicas na realidade latino-americana receberam, inclusive, uma nomenclatura específica, a mestiçagem. Canclini (2008) fala sobre a evolução do conceito de mestiçagem no sentido de não ligar-se exclusivamente à questão biológica:

Durante muito tempo, foram estudados mais os aspectos fisionômicos e cromáticos da mestiçagem. A cor da pele e os traços continuam a pesar na construção ordinária da subordinação para discriminar índios, negros e mulheres. Entretanto nas ciências sociais e no pensamento político democrático, a mestiçagem situa-se atualmente na dimensão cultural das combinações identitárias. Na antropologia, nos estudos culturais e na política, a questão é abordada como projeto de formas de convivência multicultural moderna, embora estejam condicionadas pela mestiçagem biológica (CANCLINI, 2008, p. XXVIII)

Na contemporaneidade, os aspectos interculturais superam essa diferenciação que se liga mais estritamente a aspectos biológicos de raça e propõe a questão intercultural em termos de diferenças culturais num sentido mais amplo, envolvendo, além da questão racial, as identidades nacionais, as particularidades culturais, as condições de subjulgamento histórico a que determinados grupos sociais foram

---

<sup>45</sup> Chamo de “proto-interculturalidade” ao movimento de pensadores que buscavam construir a ideia de sujeito nacional e definir a identidade nacional a partir das distintas matrizes culturais: branca, indígena e negra. Neste sentido, as obras *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freyre, *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda e mais tarde *O povo brasileiro* de Darcy Ribeiro tornaram-se referenciais para pensar a constituição identitária nacional em termos de diversidade étnica.



submetidos. Isso faz com que os processos históricos dos distintos grupos constitutivos da nação sejam repensados sob o prisma da interculturalidade.

Ainda que no Brasil não haja de fato um movimento neste sentido, em alguns países da América Latina, parece existir por parte de alguns organismos políticos um elogio à diferença, uma nova atenção à diversidade, seja por questões de reconhecimento jurídico ou por um anseio de promover interações positivas entre distintos grupos sociais com o propósito de superação de questões ainda delicadas na discussão pública como a discriminação, o racismo e a ampliação dos direitos civis de grupos historicamente sublimados da participação em políticas públicas.

Os casos equatoriano e boliviano<sup>46</sup> são exemplares neste sentido, pois tendo como referência a interculturalidade, inseriu os povos originários, bem como seus modos de subjetivação na Constituição, incorporando-os no discurso jurídico primário da nação. O que evidencia um esforço de "interculturalizar", de destacar lógicas, racionalidades e modos socioculturais historicamente negados e subordinados, além de fazer com que estas lógicas e racionalidades contribuam para uma nova construção e articulação de orientação descolonial.

As novas Constituições de Equador e Bolívia propõem a reconfiguração dos Estados nacionais e o redimensionamento da própria ideia de Estado nacional, uma vez que inserem nos textos constitucionais a proposição de um Estado plurinacional, considerando as diferenças culturais existentes no território nacional. É a revisão do modelo de Estado-nação adotado quando do estabelecimento das repúblicas no século XIX, que tinha o modelo europeu como referencial. Assim, a ideia de Estado estava ligada a um território, que, por sua vez, se constituiria em uma nação, que seria expressa em termos de uma língua nacional. Há que se pensar que, na realidade latino-americana, os países eram povoados por inúmeras sociedades originárias, muitas dizimadas ao longo do período colonial e que, no período republicano, tiveram seus direitos e valores suprimidos por conta da uniformização da nacionalidade proposta pelo Estado moderno.

Na realidade boliviana, os povos originários foram finalmente incorporados no plano político a partir da Constituição de 2008. Dos 411 artigos que compõem a Carta Fundamental boliviana, 80 são destinados à questão indígena. A equivalência da justiça indígena à justiça institucionalizada; a garantia de representação dos povos originários

---

<sup>46</sup> Aqui refiro-me às propostas de Nova Constituição de Equador e Bolívia. A primeira aprovada pela Assembleia Constituinte em julho/2008 e aprovada em referendo popular em setembro/2008. A segunda, aprovada pela Assembleia Constituinte em dezembro/2007 e referendada popularmente em janeiro/2009.

no parlamento; a reorganização territorial do país, o que garante autonomia às frações territoriais (departamental, regional, municipal e indígena), cada uma delas podendo organizar suas eleições e administrar os recursos econômicos; e o reconhecimento dos direitos de família e propriedade de cada povo originário, são alguns dos pontos essenciais do novo projeto constitucional. Assim, a interculturalidade enquanto via de regra passa a moldar a dinâmica da sociedade.

Na realidade brasileira, a questão da interculturalidade enquanto proposta de revisão das diferenças culturais no plano político ainda apresenta avanços modestos; um deles se refere à educação das localidades de fronteira, que incluem também as cidades em questão deste trabalho. Promulgada em 19 de junho de 2012, a Portaria n. 798 do Ministério da Educação institui as Escolas Interculturais de Fronteira, com o objetivo de promover a integração regional por meio da educação intercultural e bilíngue. Essa proposta de interação está fundamentada nos princípios da interculturalidade, bilinguismo e construção comum e coletiva do plano político-pedagógico das escolas-gêmeas. É possível perceber o esforço de incorporar na formação educacional dos indivíduos das localidades de fronteira a consciência da alteridade que não se apresenta tão “alter” assim, uma vez que, na experiência de fronteira, essa distinção entre aquilo que é próprio e alheio acaba sendo naturalizado pela convivência com essa diferenciação.

Canclini prefere chamar estes produtos resultantes da interface entre grupos culturais distintos de hibridação, termo escolhido para “designar as misturas interculturais propriamente modernas, entre outras, aquelas geradas pelas integrações dos Estados nacionais, os populismos políticos e as indústrias culturais” (CANCLINI, 2003, p. XXVII).

A hibridação seria o termo adequado para traduzir os processos derivados da interculturalidade, não só as fusões raciais comumente denominadas de mestiçagem ou o sincretismo religioso, mas também as misturas modernas do artesanal com o industrial, do culto com o popular e do escrito com o visual, ou seja, trata-se de um conceito de maior amplitude e atualidade que explicaria melhor os complexos processos combinatórios contemporâneos “não só as combinações de elementos étnicos ou religiosos, mas também a de produtos de tecnologia avançadas e processos sociais modernos ou pós-modernos” (CANCLINI, 2003, p. XXIX). Assim, pela perspectiva de Néstor García Canclini, os hibridismos de que ele fala se ligam intrinsecamente aos processos interculturais, uma vez que são produtos da fusão de distintas matrizes

culturais, temporalidades, espacialidades, usos e técnicas que geram novos termos e processos.

Na realidade pesquisada para este trabalho, a interculturalidade se apresenta frequentemente mais pela ordem da espontaneidade que enquanto projeto político. A consciência da interculturalidade como proposta de interação entre os distintos ainda não alcança o discurso político local, mas, na prática, a população se vale de uma convivência *a priori* harmônica, promovendo uma reciprocidade comunitária. Ainda de acordo com Canclini (2008), a interculturalidade é uma condição da sociedade atual, de modo que em diferentes escalas e níveis de ação os sujeitos estão realizando práticas interculturais, mesmo que de forma inconsciente.

Para este autor, a interculturalidade tornou-se um conceito central para análise da sociedade, pois em diferentes esferas da vida humana vivenciamos situações interculturais de troca e diálogos com outras culturas que, por sua vez, apresentam uma dimensão espacial na medida em que são vivenciadas por sujeitos através de suas práticas cotidianas ao produzirem e reproduzirem o espaço humanizado.

É neste contexto que o conceito de interculturalidade é usado para indicar um conjunto de propostas de convivência democrática entre diferentes culturas, buscando a integração entre elas sem anular sua diversidade, ao contrário, “fomentando o potencial criativo e vital resultante das relações entre diferentes agentes e seus respectivos contextos” (FLEURI, 2003). O termo tem origem e vem sendo utilizado com frequência nas teorias e ações pedagógicas, mas saiu do contexto educacional e ganhou maior amplitude passando a referir-se também a práticas culturais e políticas públicas.

Posto isto, pode-se afirmar que essas ações interculturais operadas de modo espontâneo ou enquanto projeto político alinham-se a uma lógica pós-colonial no sentido de revisar a participação de determinados grupos sociais na construção dos Estados-nação. Trata-se de uma busca pela inserção desses atores sociais constitutivos e integrantes da nação, que não tiveram seu lugar social, mas gozam de novas formas de participação e representação. O discurso intercultural privilegia a diversidade, ao contrário do colonialismo que se firmava pela imposição de um grupo hegemônico. Assim, a interculturalidade se apresenta como uma prática pós-colonial, que reconfigura não apenas os processos coloniais, mas desafiam a base do conceito ocidental de conhecimento ao estabelecer conexões entre o lugar cultural em que está circunscrito e a produção teórica.

Nessa lógica de conexão entre lugar cultural e produção teórica, outros espaços emergem como potenciais *locus* de investigação, por conformarem em seu interior distintas matrizes culturais e formas de subjetivação. O espaço fronteiriço é um destes locais que agencia diversas referências culturais e promovem a interculturalidade entre os grupos distintos que compõem este espaço de fronteira.

## **ESPAÇOS FRONTEIRIÇOS: POTENCIALIDADE INVESTIGATIVA**

A fronteira enquanto objeto de investigação aparece cada vez mais pertinente para perceber as contradições, os paradoxos, as diferenças e os conflitos no mundo contemporâneo. Pensada como espaço ou como categoria conceitual, a fronteira é um lugar de experiências sociais e de novos encontros. No universo comunicacional, os estudos voltados para a análise dos espaços fronteiriços se apresentam com relativa sistemática. Inúmeras são as iniciativas de investigação que se propõem a analisar o consumo midiático na região de fronteira. O lugar intersticial da fronteira em que há uma preocupação acerca dos conteúdos informativos a serem difundidos para públicos de distintas referências nacionais torna-se uma questão a ser observada como problemática de investigação.

Neste sentido, um dos trabalhos que se fundamentou nessa vertente de estudos foi a tese de doutoramento desenvolvida por Daniela Cristiane Ota, intitulada *A informação jornalística em rádios de fronteira: a questão da binacionalidade em Ponta Porã-Pedro Juan Caballero e Corumbá-Puerto Quijarro* (2006) na Universidade de São Paulo. Para esta investigação, a autora analisou os conteúdos jornalísticos de duas emissoras de rádio das cidades da fronteira de Mato Grosso do Sul, que estabeleciam fronteira seca com Paraguai e Bolívia: Ponta Porã/Pedro Juan Caballero e Corumbá/Puerto Quijarro. O estudo buscou identificar as características discursivas dos conteúdos jornalísticos que denotassem o caráter de binacionalidade na produção jornalística das emissoras Cero Corá e FM Melodia como instrumento de divulgação representativa simbólica da cultura daquela região, bem como promotora de discursos voltados para a identidade das comunidades fronteiriças.

Outra ação proveniente do estado de Mato Grosso do Sul que se vale dos estudos de fronteira é desenvolvida pelos professores Dr. Marcelo Vicente Cancio Soares e David Trigueiro dos Santos. Trata-se de um projeto de pesquisa intitulado

*Jornalismo de fronteira* e busca realizar um levantamento das empresas de comunicação da fronteira Brasil-Paraguai, a partir das cidades brasileiras sul-mato-grossenses que estabelecem fronteira com o país vizinho. São elas: Mundo Novo, Japorã, Sete Quedas, Paranhos, Coronel Sapucaia, Aral Moreira, Ponta Porã, Antônio João, Bela Vista e Porto Murtinho (Brasil) e Salto de Guayrá, Pindoty Porã, Ype Jhu, Capitã Bado, Pedro Juan Caballero, Bella Vista Norte, Isla Marguarita/Carmelo Peralta.

Assim, observa-se uma preocupação das instituições de ensino de Mato Grosso do Sul em observar as influências ocorridas na realidade relacional com os países vizinhos, como projeto de investigação dos conteúdos informacionais que operam a troca de fluxos comunicacionais na região de fronteira. A tradição de estudos voltados para a região de fronteira neste estado é tamanha a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMS) desenvolveu um programa de estudos interdisciplinares no campus Pantanal com o intuito de investigar o espaço de fronteira. Trata-se de um programa permanente de Pós-graduação *strictu sensu* na modalidade profissionalizante que produz estudos acerca de aspectos ligados ao desenvolvimento social da região e ao planejamento territorial de espaços fronteiriços a partir da contribuição de diferentes campos do conhecimento. Formatado em três linhas de pesquisa: ocupação e identidades fronteiriças; desenvolvimento, ordenamento territorial e meio ambiente e por ultimo, saúde e trabalho da população de fronteira.

Um grupo referencial nos estudos de fronteira na realidade fluminense é o Grupo Retis (UFRJ), tendo sido utilizado parte da produção desenvolvida por pesquisadores deste grupo na construção conceitual deste trabalho. É o caso de Lia Osório Machado e Rebeca Steiman pertencentes a alguns dos projetos de pesquisa do Grupo Retis. Dentre estes, a linha de pesquisa Limites e Fronteiras Internacionais na América do Sul. Que de acordo com a descrição do site<sup>47</sup>, se insere no debate sobre porosidade/fechamento das fronteiras dos estados nacionais, a investigação sobre a zona localizada ao longo dos dois lados dos limites internacionais volta a ser relevante devido aos recentes processos de integração regional sul-americana. Entre os objetivos específicos da linha estão: caracterizar a geografia da zona de fronteira do Brasil e países limítrofes; diferenciar os arcos norte, central e sul da fronteira continental brasileira; avaliar o papel das cidades-gêmeas, de arranjos produtivos locais e de cadeias produtivas trans-nacionais na estruturação espacial da zona de fronteira. Neste propósito de investigação questões

---

<sup>47</sup> <http://www.retis.igeo.ufrj.br/>

como saúde, cultura, configuração geográfica se estabelecem como referenciais para discussão das fronteiras brasileiras.

Outro região fronteira que tem estudos voltados para a análise comunicacional é a fronteira tríplice Foz do Iguaçu (Brasil), Puerto Iguazu (Argentina) e Ciudad del Leste (Paraguai). A jornalista e professora Denise Paro é uma das promotoras de estudos voltados para a análise da cobertura de fronteira. A partir das rotinas produtivas de jornalistas dos três países, a autora busca estabelecer à luz das teorias do jornalismo uma investigação do modo de representação das cidades em que esses jornalistas estão estabelecidos e o modo de representação dos outros países. Temática inclusive de um congresso internacional, realizado no ano de 2010, com o intuito de discutir o modo de construção jornalística acerca dos países da fronteira. É interessante observar nessa análise a questão da ilegalidade como sendo a problemática maior na construção de conteúdos de fronteira, sempre pensadas a partir de contrabando, delitos financeiros, controle aduaneiro e litígios internacionais.

Conforme propõe Brandão (2012), “a fronteira constituiu-se como um rico campo de investigação notadamente interdisciplinar, que se definia pela tentativa de controle do trânsito entre os lados da fronteira”. A grande quantidade de referências que atravessam o espaço fronteiro faz com que esse lugar que além de real, se configura no campo simbólico, seja observado sistematicamente. Ao que se percebe há por parte dos organismos e pesquisadores uma intenção de refletir sobre as consequências desta justaposição geográfica entre países contíguos da realidade latino-americana. Inseridos no contexto de formação de mercados comuns, os espaços de fronteira adquirem especial atenção, pois antecipam possíveis efeitos dos processos de integração. Nas fronteiras, convivem cotidianamente sistemas políticos, monetários, de segurança e de proteção social diferentes; e a intensificação de fluxos de produtos, serviços e pessoas, decorrentes da integração gera tensões e novos desafios.

De certa maneira esse caráter fixo e transitório dos espaços de fronteira revelam uma ambiguidade subjacente a este lugar-fenômeno. De difícil compreensão, torna-se preciso estabelecer um recorte espacial para a operação científica, que neste caso são as cidades brasileiras que fazem conurbação com cidades bolivianas localizadas nos estados de Mato Grosso, Rondônia e Acre. Localidades ainda carentes de uma análise de suas fronteiras. Hoje, estabelecido nestas localidades, essa proposta investigativa desenvolver-se para além deste trabalho, como forma de observação sistemática dos

novos desdobramentos que a fronteira Brasil-Bolívia pode apresentar. No entanto, faz-se necessário compreender o que é a fronteira para este trabalho.

## FRONTEIRA(S): ZONAS DE AMBIGUIDADES

Os *tricksters* prosperam na zonas fronteiriças

Ulf Hannerz

Em sua proposta por uma *antropologia transnacional*, Ulf Hannerz (1997) faz uma “arqueologia” de conceitos que as análises acerca do tempo atual utilizam com relativa frequência, dentre estes, a ideia de *limite*, que o autor sugere como análogo a *margens, fronteiras e praias*. A observação do antropólogo acerca dos excessos e equívocos da utilização destes termos já propõe nos comentários conclusivos uma convocação à necessidade reflexiva de tais termos para se pensar o tempo contemporâneo.

A despeito da *fronteira*, é isso o que se pretende fazer neste capítulo, revisar sua utilização a partir de distintas referências e propor reconfigurações ao mesmo tempo, tendo em vista a sua aplicação no objeto de pesquisa deste trabalho, as cidades à fronteira do Brasil e Bolívia.

Para iniciar a discussão acerca desta temática, valer-se-á de uma interpretação da frase em epígrafe do mesmo Hannerz, ao afirmar que as *zonas fronteiriças* são o território de prosperidade dos *tricksters*<sup>48</sup>. Hannerz é um conhecedor dos processos de contatos culturais presentes na realidade brasileira. Pela leitura de um de seus artigos fica evidente o fascínio deste autor pela literatura de Jorge Amado e pela explicitação, por meio de seus romances, da *transculturação* ocorrida no Brasil, em especial nos terreiros da Bahia. E é nesses terreiros que se encontram entrecruzadas algumas das narrativas orais que compõem a mitologia das divindades de matriz africana, dentre estas a narrativa de um *trickster*: Exu.

---

<sup>48</sup> O *trickster* é o herói embusteiro, ardiloso, cômico, pregador de peças, protagonista de façanhas que se situam, dependendo da narrativa, num passado mítico ou no tempo presente. A trajetória deste personagem é pautada pela sucessão de boas e más ações, ora atuando em benefício dos homens, ora prejudicando-os, despertando-lhes, por consequência, sentimentos de admiração e respeito, por um lado, e de indignação e temor, por outro.



O orixá tem como função estabelecer o contato entre os humanos e os demais orixás do Orum. É a entidade que transita por entre os “mundos”, na *zona fronteira*, conhecedor de todos os lugares e “estabelecedor” dos fluxos de contato entre territórios. Sem o *ebó* a Exu não se acessa o outro “lado”, nada pode ser feito. É o *gatekeeper* das realidades paralelas para a mitologia africana. Pouco possível de classificá-lo a partir do zoroastrismo: Exu não é bom nem mau. É o interstício, é o *mezzo*, é o *trickster*, está na *fronteira*. Que conhece os segredos daqueles do lado de “cá” e de “lá” da *fronteira* e tem livre acesso a ambos, constituindo-se, assim, como um inclassificável, uma ambiguidade.

Por similaridade, o que se pretende fazer é pensar a noção de *fronteira* para além de suas apropriações metafóricas com a interpretação para além de espaço de limites e fluxos. A *fronteira* aqui é pensada como uma zona de acesso aos “lados” que propõe dividir e também como promotora da articulação de fluxos diversos entre esses dois espaços do qual seria o marco referencial de delimitação. É, portanto, indefinida, ambígua.

Desde modo, a *fronteira* é um espaço de diálogo e silêncio, de abertura e de encerramento, de entrada e saída. Numa relação direta ao que fala Hannerz e tendo os *tricksters* prosperando nas *fronteiras*, a ambiguidade desse tipo mítico reflete-se na espacialidade. Muito do que lá ocorre não pode ser sabido ou dito. Muito dos que lá habitam, viajam de um lado a outro da *fronteira* portando objetos ilícitos, sonhos de prosperidade, ímpeto aventureiro ou simplesmente atravessam a *fronteira* continuamente carregando consigo, além de objetos, imaginários.

Ao pensarmos na realidade ocidental, a *fronteira* que se estabelece como paradigmática para a reflexão dos aspectos interculturais é a divisa México-Estados Unidos. Renato Rosaldo (1993) é um dos pensadores desta *fronteira* emblemática para nossa realidade. Dadas as coexistências, de um lado, a nação que alcançou um lugar<sup>49</sup> hegemônico em aspectos econômicos e culturais e, de outro, o país em vias de desenvolvimento que provê matéria-prima e “exporta” leva de imigrantes para o território norte-americano – num fluxo contínuo de idas e vindas. E nesse trajeto, é possível verificar o espraiamento de tradições sendo sugestionadas pelo *modus vivendi*

---

<sup>49</sup> Certeau (2005) acerca da distinção entre lugar e espaço. O lugar é pensado como a ordem na qual se distribuem elementos em relação de coexistência, definidora de posições e indicadora de estabilidade. Enquanto que o espaço sendo atravessado por vetores de direção e quantidade de velocidades onde as mobilidades se cruzam e sugere uma certa atividade. “O espaço é lugar praticado”.

do território de destino, ao passo que os imigrantes afetam aspectos culturais da realidade norte-americana.

Conforme propõe Sonia Torres<sup>50</sup> (2001), a *fronteira* é pensada como um espaço móvel, polifônico, híbrido, feito de incessantes travessias, internas e externas (TORRES, 2001, p. 31), trata-se de uma zona de contato cultural em que duas (ou mais) realidades históricas se chocam; que de certa maneira sugerem a fronteira não como uma categoria fixa do ponto de vista geográfico, mas, sim, um tropo para se refletir a diversidade cultural destas zonas fronteiriças, articulando, assim, a coexistência de referenciais culturais, práticas econômicas, díspares ou semelhantes, para a produção de um território geográfico que ambigualmente congrega deslocamentos espaciais e fluxos de informação intensos nos interstícios deste processo conhecido como globalização.

Posto isto, o que se fará é uma revisão do conceito de fronteira, buscando observar suas variações ao longo do processo histórico, para compreensão da alteração do conceito e quais acepções da palavra continuam vigentes ou tornam-se mais aplicáveis para o desenvolvimento desta pesquisa.

## **PARA ALÉM DA ETIMOLOGIA: LIMITE E FRONTEIRA**

A palavra fronteira deriva da forma latina *frons, frontis* e, em tradução direta, significa aquilo que está à frente. Se pensarmos essa referência latina para a emergência da palavra, rememoramos a realidade do Império Romano como sendo um dos impérios de maior extensão territorial. Combativo para a ampliação de seus territórios, falar de fronteira remonta às expansões territoriais empreendidas por esta civilização. Assim, para determinar até onde alcançavam suas terras, os impérios estabeleciam marcos referenciais para demarcar o limite de suas terras, podiam ser de ordem natural como árvores, rios, montanhas ou estabelecidas como estacas, obeliscos ou placas. Independentemente do modo como se fazia a delimitação do espaço, a necessidade de fazê-lo prescindia da própria supremacia e permanência do império em questão.

---

<sup>50</sup> Na obra *Nosotros in USA*, a autora Sonia Torres faz uma etnografia de determinados grupos sociais hispânicos (cubanos, mexicanos e porto-riquenhos) nos Estados Unidos e como a produção literária destes povos se coloca como prática de resistência de valores dos locais originários destes autores imigrados.

Ao que se sabe, e que se adequa à origem etimológica, a palavra fronteira era utilizada para estabelecer as regiões para além desses marcos, em geral, desconhecidos por “seus proprietários”, pois podiam conter, além de sociedades selvagens, monstros mitológicos, capazes de estraçalhar aos mais afoitos em romper os limites do reino. Como veremos posteriormente, essa ideia de fronteira como uma terra selvagem será desenvolvida com bases nos estudos de Frederick Turner<sup>51</sup> (1896), a partir da realidade estadunidense do século XIX. Porém é interessante pensar que mais do que um marco simbólico para estabelecimento dos limites do império, a fronteira sempre ocupou no imaginário um lugar carregado de narrativas que a transformam em um espaço privilegiado para emergência de estórias e histórias.

Prova disso é a ideia de que para além dos mares conhecidos pelos navegadores ultramarinos dos impérios ibéricos habitariam monstros terríveis, que destruiriam caravelas em um único ataque: a fronteira era o lugar para onde não se podia ir, romper esse território significava estar à mercê do desconhecido. Era preciso muita coragem para se passar a fronteira e descobrir quais eram seus perigos reais, quem habitava aquele espaço e, principalmente, o que era possível saber acerca daquele lugar que se colocava como o limite.

Ainda que usado no sentido de limite ou, ainda, de linha divisória, não há necessariamente sinonímia entre limite e fronteira. Pelo contrário, limite e fronteira podem ser distinguidos por uma diferença elementar: no limite, tem-se sempre um ponto de encontro ou contato, sendo que, por meio dele, é possível definir diferenças e traçar pontos de intersecção. Ao menos duas coisas, ou dois pontos, podem ser demarcados e separados por um limite.

Fronteira, entretanto, é o lugar ocupado frente a outro espaço, caracterizado pela diferença entre ambos; ela acaba por se mostrar mais intrincada por não apresentar linhas e, assim, possuir uma extensão maior. De certo modo, até podemos identificar algumas linhas numa fronteira, o que faz com que limites possam coexistir dentro de um espaço fronteiro, mas é importante pensar neste conceito como algo formado por “limites móveis”, em constante fluxo, sendo então mais do que apenas delimitações.

O espaço fronteiro se constrói a partir de fluxos constantes, ora no campo do tempo, ora no campo do espaço. Mas o constante ir e vir,

---

<sup>51</sup> A obra de Turner *The significance of the frontier in America* (1893) é um tratado histórico acerca das fronteiras a Oeste dos Estados Unidos e é obra referencial para se pensar o estabelecimento da ideia de fronteira.

cruzar, misturar acaba fazendo com que esse espaço seja um lugar incerto. A noção de fluxo pode realmente ser usada de duas maneiras. A primeira parece mais afinada com o uso corrente, referindo-se ao deslocamento de uma coisa no tempo, de um lugar para outro, uma redistribuição territorial. Isso de fato parece ser uma forma de reintroduzir a idéia de difusão, sem a necessidade de recorrer a este termo aparentemente fora de moda. A segunda é essencialmente temporal, sem implicações espaciais necessárias. (HANNERZ, 1997, p.11)

Essa construção imagética acerca da fronteira cria uma espécie de zona de indefinição que dilui ou faz com que elementos vários confluam, tomando novas formas e diferenças entre lugares, pessoas, tempos. Geralmente em espaços fronteirícios, devido à confluência de toda uma gama de contribuições, o “dentro” e o “fora” são comungados, criando oscilações constantes entre todos os valores.

É bastante comum considerar os termos fronteira e limite como sinônimos, como dito anteriormente. Contudo, existem diferenças essenciais entre eles que fogem à ideia partilhada pelo senso comum. A palavra fronteira implica, historicamente, naquilo que sua etimologia sugere – o que está à frente. A origem histórica da palavra mostra que seu uso não estava associado a nenhum conceito da ordem da legalidade e que não era um conceito essencialmente político ou intelectual. Nasceu como um fenômeno da vida social espontânea, indicando a margem do mundo habitado.

Na medida em que os padrões de civilização se desenvolveram acima do nível de subsistência, as fronteiras entre ecúmenos tornaram-se lugares de comunicação e, por conseguinte, adquiriram um caráter político. Mesmo assim, não tinha a conotação de uma área ou zona que marcasse o limite definido ou fim de uma unidade política. Na realidade, o sentido de fronteira era não de fim, mas de começo do Estado. O lugar para onde ele tendia a se expandir. Com este sentido, por exemplo, foi empregado por Frederick Turner para caracterizar a expansão do povoamento do Oeste norte-americano e retomado, com sucesso, nos trabalhos sobre os processos de ocupação da Amazônia – circunscritos na região de fronteira deste trabalho.

A palavra limite, de origem latina, que advém de *limes* – significava caminho, atalho, muro –, foi criada para designar o fim daquilo que mantém coesa uma unidade político-territorial, ou seja, sua ligação interna. Essa conotação política foi reforçada pelo moderno conceito de Estado, em que a soberania corresponde a um processo absoluto de territorialização. O monopólio legítimo do uso da força física, a capacidade exclusiva de forjar normas de trocas sociais reprodutivas (a moeda, os impostos), a

capacidade de estruturar, de maneira singular, as formas de comunicação (a língua nacional, o sistema educativo, etc.) são elementos constitutivos da soberania do estado, correspondendo ao território cujo controle efetivo é exercido pelo governo central (o estado territorial).

A fronteira está orientada “para fora” (forças centrífugas), enquanto os limites estão orientados “para dentro” (forças centrípetas). Enquanto a fronteira é considerada uma fonte de perigo ou ameaça porque pode desenvolver interesses distintos ao governo central, o limite jurídico do estado é criado e mantido pelo governo central, não tendo vida própria e nem mesmo existência material, é um polígono. [...] Visto desta forma, o limite não está ligado à presença de gente, sendo uma abstração, generalizada na lei nacional, sujeita às leis internacionais, mas distante, freqüentemente, dos desejos e aspirações dos habitantes da fronteira. (MACHADO, 1998, p. 42)

Por isso mesmo, a fronteira é objeto permanente da preocupação dos estados no sentido de controle e vinculação. Por outro lado, enquanto a fronteira pode ser um fator de integração, na medida em que for uma zona de interpenetração mútua e de constante manipulação de estruturas sociais, políticas e culturais distintas, o limite é um fator de separação, pois separa unidades políticas soberanas e permanece como um obstáculo fixo, não importando a presença de certos fatores comuns, físico-geográficos ou culturais.

A fronteira se caracteriza por ser um lugar de comunicação e troca entre dois domínios territoriais distintos. Ela é uma construção social materializada nas relações entre os povos que vivem o cotidiano do contato e das trocas. A fronteira é do “domínio dos povos”, enquanto o limite pertence ao “domínio da alta diplomacia” (MACHADO, 2000). Isso significa que se a fronteira surge como uma realidade espacial e social, com características próprias de lugares de contato, o limite está ligado a uma abstração política, um separador, uma criação feita através de acordos diplomáticos no intuito de delimitar soberanias e jurisdições, neste caso, os limites do Estado-Nação.

Desta proposta de distinção, encontramos até mesmo essas ideias acerca do limite e fronteira hibridados, ora perfazendo mais o sentido de um, ora o sentido de outro. É interessante salientar, conforme propõe Canclini, a partir da hibridação a porosidade das fronteiras:

Destaco as fronteiras entre países e as grandes cidades como contextos que condicionam os formatos, os estilos e as contradições específicos

da hibridação. As fronteiras rígidas estabelecidas pelos Estados modernos se tornaram porosas. Poucas culturas agora podem ser descritas como unidades estáveis, com limites precisos baseados na ocupação de território delimitado. (CANCLINI, 2008, p. XXIX)

Em um questionamento sobre o aspecto atual das fronteiras, Ludmila de Lima Brandão (2012) afirma que o movimento a impermeabilidade tida como virtude do nacional já não atende mais à lógica contemporânea, de fato são porosas. Quanto se trata das fronteiras, impermeável não é mais a palavra de ordem das sociedades atuais, pelo contrário, ela afirma haver, inclusive, um desejo ao contato com as diferenças, embora não se possa prever o sentido e a densidade da transformação em virtude destes contatos interculturais.

E ao observarmos o processo pelo qual as regiões estão submetidas, é possível notar uma acentuação progressiva da interculturalidade através da criação de mercados mundiais de bens materiais e dinheiro, mensagens e migrantes. Deste modo, os fluxos e as interações que ocorrem nesses processos diminuirão fronteiras e alfândegas, do mesmo jeito que a autonomia tradicional local. Tudo passa a ser vetorizado pelos imperativos da globalização, tudo passa a ser afetado por esta dinâmica e operando assim torna-se quase impossível pensar as fronteiras como fixas, estanques e rígidas. O imperativo passa a ser a movimentação, característica permeadora da cultura contemporânea, capaz de inventar novas geografias e acentuar a intensidade de determinados fluxos provocados pela movimentação de mercadorias, pessoas e informação.

## **CARÁTER DINÂMICO DAS FRONTEIRAS**

Pensar a fronteira requer “arqueologicamente” partir das discussões propostas pela Geografia acerca do espaço e, a partir da História, o estabelecimento do Estado nacional. Tratar de fronteiras prescinde, então, de se valer das discussões propostas por essas disciplinas que operam análises da categoria espaço e tempo, vetores primordiais para se pensar o estabelecimento de qualquer que seja o fenômeno nas Ciências Sociais.

Deste modo, a discussão acerca das fronteiras se inicia com a quebra de um paradigma a partir do qual se pensa a fronteira – como sendo algo estático e como o estabelecimento limítrofe de Estados-nação. Em tese é isso, mas como metáfora

autorreferencial, a fronteira vai além desses limites, por estar relacionada intrinsecamente a um dinamismo em sua constituição. Estabelecer uma fronteira não significa a fixidez daquele território, a fronteira é um espaço de conflitos, de jogos de poder quando colocada como entre-lugar de duas nações.

Por isso, pensamos as fronteiras em constante movimento, seja ocasionado por movimentos migratórios, por operações comerciais lícitas ou ilícitas, seja pelo alcance comunicacional de sinais de televisão e/ou rádio. Assim, a fronteira é vista como frente de expansão, também como lugar de afirmação das identificações nacionais e, ao mesmo tempo, espaço de hibridismo cultural e de identidades híbridas e ambíguas – dando o caráter de fronteira em movimento.

A ideia de fronteira em movimento é proveniente da geopolítica e da geografia política dos séculos XIX e XX. A geopolítica é uma visão de domínio sobre um determinado espaço geográfico como área estratégica de poder. As estratégias geopolíticas visam ocupar os denominados “espaços vazios” e garantir a expansão e unidade de um território nacional. Nessa perspectiva, as fronteiras estatais não são estáticas, são como organismos vivos ou fronteiras vivas e se estruturam mediante processos de expansão ou retração. Os Estados nacionais estão em constante movimento, comandados por forças centrípetas ou centrífugas. Na realidade brasileira, isso se tornou possível pela ação dos bandeirantes, pioneiros, militares e diplomatas que contribuíram bastante para a reconfiguração das fronteiras fixadas nos tratados dinásticos do período colonial.

É interessante observar em como a ideia de fronteira é gestada historicamente e colocada como sintoma do tempo em que foi pensada. Ao contrário do que propõem as discussões contemporâneas acerca da fronteira como zona de articulação e constante movimento, observamos na publicação da Revista Brasileira de Geografia, de 1939, uma resenha da obra do embaixador Macedo Soares acerca das fronteiras brasileiras do período colonial. Para Macedo Soares (1939):

a fronteira é o continente do conteúdo nacional. A fronteira completa, define e especifica o país, sede de um povo organizado. A fronteira assegura o instinto de propriedade tão natural e imperioso nos povos, como nos indivíduos. Não é esta a teoria do ‘espaço vital’, mas sim do conteúdo nacional, isto é, da união dos tipos sociais que se integram, numa mesma língua, numa mesma religião, nas mesmas tradições do passado, nos mesmos usos, costumes e instituições do presente (Revista Brasileira de Geografia, Out. 1939)

Note que a ideia de fronteira no período em que ocorria uma tentativa de consolidação da identidade nacional era gestada a partir de valores que pensavam o território nacional como repositório da identidade e impassível de negociação, pois pensar na “abertura” deste espaço significava atentar contra o “conteúdo nacional”. Deste modo, é possível perceber, ao menos no discurso brasileiro, o cerne dessa ideia de fronteira como limite e não como espaço de agenciamento de referenciais culturais distintas. A troca simbólica neste espaço era pensada combativamente, conforme diz o próprio Macedo Soares (1939) “para atingirmos a plenitude da consciência nacional carecemos de contacto, da posse efetiva de todo território brasileiro” (SOARES, 1939, *in* Revista Brasileira de Geografia, 1939, p. 92).

Apesar de um discurso protecionista e que pensa a fronteira como impermeável, lugar em que não se pode deixar de observar a integridade do território nacional, Macedo Soares, que foi embaixador brasileiro, já atentava para uma questão ao observar a existência de alguns movimentos de fronteira, do qual ele nominava, a partir de Vallaux, como fronteira viva. A partir de Alejandro Grimson (2003) esse seria o segundo período do processo de fronteirização, caracterizado pela ênfase na defesa do território, agora já delimitado, mas ainda sob ameaça constante de invasão. A possibilidade de um conflito bélico é um fantasma na fronteira, praticamente até passada a segunda metade do século XX. A nacionalização da população fronteiriça foi um elemento enfatizado nesse período, principalmente através de serviços estatais, entre os quais a escola teve um lugar fundamental. O objetivo das políticas dirigidas à população da fronteira era a incorporação de fato à nação, para garantir a adesão a ela diante da possibilidade de um enfrentamento bélico.

Muito se tem discutido acerca da mobilidade das fronteiras em nosso tempo, em especial por conta dos fluxos migratórios ocorridos nas regiões próximas à fronteira alavancadas pela disputa por terras cultiváveis em parte do território boliviano. Na fronteira Brasil-Bolívia mais ao norte, no estado do Acre, os confrontos entre brasileiros e bolivianos têm acirrado uma disputa que já se apresenta como um assunto delicado para a diplomacia das duas nações. Casos de expropriação de brasileiros em terras bolivianas evidenciam o lugar de fronteira como um espaço de disputa dos territórios nacionais.

Trata-se da maior extensão de fronteira brasileira, que vai desde a região de Corumbá (MS) até Assis Brasil (AC); ao todo são 3.423 km de fronteira. É bem sabida



a presença simbólica de famílias bolivianas no território brasileiro, bem como o inverso. Para se ter uma ideia, o Brasil promulgou, em 2009, uma Lei de Anistia<sup>52</sup> que ampara estrangeiros dentro do território brasileiro. De acordo com a Polícia Federal, o número de pedidos de bolivianos, quando da promulgação da Lei de Anistia, chegou a quase 1700, na primeira semana. Estima-se que a população boliviana em território brasileiro ultrapasse 500 mil.

Ainda assim, percebe-se que há por parte do governo boliviano uma resistência em relação à presença brasileira. Em maio de 2012, houve um caso em que o Exército da Bolívia expulsou um colono brasileiro do povoado boliviano de Vila Bella à fronteira com a cidade de Capixaba (AC). De acordo com o governo do Acre, são cerca de 500 colonos brasileiros no lado boliviano, além de 50 produtores rurais com propriedades de 100 a 300 hectares de extensão. O caso da expulsão foi registrado na Delegacia da Polícia Federal de Epiaciolândia (AC) e derrocou no envio de tropas do exército brasileiro para a região fronteira a fim de resguardar a segurança destes colonos brasileiros e fazer frente à ofensiva boliviana de expropriação. Em casos como esse, é possível perceber um contraste entre o discurso proposto pelos blocos econômicos, a proposta de integração econômica se faz ineficiente pelo fortalecimento de mecanismos de controle do trânsito de fronteira e, no caso boliviano, de restrição da permanência de migrantes brasileiros na Bolívia.

Assim, é preciso reconhecer que o espaço fronteiro cria uma cultura de fronteira em códigos e representações que se encontram constantemente em tensão por divergências ideológicas, políticas e culturais. Trata-se de uma região em que interesses de dois Estados nacionais encontram-se cruzados e, sendo assim, o avanço de um não pressupõe necessariamente o recuo do outro. Apesar de os imperativos contemporâneos afirmarem que no processo de globalização as fronteiras geográficas sofrem uma espécie de esgarçamento ou abertura, em determinados pontos, estas fronteiras, em especial por conta dos interesses econômicos, tendem a agravar conflitos. É possível interpretar em conflitos como esse a disputa ideológica pelo estabelecimento de um espaço em litígio, a fronteira, onde o que se busca negociar é, além da supremacia territorial, a predominância identitária. A zona fronteira é o lugar mais sensível do

---

<sup>52</sup> Lei n. 11.961/2009 regulamentada pelo Decreto n. 6.839/2009 que estabelece, em sua primeira fase, a concessão de residência provisória aos estrangeiros que ingressaram no Brasil até 01/02/2009 e encontravam-se em situação migratória irregular. Fonte: Ministério da Justiça.

território nacional para mudanças de identidade, pois estas podem invalidar de fato as fronteiras políticas.

Francisco Rojas Aravena (2011) afirma que a região da América Latina e Caribe tem baixa probabilidade de conflitos interestatais<sup>53</sup> e afirmam que os atritos por regiões de fronteira territorial são comuns e recorrentes historicamente, sendo relegado à Corte Internacional de Justiça o julgamento destes casos. Afirma ainda que as disputas territoriais ou por recursos se mantêm em diferentes graus de intensidade entre algumas nações. Das catorze disputas entre os países da região, doze tem relação com temas territoriais ou marítimos. Dois deles tem se complexificado por exploração de recursos, tensões migratórias e trânsitos ilegais de uma fronteira para outra. De acordo com o artigo, a Corte Internacional de Justiça resolveu quatro deles: Honduras-El Salvador; Honduras-Nicarágua, Costa Rica-Nicarágua e Argentina-Uruguai; e se encontra resolvendo três conflitos, dois por delimitação de fronteira (Nicarágua-Colômbia; Peru-Chile) e um por recursos ambientais (Equador-Colômbia). É possível perceber por estas fontes que não existe processo deflagrado pela fronteira entre Brasil e Bolívia, porém esses casos evidenciam ou são sintoma da ideia aventada acerca das fronteiras em movimento e que carecem de observação constante.

Os conflitos não se encontram em litígio na Corte Internacional de Justiça, mas a fronteira Brasil-Bolívia apresenta uma questão diplomática delicada para a realidade brasileira, em especial pela questão do tráfico de drogas e roubo de veículos. Episódios recentes referente a assuntos econômicos em especial sobre os recursos naturais da Bolívia que teriam implementação brasileira para a realização, como foi o caso do gasoduto Brasil-Bolívia se figuram como questões conflitos a serem solucionados. Episódios que não se figuram como os conflitos armados para disputa territorial física, essa disputa passa a ser de ordem virtual e coloca em movimento a fronteira.

## **FRONTEIRAS COMO TERRAS SELVAGENS**

Nos primeiros parágrafos do artigo intitulado *The significance of the frontier in America* (1893), Frederick Turner estabelece como objetivo de seu trabalho chamar a atenção para a fronteira como um campo fértil de investigação, negligenciado até então por historiadores e economistas. A partir de uma análise historiográfica das *freelands* do

---

<sup>53</sup> Designação utilizada pelo artigo para definir guerra entre países.

Oeste americano, ao final do século XIX, Turner estabeleceu-se como o difusor da ideia de *fronteira*.

Para ele, a fronteira seria uma terra selvagem a ser explorada enquanto objeto de estudo, numa tentativa de libertar os Estados Unidos das referências europeias. Mais que um estudo sistemático acerca das terras para além da costa do Atlântico, Turner reivindicava a produção de um estudo demarcadamente americano:

Thus the advance of the frontier has meant a steady movement away from the influence of Europe, a steady growth of independence on American lines. And to study this advance, the men who grew up under these conditions, and the political, economic, and social results of it, is to study the really American part of our history. (TURNER, 1893)<sup>54</sup>.

A definição de Turner acerca deste espaço a ser explorado, a fronteira, como uma região de grandes dificuldades de sobrevivência do homem, carregado de sociedades indígenas e intempéries climáticas representava o confronto entre os valores modernos da influência europeia e os valores tradicionais das sociedades indígenas ianques:

Now, the frontier is the line of most rapid and effective Americanization. The wilderness masters the colonist. It finds him a European in dress, industries, tools, modes of travel, and thought. It takes him from the railroad car and puts him in the birch canoe. It strips off the garments of civilization and arrays him in the hunting shirt and the moccasin. It puts him in the log cabin of the Cherokee and Iroquois and runs an Indian palisade around him. Before long he has gone to planting Indian corn and plowing with a sharp stick; he shouts the war cry and takes the scalp in orthodox Indian fashion. In short, at the frontier the environment is at first too strong for the man. He must accept the conditions which it furnishes or perish, and so he fits himself into the Indian clearings and follows the Indian trails. (TURNER, 1893).<sup>55</sup>

---

<sup>54</sup> Deste modo, o avanço da fronteira tem significado um movimento significativo para além das influências europeias, um significativo crescimento da independência nos termos americanos. E estudar este avanço, o homem que surgiu sob essas condições e as consequências políticas, econômicas e sociais deste processo, é estudar a verdadeira parte da história americana. (tradução minha).

<sup>55</sup> Agora, a fronteira é a linha de mais rápida e efetiva americanização. O sertão domina o colonizador. O sertão encontra-o em roupas, indústrias, ferramentas, meios de transporte e pensamento europeus. Tira-o dos trilhos de trem e o coloca numa canoa de madeira. Despe-o de suas vestes civilizadas e coloca-o uma “camisa de caça” e um mocassim. Coloca-o numa cabana Cherokee e Iroquois e constrói uma paliçada indígena envolta dele. Não demora muito, ele vai para o plantio de milho e ara o solo com um pedaço de madeira, ele faz o grito de guerra e usa o cabelo à moda indígena ortodoxa. Em síntese, na fronteira o ambiente é forte demais para o homem. Ele tem que aceitar as condições que ele se presta ou morre, e assim ele se embrenha nas clareiras e segue as trilhas indígenas” (tradução minha).

Mais do que fazer uma historiografia da evolução das fronteiras a Oeste dos Estados Unidos, o que Turner fez foi construir um imaginário acerca da vida nessas fronteiras. A partir das narrativas deste autor, passou-se a pensar a fronteira a Oeste como um lugar inóspito, habitado por indígenas indóceis; e em especial carente de uma ação do homem civilizado para modernização deste espaço. Assim, a fronteira de que fala Turner é um espaço em que se estabelece a partir de perigos e riscos, mas como sugere o autor, é a *zona de desconforto* em que se torna possível observar processos distintos de sociabilidade, mas sobretudo o espaço onde se é possível prosperar dadas as condições de “inexistência” de uma “sociedade”, desconsiderando, assim, a presença indígena ou, no mínimo, incorrendo numa invisibilização destas sociedades preexistentes.

Reivindicando a fronteira como espaço americano “de verdade”, Turner sustenta a ideia de que é na fronteira que os imigrantes eram realmente “americanizados”, pois o que ocorria nessa região era uma miscigenação racial (*mixed race*), com o abandono da nacionalidade e características inglesas. Dito de outro modo, na visão de Turner havia a necessidade de expansão do território estadunidense para Oeste e o processo de adentramento a esta região pressupunha não apenas a conquista física daqueles territórios, mas também uma conquista simbólica; pois ao passo que se adentra ao Oeste e cruza-se fronteiras, carregadas de características pensadas por Turner como autenticamente americanas, liga-se menos aos valores estabelecidos pelos colonizadores ingleses<sup>56</sup>. É possível notar, na discussão de Turner acerca da fronteira, aspectos que a tornam peculiar à realidade norte-americana, uma espécie de repositório de práticas autóctones da “cultura americana”.

Na realidade brasileira, um estudo sistemático que pode ser analogizado à empreitada de Turner é a obra *Fronteiras e caminhos* (1956), de Sérgio Buarque de Hollanda. Nesta, o autor expõe a proposta de *aculturamento às avessas*. Hollanda sugere o aculturamento ocorrido pelos portugueses ao estabelecerem as monções e o bandeirismo<sup>57</sup> Brasil adentro. Essa atitude de aculturamento do elemento europeu ocorreu devido ao meio hostil e instável, que fez com que o português renunciasse a

---

<sup>56</sup> Turner cita também a presença alemã em Wisconsin, bem como a francesa na Lousiana e Mississipi.

<sup>57</sup> Talvez, aqui se faça necessário diferir os propósitos destes dois movimentos de exploração para as regiões além do litoral brasileiro. Enquanto que os bandeirismos se constituíram do movimento exploratório em busca de riquezas e captura de indígenas, as monções, de certo modo consequentes desta primeira, priorizavam o estabelecimento de uma rota comercial nas regiões do sertão.

uma vida nobiliárquica e sedentária, assimilando os usos e costumes do gentios para sobreviver e, claro, acarretando um novo estilo de vida.

Consequentemente, ao adaptar-se ao meio, o português desenraizou-se das tradições metropolitanas e tornou-se um ser muito mais maleável ao meio, nas palavras de Hollanda. Exemplo disso são as próprias expedições bandeirantes: sem condições de sobrevivência, os habitantes da terra lançavam-se às selvas para caçar o sustento e capturar índios. Tal mobilidade do povo paulista desenraizado, segundo Sérgio, promoveu uma interiorização territorial, intercâmbio e rompimento das fronteiras étnicas e culturais, além de fornecer um produto peculiar responsável pelo pleno desenvolvimento da região.

Como já antes dito, a *fronteira* é este espaço intersticial capaz de promover uma articulação entre os elementos que definem o espaço ao qual se propõe dividir e agrupar. É uma zona de apropriação e desapropriação de fluxos e contrafluxos. Quando Turner pensou a fronteira a partir da realidade americana, o que ele fez foi, além de cristalizar a concepção que se tem de fronteira hoje, como sendo este lugar desconhecido, carregado de coisas a serem exploradas, perigoso por suas características de espaço inexplorado e povoado de narrativas que reforçam a ideia da fronteira como um espaço mítico, onde alguns personagens e práticas tornam-se tão singulares exatamente pelo fato de estar entre o conhecido e o desconhecido.

Nesse processo de conhecimento da terra selvagem, é normal que ocorra a criação de um imaginário ancorado naquilo que Canclini chama de fascinação distante. O autor sustenta esta ideia como sendo uma das visões europeias acerca do espaço latino-americano. Deste modo, os europeus identificavam na América Latina aquilo que se encontrava reprimido pelo racionalismo ocidental – prazeres sem culpabilidade, relações fluidas com a natureza e a exuberância da natureza que se tornou fonte-motriz para construção histórica deste lugar. Um imaginário edênico acerca deste espaço, mas, conforme sustenta Canclini, toda narrativa edênica em dado momento cai por terra. A partir do contato com o “diferente”, o racionalismo europeu passa pensá-lo a partir de outra visão em termos como *inferno verde* (Alberto Rangel), *tristes trópicos* (Claude Lévi-Strauss), etc.

Essa fascinação como a própria ideia sustenta se dá pela distância do continente americano a partir da referência europeia e por conta desse desconhecimento e fascínio pelo distante. Não é por acaso que muitos europeus sustentaram suas utopias dentro deste espaço geográfico, como a ilha idealizada por Thomas More ou a Cidade do Sol

de Tommaso Campanella. Essa fascinação que alimenta o imaginário produz mal-entendidos:

La fascinación, basada en malentendidos, prolonga hasta hoy el papel equívoco de los imaginarios en los intercambios económicos y sociales, ya ironizado por Laplantine: los indios creían contentar a Cortés ofreciéndole carne humana y tampoco los españoles de aquella época entendían que los sacrificios a las divinidades aztecas no eran considerados como víctimas (CANCLINI, 2000, p. 92)

Nota-se a transferência desta fascinação de imaginários acerca do desconhecido em níveis. Nesta primeira instância, a partir da Europa para a América e dentro do território americano para as fronteiras a Oeste. Não é por acaso que, na realidade estadunidense, e também deveras na realidade brasileira, as fronteiras a Oeste sempre povoaram o imaginário dos habitantes “da Costa”, como sendo este espaço distante (*far west*), desconhecido, carregado de povos selvagens e topografias perigosas – com território recortado por *canyons* e paredes, rios caudalosos infestados de “monstros” fluviais, habitado não apenas por estes seres terrenos – mas também um lugar fértil para a emergência e crença dos mitos. Yuji Gushiken (2004) trata do processo civilizatório das fronteiras a Oeste do Brasil nos seguintes termos:

O processo civilizatório do Império brasileiro soube, na base do empirismo, que aquelas terras “desertas” e dilatadas do Oeste já eram espaços estriados por subjetividades nativas e, diga-se lá, subjetividades de outras naturezas. Quem passou por aqueles cerrados, rios, riachos e baías nas bordas do Pantanal-rizoma: Expedição Roosevelt-Rondon, Expedição do Barão de Langsdorff, viagens de Claude Lévi-Strauss. Era um martírio chegar lá. E quando se chegava havia espécie de delírios na descrição do território. O desconto vinha em relatórios entre narrativas melancólicas e descrições fantásticas. (GUSHIKEN, 2004, p. 180)

Dentro da realidade brasileira, o caso Debert é um episódio em que aquilo que se fala ou representa de um lugar pode incorrer em algumas impropriedades ou “representação fantástica”, e o imaginário acerca do lugar ajuda a construir (ainda que impropriamente) aquilo que se pensa e sabe ou pensa-se que sabe dele.

Quando do período colonial no Brasil, o gravurista francês Jean-Baptiste Debret foi contratado por D. João VI para registrar o território brasileiro, suas paisagens naturais e habitantes, bem como a sociedade brasileira; muito do que ele colocou nas telas fora concebido a partir das narrativas orais acerca de algumas sociedades

indígenas. A série *Guaycurus* é uma representatividade dessa mitificação da fronteira Oeste adentro do Brasil.

Ao que se sabe, os índios guaicurus eram uma sociedade que não se estabelecia efetivamente em um território definido, tratava-se de uma etnia seminômade que seguia o curso das águas do rio Paraguai e acompanhava o fluxo de cheias e vazantes dos rios que compõem essa bacia, adentrando por estes sertões<sup>58</sup>. Porém, o que os tornam apropriados a essa ideia de fronteira do Turner é tratar-se de uma sociedade indígena temida tanto pelos colonizadores, quanto por outras etnias, dado o espírito combativo dos integrantes guaicurus. Conforme afirma Darcy Ribeiro (2010):

Suas correrias expandiram-se a territórios cada vez mais amplos, aumentando sua fama de guerreiros invencíveis. Desde Cuiabá, em Mato Grosso, às proximidades de Assunção, no Paraguai, e das aldeias Chiriguano nas encostas andinas, no Chaco, até as tribos Guaraní, das matas que margeiam o Paraná. Em toda essa região atacavam e saqueavam não somente grupos indígenas, mas também povoados espanhóis e portugueses, fazendo cativos em todos eles. Chegaram, deste modo, a constituir o principal obstáculo que os colonizadores tiveram de enfrentar no centro da América do Sul e motivo constante de suas preocupações. Bem aparelhadas expedições militares foram armadas por portugueses e espanhóis para combatê-los sem jamais lograr êxito completo contra esses índios cavaleiros, que conheciam profundamente seu território e sabiam fugir a todo encontro que lhes pudesse ser desfavorável (RIBEIRO, 2010:, p. 37).

Depois de devidamente apresentados e tendo em vista as condições de relevo, clima e hidrografia na região em que compreendia esta etnia indígena é possível inferir a partir da representação pictórica de Debret que existem algumas impropriedades sobre o que ele estabelece na tela e aquilo que se sabe das práticas guaicurus pelos seus remanescentes Kadiweu. Em uma das pranchas, denominada *Chefe guaicuru*, Debret representa a chegada do chefe da tribo a sua casa, uma tapera de pau-a-pique (incomum à arquitetura indígena deste grupo étnico), trajando poncho e sandálias com ginete em um cavalo devidamente selado com estribos e ao fundo dependurado na parede da casa uma cítara e um violino.

Um espaço e povo do Oeste brasileiro – o sertão, a fronteira – em que se pinta ao modo que se ouve dizer, não se preocupando especificamente com a coerência desta

---

<sup>58</sup> De acordo com Lylia Galleti (2000), a etimologia dessa palavra se apresenta de duas fontes possíveis: a primeira seria que o vocábulo deriva da forma aferética de desertão, do latim *desertu* ou *desertamu*. Uma outra origem possível é a palavra ser uma corruptela de origem angolana de *mulcetão* (*Celtão*, *certão*), significando sítio longe do mar.

narrativa. Menos procedência histórica e mais criatividade artística, assim pode ser considerada a série de Jean-Baptiste Debret sobre os índios guaicurus. Etnia indígena que incide a partir das planícies do Chaco boliviano e que causava temor aos passantes daquelas terras. O registro pictórico de Debret pode até ter a intencionalidade de docilização destes índios bravios, mas para nosso trabalho importa observar neste episódio como uma construção imagética, seja pictórica ou de ordem da narrativa oral, é capaz de consolidar a ideia que se tem acerca de determinado espaço, tempo ou indivíduos.



Fig. 2 – Chefe guaicuru. Jean-Baptiste Debret.

Diferentemente da ideia de Turner, aqui o “selvagem” é representado a partir de valores e práticas notoriamente europeias, não evidenciando o lugar de alta periculosidade nem representando a bravura e tenacidade dos guaicurus conforme descreve Darcy Ribeiro. Do caso Debret e guaicurus e tendo a referência do texto de Frederick Turner, é possível pensar a fronteira como um lugar de que pouco se sabe e muito se imagina sobre. Um espaço que dá margens à imaginação por não se ter o contato direto, mas ouvir-se falar dele. Assim são também as cidades à fronteira de Brasil e Bolívia.

Pode-se dizer que é o território selvagem do contemporâneo que congrega em seu imaginário apenas aquilo que é construído midiaticamente, sempre a partir de um exotismo ou estigmatização. A fronteira é sempre pensada como um lugar onde estar nela significa estar à margem e da margem à marginalidade. Não gratuitamente, as



regiões da fronteira Brasil-Bolívia são sempre pensadas como zona de narcotráfico e contrabando de mercadorias, além de serem vistas como rota de entrada para veículos roubados no Brasil. Mais recentemente, a Bolívia tem sido o destino de brasileiros que buscam intervenções estéticas por cirurgias em clínicas bolivianas que apresentam preços inferiores à realidade brasileira e que também apresentam números expressivos de infecções por conta dessas cirurgias, culminando em mortes. Carrega, assim, uma imagem de lugar onde não há uma efetividade da administração pública.

Deste modo, a ideia de Turner acerca da fronteira como terra selvagem toma novos contornos na realidade contemporânea e no objeto desta investigação, pensada como o lugar não mais onde a natureza se sobrepõe ao homem, mas, sim, onde o Estado não age como regulador efetivo, tornando o espaço propício a práticas ilícitas de comércio, não por isso menos perigoso ou temeroso. Uma região que precisa ser diligentemente observada por se tratar de um dos epítomes da soberania nacional, em contraponto ao fato de ser o principal acesso de entorpecentes e destino de veículos roubados. De certa maneira, alguns dos fatores para esta insegurança das “terras selvagens” (fronteiras) contemporâneas sejam a debilidade estatal que os Estados democráticos latino-americanos enfrentam, o que provoca uma vulnerabilidade humana e social por conta de se tratarem de regiões em que inúmeros crimes ocorrem, parte da população destas fronteiras convive com as problemáticas advindas destes crimes. Em momentos pontuais, existe uma ofensiva exemplar da proteção de fronteira, mas isso não coíbe efetivamente as ações ilícitas destas regiões.

Prova disso foi a ação desenvolvida ao longo de 2011-2012 conhecida como Operação Ágata 3, para tentar suprir essa necessidade de ação governamental nas regiões de fronteira. O principal objetivo da Operação Ágata 3 foi combater o tráfico de drogas, armas, além de crimes ambientais e fiscais, como o contrabando, crimes comuns nas fronteiras. As operações envolveram a Receita Federal, IBAMA, os Departamentos de Polícia Federal, ANAC, Secretaria Nacional de Segurança Pública e Força Nacional de Segurança Pública<sup>59</sup>.

É possível observar estas ações sazonais no empenho do incremento de fronteira, caracterizadas por um excesso de zelo pela região de fronteira, mas tem-se como via de regra um descaso das políticas públicas por se configurarem como regiões periféricas de ambos os territórios nacionais. Deste modo, a ideia sustentada por Turner acerca da

---

<sup>59</sup> Ágata 3 – Aeronaves da Força Aérea operam a partir de bases desdobradas. Disponível em <http://www.fab.mil.br/portal/capa/index.php?mostra=9285>. Acessado em 26 de junho de 2012.

fronteira como terra selvagem toma novos contornos. Estar na fronteira não se refere mais às questões da natureza que se interpõem ao homem, e sim, numa sociedade moderna, a ineficácia dos Estados nacionais na manutenção da fronteira. A terra selvagem se evidencia na contemporaneidade como sendo o lugar em que o tráfico de drogas se apresenta como uma das atividades comerciais, ainda que ilícita, de maior atuação em regiões que não apresentam outra fonte de geração de emprego e renda, o que vulnerabiliza os habitantes destas cidades de fronteira.

### **APROPRIAÇÃO FOUCAULTIANA**

Michel Foucault, em *Outros Espaços*<sup>60</sup>, expõe um tratado para se pensar a espacialidade contemporânea ao postular o conceito de heterotopia. Ele afirma que a preocupação acerca do espaço como horizonte de teorias e sistemas não é algo recente; para sustentar esta ideia faz uma arqueologia dos espaços e pensa como problemática contemporânea a incompleta dessacralização destes, produzidos sempre a partir de dicotomias tais como: público/privado; familiar/social; cultural/útil; lazer/trabalho. Essa construção imagética do espaço sempre tendo como referencialidade a “presença oculta do sagrado” faz dos espaços, além de um espaço real, uma construção de ordem mítica.

A partir dessa visão mítica, idealizada dos espaços, constroem-se as utopias, que são aqueles lugares que existem no imaginário, mas sem uma efetivação completa. A despeito disso, o autor propõe o conceito de heterotopias como sendo lugares de contestação tanto da “realidade” quanto do caráter mítico dos espaços; e como alternativa a efetivação ainda que temporária das utopias<sup>61</sup>.

A configuração histórica do espaço das fronteiras Brasil-Bolívia é assunto desde o período da colonização, tantas vezes questionadas por tratados e acordos e, de certo modo, congregam essa condição de espaço real e mítico e contestatório a ambos. No sentido de estabelecer uma analogia à proposição de Foucault, far-se-á o uso do quinto princípio, que sustenta a ideia de que as heterotopias pressupõem um sistema de abertura e encerramento que as torna ao mesmo tempo herméticas e permeáveis, e pensá-lo na perspectiva de fronteira.

<sup>60</sup> Conferência proferida no *Cercle D'Etudes Architecturales*, em 14 de março de 1967.

<sup>61</sup> Foucault afirma que as utopias constituem-se de espaços sem lugar real, mas numa relação analógica direta ou invertida com o espaço real da sociedade e fundamentalmente irreais.

Ora, como já dito anteriormente, sobre as fronteiras existe uma preocupação significativa por conta de seu posicionamento estratégico enquanto região limítrofe dos Estados nacionais. Por outro lado, por se localizarem em regiões distantes dos grandes centros urbanos, a vigilância é discreta ou excessiva pontualmente. Conforme sustenta Canclini (2003), as fronteiras são constituídas de “arames rígidos e arames caídos”. São evidentes o hermetismo e a permeabilidade do espaço de fronteira por coadunar duas referências de Estado nacional e por estarem distante do centro político destes países.

Um caso muito exemplar destes arames “que podem cair” é uma experiência empírica na cidade de Puerto Quijarro, cidade do lado boliviano que faz divisa com Corumbá (MS). Dentre algumas das cidades que fazem fronteira direta entre Brasil e Bolívia, é comum o estabelecimento de postos de migração para emissão de vistos de permanência temporária para os visitantes. Além da apresentação do passaporte ou cédula de identidade, o candidato ao visto boliviano precisa apresentar um comprovante de vacinação contra febre amarela em que conste o período necessário para efetivação da vacina – ou seja, 10 dias –; esse é o procedimento legal estabelecido pelas leis bolivianas para liberação do acesso ao país. Porém, uma prática muito comum nesta região é o pagamento de propinas para facilitação deste acesso. Deste modo, os arames rígidos de acesso ao outro país caem por terra por cerca de R\$20,00 (vinte reais).

Na primeira viagem de campo à cidade de Guajará-Mirim (RO)<sup>62</sup>, as narrativas acerca dos *ilegalismos* (Foucault, 2006) constroem um imaginário do lado boliviano e fazem da cidade de *Guayaramerin* uma versão contemporânea da cidade mexicana de *Tijuana*<sup>63</sup>. Faz-se necessário, antes de tratar da constituição deste espaço, discutir este outro conceito de Foucault acerca da gestão diferencial dos ilegalismos. Ao propor esta problemática, o autor desloca a discussão tautológica do binarismo legal-ilegal para colocar em foco a investigação dos modos como as leis operam, não para coibir ou suprimir os ilegalismos, mas para diferenciá-los internamente, “riscar os limites de tolerância, dar terrenos para alguns, fazer pressão sobre outros, excluir uma parte, tornar útil outras, tirar proveitos daqueles” (FOUCAULT, 2006, p. 227). Os ilegalismos não são imperfeições ou lacunas na aplicação das leis, eles compõem os jogos de poder e se distribuem conforme se diferenciam “os espaços protegidos e aproveitáveis em que a lei

---

<sup>62</sup> É interessante observar que o acesso à Guayaramerín, cidade boliviana ao lado de Guajara-Mirim (RO), não prescinde dos trâmites burocráticos como concessão de vistos.

<sup>63</sup> A cidade de Tijuana, no México, que concentrava, nos anos de 1920, o turismo e diversão estadunidense que se encontrava em vigor a Lei seca, sendo assim, era em Tijuana que se encontravam os cabarés, cassinos e outras atividades ilícitas que sempre vinculavam a cidade a atributos como vício, narcotráfico e prostituição. (ver CANCLINI, N. G. *La globalización imaginada*, p. 97).

pode ser violada, outros em que pode ser ignorada, outros, enfim, em que as infrações são sancionadas" (Foucault, 1994, p. 716).

Ao pensar a questão da legalidade (e ilegalidade) a partir de um conjunto de normas e legislações propostas por um Estado nacional, já é sabido que as interpretações acerca destas leis podem incorrer em ambiguidades ou entendimentos não muito claros, permitindo os espaços aproveitáveis em que a lei pode ser violada. Agora pensemos, na observância do cumprimento destas legislações em uma região de fronteira, por onde estes indivíduos transitam livremente, sem inspeção contínua dos órgãos competentes, requer minimamente uma miríade de códigos de conduta, dos quais esse habitante da fronteira não é conhecedor ou utiliza-se de táticas para operar alguns ilegalismos. Mais um dos pontos que sustenta a ideia da fronteira como o território das ambiguidades, a coexistência de duas legislações distintas como são a brasileira e a boliviana, que oportunizam ao indivíduo que por ali transitam se ancorar ora nos privilégios dados pela norma brasileira, ora por aquilo que estabelece a legislação boliviana, propiciando, assim, um *ilegalismo internacional*, o que em dadas situações pode incorrer até mesmo em questões delicadas à diplomacia de ambos os países.

Observemos, por exemplo, o caso da Lei n. 133/2011 – conhecida como Lei de Regulação e Saneamento Veicular, assinada pelo presidente Evo Morales. O número de veículos brasileiros que circulam na Bolívia é muito expressivo<sup>64</sup> e, em virtude da promulgação da Lei n. 133/2011, tornou-se possível legalizar no território boliviano veículos de origem desconhecida, inclusive roubados. A questão suscitou um debate (e embate) diplomático com pedido de justificativas por parte do Senado brasileiro à decisão legislativa da Bolívia. Ainda em suspenso.

Em um caso como este, fica patente como a região de fronteira, por estar localizada entre dois países, pode se tornar espaço de disputa política entre estes a partir de uma tomada de decisão. Por outro lado, na cotidianidade, a convivência entre os indivíduos tanto de um lado quanto de outro estabelecem fluxos migratórios em duplo sentido que fazem diálogo de trocas simbólicas de pessoas, objetos, imaginários – para constituição deste lugar de fronteira. Evidenciam um caráter que é próprio da realidade de configuração do mapa da América Latina a partir destes fluxos, conforme Martín-Barbero:

---

<sup>64</sup> Operação localiza 4156 veículos brasileiros na Bolívia. Diário de Pernambuco. 05 de março de 2013. Disponível em: [http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2013/03/05/interna\\_vidaurbana,426651/operacao-localiza-4-156-veiculos-brasileiros-que-foram-levados-para-a-bolivia.shtml](http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2013/03/05/interna_vidaurbana,426651/operacao-localiza-4-156-veiculos-brasileiros-que-foram-levados-para-a-bolivia.shtml). Acessado em: 05 de março de 2013.

(...) o sentido das fronteiras se apaga ou se agudiza contraditoriamente com o que produzem as redes de mercado e as tecnologias satelitais, e as identidades se solapam perdendo sua antiga nitidez – como o de suas formas políticas e sociais: desvalorizações do Estado, ingovernabilidades políticas, flexibilizações laborais, des-sociedades institucionais, descentramentos culturais. (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 14)

O terceiro princípio da heterotopia discute estes lugares com a capacidade de sobreposição de espaços que originalmente seriam incompatíveis. A fronteira, assim, é nada mais do que um espaço de agenciamento destas referências que *a priori* se mostram incompatíveis, mas que encontram nos territórios de fronteira condição propícia para coexistência. E no caso das fronteiras analisadas neste trabalho, essa observação pode ser feita a partir das referências de fonte da movimentação financeira da cidade de Guajará-Mirim (RO). A cidade estabelecida às margens do rio Mamoré já foi a estação final da estrada de ferro Madeira-Mamoré. Hoje, o fluxo comercial da cidade se dá a partir de duas fontes: o turismo categorizado como ecológico que privilegia as construções rústicas dentro da Floresta Amazônica e o comércio de importados alavancados pela Zona Franca que existe em Guajará-Mirim, como também as facilidades e descontos em importação para compra no lado boliviano (*Guayaramerín*). Enquanto de um lado existe a consonância a um discurso ambiental de proteção de áreas protegidas, em especial, por conta de estarem dentro de localidades indígenas; de outro, a oportunidade de aparelhos eletrônicos a preços módicos faz da cidade de Guajará-Mirim (RO) um polo comercial para revenda destes eletrônicos, bem como de artigos de perfumaria e bebida.

A partir da ideia de heterotopia, pode-se pensar a fronteira como agenciadora de processos de contaminação, de troca, de espraiamento cultural (GUSHIKEN, 2004), que provocam o rompimento da fronteira geopolítica, de modo que torna-se interessante analisar os contatos interculturais e as questões suscitadas a partir deste esgarçamento. E como propõe Yuji Gushiken (2004), é a partir dos fluxos comerciais, de tecnologias, de transporte e comunicações que se opera o descerramento das fronteiras geográficas, perturbando uma ideia de localismo.

Dito de outro modo, a fronteira é este lugar consoante com ideia de heterotopia de Foucault capaz de articular num mesmo lugar, espacialidades e temporalidades distintas, produzindo diversos espaços a partir da fronteira que se singulariza pelo modo

de produção de sentido. Essa produção de sentido estabelece uma dinâmica aos indivíduos junto à fronteira ao evidenciar seus modos de subjetivação e buscam construir um relato, ainda que incoerente, de suas existências a partir de elementos capazes de criar-lhes uma identidade.

## **FRONTEIRA E IDENTIDADE**

No espaço de fronteira, a identidade tem a ver com uma busca de reconhecimento que se faz diante da alteridade, pois é através das relações que se mantêm com o outro que se busca a afirmação das diferenças em relação a outros grupos e a não aceitação de um modo único de ser, logo, se é produzido com o intuito de distinguir o “eu” e o “outro”. Haesbaert (1999) parte da ideia de que a percepção das diferenças é de grande importância para a afirmação de um grupo cultural. Entretanto, a grande dificuldade em reconhecer o outro ocorre por meio de um processo classificatório, a padronizar, criar um parâmetro único de comparação, hierarquizando ou “desigualando” aquilo que apenas deveria ser visto como diferente. Na realidade da fronteira, esse processo de hierarquização é responsável pela classificação dos tipos identitários, como também estabelece uma qualificação, gerando estereótipos.

Para José de Souza Martins, a fronteira é um território forjado pela variável constante do outro, em torno do qual há uma identidade e práticas a serem construídas visando à ambígua situação de convivência e estranhamento. Segundo o referido autor, “(...) a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade (...) a primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si (...) a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro” (MARTINS, 1997, p. 150 - 151).

Assim, a partir da convivência com as diferenças identitária e cultural que podem ser identificadas na fronteira, ocorre a afirmação da diferença, que, muitas vezes, é vista com um olhar de inferioridade:

Na verdade, a diferença ou alteridade e desigualdade ou comparabilidade não podem ser vistos de forma nem excludente, nem de modo a que uma se dilua totalmente na outra. A fronteira entre o desigual e o diferente é sutil, e o que ora é visto como diferente pode em outra situação ser visto como desigual, e vice-versa. (HAESBAERT, 1999, p. 176).

Para entendermos de que forma a alteridade pode ser identificada na fronteira é importante salientar como a afirmação das diferenças em relação aos outros grupos contribui para a construção de novas identidades. A fronteira pode limitar algo, ou fixar um determinado conteúdo com sentidos específicos; dessa maneira, ocorre uma construção simbólica de pertencimento, que constrói um marco de referência que é definido pela diferença e a alteridade na relação com o outro.

As fronteiras se apagam, dissolvem os localismos e/ou acirram as questões identitárias. Figurando um “ir” e “vir” não apenas de lugar, mas também de situação ou época, a dimensão de fronteira, postulada por Pesavento (2002), possibilita – pelo contato e permeabilidade – o surgimento de algo novo, híbrido, diferente, mestiço, um “terceiro” (BHABHA, 1998, p. 69), que se insinua na situação de passagem.

Dessa maneira, a fronteira acaba se tornando a limitação de um espaço que, por possuir conteúdos e sentidos diferentes que são fixados pelos dois lados da fronteira, contribui para a construção daquilo que é diferente, pois na fronteira ocorre um cruzamento de identidades distintas que em contato são recontextualizadas e reelaboradas, a fim de diferenciar cada vez mais o marco de referência. Com a existência de dois modelos de referência distintos, a fronteira acaba se tornando permeável ou flexível, em que uma nova temporalidade acaba dissolvendo os localismos e as questões identitárias, surgindo, assim, o diferente.

A fronteira constitui-se em encerramento de um espaço, limitação de algo, fixação de conteúdos e de sentidos específicos, conceitos que avançam para os domínios da construção simbólica de pertencimento denominada identidade e que corresponde a um marco de referência imaginária, definido pela diferença e a alteridade na relação com o outro.

Isso posto, torna-se possível discutir a fronteira como algo em que se diferencia o “eu” e o “outro”, ou seja, como uma possibilidade de dialogar com as diferenças, pois a fronteira permite o contato de sujeitos distintos que cria uma interlocução entre duas (ou mais) identidades diferentes. Dessa forma, a partir do momento em que estabelecemos a fronteira, criamos um processo de identificação/diferenciação, onde um sujeito ou grupo pode ser um construtor de relações identitárias a depender dos sujeitos com que eles estabelecem as relações. Nessa perspectiva, pensar a alteridade na fronteira é definir o modo como olhamos o outro, assim:

Determinadas identidades ou, caso se preferir facetas de uma identidade, manifestam-se em função das condições espaço temporais em que o grupo está inserido. Finalmente, a(s) identidade(s) implica(m) uma busca de reconhecimento que se faz frente à alteridade, pois é no encontro ou no embate com o outro que buscamos nossa afirmação pelo reconhecimento daquilo que nos distingue e que, por isto, ao mesmo tempo, pode promover tanto o diálogo quanto o conflito com o outro. (HAESBAERT, 1999, p. 175).

Na fronteira, a percepção da diferença é de fundamental importância para a afirmação de um grupo cultural, pois é ela que produz uma variedade de diferentes posições de sujeitos, ou seja, a identidade para os indivíduos. Assim, a alteridade se torna um paradigma da fronteira pelo fato de que, a partir dela, a identidade dos sujeitos que habitam as zonas fronteiriças é formada, pois são as diferenças, a forma como se enxerga o outro, que vai influenciar a construção da identidade na fronteira.

Finalmente, a fronteira pode naturalmente ser interpretada tanto como um referencial identitário, como um lugar onde a diferença, o outro, não podem ser deixados do lado de fora, pois é a partir das relações que se estabelecem entre os sujeitos diferentes que a identidade é construída e a alteridade se faz presente. Proposta condizente com a realidade intercultural, que expressa o conjunto de propostas entre diferentes culturas e já discutida anteriormente neste trabalho.

Contudo, ao se pensar a relação determinante entre o espaço e o processo de construção das identidades e das diferenças entre grupos identitários, num mesmo espaço, no caso a fronteira. Faz-se imprescindível pensar ao longo do processo histórico como se deu a configuração espacial em questão, que movimentos ocorridos junto à fronteira foram determinantes para a atual situação. Neste sentido, recorreremos à historiografia no capítulo seguinte para compreender a sucessão de fenômenos que foram elementares à constituição da fronteira Brasil-Bolívia.



## BRASIL-BOLÍVIA: REGIÃO DE INCERTEZAS

*“Yo no sé donde soy  
Mi casa está en la frontera  
Las fronteras se mueven  
como las banderas”*

Jorge Drexler

A região que corresponde à atual fronteira entre Brasil e Bolívia conserva em sua conformação histórica episódios marcados por enfrentamentos armados, negociações diplomáticas, tratados econômicos transnacionais e ciclos de ocupação com vistas ao povoamento de uma localidade que por sua condição de fronteira estabelece um quadro de incertezas quanto à sua contiguidade. Neste capítulo, o que se pretende fazer é uma revisão histórica dos episódios que foram determinantes para a conformação atual destes Estados-nação e evidenciar que, desde então, o Brasil opera em sua conformação social uma espécie de interculturalidade orgânica<sup>65</sup>. Para além disso, a dificuldade de se estabelecer na raia oeste da Colônia, a necessidade de incremento militar para defesa do território imperial e a política de integração nacional republicana fazem da fronteira Brasil-Bolívia um espaço de disputa ainda na contemporaneidade.

Para se pensar na atual configuração da fronteira Brasil-Bolívia, bem como dos fluxos operados nesta realidade e seus processos de interculturalidade, faz-se necessário recorrer à historiografia, para compreensão dos episódios ocorridos quando da assinatura dos tratados e acordos celebrados a partir do século XVIII para estabelecimento dos espaços geográficos de ambos os países. Esta fronteira internacional que foi alvo de disputa entre dois impérios ibéricos mostra-se como elemento essencial para a unidade territorial dos países em questão, bem como participantes do projeto de integração dos Estados modernos brasileiro e boliviano.

---

<sup>65</sup> Mohammed El Hajji (2012) afirma que, no Brasil, a proposta intercultural sempre esteve presente na memória nacional, através dos discursos sociológicos e antropológicos ao tratar da miscigenação racial e sincretismo religioso. O autor vai além ao afirmar que na realidade brasileira haveria uma espécie de interculturalidade orgânica e natural, em oposição ao interculturalismo instrumental, artificial e administrativamente imposto.

A relevância desta fronteira se deve às dimensões em que se configura. Brasil e Bolívia dividem 3.423 km de extensão territorial<sup>66</sup>, fronteira que representa 20% dos limites divisórios que o Brasil tem com os países vizinhos. É o país com o qual o Brasil estabelece a maior extensão de fronteira. Em termos nacionais, isso corresponde do lado brasileiro aos estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul em linhas contíguas com os departamentos bolivianos do Beni, Pando e Santa Cruz.

Quando do período colonial, essa fronteira era a região mais a oeste do território da então colônia portuguesa, sendo por isso considerada “guarda-costas” das possessões territoriais dada sua localidade estratégica, fazendo frente aos limites estabelecidos pelos países colonizadores ibéricos.

A fronteira Brasil-Bolívia teve como episódios originários os tratados de Madri (1750) e Santo Ildefonso (1777). Tratados estes que se referiam à configuração moderna dos estados de Portugal e Espanha, que, naquele momento, passavam por um processo de reconfiguração e viam a demarcação territorial como representativa do avanço da ideia de Estado moderno. Esta noção política refletiu na configuração geográfica das terras das coroas ibéricas para além do Velho Continente.

Outros tratados que se fizeram preponderantes neste processo de conformação da fronteira Brasil-Bolívia ocorreram já dentro da realidade latino-americana. Foram os tratados de Ayacucho (1867) e Petrópolis (1903). Pode-se afirmar que esses episódios são os momentos em que o espaço fronteiriço ganha notoriedade e novas significações na política sul-americana. A partir desses acordos foi que se deu o avanço dos então estados independentes de Brasil e Bolívia no sentido de se estabelecerem enquanto unidades nacionais. Neste aspecto, o delineamento da política interna de um país prescinde das tomadas de decisão inerentes à política externa e, no espaço de fronteira entre dois países, quando decisões se cruzam, tem-se a necessidade de recorrer a soluções diplomáticas através de acordos, ou quando não solucionadas, confronto armado.

Em comum, Brasil e Bolívia tiveram seus processos de povoamento iniciados a partir das beiradas. Enquanto no Brasil, as maiores populações se concentravam no litoral do Atlântico; na realidade boliviana foi às margens do Pacífico que se deram os núcleos de povoamento mais expressivos. Há que se salientar que a configuração política de ambos países em busca da independização a partir de meados do século XIX

---

<sup>66</sup> <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/fronteira.shtm>

ocorreu de forma bem distinta: o estabelecimento do Estado brasileiro se deu pelo fortalecimento das instituições estatais com maior capacidade de decisão diante do país vizinho; enquanto que a Bolívia se pautava por uma política reativa diante da dificuldade de estabelecimento do Estado, muitas vezes encaminhadas por um processo político personalista<sup>67</sup>.

Agregado a isso, temos, no caso brasileiro, o entendimento da fronteira a oeste como espaço a ser ocupado devido à condição de atraso aos parâmetros modernos, sendo orientada para a consolidação da noção de um espaço econômico promissor. A fronteira, era tida, assim, como uma região periférica em contraste com as regiões mais desenvolvidas do país, mas que apresentava na política externa brasileira uma posição estratégica pela articulação das bacias platina e amazônica.

Este lugar de disputa se fazia diante da necessidade de estabelecimento dos Estados-nação de ambos os lados que prescindia de guarnição, pois ali se apresentava o ponto de maior fragilidade, uma vez que quando não devidamente resguardados, colocaria em risco a conformação geográfica conquistada. É possível observar através dos registros históricos deste período uma política de militarização deste espaço como a tônica empreendida ao longo dos séculos XVIII e XIX, relegando à fronteira uma necessidade de povoamento, medida preventiva no sentido de estabelecer o controle de fronteira.

Além do interesse militar no incremento de fronteira, a região que compreende o Oeste brasileiro também foi destino de inúmeros naturalistas que buscavam, mediante suas observações e registros, descrever as potencialidades naturais da região; mas sobretudo o modo de vida das sociedades tradicionais ali estabelecidas. Não coincidentemente foi durante o século XIX que expedicionários como Karl Von Steinen, o Barão de Langsdorff, Hercules Florence buscaram catalogar, além das especificidades de fauna e flora dos sertões brasileiros, tipos humanos e seus modos de sociabilidade.

---

<sup>67</sup> Neste sentido, ressalta-se a atuação militar de Andrés de Santa Cruz, que integrou o exército nas batalhas pela emancipação do Vice-Reinado do Peru, apoiado por Simon Bolívar, assume a presidência da Bolívia em 1829, permanecendo por 10 anos no cargo. KLEIN, Herbert S. *Perú y Bolivia*. In: BETHELL, Leslie. *História da América Latina – América Latina independente – 1820-1870*. Cambridge University Press/ Barcelona: Editorial Crítica, Serie Mayor, vol. III, cap. 6.

## VILA BELA: GUARDIÃ DA FRONTEIRA COLONIAL

Durante o século XVIII, a capitania de *Matto Grosso* ocupou um lugar emblemático na conformação política da Colônia Portuguesa, desde seu desmembramento da capitania de São Paulo. Limitava-se ao norte com a capitania do Grão-Pará e Rio Negro; ao sul, com a capitania de São Paulo; ao oeste, com os governos de Chiquitos, Mojos e Paraguai; a leste com a capitania de Goiás. Era o ponto extremo ocidental dos domínios territoriais do Brasil e fazia frente direta aos territórios do império espanhol. Tratava-se de um lugar inexplorado, de alta periculosidade dada a presença de diversas sociedades indígenas, e tinha uma conformação geográfica marcada por rios caudalosos e topografia entrecortada por morros e paredões. Chegar ao *Arraial de Vila Real do Bom Jesus de Cuyabá* não era fácil, segundo relatos de Antônio Rolim de Moura<sup>68</sup>, de São Paulo para a Vila do Cuiabá levava-se até cinco meses de viagem, para se ter um parâmetro, de Portugal até São Paulo as naus gastavam cerca de dois meses.

Conta-se que um grupo de bandeirantes capitaneados por Miguel Sutil, em uma de suas empreitadas em busca de novas terras a Oeste, enviou índios da tropa em busca de mel, porém retornaram com outro elemento de coloração semelhante: pedras de ouro. Estava ali estabelecida a corrida em busca do ouro nas minas do Oeste. Aqui encontramos a reiteração da ideia de fronteira proposta por Turner (1893). Um espaço selvagem a ser explorado, num processo dialógico, pois à medida que o bandeirante se embrenhava na mata com sua subjetividade se fazia mais distante do lugar de origem e articulava-se com o que lhe é próprio e o que lhe é diferente, no contato com a natureza pelo homem moderno e na interação com as sociedades indígenas que se interpunham como obstáculos ao povoamento da fronteira.

Embora Cuiabá seja atualmente a capital do estado de Mato Grosso e também foi da então província, quando da capitania<sup>69</sup> quem recebeu o título de capital foi a cidade edificada às margens do rio Guaporé: Vila Bela da Santíssima Trindade. A ordem imperial para estabelecimento da capital junto ao rio Guaporé compunha de uma série de recomendações<sup>70</sup>, que evidenciavam as dificuldades do espaço a ser explorado.

<sup>68</sup> Governador da capitania de Mato Grosso, designado pela Coroa Portuguesa para estabelecer na região de fronteira um núcleo de povoamento com interesse estratégico militar frente à expansão castelhana.

<sup>69</sup> Os termos capitania, província e estado fazem, respectivamente, referência às unidades administrativas dos períodos colonial, imperial e republicano.

<sup>70</sup> 1) Fundar a capital da nova capitania no vale do Rio Guaporé; 2) Fundar uma aldeia jesuítica para os índios mansos; 3) Incentivar a criação do gado *vacum* e cavalari; 4) Conceder privilégios e isenções de

Acerca deste processo, Loiva Canova (2011), em tese de doutoramento, narra a trajetória de Antônio Rolim de Moura, fundador de Vila Bela e as dificuldades de se estabelecer junto àquela realidade:

Permanecer na capitania de Mato Grosso denotava para o Governador situar-se distante da família; representava algo mais que contabilizar léguas e dias. Essa distância pode ser concebida por não permitir a companhia de amigos e parentes, pois estavam em Portugal. Era distante por representar graus de primitivismo, vazia de ação humana, merecedora de graus de racionalidade, portanto, necessitava ser aproximada da “civilização”. Era distante porque sua gente não tinha os hábitos e costumes que circunstanciavam as comodidades e confortos de uma vida de nobre. Distante porque nela não havia estrutura material que correspondesse à da metrópole. Antônio Rolim de Moura encontrava-se em meio a uma geografia desmedida, que o distanciava do mundo “civilizado”. (CANOVA, 2011, p. 184)

Tendo em vista a vigência do Tratado de Madri (1750), Vila Bela foi erigida às margens do Rio Guaporé, para fazer frente ao território espanhol que pelo tratado do *uti possidetis* conferia aos impérios de Portugal e Espanha o domínio das terras do Novo Mundo. Era comum o estabelecimento das fronteiras muitas vezes a partir de aspectos topográficos para sua demarcação. Neste caso, o rio Guaporé foi considerado o limite natural da fronteira, conforme consta também no Tratado de Santo Ildefonso (1777).

Vila Bela da Santíssima Trindade foi concebida por estrategistas do Gabinete Real Português como cidade vigilante da fronteira, tendo sua configuração estrutural arquitetônica diferente conformação urbana em relação às demais cidades de colonização portuguesa. Conforme sustenta Sérgio Buarque de Holanda (1995), os portugueses em geral criavam suas cidades a partir de núcleos de povoamento distintos e não obedeciam a um traçado retilíneo na sua configuração, enquanto que os castelhanos buscavam no país ocupado um prolongamento orgânico do reino de Castela, com as ruas definidas por uma linha reta a partir de um centro de onde partia as ruas principais que perpendicularmente formavam o cruzamento central de onde emergiam as ruas secundárias.

---

impostos àqueles que desejassem residir nas imediações da nova capital; 5) Construir, na nova capital, residência para os Capitães-Generais; 6) Agir com diplomacia nas questões de fronteira, evitando entrar em confronto aberto com os espanhóis; 7) Tomar cuidado com os ataques dos índios bravios, especialmente os Paiaguá e Guaicuru; 8) Fornecer informações mais precisas da capitania recém-criada, seus limites e potencialidades; 9) Proibir extração e comercialização de diamantes; 10) Criar Companhia de Ordenanças; 11) Incentivar a pesca no Rio Guaporé; 12) Informar da viabilidade de comunicação fluvial com a capitania do Grão-Pará. (CANOVA, 2011, p. 44)

Por ser uma localidade estratégica, o fato é que Vila Bela se tornou, conforme Volpato (1987), expressivo ícone da guarda de fronteira com discurso legitimador do espaço, cujo objetivo era salvaguardar a entrada interior do Brasil. Havia a necessidade da escolha de um local que estivesse vinculado à defesa da fronteira e à construção territorial. Deste modo, a identificação histórica e física do espaço se apropriou simbolicamente dele com o fim de construí-lo como fronteira. A dimensão simbólica do espaço, neste caso, se fez com a discussão do lugar de fundação da vila, que marcou e definiu um dado sentido. A intervenção estatal no espaço se deu primeiro com a escolha do lugar de fundação da vila.

Vila Bela da Santíssima Trindade era o segundo maior núcleo de povoamento da capitania de Mato Grosso. Havia por parte de Portugal um esforço e investimento exorbitante para a permanência dos administradores da Coroa naquela localidade que apresentava inúmeros aspectos de insalubridade e resistência. A vila compreendia os territórios dos índios Nhambiquara, combativa etnia que sempre confrontava a travessia bandeirante e os avanços coloniais de Portugal. Além disso, a incidência de diversas doenças tropicais em combinação com as intempéries climáticas, características da região amazônica com altos índices pluviométricos, dificultavam o cultivo de produtos de primeira necessidade. Junto a isso, também a insurgência escrava que foi responsável pela formação de um dos maiores núcleos de resistência negra do século XVIII, o quilombo do Piolho ou Quariterê<sup>71</sup>, sob a capitania de uma mulher: Tereza de Benguela.

Em um de seus relatos ao Conselho Ultramarino, Antônio Rolim de Moura<sup>72</sup> define a localidade como um espaço doentio, de pouca incidência de raios solares; os caminhos que ligavam as duas vilas da capitania, quase sempre encharcados, os ares, os miasmas, as intempéries, os poucos escravos negros sem os quais os brancos nada eram, a selvageria dos índios, a preguiça dos povos, a falta de recursos financeiros, a pobreza das gentes, as moléstias, as faltas de medicamentos e médicos.

---

<sup>71</sup> O Quilombo do Piolho ou Quariterê foi um quilombo do final do século XVIII, que reunia negros nascidos na África e no Brasil e índios e brancos, além de cafuzos (mestiços nascidos da união de negros e índios). O quilombo se localizava às margens do rio Piolho (ou Quariterê), em Mato Grosso. Acredita-se que o primeiro líder do Quilombo do Piolho tenha sido José Piolho. Com a sua morte, Teresa de Benguela, que era mulher de José Piolho, assumiu a liderança.

<sup>72</sup> CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura para o Conselho Ultramarino. Vila Bela da Santíssima Trindade, 2 de abril de 1757. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. Livro de Registro de Provisões Reais, Patentes, Cartas e Bandos. Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro C-04, Estante 1, Doc. 192, [f. 98v-107v]. In: CANOVA, Loiva. Antônio Rolim de Moura e as representações da paisagem no interior da colônia portuguesa na América (1751-1764). UFPR, 2011. Tese de doutoramento.

Os administradores desta capital se viam diante de processos de luta internos e como aspecto de política externa máxima tinham como objetivo a guarda da fronteira das possíveis tentativas de avanço espanhol. Durante o século XVII, Vila Bela foi a sede militar da capitania com a criação da Companhia dos Dragões.

O aparelhamento militar da Capitania de Mato Grosso fazia parte de um processo mais amplo: a defesa dos limites acordados em Madri, que garantiram as pretensões portuguesas na bacia Amazônica, bem como o desejo de imprimir a marca do Império português no extremo oeste da colônia. Estes objetivos conferiram à Vila Bela um papel decisivo e levaram a Coroa a delinear uma política de povoamento, oferecendo uma série de privilégios e concessões aos que se dispusessem a habitar a capital e seus arredores. As estratégias voltadas para o povoamento da região guaporeana constituíram-se, assim, em um reforço à idéia de fronteira como espaço promissor. Todavia, também, ajudaram a compor, em função de privilégios concedidos a criminosos, uma das imagens que viria a se tornar recorrente nas representações sobre Mato Grosso: a de um *sertão-fronteira* sem lei e sem ordem. ( XAVIER, 2006, p. 23-24)

Observa-se que, durante esse período histórico, o incremento de fronteira se fez em especial pela questão estratégica da navegação fluvial empreendida através dos rios Guaporé e Madeira, e se estabeleciam contato e trocas mercantis com a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, permitindo a chegada de produtos importados a partir da região Norte do Brasil.

Para guarnecer a fronteira e o livre trânsito das embarcações, a Coroa Portuguesa edificou vários destacamentos militares ao longo dos rios da bacia Amazônica. Dentre estas edificações, uma das mais representativas deste propósito é o Forte Príncipe da Beira (1776), localizado no município de Costa Marques (RO). Esse forte tinha como função, além de guardar a fronteira, viabilizar a passagem de embarcações pela hidrovía Guaporé-Madeira, que se constituía como uma das principais vias de acesso à então capitania de Mato Grosso<sup>73</sup>.

Um aspecto sugerido por Hollanda (1995) acerca dos colonizadores portugueses justifica esse direcionamento colonizatório a partir das margens dos rios, como no caso em questão da cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade:

A facilidade das comunicações por via marítima e, a falta desta, por via fluvial, tão menosprezada pelos castelhanos constituiu pode-se

---

<sup>73</sup> As outras opções eram por via fluvial a partir dos rios da bacia do Prata ou por via terrestre cruzando a capitania de Goiás.

dizer que o fundamento do esforço colonizador de Portugal. Os regimentos e forais concedidos pela Coroa portuguesa, quando sucedia tratarem de regiões fora da beira-mar, insistiam sempre em que se povosassem somente as partes que ficavam à margem das grandes correntes navegáveis, como o rio São Francisco. A legislação espanhola, mas se refere à navegação fluvial como meio de comunicação.” (HOLLANDA, 1995: 104-105)

Com o fim da Companhia do Grão-Pará e Maranhão (1778), principal fornecedor de gêneros alimentícios e produtos importados para Vila Bela, as transações comerciais da capital ficaram mais dependentes da chegada destes produtos vindos por terra de Cuiabá a partir da capitania de São Paulo. O foco de guarnição de fronteira permaneceu, porém agora mais ao sul, com ênfase nos rios da bacia do Prata. Em 1821, a capital se transfere para Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade fica relegada ao esquecimento por parte das autoridades do período imperial.

Assim, Vila Bela pode ser considerada o primeiro núcleo urbano de fronteira da realidade brasileira, razão esta para inclusão nos registros deste capítulo. Atualmente, o município conserva em sua realidade uma série de práticas culturais remanescente da matriz negra que ficou confinada naquele espaço, quando da transferência da capital para Cuiabá.

## **CONFLITO DO PARAGUAI**

As razões que deflagraram o conflito da Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) conhecido como Guerra do Paraguai assentavam-se em aspectos de ordem da política internacional por conta do movimento expansionista do país que dá nome ao conflito. Ao que se sabe, o Paraguai apresentava alto índice de desenvolvimento industrial e já se mostrava concorrente da Inglaterra nas terras do continente americano, na fabricação de produtos para implementação de ferrovias. Fazia-se necessário interromper esse expansionismo do Paraguai para assegurar o mercado consumidor dos produtos de maquinaria pesada na América do Sul.

Para esta investigação, a questão que se coloca a partir da Guerra do Paraguai refere-se aos acordos que foram estabelecidos pós-conflito. Dentre eles, o Tratado de Ayacucho, celebrado em 1867. De acordo com Lylia Galetti (2000), a preocupação com o estabelecimento de acordos internacionais com a Bolívia era de suma importância, pois caso houvesse a adesão do exército boliviano ao Paraguai, as consequências seriam



drásticas para a região de fronteira. O agravo desta preocupação se expressa nas missões que foram enviadas à Bolívia para firmar um acordo binacional que celebrasse um “bom termo” entre ambos os países. Só na década de 1860 foram três tentativas frustradas de discussão diplomática: missão de João da Costa Rego Monteiro, a de Antonio da Costa Rego Monteiro e a de Antonio Pedro de Carvalho Borges.

A posição privilegiada da Bolívia diante do domínio territorial brasileiro sempre foi alvo de preocupação por parte dos militares do então Império do Brasil. Afinal de contas, uma tentativa de avanço por parte da Bolívia num período em que as tropas se concentravam no conflito com o outro vizinho, o Paraguai, logicamente resultaria numa derrocada por parte do exército brasileiro. Deste modo, não apenas enviar as missões “de paz”, o Império brasileiro queria, naquele momento, estabelecer os limites entre Brasil e Bolívia para evitar que a disputa conflitual dessa região eclodisse.

Sendo assim, em 1867, tendo como referência o *uti possidetis*, uma missão capitaneada por Felipe Lopes Neto celebrou o Tratado de Amizade, Limites, Navegação, Comércio e Extradicação com Donato Muñoz. Tendo em vista o nome dos negociadores, esse acordo ficou conhecido como Tratado Muñoz-Neto<sup>74</sup>. Porém, a vigência desse tratado teria sua reconfiguração em virtude da extração da seringueira e produção da borracha. Quando os interesses econômicos se fizeram preponderantes, o tratado teve que ser repensado.

Durante o período em que ocorreu a Guerra do Paraguai, a situação de tensão nas fronteiras que compreendiam aos limites da bacia Amazônica e do Prata gerou uma insegurança na população pelas incertezas dos rumos políticos dos países envolvidos, o que refletia na segurança nacional. Deste modo, houve por parte dos habitantes de fronteira uma debandada para as localidades que se mostravam minimamente mais seguras. Ao que parece pelos registros históricos, a província de Mato Grosso, como se fizera estabelecida como localidade estratégica do conflito, era uma das localidades para onde grande parte dos bolivianos da fronteira foi pedir asilo político. Esses e outros fatores foram objeto de preocupação da fronteira:

A fronteira estava exposta a uma série de incidentes relacionados, entre outras questões, à concessão de terras, à circulação de fugitivos da justiça e aos pedidos de asilo formulados, em geral, por *caudilhos* militares bolivianos derrotados nas lutas internas pelo poder. A concessão de asilo poderia criar problemas políticos entre os dois

---

<sup>74</sup> Designação hispânica do Tratado de Ayacucho (1867).

países. Estas questões afetavam diretamente o governo provincial e eram reclamados, insistentemente, pelos presidentes da província de Mato Grosso à Corte, bem como aos representantes brasileiros na Bolívia (XAVIER, 2006, p. 105)

Pelo que se percebe, a tensão sob a fronteira foi uma condição muito recorrente nos registros históricos de Brasil e Bolívia. Os dois países sempre se mostravam diversos aos interesses da fronteira e com orientação política distinta. O estabelecimento do Tratado Muñoz-Netto, por exemplo, gerou uma série de conflitos internos na Bolívia em virtude de a população julgar os termos do acordo desfavoráveis para o país vizinho ao Brasil. Somente um ano após a celebração deste Tratado, o Congresso Boliviano aprovou a proposta diante de muitas discussões e com ação coercitiva aos insurgentes, descontentes com a proposta, sob o comando do presidente Melgarejo.

Na realidade brasileira, também havia um descontentamento pelos resultados de divisão territoriais firmados entre Brasil e Bolívia. Porém, a condição de guerra em que o país se encontrava forçava o Império brasileiro a ser simpático ao lado boliviano para evitar mais conflitos armados na região de fronteira, uma vez que o país já se encontrava em combate com o Paraguai.

De fato, a negociação deste tratado tranquilizou a diplomacia imperial e também autoridades provinciais e coroava a ideia da unidade territorial que uma geração de políticos e intelectuais buscava conseguir. Apesar das imagens criadas em torno desse “território”, ele era, não só por sua extensão, uma garantia da grandeza imperial. Controlar a fronteira articuladora das bacias platina e amazônica era defender as riquezas do país, embora naquele momento ainda fosse do ponto de vista do progresso apenas uma possibilidade.

O fim do conflito da Tríplice Aliança contra o Paraguai possibilitou a expansão dos limites a sudoeste do Império brasileiro, o que de certa maneira complementava a linha fronteira interna brasileira. O fim da Guerra e a reabertura da navegação do rio Paraguai não concretizaram, imediatamente, as aspirações de conduzir Mato Grosso pela senda do progresso e da civilização, para o que se continuava colocando como requisito indispensável o estabelecimento de meios de comunicação mais rápidos e independentes de países estrangeiros.

Deste modo, urgia-se viabilizar a comunicação da então província de Mato Grosso com o litoral brasileiro. Esta comunicação nem sempre se concretizava dada a condição das estradas, que em determinado período do ano se tornavam inviáveis, junto

a isso o transporte de produtos direcionados ao mercado externo como ouro, diamante, peles e a ipecacuanha se fazia por caminhos perigosos, fosse por perda das mercadorias por saqueadores ou ataques de sociedades indígenas, tornando o transporte por terra extremamente dispendioso<sup>75</sup>.

Fazia-se então necessária a implementação de um sistema de comunicação que, além de minimizar os problemas de transporte, fosse representativo da condição de progresso pelo qual os países latino-americanos, em especial o Brasil, reivindicavam através de ideais progressistas republicanos. Neste sentido, a aspiração pela construção de ferrovias tornou-se o maior desejo da população brasileira e, no caso de Mato Grosso, um desejo maior ainda, embora esbarrasse nas questões topográficas para o estabelecimento. O projeto de comunicação da província de Mato Grosso deveria ser composto de ferrovias e trechos navegáveis dos rios da bacia platina.

Desde a década de 1870, inúmeras foram as tentativas de instalação de linhas ferroviárias na região de fronteira para escoamento da matéria-prima (borracha, erva-mate, ipecacuanha) e possibilidade de importação de equipamentos (locomotivas, usinas, etc.) que seriam necessários para a modernização dessas localidades. Muitos projetos foram apresentados à administração local, mas a região só lograria esse anseio no início do século XX com a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

## **FERROVIAS: TRILHOS DO PROGRESSO**

O fim do conflito com o Paraguai liberou as águas dos rios da bacia do Prata e tornou a circulação de mercadorias um processo mais dinâmico, o que permitiu o transporte de maquinaria pesada em especial para a instalação das usinas de beneficiamento de cana-de-açúcar, principal atividade econômica das fazendas ao longo do rio Paraguai. Juntamente com as usinas, as companhias de beneficiamento de erva-mate configuravam-se como as atividades de maior rentabilidade no período pós-Guerra do Paraguai, na fronteira entre Brasil e Bolívia.

Depois de 1870, quando se restabeleceu a navegabilidade do rio Paraguai, a economia da fronteira oeste brasileira começou a apresentar um crescimento depois de devassada pelos gastos empreendidos no conflito da Tríplice Aliança. Em todo o Brasil,

---

<sup>75</sup> GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. São Paulo, 2000, p. 210. .

o desejo pela modernização se via expresso na implementação de ferrovias que abreviariam gastos para o estabelecimento de comunicação com o litoral brasileiro e a então capital federal, Rio de Janeiro. As ferrovias instaladas representavam naquele momento, além da necessidade de um meio de transporte mais rápido, o agente modernizador da realidade brasileira.

A instalação de uma ferrovia em Mato Grosso atenderia aos anseios políticos e econômicos da então província. Politicamente, a ferrovia significava estabelecer uma ligação mais rápida e direta com o Rio de Janeiro, o que contribuiria para a consolidação da integração nacional, ligando assim as partes mais longínquas do território brasileiro através da malha ferroviária. Para a economia local, significava a possibilidade de escoamento da produção agrícola baseada na produção de algodão, café e cacau, mas que por questões logísticas estava voltada apenas para o mercado interno.

Após a promulgação da Constituição Republicana, o imperativo de modernização do Brasil tornou-se a tônica da política brasileira. Modernizar significava eliminar os resquícios imperiais que se sublimavam em termos como obsolescência e atraso. Neste sentido, as cidades à margem do Atlântico apresentaram um surto de modernização significativo em especial por conta da incorporação do ideário progressista tecnológico pelo viés do pensamento positivista. Bondes, trens, iluminação pública, telégrafos. Foi quando as obras públicas começam a pulular pelas ruas do Rio de Janeiro e demais cidades costeiras do Brasil. Campanhas de sanitaristas propunham a incorporação de hábitos de higiene mais civilizados e ofereciam serviços de saúde e vacinas para imunizar a população de determinadas “enfermidades coloniais”.

Dessa forma, o ideário progressista marcou fortemente o projeto dos republicanos, ansiosos por ajustar as instituições políticas, a sociedade e a economia ao ideal que tinham em mente. As ideias de progresso serviam como armas para combater o regime monárquico, encarado como a personificação do atraso e do marasmo e eram eficazes na defesa de projetos que tendiam ao desejo de instituir a sociedade burguesa.

Esse processo de modernização caracterizado mais fortemente ao longo das cidades próximas ao litoral brasileiro fez evidenciar a condição de atraso do restante do Brasil. Enquanto que o litoral orgulhava-se das benesses do progresso, as outras regiões distanciavam-se ainda mais comparativamente dos recursos tecnológicos de que dispunham as cidades próximas ao Atlântico<sup>76</sup>.

---

<sup>76</sup> Essa diferenciação de ofertas tecnológicas experienciadas ao final do século XIX ainda se conservam na atualidade.

Neste momento, por uma questão estratégica, a administração política do Brasil volta seus olhos para a região da fronteira oeste brasileira devido à sua posição estratégica central que fazia frente às demais nações sul-americanas. Em suma, a província de Mato Grosso era o “último pedaço” de Brasil frente aos territórios herdeiros da Coroa espanhola. Em nome da integração nacional, era necessário pensar em projetos nacionais que incorporassem essa região de fronteira junto ao restante do Brasil para obter, além de segurança nacional, compensação econômica. A região se mostrava de grande relevância para o cenário brasileiro por conter grandes reservas de recursos naturais.

A historiadora Lidia Xavier (2006) salienta essa preocupação em integrar a região com o restante do país e aponta as alternativas operacionais concebidas nos projetos de integração:

A orientação, de modo geral, articulava questões estratégicas e considerações de ordem econômica e social. Preocupava-se em definir linhas ferroviárias que, além de garantir a segurança das áreas fronteiriças, estabelecessem comunicações rápidas com o centro político do país, criando condições para a ocupação destas terras. Até a década de 1870, quase todas as propostas de ligação de Mato Grosso com o litoral eram feitas intercalando-se a ferrovia com a navegação fluvial. Reconhecia-se a impossibilidade de qualquer companhia interessar-se, de imediato, pela construção de uma extensa ferrovia, empreendimento altamente dispendioso e arriscado. As obras públicas, como as ferrovias e o aproveitamento dos rios para a moderna navegação a vapor, apareciam revestidas de um caráter progressista e civilizador. A articulação entre uma natureza generosa e uma técnica avançada, colocaria em movimento energias até então ociosas e, imprimiria mudanças radicais na paisagem geográfica e humana. (XAVIER, 2006, p. 131)

A partir do desejo de ligar a região de fronteira ao restante do país, inúmeros foram os pedidos de concessão para implementação de linhas férreas na realidade da província de Mato Grosso.

Maria Inês Castro (1993) relata o processo de implementação do projeto intitulado Plano de Viação Geral que previa a instalação de uma ferrovia que partiria da Central do Brasil (Rio de Janeiro) e chegaria à fronteira com a Bolívia passando por Vila Boa de Goyaz<sup>77</sup> e Cuiabá. O projeto, apesar de não sair do papel, foi o documento que gerou o decreto que tratava das comunicações da capital com os demais estados brasileiros. Comunicações estas que eram vistas como essenciais para o processo de imigração das áreas a Oeste, prenhe de potencialidades comerciais e industriais. Até

---

<sup>77</sup> Antiga capital do estado de Goiás, hoje conhecida como “Goiás Velho”.

1890, inúmeros foram os pedidos de concessão para implementação de ferrovias dentro do território próximo à fronteira e boa parte deles incorporava a Bolívia em seu trajeto devido à ligação que o país faz com o Oceano Pacífico.

Para compreensão deste momento histórico, é necessário contextualizar a realidade boliviana também, uma vez que os movimentos políticos operados do outro lado da fronteira interferiram nos movimentos operados pela fronteira brasileira. Durante este período, embora a Bolívia se concentrasse na região do Pacífico através dos centros produtores de Prata, a partir de 1870, o país passou a desenvolver pelo extrativismo vegetal um importante incremento na economia. Assim, na região da Amazônia boliviana iniciou-se o ciclo de exploração da borracha, mas que encontraria impeditivos quanto à sua distribuição por falta de logística para escoamento da extração de seringa.

Deste modo, a alternativa adotada pelos bolivianos eram os rios brasileiros, uma vez que a eles era autorizada a utilização dos rios por meios de acordo diplomáticos, porém esse transporte se fazia às custas de altas taxas de impostos, o que inviabilizava o lucro com a borracha produzida na Bolívia. Fazia-se necessário, então, pensar em uma solução que minimizasse esses custos de escoamento da produção.

Foi assim que o governo boliviano concedeu a George Earl Church<sup>78</sup>, um engenheiro militar estadunidense, o direito de estabelecer uma empresa de navegação que transitaria pelos rios Madeira e Mamoré. A empresa recebeu o nome de *National Bolivian Navigation Company*. O próprio nome, de certo modo, já sugeria o “caráter” de nacionalidade ao projeto de navegação. Church foi buscar junto a bancos britânicos financiamento para a instalação da empresa, pedido este que fora negado. O governo boliviano já dispunha de um projeto de construção ferroviária que interessava mais aos interesses britânicos, uma vez que, além de produtores de locomotivas e demais equipamentos para ferrovias, eram os grandes interessados na compra da borracha produzida pela Bolívia.

O trajeto da ferrovia boliviana se faria todo dentro do território brasileiro e fora firmado pelo Tratado de Amizade, Navegação, Comércio e Extradicação, previsto pelo Tratado de Ayacucho (1867). O coronel George Church resolveu alterar o plano de navegabilidade pelo projeto de instalação ferroviária. Deste modo, em 1871, foi

---

<sup>78</sup> CARVALHO, Valéria Nely Cezar de. *O Brasil e a Amazônia internacional no século XIX*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, 1990, p. 75.

constituída a *The Madeira and Mamoré Railway Company Ltda.* com financiamento inglês, aval do governo boliviano e autorização brasileira.

## **INCORPORAÇÃO DO ACRE**

A extração vegetal da seringueira e o crescente consumo da borracha produzida na região norte do Brasil fizeram com que a fronteira norte entre Brasil e Bolívia voltasse a ser objeto de disputa entre as nações em virtude da especulação do mercado internacional. Nas últimas décadas do século XIX, a região Amazônica se tornou o centro produtor de borracha de maior produção do mundo.

Neste sentido, houve por parte do governo imperial a adoção de uma política de povoamento à região de menor densidade demográfica dos domínios do Império. Até 1876, a entrada de migrantes foi desorganizada, mas a partir desse ano, com o aumento do número de retirantes, desenvolveu-se na província do Amazonas um plano de imigração e colonização, além do concurso de particulares. O crescimento econômico e populacional, acompanhado por medidas político-administrativas e mudanças tecnológicas no sistema de transporte fluvial determinaram, sistematicamente, uma movimentação da fronteira interna atingindo a região do Acre, fora do território nacional.

A então província do Amazonas já se valia dos lucros obtidos na exportação de borracha e implementou uma política de ocupação da parte oeste conhecida como vale amazônico que compreende o Acre. Com as sedes das empresas de exploração extrativista localizadas nas cidades de Manaus e Belém, ambas as cidades experienciaram um surto modernizador significativo graças aos dividendos obtidos da exportação para o mercado internacional. Os proprietários destas empresas iam junto a estados do Nordeste buscar mão de obra para trabalhar nos seringais que, naquele momento, já alcançavam o Acre, então território boliviano.

A presença massiva de brasileiros no Acre fez com que houvessem conflitos de natureza política entre os que lá chegavam em busca da prosperidade em solo vizinho. Embora a Bolívia se voltasse economicamente para a extração mineral de prata que tinha como rota de saída o Oceano Pacífico, havia por parte do governo boliviano o interesse em incidir impostos sobre a goma obtida em seu território executada em geral por empresas de capital estrangeiro, mas com sede no Brasil.

O estabelecimento das aduanas para captação de impostos se tornaram ponto de discussão não apenas entre Brasil e Bolívia, como também em âmbito nacional entre as províncias do Amazonas e Mato Grosso. Os lucros obtidos através dos impostos de utilização das vias hídricas significavam recursos para implementação da tão sonhada comunicação pelas ferrovias. Apesar de dispendioso, o estabelecimento das ferrovias interessava a estas administrações por serem designativas do tempo moderno.

Amplamente discutido na segunda metade do século XIX, o desejo de instalação de uma ferrovia que na extensão dos rios Madeira e Mamoré significaria a superação do trecho não navegável do rio Madeira e facilitaria, assim, o transporte de matéria-prima. Conforme narrado anteriormente, inúmeras foram as tentativas, mas todas esbarravam nos interesses políticos de Brasil e Bolívia, mas em especial eram extremamente onerosos para a administração local da então província de Mato Grosso.

Contudo, em 1896, o presidente da província de Mato Grosso, Antônio Correa da Costa, remeteu à Assembleia Legislativa um comunicado que versava sobre os benefícios de instalação da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, que virtualmente já habitava o desejo de toda a população brasileira e também boliviana pela facilidade de comunicação que se faria estabelecida por meio desta ferrovia.

Porém, uma questão se colocava problemática a este projeto: a delimitação territorial entre os domínios de Brasil e Bolívia no que se referia ao território do Acre. De acordo com os tratados internacionais de Ayacucho (1867), a região pertencia à Bolívia, mas apresentava uma presença predominante de brasileiros que reivindicavam, inclusive, um processo de independização. Embora o acordo de limites entre Brasil e Bolívia assinado em 1867 garantisse as fronteiras na região do Acre para a Bolívia, a administração boliviana pouco fez para assegurar o controle da área. Diante disso, deu-se o avanço dos seringalistas brasileiros, que não encontraram resistência boliviana quanto à ocupação do território. No final do século XIX, quase 50 mil brasileiros, provenientes do nordeste já exploravam a borracha no Acre boliviano.

A elite da borracha se interessava muito na incorporação do Acre ao território brasileiro, pois obteria assim mais matéria-prima de exportação e fomentou, assim, o movimento dos seringalistas no Acre. Em 1899, o povoado de Puerto Alonso, estabelecido para demarcar a propriedade boliviana do Acre, foi tomado por um grupo de seringalistas liderados pelo espanhol Luiz Galvez Rodríguez de Arias, fundando a República Independente do Acre. O movimento independente foi logo arrasado pela



Marinha Brasileira, atitude tomada pelo Ministro das Relações Exteriores para salvaguardar o acordo diplomático, devolvendo o Acre à jurisdição boliviana.

A região permaneceu em litígio nos anos seguintes. A Bolívia que se encontrava em baixa com os destacamentos militares por conta de um outro conflito decidiu conceder a um consórcio multinacional a exploração da borracha da região do Acre. Esse consórcio era formado pelas empresas *Conway and Withridge, United States Rubber Company e Export Lumber*. Esse consórcio constituiu *The Bolivian Syndicate of New York City in the North América*, sob a presidência do filho do presidente Theodore Roosevelt. Diante dessa configuração, os seringalistas brasileiros resolveram partir para o conflito armado novamente em busca do território do Acre.

Diante dessa situação, os trabalhadores dos seringais brasileiros não aceitaram essa negociação, estimulados por grandes seringalistas e apoiados pelos governos do Amazonas e do Pará, deram início, no dia 06 de agosto de 1902, a uma rebelião armada: a “Revolta do Acre”, chefiada pelo gaúcho José Plácido de Castro. O governo da Bolívia não conseguiria defender seu território neste conflito.

Na realidade brasileira havia um anseio nacional que exigia do governo brasileiro imediata providência em defesa dos acreanos. O governo por sua vez procurava solucionar o impasse diplomaticamente, nomeando o diplomata José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco para tratar do caso. Mas, todas as tentativas eram inócuas e os combates entre brasileiros e bolivianos tornavam-se mais freqüentes e acirrados.

Depois de meses de negociação, em 17 de novembro de 1903 foi assinado o Tratado de Petrópolis, transferindo o Acre para a Brasil, em troca de indenização de dois milhões de libras esterlinas para o governo boliviano e mais 110 mil libras esterlinas ao *Bolivian Syndicate*, permutas territoriais e o compromisso da construção de Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, que ligaria Porto Velho a Guajará-Mirim, associada à livre navegação na bacia amazônica, para dar saída aos produtos bolivianos pelo Atlântico.

## **AGENDA PARA NOVOS TEMPOS**

Assim, através de conflitos e acordos o espaço da fronteira Brasil-Bolívia se configurou geopoliticamente. Ainda hoje, permanece no quadro referencial geográfico

da América Latina o estabelecimento das fronteiras estabelecidas pelos episódios citados ao longo deste capítulo. Aqui, mais uma vez, é possível justificar o uso da interdisciplinaridade com a narrativa historiográfica para concepção deste trabalho. Se neste primeiro momento, para ter conhecimento do modo como as fronteiras entre Brasil e Bolívia foram determinadas recorre-se à História.

Aqui encerra-se a primeira parte deste trabalho que composta por uma revisão histórica e epistemológica da constituição do pensamento comunicacional na América Latina, para compreender sob que tradição de pesquisa este trabalho se vale e pretende se inserir para compreender a relevância do espaço de fronteira por sua potencialidade enquanto objeto de investigação.

A partir disso, recorreu-se a uma discussão acerca do termo fronteira e as implicações deste em diversas vertentes do pensamento sempre em diálogo com episódios contemporâneos da fronteira Brasil-Bolívia para averiguar a vigência das diferentes concepções de fronteira. Mais do que determinar uma que seja apropriada de modo melhor, o segundo capítulo buscou observar a consonância das visões de fronteira em relação aos conteúdos informacionais contemporâneos. Uma narrativa do presente para verificar a efetividade dos conceitos de fronteira.

Por último, nesta primeira parte, uma narrativa historiográfica da fronteira Brasil-Bolívia para compreensão de como se fundamentou o espaço de análise deste trabalho. Muitas das observações feitas ao longo deste capítulo servirão de base para interpretação a ser executada na segunda parte deste trabalho, de caráter empírico, em que se pretende observar como se dá a configuração atual da fronteira Brasil-Bolívia, a partir da referência de três núcleos urbanos junto a esta fronteira. Se no passado, o estabelecimento das fronteiras era produto de conflitos armados, hoje, as diferenças ainda continuam mas tomam novos contornos, não menos combativos.

A conexão da fronteira Brasil-Bolívia ganhou uma importância maior ao se apresentar como um espaço de plena expansão para os dois países. É nas cidades de fronteiras que se o atual imperativo de desenvolvimento. Conforme propõe Michel Serres (1994) ao dizer que por um lento reequilíbrio, as mais raras novidades se ancoram em hábitos milenares que muitas vezes nunca se dá conta. A disputa territorial pode ser aqui pensada como um desses hábitos milenares que se atualiza na contemporaneidade.

Antes, a disputa territorial era da ordem do real, demandando exércitos e armas de fogo, hoje, permanecem-se os exércitos, as armas de fogo mas junta-se a este arsenal

outros aspectos e materiais que determina a disputa territorial, mais pela ordem do simbólico. Soma-se a isso, outros exércitos com outras estratégias de ocupação, a disputa agora dialoga com uma agenda local de interesses, referentes aos espaços de Brasil e Bolívia, juntamente com outras imperatividades transnacionais, que inserem novos atores ao conflito de fronteira. Assim, nessa negociação simbólica de identidades, culturas, fluxos mercantis ancoram-se os conflitos contemporâneos do espaço de fronteira.

Por isso, para compreender esta fronteira tem-se a necessidade de pensá-la como produto de uma série de espaços contíguos. Cada pedaço desta fronteira se dá pela relação que estabelece com o país vizinho. A fronteira assim se configura na agenda contemporânea como um espaço de agenciamento de práticas culturais e simbólicas que atravessadas por interesses políticos e econômicos tornam difícil uma categorização ou produção de teoria totalizante. Neste segundo momento do trabalho, o que buscaremos fazer é a partir da observação sistemática de alguns espaços nas cidades de fronteira, capturar as práticas de sentido que evidenciam esse diálogo ( ou a falta dele) no espaço de fronteira.

Assim, além da utilização da metodologia etnográfica para captura das práticas e fenômenos ocorridos nas cidades de fronteira, utilizaremos também as fotografias destes espaços como meio de ilustração das referidas localidades observadas para este estudos. São bares, praças, casas noturnas, pontes – espaços urbanos – que conservam em sua realidade, indivíduos e comportamentos capazes de evidenciar a interculturalidade promovida nas cidades de fronteira.

A concepção clássica da História nos narra o modo como se configurou o espaço de fronteira a partir de episódios emblemáticos ocorridos neste espaço latino-americano. Aqui, neste segundo momento, é da cotidianidade, não de episódios marcantes que se constrói a relação entre indivíduos junto à fronteira.

Convido a todos a conhecer essas cidades de fronteira: Brasileia (AC), Guajará-Mirim (RO) e Cáceres (MT). Cidades que se ligam a núcleos urbanos bolivianos e que por essa configuração estabelecem trocas constantes com o país vizinho, mas isso é um dado geopolítico. Esse trabalho se faz pela cartografia de práticas culturais e formação de um mapa de aspectos que não constam na geopolítica. São processos interculturais, produto da comunicação interpessoal entre habitantes das fronteiras em diálogo com práticas comunicacionais mediadas, produzindo assim uma compreensão da fronteira a

partir de uma nova agenda de fenômenos. Uma cartografia dos novos tempos da fronteira Brasil-Bolívia.

**BRASILEIA (AC)**

Fig. 3 – Parque Centenário

Este capítulo consiste na interpretação dos dados obtidos a partir da pesquisa de campo realizada na cidade de Brasileia (AC). Cidade esta que estabelece conurbação com o município de Epitaciolândia e Cobija, pertencente ao Departamento boliviano de Pando. A localidade se fundamentou a partir da Revolução Acreana (1902), da qual a Bolívia saiu vitoriosa, com o acordo diplomático firmado entre Brasil e Bolívia mediado pelo Barão do Rio Branco, o então Seringal Carmen originou o município de Brasileia.

Desde a sua fundação, os fluxos interculturais se operavam em Brasileia fosse pela interação entre indígenas e seringueiros ou de ordem transnacional com o estabelecimento de colônias sírias e libanesas. Além disso, na atualidade, Brasileia se vê marcada por outro fluxo transnacional, a migração haitiana. A cidade é a rota de entrada dos emigrados do Haiti, em virtude dos incentivos oferecidos pelo governo do Acre. Os haitianos recebem alojamento e documentação para permanência em território brasileiro e essas ações se dão pelo esforço da administração pública.

Outro aspecto que insere a região num debate intercultural é a proximidade com a Bolívia, em especial após a implementação da Zona Franca de Cobija e da instalação da Ponte Brasil-Bolívia. Essa articulação urbana permite uma complexificação nas trocas comerciais entre ambos os países e sugerem um processo de integração transnacional, imperativo do mercado global na contemporaneidade. Deste modo,

através da Zona Franca de Cobija é possível notar uma conexão das regiões com outros mercados globais como Shangai por meio das transferências de mercadorias. Assim, naquela localidade muitas vezes estabelecida no imaginário como um lugar longínquo e inócuo de atividades que propiciem visibilidade, ocorre uma conectividade com os demais mercados mundiais permitindo o acesso às inovações tecnológicas, tendência de consumo cultural (filmes, música, calçados, vestuário).

## ENTRE TORRES E CASTANHEIRAS



Fig. 4 – Placa de recepção em Brasileia (AC)

Chegar a Brasileia (AC) não é fácil! O município fica a 233 km da capital acreana, Rio Branco. Partindo de Porto Velho por via terrestre, além das estradas em péssimo estado de conservação, evidência do descaso da administração pública, há também um obstáculo natural, o rio Madeira. A rota pela BR-364 ao chegar no KM 929 obriga que veículos e pedestres se utilizem de uma barca para travessia. Dependendo do horário, a espera é de até 3h sob um sol de quase 40 graus. Na última visita a campo, procurei me organizar para que a travessia se desse ainda pela manhã, para minimizar as consequências do sol dos trópicos. Dizer desse infortúnio que se refere ao acesso à localidade em questão é demonstrar a dificuldade logística para efetivação do propósito de integração latino-americana. Difícil, porém em vias de realização, o processo de

integração física entre países, assim como mecanismos de cooperação transfronteiriça institucionalizada, estabelecem a importância do Brasil no cenário sul americano, cuja política tem sido orientada para a implementação de obras estratégicas de envergadura internacional como os corredores bioceânicos, rodoviários e a construção de pontes binacionais.

Assim, já na embarcação fluvial nota-se simbolicamente a presença dos fluxos que permeiam o espaço a ser alcançado. Dois carros adesivados divulgam o Brasileia Folia (carnaval fora de época) e sugerem que ainda naquele ponto extremo ocidental, a reconfiguração de uma das festas mais populares do Brasil também se faz presente. Um dos veículos é uma picape equipada com sonorização na parte inferior que servirá de carro de som para divulgar o evento, a ser realizado na primeira semana do mês de julho; o outro, um Palio modelo antigo, traz na parte superior adesivos de exortação cristã “Deus cuida de mim” e “Deus é fiel”, abaixo “Cala a boca e me beija”, nome do bloco que comporá a programação do Brasileia Folia.

“Heresias” à parte, a travessia leva cerca de 15 minutos, tempo suficiente para notar que ali o país vizinho já começa a se fazer presente, uma porção de terra ao lado esquerdo da embarcação flamula a bandeira tricolor (vermelha, amarela e verde) da nação boliviana. Não há habitações ou posto militar que demarquem o início do outro território nacional, apenas o símbolo pátrio, a bandeira, que faz lembrar a proximidade entre os dois países e que nos quilômetros seguintes ao passo que se distancia do centro do Brasil, aproxima-se da margem boliviana. Só o ensaio de uma designação que Edward Said (1993) utiliza para tratar do processo de construção nacional, como “zona de controle ou renúncia, de recordação e esquecimento, de exclusão e de participação”.

A paisagem ao longo da rodovia BR-317 é composta de imensos pastos para a cultura de bovinos. Numa simbiose convivem, além do elemento humano e animal, castanheiras de mais de 30 metros de altura. Esta árvore, símbolo da floresta amazônica, após o desmatamento, é encontrada nos pastos numa ordem de dezenas por hectare, como uma espécie de reminiscência de outros tempos em que elas, as castanheiras, gigantes soberanas da floresta, reinavam e interagiam com outra espécie de animais selvagens, não os domesticados bois e vacas. As castanheiras, titãs amazônicas, convivem hoje com as torres de transmissão de energia elétrica, gigantes de metal de proporção similar às das referidas árvores. Os bois parecem preferir as torres às castanheiras, o sol causticante faz com que boiadas inteiras fiquem debaixo das torres em busca de um pouco de sombra. No pasto, estabelece-se uma espécie de batalha entre

torres e castanheiras, a disposição lembra um time de futebol pela distribuição aleatória. Em jogo, a dinâmica do lugar, as castanheiras já perderam seu reinado e hoje são mais uma espécie de *souvenir* em tamanho natural da floresta, que depois de devastada cria um pasto, “casca de ferida” daquele ecossistema. Hoje, o imperativo modernizador estabelece as torres de transmissão para redistribuição da energia produzida nas hidrelétricas do complexo Madeira-Mamoré-Acre.

Dizer desse pedaço de espaço rural que se faz presente no percurso ao local de investigação denota um fenômeno de reordenação do binarismo rural-urbano:

O meio rural vem ganhando novas funções – agrícolas e não-agrícolas –; a agropecuária moderna a cultura de subsistência dividem espaço com um conjunto de atividades ligadas ao lazer, prestação de serviços e até à indústria, reduzindo cada vez mais, os limites entre o rural e o urbano no país (IZIQUE, 2000, p. 48).

Depois de algum tempo chega-se à capital Rio Branco, ao que parece a condição de isolamento provocada pela distância territorial dos centros de decisão política brasileira<sup>79</sup> fez com que a administração pública e a sociedade em geral desenvolvessem uma espécie de “patriotismo” quanto ao “orgulho de ser acreano” que se encontra expresso (e impresso) nos *souvenirs* à venda na Rodoviária Internacional de Rio Branco. Terminal este que apresenta uma arquitetura moderna parecida com a estruturação de um aeroporto com serviço de informações ao turista, ótimas acomodações para comportar passageiros que partem dali para diversos destinos nacionais e internacionais. A lista de destinos evidencia um outro aspecto da integração transnacional. Além das cidades do interior do Acre (Cruzeiro do Sul, Assis Brasil, Brasileia, Sena Madureira, Plácido de Castro e Boca do Acre), é possível chegar a partir das linhas Ormenõ à capital peruana, Lima e às cidades bolivianas de Santa Cruz e Cochabamba. Neste aspecto, estar distante das metrópoles brasileiras faz com que a integração com os países vizinhos seja a alternativa mais possível para o desenvolvimento da localidade. Na lógica da integração (SANTOS, 1994), cidades de menor porte se ligam a cidades médias, que funcionam como metrópoles regionais, que por sua vez se ligam às metrópoles globais. Para esta região, Cobija como capital do

---

<sup>79</sup> Cabe salientar que até a década de 1960, a região que compreende ao estado de Rondônia era o Território Federal do Guaporé sem uma administração própria, e sim uma zona de jurisdição militar. Portanto, o Acre se “distanciava” ainda mais da capital federal tendo em vista o “fosso geográfico” que se formava em virtude do território federal.



Departamento boliviano de Pando exerce esse papel de metrópole regional e se estabelece como referencialidade comercial para esta região de fronteira.

É possível notar nesse movimento que a condição proposta por esta multiplicidade fronteiriça sugere um rearranjo de situações de vivência e percepção do mundo, que só se tornaram possíveis pelo fenômeno da globalização à medida que operam um volume cada vez mais significativo de intercâmbios simbólicos entre os países em contato e sugerem uma miríade de contaminações sógnicas. As práticas de caráter subjetivo como o consumo culinário, entretenimento.

### **PALADAR MULTIRREFERENCIAL**



Fig. 5 – Fachada de lanchonete

À primeira vista, o município de Brasileia (AC) apresenta características comuns aos municípios do interior de estados periféricos. Ruas precariamente asfaltadas, quando de fato não possuem pavimentação. Lojas comerciais que evidenciam não haver qualquer preocupação por parte da administração pública em estabelecer uma padronização de fachadas. É um modo de estabelecimento em que cada um produz de fato ao seu modo sem haver muito rigor estético. Dispositivos precários de publicidade. O perímetro urbano é marcado pela presença, além de estabelecimentos comerciais, de inúmeros terrenos baldios que perfazem até uma confusão na distinção clássica entre o

espaço urbano e rural. Há algumas propriedades que cultivam hortaliças, responsáveis pelo abastecimento da demanda local de tomates, alface, coentro, couve e cebolinha.

É no quesito alimentação que a cidade apresenta um índice significativo de estabelecimentos comerciais e no paladar é que se encontra a multiplicidade referencial. Pela manhã, o hábito alimentar são os quitutes do Mercado Municipal<sup>80</sup>, um galpão com barracas que vendem frutas, verduras, legumes, queijos e carnes. Como reminiscência dos hábitos culturais dos seringueiros, no café da manhã é servida a baixaria<sup>81</sup>, além do quibe de arroz e de macaxeira – numa apropriação regional da iguaria de procedência árabe.

A interculturalidade promovida pelas referências amazônicas faz com que no final da tarde surjam na calçada de algumas residências caldeirões com o tacacá, servido na cuia de cabaça com detalhes da iconografia marajoara, o caldo é produto da infusão do extrato de mandioca temperado com camarão seco e jambu (planta local). O contato com a Bolívia estabelece também uma reordenação linguística e alimentar. Restaurantes oferecem em seu cardápio, além de frango à cubana, o *pollo* (designação castelhana de frango). Mas quando se fala em *pollo*, não se refere apenas ao tipo de carne, e sim ao modo de preparo que é característico<sup>82</sup> da Bolívia.

Também característico da culinária boliviana na realidade brasileira é possível notar nas padarias pães de grande proporção semelhantes às broas feitas de milho e que em Brasileia encontram maior consumo do que o clássico “pão francês”, tão comum ao desjejum brasileiro. Empanadas e saltenhas são outros quitutes que encontram no lado brasileiro presença simbólica; em geral, são produzidas por mulheres bolivianas e distribuídas no comércio local brasileiro. Quando não vendidas à rua mesmo pelas cholas<sup>83</sup>.

Muito dos bares e restaurantes concentram-se em uma localidade, ao que parece o ponto inicial de urbanização, a Rua do Comércio. Às margens do Rio Acre (ou Aquiri

---

<sup>80</sup> O Mercado Municipal se localiza às margens do rio Acre, além de barracas de venda de gêneros alimentícios, o local é o ponto de mototáxi que traçam a cidade no trânsito de pessoas, inclusive ao território boliviano. Sintoma da inexistência de um sistema de transporte público e modo mais barato de deslocamento.

<sup>81</sup> A baixaria é um prato típico do Acre, feito com uma camada de cuscuz de milho, outra de carne moída, uma terceira de cheiro verde e um ovo frito na parte superior. Diz-se que a baixaria era a alimentação matinal dos seringueiros.

<sup>82</sup> O *pollo* (frango) é cortado em quarto partes e frito, servido com *ají* (molho apimentado), *plantano* frito (banana), arroz e salada.

<sup>83</sup> Termo utilizado para definir mulheres da etnia indígena aymará, mas que se tornou genérico para designar as mulheres bolivianas caracterizadas com chapeéu coco (sombreo), saias (polleras) e tranças. Em geral, as cholas exercem a função mercante, uma espécie de mascates contemporâneas.

para os bolivianos), a Rua Kairala José Kairala<sup>84</sup> apresenta em sua conformação inúmeros estabelecimentos comerciais e prédios da administração pública, inclusive a própria prefeitura da cidade. É a partir dessa rua também que se estabelece o acesso à cidade boliviana de Cobija, Departamento de Pando.

Nessa configuração urbana, é possível perceber pelos nomes das ruas (Tufic Saady, Mamed Chaer, Said Derzi, Abrahão Tuna) que partem da Rua do Comércio a presença de sírios e libaneses nos primeiros núcleos de povoamento da localidade que se estabeleceu a partir de um núcleo extrativista de borracha que recebia a denominação de Seringal Carmen. Fundada em 1910, a localidade recebeu o nome de Brasília, a mudança para Brasileia só se deu no ano de 1943. Usualmente, ao conversar com os moradores mais antigos da cidade é comum ainda a utilização do nome antigo, que fora “emprestado” para a então capital federal brasileira. Distante em mais de 3000 km, o município às margens do Rio Acre tem em sua configuração citadina um monumento semelhante ao da capital federal, uma ponte estaiada. A Ponte JK em Brasília (DF) transpõe a extensão do Lago Paranoá e divide-o em Lago Norte do Lago Sul. Em Brasileia, a ponte Wilson Pinheiro propõe a ligação entre Brasil e Bolívia.

## PONTE PARA NOVOS CONSUMOS



Figura 6 – Ponte Wilson Pinheiro

---

<sup>84</sup> Prefeito de Brasileia entre os anos de 1953 e 1960, quando tornou-se senador do Acre. Kairalla foi assassinado em pleno Senado Federal por Arnon de Mello, pai do ex-presidente Fernando Collor de Mello.

Sob a epígrafe de um “novo momento da história de integração dos países da América do Sul”, a ponte Wilson Pinheiro foi inaugurada em 11 de agosto de 2004 com a presença dos presidentes Luís Inácio “Lula” da Silva, Carlos Mesa e Alejandro Toledo (respectivamente dirigentes máximos de Brasil, Bolívia e Peru). A instalação da ponte era um anseio da população de ambos os países (Brasil e Bolívia) pela articulação promovida entre as cidades de Brasileia e Cobija que se complexificaram com a instalação da Zona Franca na cidade boliviana. Deste modo, a população brasileira passou a consumir produtos eletrônicos, eletrodomésticos, perfumaria e vestuário de marcas internacionais que chegam a Cobija sem a incidência de impostos de importação, alavancando assim as vendas do comércio local.

Nota-se assim que naquele conglomerado urbano composto das cidades de Epiaciolândia e Brasileia (Acre) e Cobija (Pando), a cidade boliviana apresenta um maior desenvolvimento e, portanto, torna-se a referência urbana daquela *região metropolitana* (LENCIONI, 2001). Significa dizer que a ideia de território e sua consequente fronteira se vê atualizada à medida da demanda do desenvolvimento. Não importa mais saber em que território nacional se encontra o polo modernizador, interessa saber as consequências desta modernização, que aqui se encontram expressas em um ganho de opções de consumo, lazer e vida noturna semelhante às da metrópole, ainda que seja do “lado de lá”.

Numa observação etnográfica, é possível perceber que a cidade de Brasileia durante os dias de semana se comporta ao modo cotidiano de funcionamento com as atividades administrativas do funcionalismo público, fonte de renda significativa da região e um comércio local modesto de pouca diversidade com serviços elementares de venda de alimentos, vestuários e serviços de primeira ordem. Porém, é durante os fins de semana, em especial aos sábados, que a cidade apresenta um maior fluxo de pessoas, cruzando a ponte da amizade entre Brasil e Bolívia. São brasileiros vindos de outras cidades do Acre que rumam a Cobija com o propósito de consumo dos produtos importados. É possível perceber aqui que esse consumo é operado por uma classe economicamente mediana, que alterou as prioridades de consumo ou, ao menos, reconfigurou os hábitos consumidores.

Antes, a ideia de consumo ligava-se às necessidades básicas ao modo da economia utilitarista e encerrava a ideia de “necessidade” das classes menos favorecidas, restringindo-as, assim, a alimentação, moradia, vestuário e saúde. A

facilitação operada pela oferta da isenção fiscal da Zona Franca de Cobija rearranja, inclusive, essas necessidades e inclui, na gama de consumo, produtos de outra ordem que se apresentam como imperativos da globalização: o consumo de eletrônicos que promovem uma conectividade com outras partes do mundo através da rede mundial de computadores; bebidas importadas que, além de distintivo social em espaços de sociabilidade noturna, servem para desopilar a dura realidade hodierna num modo de esgarçamento da subjetividade; artigos de perfumaria que promovem a demarcação olfativa e distanciam hábitos rudimentares da higienização moderna.

Conforme afirma Ludmila Brandão (2007), o consumo nessa dimensão desenha novos pertencimentos e, reiterado pelas ideias de Appadurai (1986) e Canclini (2001), o consumo torna-se eminentemente social, relacional e ativo, operando, assim, não mais por uma lógica de gastos supérfluos ou inúteis, e sim como espaço para refletir sobre o modo de reorganização da racionalidade econômica, sociopolítica e psicológica das sociedades. Neste sentido, é possível perceber que a dinâmica imperiosa do território nacional se vê suplantada pelos aspectos pessoais; a fronteira que antes servia de delimitação de um espaço, passa a condição de espaço de negociação dos novos hábitos de consumo e por interesses mercantis dissolve essa ideia moderna de Estado-nação, onde cada um resguarda e protege seu território. A própria ideia de território se reconfigura nos tempos de globalização pela ordem econômica, que reflete nos aspectos culturais.

A experiência urbana de travessia fronteiriça da Ponte Brasil-Bolívia revela certo “descuido” ou facilitação por parte dos organismos de segurança. Do lado brasileiro da ponte, o único órgão que se estabelece é a Receita Federal. Um posto que atualmente se vê mais direcionado para solução de outra questão de ordem do (trans)nacional – a diáspora haitiana –, que de fato da vigilância fiscal dos compradores brasileiros que vão à Bolívia. O outro extremo da ponte evidencia um cuidado maior com a questão fronteiriça. A Armada Boliviana se estabelece com um quartel militar para fins de segurança nacional, é sob os olhos vigilantes dos militares que se adentra ao território boliviano, embora não seja também de fato tão criterioso. Uma cancela para veículos é colocada com o propósito de redução de velocidade e dois fiscais do Departamento de Pando fazem a vistoria do tráfego de fronteira. Não há necessidade de apresentação de documentos para entrada. Ao que parece aqui, a ideia de facilitação da transferência de bens e pessoas, em geral aventada pelos acordos econômicos dos blocos de integração, encontra uma maior efetividade.

Esse movimento de livre trânsito comercial operado por grupos de países gera, além de associações, também exclusões, tendo em vista o fato de esses acordos serem criados para concorrer em um mercado global no qual a “competitividade se impõe sobre a solidariedade regional” (BARBERO *apud* GOULART & HERSCHMANN, 2008, p. 242). Desde a instalação da Zona Franca de Cobija e a inauguração da ponte entre Brasileia e Cobija, o fluxo comercial na cidade brasileira decresceu e promoveu um movimento diaspórico dos comerciantes de Brasileia para o lado boliviano. Por isso, além da facilitação nas compras promovidas pelo uso simultâneo das moedas real, dólar e pesos bolivianos, a negociação comercial se dá de modo muito “familiar” à realidade brasileira, pois uma porcentagem significativa das importadoras de Cobija é de propriedade não de bolivianos, e sim de brasileiros.

A presença de brasileiros em território boliviano seja para fins comerciais ou na administração de terras agricultáveis, muitas vezes, provoca conflitos na realidade administrativa do Departamento de Pando, quando não por excesso de governabilidade, há casos de expropriação de brasileiros, o que gera um desconforto nas relações amistosas entre os dois países, evidenciando a convivência nem tanto pacífica entre os países vizinhos, sendo inclusive pauta governamental:

Senadoras e Senadores aqui presentes, venho à tribuna do Senado Federal para trazer, penso eu, uma preocupação de todo o povo do Acre neste momento.

Há uma semana, iniciou-se mais um conflito na área de fronteira do Brasil com a Bolívia, na região do Acre, divisa com o Pando, Estado boliviano. Essa situação não é de agora, e ela decorre da presença de bolivianos no lado brasileiro e de brasileiros no lado boliviano. Não é nenhum conflito por território, não é nenhum conflito gerado por má-vizinhança,

Mas é certo que o desconforto, a insegurança, as ameaças que algumas famílias estão vivendo, famílias que há décadas, de muito e muito tempo, há muitas gerações que vivem nessa região de fronteira trabalhando honestamente, cuidando da floresta, preservando aquela região do tráfico de droga tanto os bolivianos como os brasileiros, mas o certo, é não é uma mera coincidência, e aqui não tem nenhuma crítica direta ao Presidente Evo Morales, mas o certo é que com a posse dele, ainda em 2010, houve um certo estímulo – e ai não sabemos se oficial – para que se aplicasse o rigor de uma lei boliviana de que não pode ter a presença de estrangeiros em um raio de 50 km<sup>2</sup> da fronteira.

O certo é que de 2010 para cá a insegurança, de medo, de muitos “brasilianos”, como sempre aprendemos a chamar, que falam duas línguas, que têm suas famílias, que tem uma convivência harmoniosa, há muito tempo, passaram a viver dias difíceis.

E agora mais recentemente, próximo a capital Rio Branco, no município de Capixaba, pouco mais de 70, 80 km da capital, um grupo de militares circularam pela cidade de Capixaba, armados, fazendo questão inclusive de expor os armamentos, fizeram compras, abasteceram carros e depois criaram um ambiente de terror na área de fronteira da Bolívia com o Brasil, próximo ao município de Capixaba. Foram momentos de muita dificuldade de famílias trabalhadoras de seringueiros, de castanheiros que até hoje viveram.

E eu trago esse tema para o Senado Federal, porque aqui entendo que a Casa onde nós devemos tratar um conflito como esse que não pode seguir acontecendo, que tem que ter uma intervenção firme das autoridades brasileiras abrindo um diálogo direto com as bolivianas para se ter de volta um ambiente de paz, de harmonia, com segurança que sempre tivemos no Acre com os estados bolivianos e também peruanos.

Ao longo desses anos, quando tive o privilégio de ser Prefeito de Rio Branco e Governador do Acre por duas vezes, tenho sido um dos ajudadores a construir esse ambiente de harmonia e de aproximação.

O Brasil tem tratado a Bolívia como um país irmão. Aliás, o Presidente Lula foi muito generoso e a Presidente Dilma segue sendo muito generosa com a Bolívia. Não custa lembrar que são mais de 100 mil bolivianos vivendo em São Paulo, alguns sem a documentação adequada, ou muitos deles. Não custa lembrar que muitos jovens brasileiros estudam, hoje, na Bolívia. Temos uma relação de bons vizinhos, com a devida autonomia, com as autonomias sendo respeitadas. E exatamente esse ambiente, de 2010 para cá, passou por mudanças.

O que houve, agora, na fronteira da Bolívia com o Brasil, com os brasileiros que vivem na área de fronteira foi uma afronta aos direitos humanos. Óbvio que, pelo menos até aqui, está se configurando que não foi uma ação oficial do Governo da Bolívia. Foi uma ação isolada de autoridades bolivianas – porque havia oficiais –, que adotaram medidas inaceitáveis, do ponto de vista do que prega as Nações Unidas; inaceitáveis, do ponto de vista de como o Brasil trata e respeita a soberania boliviana; inaceitáveis, do ponto de vista humano, de vizinhos. Casas foram queimadas, criações foram dizimadas, plantações foram destruídas, muitos tiros foram dados, e o medo se estabeleceu naquela região.<sup>85</sup>

Até então, falou-se dos benefícios gerados pela implementação da ponte entre Brasileia e Cobija, porém assim como é possível notar que ela estabelece função integradora, também abriga práticas disfuncionais. Ao entardecer, é possível perceber um movimento maior nas proximidades da ponte no lado brasileiro. São usuários de entorpecentes que encontram naquele lugar uma espécie de “ponto cego” da segurança pública. Enquanto que, no extremo boliviano da ponte, a Armada se faz presente para coibir ações que atentem para a ordem e segurança nacional, no extremo brasileiro a

---

<sup>85</sup> Discurso do Governador Jorge Viana (PT) ao Senado Federal em 21 de novembro de 2012.

não-vigilância permite o consumo de entorpecentes. As recomendações são para que não se utilize a ponte por via pedestre ao anoitecer.

Um problema social enfrentado na atualidade que demanda ações específicas do governo federal brasileiro é a questão do crack e naquele ponto extremo ocidental do Brasil não é diferente. Basta se aproximar da praça ao lado da ponte Wilson Pinheiro para notar, na parte inferior, pontos mínimos de brasa vermelha que tem sido um dos maiores problemas sociais enfrentados pela saúde e segurança brasileira. Não apenas na prática do consumo mercantil, mas também de outra ordem de consumo ilícito, esse pedaço de Brasil que dialoga com a Bolívia insere a problemática do consumo de crack no cenário latino-americano. O nível de conexão entre os mercados globais transfere não apenas “maravilhas tecnológicas”, mas também produtos de outra ordem.

Assim, é também nessa mesma praça que a venda de drogas se faz presente; pichado em um dos pilares da ponte a palavra MACOIA sugere uma ousadia do vendedor ao “anunciar” seu produto. O nome BOCÃO pichado de verde tenta apagar a autoria da arte-anúncio. O trânsito frenético e desconfiado de pessoas na ponte, no período noturno, faz crer que menos que contemplar o monumento de integração Brasil-Bolívia, aqueles indivíduos estão em busca de outras formas de contemplação. E o descompasso se faz. A fronteira que nos discursos modernos sempre se mostrou o lugar de maior necessidade de segurança nacional cria uma lacuna para práticas ilícitas. Espaço permissivo que cria uma espécie de lugar contestatório. Ao menos ali, indivíduos de qualquer origem não se preocupam com a condição de fronteira, promovem uma ressignificação do espaço ao desafiar o lugar sensível dos territórios nacionais. A ponte que promove a integração entre Brasil e Bolívia além de um espaço de trânsito de mercadorias, pessoas e subjetividades, agencia práticas de consumo que transcendem a ordem da legalidade. Paradoxalmente, é no ponto de extrema segurança nacional que se “pode”efetivar a ilegalidade.



## DIÁSPORA HAITIANA



Fig. 7 – Chegada de haitianos ao alojamento

Além das relações interculturais estabelecidas entre Brasil e Bolívia desde o processo de fundação das cidades de Brasileia e Cobija, atualmente um fluxo migratório passa a redesenhar a geografia étnica da região, a migração haitiana. O processo iniciou-se ao final do ano de 2010 com a chegada de um grupo de haitianos ao Brasil com o apoio da Pastoral do Migrante, órgão ligado à Igreja Católica. Assim, nessa perspectiva de recepção operada por grupos religiosos, os haitianos passaram a estabelecer o Brasil como destino migratório.

Brasileia se estabeleceu como a “porta” para imigrantes haitianos pelo fato de o Brasil já estabelecer relações diplomáticas com o Haiti, enviando, além de alimentos, exércitos para a reconstrução do país, devastado pelo terremoto ocorrido em 10 de janeiro de 2010. Soma-se a isso a orientação populista do governo federal do Acre, que encontrou no acolhimento deste contingente populacional uma visibilidade enquanto política inclusiva.

O fato é que desde o início desse processo migratório estima-se que cerca de 12.000 haitianos chegaram ao território brasileiro usando Brasileia (AC) como via de acesso. A estimativa é fornecida por Damião Borges de Melo, funcionário da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Acre, responsável pelo alojamento instalado na BR-

317, oferecido pelo governo acreano que abriga imigrantes recém-chegados. Entre os serviços disponibilizados aos imigrantes estão a orientação documental para obtenção de visto de permanência por questões humanitárias<sup>86</sup>, Cadastro de Pessoa Física (CPF) e da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e refeições, bem como a estrutura para permanência no alojamento.

Esse movimento operado pelo governo brasileiro de ajuda humanitária aos imigrantes haitianos enseja uma discussão acerca da inserção do Brasil no cenário mundial dos destinos migratórios. À medida que o Brasil avança economicamente na esfera da influência global, também passa a adquirir visibilidade no imaginário diaspórico e torna-se, assim, destino daqueles que buscam mudança de vida. Neste sentido, o Brasil – que ao longo do século XX recebeu nas suas primeiras décadas uma quantidade significativa de italianos, japoneses, sírios e libaneses – passa a se configurar novamente como destino migratório de comunidades centro-e-sul-americanas e africanas.

A rota realizada pelos haitianos sugere uma reconfiguração da própria ideia diaspórica<sup>87</sup>, apesar de haver um circuito clandestino de deslocamento, em geral, os imigrantes partem de avião de Santo Domingo e desembarcam em Lima, Quito ou Bogotá. A partir dessas cidades, usam o transporte terrestre até o Brasil, a chegada se dá em Epitaciolândia (AC) que faz fronteira seca com Cobija, de onde fretam táxis até o alojamento em Brasileia (AC). O alojamento em si já denota uma ideia de territorialidade haitiana circunscrita no espaço brasileiro. Na entrada em um trailer cedido pela Polícia Militar, estão os funcionários da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos que orientam o preenchimento de formulários para utilização do alojamento. As orientações estão disponibilizadas no idioma crioulo (*créole*) para facilitação do entendimento procedimental.

Assim, nas primeiras horas do dia, já é possível perceber a aglomeração no portão de entrada do alojamento. São imigrantes já aqui estabelecidos que aguardam ansiosos pela chegada de parentes e conhecidos. Olham para o horizonte os veículos que

---

<sup>86</sup> A concessão de vistos aos haitianos no Brasil é regulamentada pela Resolução Normativa 97, expedida pelo Conselho Nacional de Imigração (CNI), órgão ligado ao Ministério Brasileiro do Trabalho e Emprego. A resolução estabelece que todo cidadão haitiano pode receber o visto humanitário (em decorrência das condições de vida da população haitiana após o terremoto de 2010) com duração de 5 anos, visto que permite a permanência no Estado brasileiro, bem como autoriza atividades remuneradas.

<sup>87</sup> “(...) podemos falar de diásporas de esperança, diásporas de terror e diásporas de desespero. Mas em todos os casos estas diásporas trazem a força da imaginação, como memória e como desejo, para as vidas de muita gente vulgar, para mitografias diferentes das disciplinas do mito e do ritual de tipo clássico.” (APPADURAI, 2004, p. 17)

chegam e esperam por amigos, irmãos, primos, cônjuges etc.. Todos unidos pela esperança de mudança de vida que a prática diaspórica estabelece. Arjun Appadurai (1996) trata do fenômeno da migração pela perspectiva de fluxos e trocas potencializadas pela globalização, o que de certo modo reflete na constituição das comunidades desses imigrantes e evidencia uma divergência entre aspectos de ordem global e local. Dito de outro modo e aplicado à realidade de Brasileia, é possível afirmar que a dinâmica da migração pertencente a um fenômeno global gera consequências muito particulares com a realidade local. Trata-se de uma reconfiguração da experiência urbana de Brasileia, município de pouco mais de 20.000 habitantes que passa a comportar em sua população uma população flutuante de cerca de 1200 imigrantes.

É a partir dessa condição divergente entre os aspectos locais da cidade de Brasileia e globais provocados pela migração haitiana que inúmeras experiências interculturais se dão, não apenas entre brasileiros e haitianos, mas entre haitianos e bolivianos. Assim, a partir da perspectiva etnográfica ao observar no espaço urbano de Brasileia episódios que sugerem a interculturalidade entre essas distintas matrizes identitárias. O Parque Centenário localizado às margens do Rio Acre parece ser um espaço de agregação social. É na administração deste parque que os haitianos conseguem obter as carteiras de trabalho.

Enquanto aguardam pela expedição do documento, o local se torna a opção de ócio daqueles imigrantes que aguardam pela efetivação dos trâmites burocráticos para buscar nova vida no Brasil. Práticas de pertencimento e construção solidária de comunidade são efetivadas na “estética capilar”, enquanto as mulheres se juntam para trançar seus cabelos às sombras do parque, os homens anulam sua diferenciação fenotípica e raspam os cabelos uns dos outros, talvez num modo de processo mnemônico coletivo, que de acordo com Elhajji:

seriam acionados e desencadeados por signos espaciais externos que transformam gestos anódinos (como visitar um monumento ou caminhar pela praça) em atos simbólicos passíveis de reconstituir a experiência ritualística existencial do grupo de origem, enriquecê-la e religar as gerações presentes e futuras às antepassadas (ELHAJJI, 2003, p. 3)

Ou talvez trate-se mesmo de uma medida preventiva da proliferação de insetos (piolho, mas sobretudo obediência a uma orientação do alojamento, disciplinarização). Nessa dinâmica de construção simbólica da comunidade étnica haitiano em território

brasileiro, inicia-se também o processo de negociação, muitas vezes conflituoso dessa existência forânea.

A produção jornalística local trata de informar sobre outros aspectos inerentes ao processo migratório de haitianos na realidade de Brasileia. Notícias acerca de episódios ocorridos com a presença de haitianos promovem uma estigmatização acerca desse grupo étnico. Faz-se também necessário informar que o alojamento que faz o acolhimento de imigrantes se localiza ao lado do Batalhão da Polícia Militar, como instância disciplinar às ações do recém-chegados pela presença mais que simbólica de agentes de segurança pública, numa prevenção de possíveis acidentes ou crimes.

Ao chegarem ao Brasil, os imigrantes passam por um “período probatório” no alojamento em que estão estabelecidas regras de conduta que devem ser observadas para a concessão de vistos. Dentre as orientações, fica estabelecido o toque de recolher às 22h, após esse horário os aspirantes ao visto não podem sair do alojamento. Além disso, é proibido o consumo de bebida alcoólica dentro e fora do espaço sob pena de extradição. Essas orientações são reiteradas diariamente através de um serviço de alto-falantes. Orientações procedimentais quanto ao uso dos sanitários, otimização do uso da água potável disponível no alojamento, proibição da prática sexual nas dependências do alojamento são algumas mais das advertências que se faz para funcionamento do espaço. Cartazes escritos em crioulo reiteram todas essas regras de disciplinarização dos indivíduos ali instalados.

Desse modo, uma matéria<sup>88</sup> afirma ser o primeiro registro de ocorrência policial envolvendo imigrantes do Haiti. Segundo o relato da suposta vítima, um garoto de 14 anos, Fulano de Tal, teria lhe agredido depois de um incidente ocorrido no Parque Centenário. Outras matérias que tratam da presença haitiana na cidade de Brasileia evidenciam o caráter xenofóbico da população brasileira em relação aos imigrantes. Em outra matéria<sup>89</sup> produzida para a BBC Brasil, um habitante da cidade atribui aos haitianos a responsabilidade por covas violadas no cemitério da cidade e afirma ainda isso ser a prática usual no país de origem, associando-a às práticas de magia negra e vodu. A mesma matéria consta que, de acordo com a Polícia, os crânios teriam sido roubados do cemitério de Brasileia por estudantes do curso de Medicina da cidade

---

<sup>88</sup> Haitiano é detido acusado de agredir menor. O Alto Acre. 22 de maio de 2013. Disponível em: <http://www.oaltoacre.com/index.php/haitiano-e-detido-acusado-de-agredir-menor-em-brasileia/>

<sup>89</sup> Explosão migratória gera insatisfação e agita comércio na fronteira do Acre. O Alto Acre. 16 de abril de 2013. Disponível em: <http://www.oaltoacre.com/index.php/explosao-migratoria-gera-insatisfacao-e-agita-comercio-na-fronteira-do-acre/>.

boliviana de Cobija. Assim, pelo discurso jornalístico local é possível perceber um esforço em construir uma imagem negativa acerca tanto de imigrantes quanto dos residentes do país vizinho.

A ideia da fronteira como um espaço de negociação identitária se vale dos suportes midiáticos para efetivação. Relações interculturais nem tanto harmônicas se relegam ao discurso midiático. Afirmar-se identitariamente na região de fronteira é construir uma imagem positiva acerca de si, ao passo que se negativiza o outro que está adentrando no seu território.

É também na instância midiática, sobretudo dos noticiosos online, que se toma conhecimento de uma disfuncionalidade do processo migratório de haitianos na realidade brasileira. A Agência Brasil<sup>90</sup>, tendo como fonte principal um padre haitiano, denuncia a imigração haitiana desencadeada por uma rede de tráfico de pessoas. De acordo com Onac Axenat, os imigrantes pagam até US\$ 4 mil dólares para virem ao Brasil mediados por uma rede de tráfico. Aos imigrantes são prometidos salários de até US\$ 2 mil dólares. Quando chegam ao Brasil se deparam com a realidade não tão promissora. É possível observar em Brasileia um número significativo de imigrantes em estado de ócio, aguardando pela emissão dos documentos necessários para a permanência legal. O padre Onac Axenat declara também que esse período de espera para a liberação documental torna esses imigrantes vulneráveis ao consumo de entorpecentes e de ações do narcotráfico. Em outra matéria<sup>91</sup>, um jogador haitiano de um clube de Rio Branco é identificado como membro da quadrilha de “coiotes” que seria responsável pelo tráfico de pessoas. A informação é de que o grupo facilitaria a entrada desses haitianos no Brasil, porém o pagamento das passagens aéreas seria de até quatro vezes o valor, muitas vezes os imigrantes não têm condições de saldar essas dívidas e os parentes que ficam na ilha se tornam alvo de represália, fazendo com que os que aqui chegam não forneçam informações da quadrilha.

Outra ordem que se faz presente no diálogo com os imigrantes são as denominações religiosas que se valem de práticas assistencialistas para a difusão de conteúdos dogmáticos. Assim, no acampamento é constante a presença de padres e pastores que, apesar da limitação linguística, tentam difundir princípios religiosos aos

---

<sup>90</sup> Padre haitiano diz que o tráfico de pessoas sustenta imigração ilegal para o Brasil. Agência Brasil/EBC. 15 de novembro de 2012. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-11-15/padre-haitiano-diz-que-traffic-de-pessoas-sustenta-imigracao-ilegal-para-brasil>

<sup>91</sup> Jogador haitiano é preso sob acusação de traficar patricios desde o Acre. O Alto Acre. 06 de abril de 2013. Disponível em: <http://www.oaltoacre.com/index.php/jogador-haitiano-e-preso-sob-acusacao-de-trafficar-patricios-desde-o-acre/>

recém-chegados em território brasileiro. Cultos são celebrados no pátio do alojamento dos imigrantes haitianos. Mais uma vez, através do discurso religioso busca-se efetivar contatos interculturais. Vale lembrar que o Haiti é conhecido pela prática ritualística do vodu, que tem interpretações pejorativas na realidade brasileira. Conhecedores dessa estigmatização, na abordagem junto àquela comunidade, nenhum deles se declarou praticante de vodu.

Além de religiões de matriz africana e as cristãs ocidentais, ao avistar um imigrante com um Corão a mão, Damião, o responsável pelo alojamento, informa que ali não se dá apenas a incidência de imigrantes do Haiti. Recentemente, o espaço abriga cerca de 60 imigrantes do Senegal que passa a estabelecer o Brasil como destino de imigração. Além de haitianos e senegaleses, há imigrantes da República Dominicana, Congo e Bangladesh. Todos em busca de novas oportunidades de trabalho e estudos. Há por parte do discurso mundial um elogio ao processo de desenvolvimento econômico, o que se torna determinante na escolha do destino para fluxos migratórios; a facilidade e até o auxílio por parte do governo brasileiro para estabelecimento dessa massa de migrantes também se torna um fator determinante. Porém, tendo em vista essas facilidades, grupos aproveitam-se da oportunidade para efetivação de práticas de ordem ilícita como é o caso de tráfico de pessoas. Ao tratar dessa questão juntos aos abrigados no alojamento, nenhum diz ter conhecimento de tal ação.

## DISCOTECA LENNON



Fig. 8 – Fachada da discoteca Lennon – Cobija (Pando) – Bolívia

A vida cultural noturna na cidade de Brasileia é visivelmente pouco desenvolvida. Por uma questão estrutural, Cobija funciona como o espaço de maior oferta de opções de entretenimento com um maior número de bares. Devido à facilidade do trânsito de fronteira, é possível perceber um número expressivo de veículos com placas brasileiras para os domínios do território boliviano. Em virtude da atração turística voltada para o comércio de importados, é aos finais de semana que a conurbação Brasileia-Cobija recebe o maior número de turistas. É quando a casa noturna Lennon<sup>92</sup> abre as portas.

O espaço tem capacidade para até 600 pessoas, a programação inclui às sextas e sábados, a partir das 23h, festas de música eletrônica em que o repertório evidencia particularidades no consumo musical na região de fronteira. A pista de dança tem uma dimensão aproximada de 12 x 12 m. A iluminação estroboscópica, característica de boates, alinha o espaço da Discoteca Lennon a um modelo global de casas noturnas em que o objetivo é *bailar*. Numa primeira olhada tudo parece muito familiar, jovens trajando roupas de marcas conhecidas do mercado internacional como Lacoste, Ralph Lauren, Abercrombie & Fitch, Hollister e calçados Nike, Asics, All Star. Uma espécie de modelo-mundo em que conforme, sugere Naomi Klein (1999), as marcas

---

<sup>92</sup> A casa noturna se localiza na rua 16 de Julio, próximo ao centro comercial da cidade de Cobija, Departamento de Pando.

internacionais constituem-se numa linguagem universal, aquilo que torna possível a comunicação ainda que apenas na ordem dos símbolos entre realidades distintas.

Não menos internacional, mas já produto de interculturalidade dos gostos, o bar oferece a tequila mexicana José Cuervo, as vodcas sueca Absolut e finlandesa Stolichnaya, uísques Gran Par e Red Label. O cenário bem como inúmeros elementos são familiares e sugerem que a discoteca Lennon poderia estar localizada na Espanha, Itália, Chile ou Argentina. Talvez a fenotípi predominante dos frequentadores de características andinas sugira uma localidade, mas que ainda assim dificultaria a localização. Podia ainda ser uma boate no Paraguai, Peru, Colômbia. O público predominantemente jovem deixa como pista de localização identitária as placas de veículos.

Carros com placas bolivianas, sobretudo do Departamento de Pando, revelam a presença predominante de bolivianos que se juntam a veículos procedentes do Brasil com placas do Acre, Rondônia, Mato Grosso e Goiás. Sintoma de um nomadismo que permeia o movimento contemporâneo de consumo cultural. Assim, vão se formando algumas caravanas de distintas localidades. O som dificulta a compreensão, mas atravessar essa multidão é tentar juntar peças de um quadro que se forma por formas distintas de representação de si. Massimo Canevacci (2005), em *Culturas eXtremas*, trata da mutação juvenil dos corpos das metrópoles, para além das regiões metropolitanas ali na fronteira entre Brasil e Bolívia, a dificuldade de identificação desses grupos juvenis se dá pela multiplicidade de fluxos comunicacionais e produz sujeitos a partir de distintos modos de representação.

Interessa saber mais que a nominação dos subgrupos sociais, os processos de identificações e pertencimentos. Assim sendo, a pista de dança se mostra uma espécie de heterotopia da fronteira em que brasileiros e bolivianos se distribuem em polos opostos, parece haver uma linha imaginária, como sempre se sustentou a ideia de fronteira, traçada naquele espaço de sociabilidade. Menos rigoroso e com propósito distinto, aquele grupo de jovens, assim como no alojamento imigrante, estabelece regras comportamentais ditadas pelo som que embala aquela aglomeração de indivíduos.

O repertório musical executado por um tal DJ Pepe demonstra evidências de uma modernidade-mundo que espraia globalmente artistas, bem como seus produtos culturais. O *pop contemporâneo* do coreano Psy, a banda norte-americana multiétnica Black Eyed Peas junta-se à barbadiana Rihanna e à colombiana Shakira. *Hits* contemporâneos que reiteram a ideia de lugar-comum ou de não-lugar (Marc Augé) ao



tratar de espaços operados numa lógica internacional que são reproduzidos em larga escala e por isso provocam dificuldade na determinação local. Porém, o designativo da cultura latino-americana se assenta na apropriação destes modelos hegemônicos à realidade circunscrita. É uma espécie de captura da dinâmica global permeada por contornos locais. Assim, como a cultura do *mainstream* elege seus representantes ou performers-identificadores, as culturas locais produzem também produzem suas celebridades.

O *reggaeton*<sup>93</sup> é um estilo musical característico dos países latinos. A base produzida por *samplers* marca ritmicamente essa expressão musical, e de acordo com a velocidade da base tem-se sub-estilos de *reggaeton*. Na realidade mundial, uma música que se vale desta base é *Hips don't lie* da cantora Shakira (com participação especial do rapper norte-americano Wycleff Jean), que identificou a potencialidade do ritmo em uma de suas visitas à cidade natal Barranquilla, no norte colombiano. Ao longo dos países da América do Sul, esse estilo musical é muito popular e um dos representantes da expressividade do *reggaeton* é o porto-riquenho Daddy Yankee, com o *hit* Gasolina.

Em casas noturnas brasileiras é incomum a execução de músicas deste estilo, mas na discoteca Lennon em Cobija, poucos metros depois da fronteira brasileira, o *reggaeton* é soberano. O DJ parece apenas preparar a multidão com sucessos internacionais, acima mencionados, um esquentar para depois tocar “o melhor da festa”. Ali, fico sabendo de uma infinidade de artistas e grupos conhecidos no circuito latino-americano representativos desse gênero musical: Ivy Queen, Tito El Bambino, Don Omar, Makano, Farruko, Calle 13, Demphra La Factoria e o mais famoso Daddy Yankee.

Diante do conhecimento de tal fenômeno de produção artística, neste caso musical, própria da realidade latina que é capaz de arregimentar multidões e estabelecer uma lógica própria de produção e consumo, é possível recorrer às discussões de Néstor García Canclini ao tratar da indústrias culturais como zonas de maior concorrência e conflito de interesses públicos e privados, entre países desenvolvidos e periféricos em diversas modalidades de desenvolvimento cultural. No que se refere ao consumo

---

<sup>93</sup> O *reggaetón* é um estilo musical que varia do *reggae* jamaicano, influenciado pelo *hip hop* das zonas de Miami, Los Angeles e Nova York latina. As particularidades do *reggaeton* são as letras que tratam da realidade em que é produzido e recebe influência de outros estilos musicais hispanos, como a salsa, cumbia e bachata. Nasceu a partir de festas que os DJs colocavam mais batidas nas músicas de *reggae*, especificamente o *dancehall*, fazendo ficar mais dançantes do que antes. O nome *reggaetón* vem da junção das palavras *reggae* e *maratón* ("maratona", nome que se dá a um concurso de rima típico do rap), proveniente da região do caribe.

musical é possível perceber inclusive uma predominância da produção local, que se vale do *reggaeton* que não deixa de ser uma modulação entre *samplers* e o *rap* norte-americano. Apropriação ao seu modo, ao longo da noite o que se ouve basicamente são as composições dos artistas da realidade latino-americana.

Porém, naquele espaço de sociabilidade intersticial entre Brasil e Bolívia e tendo em vista uma presença de brasileiros bastante significativa não demora muito para a produção musical brasileira se fazer presente. Assim entre *reggaetons* e *pops* internacionais contemporâneos, ritmos musicais da realidade brasileira como o sertanejo universitário, arroxa e o funk também se fazem presentes no repertório da noite. Numa tentativa de agradar os distintos gostos do público para o qual se busca dialogar através da identificação no consumo cultural desses grupos aquele extrato que tem maior aceitação é uma estratégia de segmentação que apesar de não ser denotadamente consciente produz pertencimentos múltiplos em um mesmo espaço.

Sociabilidade noturna e consumo de drogas estabelecem uma relação quase que direta. Na discoteca Lennon não é diferente. A região de fronteira sempre pensada a partir de ilícitos parece reiterar esse imaginário. A lógica de distribuição do tráfico toma contornos de organizações bem estruturadas; até identificação comercial tem. Assim, num maior tempo de permanência nos banheiros, pessoas do mesmo sexo não sugerem apenas evidências de orientação homoafetiva, mas efetivação do consumo de ilícitos. Essas práticas atendem a uma espécie de ordem ritualística, é preciso ser autorizado a integrar o coletivo para participar da “cerimônia”. Nada muito diferente dos processos de sociabilidades cotidianos. Mas ali, além de sociabilizar, é preciso “guardar um segredo”.

Neste momento, a leitura sistemática de Clifford Geertz (1993) ao revisar epistemologicamente a prática etnográfica dos itinerários transculturais faz com que a ideia aventada pelo autor seja de fato procedente, pois diferentemente do que propõe Malinowski ao estabelecer um lugar de observação, o etnógrafo contemporâneo de Geertz observa ao passo que é observado. Um segurança da discoteca assiste à minha atuação exploratória e adverte que caso eu continue a captar imagens, serei retirado do ambiente e solicita gentilmente que eu apague as imagens já realizadas no espaço da boate. Cuidados com a imagem institucional? Não. Acredito mais numa medida profilática para impedir o registro de ilícitos. Narrativas que só podem se incorporar a este trabalho através de relato.

## GUAJARÁ-MIRIM (RO)



Fig. 9 – Embarcações no Porto de Guajará-Mirim (RO)

Este capítulo é fruto das observações acerca da cidade de Guajará-Mirim (RO) e apresenta características idiossincráticas da condição de fronteira em razão de congregar na sua conjuntura histórica a ideia de “destino final”, “última parada”, “posto derradeiro”. E nessa condição de último posto, conserva em sua estrutura social práticas culturais populares que, em virtude dessa comunicação em menor fluxo com outras localidades da região brasileira, aproximam-se mais de hábitos da realidade boliviana.

Neste local de fronteira, a busca pela negociação vai além da supremacia territorial e atinge uma disputa pela predominância identitária, evidenciando-a como o lugar mais sensível do território nacional para mudanças de identidade, pois estas podem invalidar de fato as fronteiras políticas.

Outro dado que torna esta cidade um lócus privilegiado ao que se propõe esta observação está no fato de congregar em suas características culturais aspectos concernentes à realidade amazônica. Costumes e práticas do Norte do país, com uma presença simbólica significativa de migrantes dos estados do Amazonas e Pará. Além disso, é possível perceber uma preocupação por parte dos organismos governamentais de construir simbolicamente a região como um lugar de conservação ambiental com estabelecimento de diversas áreas de preservação e uma afirmatividade indígena no espaço social urbano e rural. Trata-se de valores que *a priori* podem ser pensados como

inerentes às sociedades tradicionais, mas que já indiciam o diálogo entre estes aspectos tradicionais e as novas tecnologias da comunicação.

Deste modo, deslinda-se nesse cenário um jogo de hibridismos culturais e práticas mercantis que transitam entre a exortação dos povos originários brasileiros, a manutenção de práticas culturais amazônicas, o estabelecimento de espaços de preservação ecológica e práticas ilícitas servindo de rota de entrada de entorpecentes provenientes da Bolívia e Venezuela.

### ***CACHOEIRA PEQUENA, GRANDES EMPREENDIMENTOS***



Fig. 10 – Estação da Ferrovia Madeira-Mamoré

Da língua tupi provém o nome desta cidade, que dista 320 km da capital rondoniense, Porto Velho. Guajará-Mirim em tupi-guarani significa *cachoeira pequena*. Narrativas fundacionais, em especial as que se referem a nominações, são sempre carregadas de exotismos e fabulações e tentam explicar minimamente a relação entre o espaço e suas potencialidades. No lugar que leva o nome de cachoeira pequena, o progresso tecnológico já se faz presente através de algumas ações do Estado nacional brasileiro por seu potencial hídrico de geração elétrica. Através do Programa de Aceleração ao Crescimento (PAC), as usinas hidrelétricas de Girau, Samuel e Santo

Antônio foram estabelecidas ao longo dos rios que compõem o complexo fluvial Madeira-Mamoré.

E foi esse complexo fluvial o responsável pela fundamentação da cidade. Guajará-Mirim foi estabelecida por conta da implementação da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, em 1912<sup>94</sup>. No fluxo do rio, construiu-se a Estrada do Diabo, como é popularmente conhecida por conta das mortes de trabalhadores durante a construção e também dos indígenas que se colocavam contrários ao estabelecimento do então moderno empreendimento. Há quem diga que debaixo dos dormentes dos trilhos repousam inúmeros corpos dos operários e de índios vencidos. Eram outros tempos, em que o discurso ambientalista e os direitos civis pareciam não caber no projeto nacional, pois o imperativo era a modernização através da expansão ferroviária.

Para efetivar esse anseio tudo se atropelava. Mais do que um corte na Floresta Amazônica, a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré trouxe consigo os primeiros fluxos migratórios transnacionais a partir do estabelecimento de ingleses, alemães, turcos, gregos que viam no espaço idílico de floresta a possibilidade de defloração da mata virgem para constituição de “novos lugares”. Este movimento inevitavelmente promoveu o fluxo de pessoas e mercadorias para um espaço até então habitado por sociedades indígenas e por vezes perturbado por extrativistas vegetais, em especial da seringueira, mas também da ipecacuanha<sup>95</sup>.

O estabelecimento da estrada de ferro fazia parte do acordo diplomático entre Brasil e Bolívia na disputa territorial do início do século XX que culminou com a incorporação do estado do Acre à realidade geopolítica brasileira. Através do Tratado de Petrópolis, celebrado em 1903, o governo brasileiro responsabilizou-se em criar uma ferrovia que facilitasse o escoamento de produtos bolivianos. Esta ferrovia ligaria Porto Velho à cidade de Espiridião Marques, atual Guajará-Mirim. O imperativo da modernidade de então se resumia à expansão das linhas ferroviárias. A construção da estrada de ferro não significou apenas a efetivação de um desejo moderno, foi também agenciador de um sem-número de trabalhadores procedentes de diversas partes do mundo para executar a conquista do oeste brasileiro pelo progresso maquinico.

A localidade de Espiridião Marques tinha sua movimentação econômica fomentada pelo extrativismo vegetal do látex das seringueiras. Os seringais foram responsáveis pelo primeiro fluxo de povoamento moderno daquela localidade. Nela, já

---

<sup>94</sup> Inserir a data do início do processo de construção, pois 1912 é o ano de inauguração.

<sup>95</sup> Raiz utilizada na fabricação de medicamentos.

se encontrava uma dezena de etnias indígenas, com presença simbólica marcante dos índios Pacaás Novos que dão nome, inclusive, a um dos rios que compõem a hidrografia do rio Mamoré.

Durante algum tempo, Guajará-Mirim representava o núcleo de povoamento mais a oeste brasileiro na divisa com a Bolívia, sua relação com a vizinha boliviana *Guayaramerín* se resumia a um modesto comércio de gêneros alimentícios. Hoje, os tempos são outros. A pequena vila boliviana de *Guayaramerín*, que na década de 1930 contava com pouco mais de 400 habitantes. Naquele momento, a fronteira era algo em processo de consolidação. Era o período de estabelecimento moderno do Estado-nação que buscava a partir da demarcação de fronteiras de território e limites geográficos construir a identidade brasileira por meio da soberania nacional fomentada pela segurança das margens do território.

Atualmente, as duas cidades distam de pouco mais de 1 km pelas águas do rio Madeira, o posto fiscal da Receita Federal é uma construção antiga de cerca de 8m X 5m que contém além de pouco mais de 5 funcionários, uma máquina de raio-X para controle das mercadorias que são consumidas no território boliviano. Para acessar ao lado boliviano, nada mais que R\$5,00 são suficientes na paga pelo transporte de barco. Barcos estes que comportam até 20 pessoas. Não existe controle migratório, nem a necessidade de expedição de vistos para entrada no território boliviano. Ao que parece, a fronteira Brasil-Bolívia neste ponto é pouco criteriosa no controle do fluxo de pessoas e mercadorias. Nesta lógica, pouca segurança nacional significa facilitação de práticas ilícitas dos fluxos globais de fronteira.

Desde que a ferrovia Madeira-Mamoré deixou de operar, Guajará-Mirim apresenta um decréscimo populacional vertiginoso, em virtude da localização geográfica e o difícil acesso pela BR-364 e BR-425. Para tentar superar a situação de esvaziamento demográfico, o governo estabeleceu a cidade como Zona Franca para facilitação comercial de produtos importados, numa tentativa de aquecimento econômico da localidade. A promulgação do Decreto 843/1993, que trata da criação da Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim, trouxe novos ânimos à população de Guajará-Mirim que via no comércio de produtos estrangeiros livres dos impostos a possibilidade de geração de emprego e renda.

Para além das questões de ordem econômica, por conta de um relativo “isolamento cultural” provocado pela localização geográfica, o município de Guajará-Mirim conserva algumas práticas culturais provenientes de algumas regiões do Brasil,

em especial da região Amazônica, em decorrência da migração de paraenses e amazonenses, bem como dos aspectos culturais bolivianos pela proximidade e trocas simbólicas. Neste ponto, em dados períodos históricos a relação diplomática com a Bolívia parecia ser mais efetiva do que a própria relação governamental com as autoridades brasileiras. Deste modo emergem práticas interculturais que se efetivam pela negociação de fluxos globais e que às vezes encerram-se em espaços mais discretos desta prática cultural ou recebem maior notoriedade em virtude da representatividade identitária.

### **O *FOLK* SE ATUALIZA**



Fig. 11 – Vista da arquibancada do Bumbódromo

Objeto de estudos da proposta comunicacional de Luiz Beltrão<sup>96</sup>, esta prática popular era originalmente executada como folguedo que exorta as façanhas de bois bravios. As farras do boi remetem a um Brasil arcaico, de predominância rural e que encontrava nos contos e cantos acerca destes “bovinos maravilhosos” uma via para perpetuação de valores e narrativas de um tempo em que a pecuária além de fonte de renda era representativa de poderio econômico e político. Hoje, as festas de boi encontram-se presentes simbolicamente em diversas localidades no Brasil com algumas

---

<sup>96</sup> BELTRÃO, Luiz. *Folkcomunicação: teoria e metodologia*. São Bernardo do Campo: UMESp, 2004.

variantes nominais: *Bumba-meu-boi* no Maranhão, *Boi-de-mamão* em Santa Catarina; *Festa do Boi*, no Pará; *Boi-bumbá* no Amazonas e *Boi-à-serra* em Mato Grosso<sup>97</sup>.

Desde que a prefeitura da cidade de Parintins (AM) potencializou o folguedo com estratégia de divulgação midiática que inclui, além de transmissão ao vivo do evento pelo canal de televisão Bandeirantes, a incorporação de mega-patrocinadores como Coca-Cola, Bradesco Seguros, Nestlé, Petrobrás e Eletrobrás, a prática popular recebeu novos contornos. Mais do que simplesmente retratar as agruras dos bois bravios através do Auto do Boi, que congrega uma série de lendas amazônicas na produção do enredo, entra em cena nos espetáculos uma batalha institucional pela difusão de uma prática representativa de identidade amazônica.

O folclore na contemporaneidade efetiva-se não mais pelo encerramento em si mesmo, como fora por ora defendido pelos folcloristas mais ortodoxos, mas, sim, no diálogo com as novas formas de comunicação midiática, sob a pena de derrocarem em um ostracismo, caso não estabeleçam esse diálogo. Esse traço sugere uma atualização do propósito de modernização alavancado a partir dos anos de 1930 (MARTÍN-BARBERO, 2004, 195) na realidade brasileira em que a construção de um *sentimento nacional* se dava mediante o diálogo com a inserção das tecnologias da comunicação. Naquele momento, o rádio e o cinema exerciam esse *maravilhamento* tecnológico e a função de agentes educadores da nova sociabilidade na urbe; hoje, a popularização das novas tecnologias sugere uma alteração no binarismo proposto pelas hipóteses funcionalistas, polarizadoras dos papéis de emissor e receptor.

Além de atualizar o modo de execução da prática popular, o boi de Parintins também foi responsável pelo espriamento da “cultura do boi” como designativo do *sentimento amazônico* e de um *savoir-faire* dos festivais folclóricos da região amazônica. Sendo assim, outras localidades para além da “ilha do boi” afirmam-se enquanto grupos sociais a partir da manutenção deste folguedo. A cidade de Guajará-Mirim é uma destas localidades que encontraram neste folclore uma forma de afirmação identitária, legatária da cultura amazônica.

A presença de bolivianos no evento é maciça, no período do evento as “voadoras” atravessam por toda a madrugada as fronteiras úmidas de Brasil e Bolívia. Indício de que a ideia de fronteira como espaço de disputa nacional seja suprimida

---

<sup>97</sup> Baptistella, Rosana. *Danças populares em Mato Grosso*. SEC/MT: Cuiabá, 1997.



diante da celebração dos festejos do boi e que o entretenimento sinaliza uma “bandeira branca” nos espaços acirrados de afirmação identitária.

Outro dado que evidencia essa relação amistosa entre as cidades-gêmeas<sup>98</sup> (Guajará-Mirim e *Guayaramerín*) é o fato de a cidade brasileira, em face da presença simbólica de bolivianos, adotar a data de 6 de agosto como feriado municipal, dia em que se comemora a independência da Bolívia. O feriado é considerado o início das atividades do festival folclórico e estabelece por meio das comemorações festivas uma interação binacional

O *Duelo na Fronteira*, nome dado ao festival folclórico que retrata o boi em Guajará-Mirim, atende ao mesmo binarismo proposto pelos folguedos brasileiros em que as cores vermelho e azul tornam-se distintivas dos times do desafio. Um “jogo” de poucos competidores, mas que acirra os ânimos da população e requer uma organização prévia para a execução da festa. A festa, que em 2012 realizou sua décima oitava edição, ocorre na primeira quinzena do mês de agosto, porém as associações de ambos os bois – o celeste Malhadinho e o encarnado Flor do Campo – realizam eventos (bailes juninos, bingos dançantes, arrecadação por esmolos) ao longo do ano para arrecadação de fundos para custeio da despesa com a apresentação no desafio. Trata-se de uma das festas de maior participação da sociedade da região sul do estado de Rondônia com aproximadamente 15 mil espectadores em cada uma das três noites de apresentação.

Para a execução do festejo, a cidade construiu uma estrutura arquitetônica chamada de *Bumbódromo* com camarotes e arquibancadas para acomodação dos participantes da festa. A pista é dividida por duas arquibancadas dispostas de frente uma pra outra, como num combate em que os guerreiros se colocam uns na frente dos outros antes do sinal de ataque. Cada qual com sua armadura distintiva, vermelho ou azul.

No plano social, a disputa dos bois acirra os ânimos da população e o discurso jornalístico trata de evidenciar em termos de sensacionalismo. Não se sabe se por um espírito combativo do “duelo”, mas pelos periódicos online de Guajará-Mirim, o número de casos de brigas e crimes aumenta no período do festival. Nem mesmo os festejos carnavalescos encontram tanta adesão popular quanto o *Duelo na Fronteira*. É

---

<sup>98</sup> São núcleos localizados de um lado e outro do limite internacional, *cuja interdependência é com frequência maior do que de cada cidade com sua região ou com seu próprio território nacional*. Essa posição geográfica singular permite que apresentem forte potencial de atuar como núcleos articuladores de redes locais, regionais, nacionais e transnacionais, muito embora possam se converter em meros pontos de passagem. São interessantes porque permitem avaliar como a população fronteiriça vive e negocia os efeitos das diferenças entre os seus sistemas territoriais e as consequências das políticas decididas em seus respectivos centros nacionais. (MACHADO, 2006, p. 53)

um pedaço de Brasil em que o festejo mais representativo da cultura nacional, o carnaval, é suplantado pela cultura local e, nos interstícios, a cultura midiática potencializa a festa popular.

Pela “ciência da fábula” de Certeau (1994), o anseio de dar voz ao povo através das heterologias tem como traço o projeto de escrever a voz, atribuindo ao que fala de longe o direito de fala e registro e conferindo uma legitimidade aos casos e mitos. Assim, dizem que os bois fantásticos sacrificados para saciar os desejos das gestantes, em noites de lua cheia, retornam à vida por serem divindades. Nesta região da Amazônia, o culto ao boi toma contornos próximos aos do hinduísmo que exortam vacas sagradas. Muito se fabula sobre eles, dizem até que tomam forma humana, como na lenda do boi *Saringangá*<sup>99</sup>, e atacam as velhas virgens. O progresso tecnológico parece ter espantado a presença imaginária dos mitos, mas a representatividade deles é celebrada nos bonecos animados e nesta configuração ser “tripa” de boi é *status* social. O homem-tripa só se dá a conhecer quando “salta” das entranhas do boi para posar com espectadores da festa por meio de registro de imagens por câmeras digitais, *smartphones* e *tablets* adquiridos a preços mais acessíveis do outro lado da fronteira.

Em outro sentido, no que se refere à institucionalização da prática popular, é possível perceber um esforço por parte das administrações tanto da esfera municipal, quanto estadual no fomento ao *Duelo na Fronteira*. Através da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), o governo de Rondônia disponibilizou para a edição de 2012 o montante de 1,2 milhões de reais, destinados aos dois grupos concorrentes e para a estruturação física do *bumbódromo*. O município com renda mais modesta realiza um concurso cultural que prevê a premiação de mil reais ao morador que melhor ornamentar sua casa com as cores do boi preferido.

Como dito anteriormente acerca do modelo de festival proposto por Parintins (AM), essa ideia se confirma pela contratação de profissionais da cidade amazonense para auxiliar na produção das coreografias, alegorias e figurinos dos bois de Guajará-Mirim. Assim como os mitos, argumento narrativo do espetáculo, que transitam entre a ordem do secreto e do mítico, as associações culturais responsáveis pelos bois Malhadinho e Flor do Campo realizam suas criações artísticas a portas fechadas em seus barracões para provocar surpresa aos espectadores do *Duelo na Fronteira*. Existe inclusive um ethos na dinâmica de apresentações.

---

<sup>99</sup> Variação do mito do boto. Em noite de lua cheia, os bois fantásticos tomam forma humana e atacam as senhoras da comunidade.

As personagens míticas sempre presentes na narrativa são as cunhã-poranga, uma espécie de rainha de bateria da escola. Posto de grande reconhecimento social na comunidade, assim como na realidade carioca suburbana, as meninas já se apresentam como assistidas desde a primeira idade. Ser cunhã-poranga nas terras de domínio do boi é o desejo ansioso dos pais para as belas filhas.

Conforme observa Barbero (2006) acerca do “purismo” atribuído aos povos originários, pode-se aplicar nas práticas festivas populares a ideia de afirmação do comunitário, presente no *Duelo na Fronteira*. O autor relega assim às festas deste caráter o propósito dos rituais de se apropriarem de uma economia que lhes agride e diante da impossibilidade de suprimir ou substituir a relação deste grupo social com o adverso, reproduzem o sentido de mediação entre os ritos e efetuam memória e utopia.

### MANSÃO (DO FORRÓ)<sup>100</sup>



Fig. 12 – Fachada da Mansão (do Forró)

Bourdieu<sup>101</sup> (2008) buscou investigar e discutir a variação do gosto entre os segmentos sociais. Isto é, analisando a variedade das práticas culturais entre os grupos,

<sup>100</sup> Na última etapa do trabalho que consistiu da captação fotográfica dos espaços analisados, ao retornar ao local, a Mansão do Forró tinha passado por uma reforma na fachada que também alterou o nome do local.

<sup>101</sup> BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Editora Zouk, 2008.

Bourdieu acaba por afirmar que o gosto cultural e os estilos de vida da burguesia, das camadas médias e do operariado, ou seja, as maneiras de se relacionar com as práticas da cultura desses sujeitos estão profundamente marcadas pelas trajetórias sociais vividas por cada um deles. Bourdieu afirma que as práticas culturais são determinadas, em grande parte, pelas trajetórias educativas e socializadoras dos agentes. Dito em outras palavras, Bourdieu afirma, causando um grande mal-estar na época, que o gosto cultural é produto e fruto de um processo educativo, ambientado na família e na escola e não fruto de uma sensibilidade inata dos agentes sociais.

Das contribuições acerca do gosto cultural deste autor tem-se desta discussão, para pensarmos neste processo de *habitus* cultural em um período específico da rotina produtiva dos habitantes da cidade de Guajará-Mirim: a noite. Aqui, pensam-se os espaços de sociabilidade noturnos como sendo agenciadores das subjetividades e dos gostos culturais; em virtude de ser o turno que a modernidade estabeleceu como sendo o de descanso, o interstício entre um dia de trabalho e outro, para falarmos em termos fordistas. Podendo, assim, este tempo ser otimizado com o sono para revigorar o esforço dispensado pela jornada de trabalho ou ser negociado como o “tempo do entretenimento”.

Acerca deste aspecto, Gushiken (2004) sugere que “é necessário referenciar sempre a condição urbana da vida noturna, pois cidades e hábitos noturnos são fenômenos de encruzilhada a produzir cenas que dão caráter fantástico ao cotidiano”. Na cidade de Guajará-Mirim, um aspecto muito representativo é a maciça presença de bares tanto na região tida como central como na periferia da cidade. Sintoma de um *habitus*. Consta-se que o número de bares, botecos e casas noturnas excede consideravelmente, por exemplo, ao número de farmácias e quase equipara-se ao número de igrejas<sup>102</sup>. Bebe-se mais do que se busca por remédios, mas reza-se (ou ora-se) muito também.

Mas são as casas noturnas da cidade que chamam a atenção e configuram-se como locais sintomáticos do *habitus* dessa população fronteiriça e lente de aumento da interculturalidade entre brasileiros e bolivianos. E o primeiro indício é o trânsito de chegada e saída de embarcações no porto da cidade, num vai-e-vem frenético de bolivianos que aportam para o lado brasileiro em busca de diversão e entretenimento. E que na via inversa ocorre com menos frequência e mais desconfiança. Ir para a Bolívia a

---

<sup>102</sup> Sintoma do avanço do protestantismo no Brasil, por meio das religiões denominadas de neopentecostais.

noite é um ato de coragem, afirmam os guajaramirenses, a ideia de “terra sem lei” fica explícita no temor que se tem de atravessar para o lado de “lá”, depois do ocaso, a não ser que se queira aquilo que não pode ser dito ou visto.

Deste modo, corroborando a ideia inversa, vir para “cá” é uma opção mais segura e divertida para os bolivianos. Ao perguntar a um dos que chegam ao porto onde é o lugar mais movimentado da cidade, de pronto a resposta: baile da Mansão do Forró. São cerca de 22h, ainda não é hora do baile. “Você não é daqui?” pergunta num português com sotaque castelhano e sugere algo pra se fazer antes do baile. Parada estratégica para tomar um tacacá<sup>103</sup>. Evidência de que o prato típico da culinária da Amazônia se faz presente e que foi também incorporado ao gosto dos habitantes do “outro lado” da fronteira.

Numa “enquete” entre as pessoas próximas ao porto procura-se saber o melhor lugar para consumir a iguaria culinária. Uma polifonia: *Da tia Luiza! Do Gildo! De Dona Menta e Seu Ricardo! Da Dona Maria! Do Super Tacacá! Mas o Super Tacacá da Leverger!* À parte do ditado popular (brasileiro!) que afirma que “gosto cada um tem o seu”, percebe-se que no simples exercício de escolha do lugar pra tomar um tacacá, os interesses e identificações produzem pertencimentos.

Neste caso, da condição de meros preparadores de um prato, essas pessoas personalizam e nominam o tacacá, como na Bahia, onde se discerne os acarajés pelo nome de quem os prepara. Em geral, os tacacás são vendidos numa barraca improvisada sem letreiro ou placa indicativa, em diversos pontos da cidade: praça, esquina ou na porta de casa mesmo. Não é preciso “marca” para identificar-se, o “gosto” (paladar) é o que difere um caldeirão do outro e promove a identificação daqueles consumidores.

Como sustenta Ernst Mandel acerca do “capitalismo tardio”, a partir da segunda metade do século XX, o capital se espraia em busca de novos consumidores e, para tal fim, otimiza suas ações. Ao estabelecer modelos de gestão, as grandes corporações através das redes solapam os estabelecimentos menores que passam a não ter um preço tão competitivo, por trabalharem com escalas menores de produção e distribuição. Menos criterioso, sem pesquisa de mercado, mas não menos exitoso, o *Super Tacacá* é uma espécie de *franchising* com 5 (cinco) unidades espalhadas em Guajará-Mirim.

À margem da legalidade, o estabelecimento funciona também sem licença de órgãos competentes e sem o cumprimento dos trâmites necessários para funcionamento

---

<sup>103</sup> Caldo preparado a partir de goma de aipim (mandioca) com folhas de jambu e camarão seco.

de uma “empresa”. Mas isso parece não incomodar muito, é possível observar entre os consumidores até mesmo policiais militares e membros do Exército brasileiro – muito presente por tratar-se de uma região de fronteira. Aquilo que seria apenas uma pergunta de curiosidade acerca de um hábito alimentar indicou o percurso pra outros rumos.

O boliviano havia informado da existência da Mansão do Forró, onde seria o “baile mais animado da noite de Guajará”. O local não é de difícil acesso, pois se localiza na via principal da cidade que é continuidade da rodovia. Traço característico das cidades rondonienses, um estado que foi estabelecido às margens das BR-364 e 425. Já é quase meia-noite e parece ainda que o clima é de “esquenta”<sup>104</sup>. Uma multidão parada na porta de entrada do galpão onde funciona a casa de shows. São dezenas de carros equipados com sonorização pesada, carros populares com equipamentos potentes.

Do lado boliviano, os equipamentos eletrônicos podem ser adquiridos por preços menores. *Guayaramerín*, a cidade irmã boliviana, também é uma zona franca e atrai consumidores daquela região em busca de eletrônicos, bebidas, perfumes e cosméticos. Entre as cidades-gêmeas, o clima de “fraternidade” hoje não é tão tranquilo quando se trata das questões comerciais, a cidade boliviana consegue oferecer preços mais interessantes aos sacoleiros brasileiros e Guajará-Mirim (RO) torna-se apenas cidade-dormitório para os comerciantes que vão adquirir os produtos na Bolívia. E há também certo temor em permanecer do “outro lado” ao cair da noite. Mas é noite de sábado! E talvez a ideia do homem cordial e o estereótipo de festeiros faz do lado brasileiro o melhor destino quando o assunto é entretenimento.

Um frota de Gols, Unos, Kas e Palios sugerem que o imperativo nacional de aquisição de veículos também efetiva-se no extremo Oeste do Brasil. Sinais de que a economia brasileira com políticas de incentivo e subsídios permite à população um acesso aos bens de consumo duráveis, antes relegados apenas à classe média/alta. Mas também sintoma de uma ingerência por parte da administração local, a inexistência de um sistema eficaz de transporte público obriga aos habitantes serem detentores de seus próprios meios de transporte.

Aqui a questão da mobilidade se inscreve num espaço conceitual que mobiliza as noções de circulação e de acessibilidade e remonta aos pensadores da Escola de Chicago que na investigação das mobilidades urbanas e deslocamentos espaciais tomavam esses indicadores como referência para compreensão das transformações

---

<sup>104</sup> Preparação antes do evento.

urbanas. E nesses deslocamentos aqueles que não podem adquirir um carro, “optam” por motocicletas e bicicletas. No pátio interno da Mansão do Forró, uma quantidade da ordem das centenas de bicicletas encostadas no muro. Enquanto nas grandes metrópoles a opção pelo transporte em duas rodas não-motorizado incorpora-se ao discurso ecológico. Aqui a necessidade de deslocar-se faz com que as bicicletas sejam a alternativa mais possível aos menos favorecidos economicamente.

Olfativamente, a Mansão do Forró traz uma situação *sui generis*. Os odores que transitam por aquele espaço são fragrâncias conhecidas mundialmente tais como *Diesel*, *Jean-Paul Gaultier*, *Ralph Lauren*. A região de fronteira permite o consumo de produtos, que, na realidade social brasileira, são tidos como distintivos sociais. É o lugar onde a indústria de cosméticos por vendas de porta em porta através de catálogos – Natura, Jequití, Avon – e com preços populares, se vê ameaçada pelas fragrâncias internacionais, ali vendidas também por valores acessíveis àquela população. E isso abre precedentes para outra observação feita naquela realidade econômica.

A cidade de Guajará-Mirim (RO) foi estabelecida como Zona Franca do estado de Rondônia para impulsionar o consumo naquela região e proporcionar um aquecimento econômico. Pelas narrativas dos comerciantes, donos de importadoras, quando do estabelecimento da área de livre comércio de importadores no final da década de 1990, a procura por produtos importados na cidade atraía um número significativo de compradores interessados na revenda de eletrônicos, perfumaria, cosméticos. Mas como o estabelecimento da Zona Franca em *Guayaramerín*, no lado boliviano, os comerciantes brasileiros não conseguiam oferecer preços tão atrativos. Hoje, Guajará-Mirim (RO) é rota de passagem de revendedores brasileiros (sacoleiros) que encontram na Bolívia as mercadorias com valores menores que do lado brasileiro. A propósito, uma das únicas importadoras ainda em funcionamento da cidade brasileira vende apenas perfumes e cosméticos. Voltando à Mansão do Forró.

Não é incomum ver os frequentadores de origem humilde trajando camisetas *Abercrombie & Fitch* ou *Lacoste* e portando *smartphones* e *tablets* das marcas finlandesa Nokia, da coreana LG ou as norte-americanas Motorola e Apple. Promovendo assim aquilo que sugere o processo de globalização ao propor uma “quebra” das fronteiras internacionais como o intuito de distribuir os bens de consumo, ainda que neste caso a partir de alguns ilegalismos. Indício do que sustenta Vera Talles acerca das regiões portuárias de Santos (SP), e que na fronteira Brasil-Bolívia parece também se sustentar:

baixos níveis de controle de que é hoje objeto o transporte por contêineres, onde se misturam produtos de marca e não menos autênticas piratarias, o comércio chinês contribui para um processo de reconfiguração geral da experiência da pobreza, permitindo às camadas populares um acesso que lhes era até há pouco vedado a objetos tecnológicos – telefones celulares, computadores, *pen-drives* de alta capacidade e uma gama completa de outras mediações tecnológicas – que organizam a contemporaneidade. (TELLES, 2010, p. 9)

Essa facilidade de acesso a produtos tecnológicos por parte da população evidencia o propósito do consumo na contemporaneidade. Dá-se não mais (ou só por) necessidade, mas sim pelo desejo. Desejo este que sugere que as culturas subalternas selecionam e inventam novos elementos para uso cotidiano, a partir de materiais e transformações transmitidas pela cultura dominante, bem ao modo antropofágico do modernismo brasileiro. Só que nessa esfera em questão, possuir um *smartphone*, além de distintivo social, é também representativo da oferta de disponibilidade muitas vezes produto de contrabando. Aqui, a ilegalidade também se faz presente na constituição do reordenamento das condições sociais.

O bar é uma barraca improvisada com uma atendente de meia idade que atende a todos num português que sugere ser brasileira, mas o ajudante com fortes traços indígenas só se comunica com ela em espanhol. A cerveja nacional em lata<sup>105</sup> é vendida ao preço de R\$5,00 e doses de whisky *Red Label* ao mesmo valor. Uma observação: o gelo oferecido é daqueles em barra e a embalagem alerta “não filtrado”. A sociabilidade noturna propõe o etilismo, é quase um imperativo da noite. Existe uma certa necessidade de fabulação do cotidiano nesses espaços de entretenimento. Além das bebidas alcoólicas, a cidade de fronteira também facilita o consumo de outras substâncias esgarçadoras da subjetividade. Daquelas da ordem do ilícito.

Entrar no banheiro da Mansão do Forró é como estar numa feira livre, em que os vendedores tentam no grito conquistar o cliente. Parece fácil reconhecer que eu não sou um minhoca<sup>106</sup>. Assim, a oferta de entorpecentes é maior ainda. Descubro até haver tipos distintos de cocaína: a “naininaini” e a escama de peixe. Minha curiosidade me leva a perguntar primeiro sobre as nomenclaturas. Só então entendo que “naininaini” quer dizer *ninety-nine*, numa referência ao índice de pureza. Fico sem saber porque a

<sup>105</sup> No começo da noite, tinha Skol, Antarctica e Itaipava. Depois de determinado horário, só sobraram as Itaipavas.

<sup>106</sup> Termo utilizado pelos moradores de Guajará-Mirim para designar quem é “da terra”.



outra é chamada de escama de peixe e ninguém também sabe me responder. Saio do banheiro com a informação de que se eu quiser levar pra vender sai a R\$15,00 o papelote. De observador de fenômenos da cultura a *dealer* era um pulo. Não! Volto pro salão.

A banda já estava no palco. Conforme o próprio nome do estabelecimento sugere, o ritmo que embalaria habitantes da fronteira seria o forró. Numa espécie de reprodução cultural, a banda Sensação é uma espécie de pastiche de outras tantas bandas de forró como Calcinha Preta ou Mastruz com Leite. Reterritorializações da cultura musical. O ritmo procedente da região Nordeste do país encontra adeptos na região da fronteira com a Bolívia. Numa espécie de panaceia musical, a banda toca inúmeros *hits* que reverberam na minha cabeça com certa resistência. Nesta onda musical de sertanejo universitário o máximo que se tem são duas frases com sujeito e predicado que se referem à aquisição de um carro ou uma autoexaltação sexual. Assim, entre *tchê rê rês*, *lê lê lês*, *doce doce doce* e Camaros amarelos, observo que na verdade o repertório da banda tem pouco de forró. Mas nessa abstração um elemento me chama a atenção.

Na troca de vocalista, surge um cara de traços demarcadamente andinos que me sugere a ideia de que cantaria em espanhol numa espécie de confraternização cultural, talvez o momento boliviano da noite. Nada. O vocalista antes de começar a cantar se apresenta como Pablo e afirma: “eu pareço muito, meus pais são bolivianos, mas eu nasci aqui no Brasil”. A questão da afirmatividade brasileira me interessou pois ao longo da apresentação, a cada intervalo, Pablo fazia questão de contar um episódio de sua vida que evidenciasse o fato de ser brasileiro e não boliviano. Até a referência da casa onde tinha nascido, ele disse durante o show da banda. Ao final, agradeceu aos *hermanos* bolivianos. Intrigado, quando ele desceu do palco, tentei entrevistá-lo. “Boliviano não sabe cantar forró” respondeu Pablo em tom lacônico.

Sem muita conversa e com uma resposta breve, a afirmativa identitária de Pablo é uma questão intercultural a ser pensada. E qual a questão de ser boliviano naquele lugar? Por que apesar de toda a fenotipia de Pablo evidenciar algo, discursivamente ele se afirma “outro”. Peculiaridades da existência fronteiriça. São as *renomeações fantásticas* de que fala Homi Bhabha<sup>107</sup> ao teorizar sobre a construção dos sujeitos da diferença cultural na contemporaneidade. Assim, apesar de não poder verificar a

---

<sup>107</sup> Bhabha faz referência ao trabalho de Guillermo Gomez-Peña, “*The New World (b)Order*” (A nova ordem/fronteira do mundo), em que o artista expande a noção identitária a partir de nomes híbridos: *chica-riricuas* – pais portoriquenhos mulatos e chicano-mestiços.

veracidade do discurso de Pablo acerca de sua procedência é na ordem do discurso enquanto artista que ele afirma ser brasileiro e portanto, “autorizado” a cantar forró, já que para o mesmo, bolivianos não seriam aptos para tal função. O que confere assim, além da discursividade, uma natureza performativa às identidades. O indivíduo torna-se sujeito daquilo que afirma ser, não do que aparenta. A propósito, a questão fenotípica enquanto designativa identitária é mais temática dos conflitos étnicos do Leste Europeu. Na fronteira Brasil-Bolívia, o fato de Pablo ser ou não brasileiro e aparentar ou não ser boliviano não pareceu fazer muita diferença para os frequentadores da Mansão do Forró.

### MERCADO MUNICIPAL: ENTRE IDENTIDADES E ALIMENTOS



Fig. 13 – Placa de fundação do Mercado Municipal

O Mercado Municipal de Guajará-Mirim foi fundado em 1977 e funciona como espaço de agenciamento de gostos e identidades culturais naquela localidade de fronteira. É a partir daquele lugar próximo às margens do rio Madeira que o habitus alimentício evidencia o processo de interculturalidade operado na região de fronteira.

Logo de início é quase impossível não notar que a predominância dos donos de barracas da feira é de procedência boliviana. Em geral invocam aos consumidores por *amigo* ou *patrício*, designação utilizada tanto por brasileiros, quanto por bolivianos para se referir ao “outro nacional”. Em geral, as barracas de frutas, verduras e legumes são de propriedades de senhoras bolivianas que se trajam de modo muito característico.

Vestem, além de blusas e saias, um avental xadrez – comum a todas as *donas de tiendas* - com vários bolsos para facilitar no manuseio do dinheiro.

Além disso, as bolivianas das barracas utilizam os cabelos com duas tranças que são amarradas ao final uma a outra. Apesar de não se configurar como um uniforme, dada a propriedade individual das barracas, esse modo de se trajar comum a todas confere um processo de uniformização e identificação tanto da função social daqueles indivíduos, ou seja vendedoras; como também da condição identitária, demarcadamente boliviana. Enquanto que às bolivianas é relegada a venda de produtos como verduras e legumes, é notável que os vendedores de derivados de leite e carne são brasileiros, em geral do sexo masculino.

As barracas de alimentação da feira estabelecem panoramicamente a multiplicidade dos gostos culinários do local. É possível encontrar o clássico pastel (de carne e queijo) com caldo de cana (ou garapa, como se fala localmente) que é comum às feiras de alimentos espalhados pelo Brasil todo. Uma espécie de *franchising* involuntário da nação brasileira. Porém, entre a dupla pastel&caldo de cana é encontrado também o massaco<sup>108</sup> e a chicha<sup>109</sup>, que são predominantemente consumidos pelos bolivianos que circulam pela feira. A feira começa a se estabelecer às 5h30 da manhã e acaba se tornando o lugar de encontro para aqueles que chegam da noitada ou partem cedo para o trabalho.

No pavilhão interno da feira, há, inclusive, uma “praça de alimentação” com 6 boxes em que senhoras simpáticas atendem aos que cedo chegam para o desjejum. As influências da região amazônica encontram-se presentes nos sotaques das salgadeiras que “convidam” a quem passa para tomar um café com leite acompanhada de um cardápio de iguarias. A saltenha parece ser o quitute soberano destas terras, frito ou assado, mas há também quibes de arroz e macaxeira, atualização da iguaria árabe moldada à realidade amazônica. Mingau de milho é outro item do cardápio, junto com tapioca.

O Mercado Municipal de Guajará-Mirim também possui em sua estrutura lojas de venda de roupas e equipamentos eletrônicos, num corredor com cerca de 20 espaços apenas 6 encontram-se em funcionamento. Sintomático do decréscimo econômico da cidade, que funciona também como Zona Franca do território brasileiro, mas que devido aos preços operados na vizinha Guayaramérin perdeu espaço na competitividade dos

---

<sup>108</sup> Massa feita de carne seca com banana socada no pilão.

<sup>109</sup> Refresco feito de milho seco, moído e cozido, quando fermentado adquire propriedades alcoólicas.

produtos importados. O espaço do mercado é circundado por outras barracas de frutas e verduras e mercearias que contêm os mesmos produtos alimentícios vendidos no interior do mercado. Assim, parece haver um concorrência entre feirantes do pátio interno e externo.

Mas é no trajeto entre as bancas que é possível perceber a “negociação identitária” no sentido estrito. O hábito de pedir desconto na compra de produtos parece ser uma realidade brasileira, ao que parece as feirantes bolivianas preferem perder a venda a reduzir os preços já estabelecidos. E não raro, ouve-se a troca de insultos tanto de feirantes quanto de compradores na tentativa de negociação, configurando uma lógica de inferiorização do outro.

## CÁCERES (MT)



Fig. 14 – Rio Paraguai, vista da Praça Barão do Rio Branco

Este capítulo foi concebido a partir das observações etnográficas desenvolvidas junto à cidade de Cáceres (MT). Esta localidade apresenta uma peculiaridade num comparativo com as outras cidades investigadas por este trabalho, é a única cidade fundada no século XVIII. Essa observação se faz relevante em virtude dos reflexos que essa configuração histórica tem tanto na conformação geográfica da cidade, como no processo de construção identitária. Em seu repertório histórico, Cáceres (MT) também foi palco de eventos significativos para a história brasileira como a Guerra do Paraguai.

Situada às margens do rio Paraguai, Cáceres fica a 220 quilômetros da capital mato-grossense, Cuiabá. Fundada em 1778, recebeu o nome inicial de Vila Maria do Paraguai, numa homenagem à então rainha de Portugal. O município hoje se caracteriza pelo conjunto arquitetônico do século XIX ainda presente na região central da cidade. Cáceres se estabelece como um cidade de fronteira por conta da designação proposta pelo IBGE que considera como faixa fronteira os 150 km a partir da linha divisória do território nacional. Porém, diferentemente das outras cidades observadas neste trabalho, Cáceres dista 80 quilômetros da cidade boliviana de San Matías, com quem estabelece a configuração de cidade-gêmea, de acordo com a nomenclatura do Retis (UFRJ).

Estar próximo a uma região metropolizada como é Cuiabá, faz de Cáceres um polo aglutinador das comunidades próximas, inclusive da população boliviana que

busca se valer do atendimento médico e outros benefícios sociais da realidade brasileiro. Além disso, Cáceres tem se apresentado como um pólo científico. O município abriga a sede da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), além de outras instituições de ensino superior privado, que fazem da cidade um centro de produção de conhecimento.

Cáceres (MT) é também a rota terrestre mais utilizada para acessar a Bolívia. A partir de San Matías é possível deslocar-se para as cidades de Santa Cruz, Cochabamba e La Paz. Deste modo, a cidade é ponto estratégico de parada dos estudantes brasileiros que migram para Bolívia com o intuito de estudar nas universidades bolivianas, com valores menores que os operados na realidade brasileira. Assim, na rodoviária central da cidade é comum ver além dos habitantes da zona rural da vizinhança e turistas, estudantes em direção ou em retorno da Bolívia. A presença simbólica de bolivianos em Cáceres é predominante no comércio informal. Numa flanagem pelo “camelódromo” da cidade é possível notar que a maioria das bancas são de proprietários bolivianos.

## CAMELÓDROMO



Fig. 15 – Camelódromo de Cáceres

A dinâmica do comércio informal pode ser encontrada expressamente na realidade boliviana a partir das cholas, vendedoras de diversos produtos (utilidades

domésticas, gêneros alimentícios) que fazem as feiras livres das cidades de Santa Cruz e La Paz. Na cidade de Cáceres, mulheres bolivianas também exercem essa função mercantil, porém respondendo a uma lógica disciplinadora dos espaços, o comércio informal se estabelece em um lugar específico da cidade.

Cidades contemporâneas disciplinares legislam até sobre aquilo que é da ordem do (i)legal, a venda de produtos importados, muitas vezes sem o devido rigor da incidência de impostos. Localizado próximo ao terminal rodoviário da cidade, o camelódromo é o equivalente ao *shopping center* para a classe menos favorecida. A propósito, Cáceres nem *shopping center* tem, então o camelódromo se estabelece como um “centro comercial” de compras. É possível notar a importância destes espaços comerciais num lógica de conexão de objetos entre distintas regiões do mundo, conforme afirma Ludmila Brandão (2010):

Mas também o camelódromo com seus objetos de baixíssimo preço e qualidade. Eles funcionam como *transfers* culturais globalizados que transitam pelo mundo incidindo sobre os imaginários locais e operando suas misturas singulares. A barraquinha de camelô com suas quinquilharias *made in China*, as cópias baratas, os simulacros irreverentes, atualizam, na cidade continental qualquer, a zona de fronteira propriamente dita, como aquela de Pedro Juan Caballero ou Ciudad del Leste no Paraguai em suas vizinhanças urbanas com o Brasil. (BRANDÃO, 2010: 8)

Além desta “heterotopia-mundo” que o camelô exerce no sentido de agenciar produtos de diversas origens, na verdade predominantemente chinesa, possui diversas funcionalidades. São tempos em que as *quinquilharias* se colocam a serviço do homem na redução de esforço ou superação das problemáticas contemporâneas: descascadores/fatiadores de legumes, massageadores, raquetes elétricas para matar mosquitos, caixas de som com entrada USB, cabos de energia com entradas para diversas marcas de celulares, etc. A lógica do consumo utilitarista aqui se vê reconfigurada, o que antes era restrito ao consumo de alimentação, transporte, gastos com saúde, por uma nova lógica mercantil incorpora novos objetos ao consumo e ressignifica a própria ordem do consumo, ampliando o espectro de produtos necessários. A necessidade se reconfigura nos tempos atuais.

Para além disso, no Camelódromo, a presença simbólica de bolivianos estabelece na cidade de Cáceres uma espécie de *bolsão étnico*. É ali, que diversos bolivianos marcam de se encontrar ao final da tarde para conversar e de certa maneira

reiterar os laços de pertencimento nacional. Pela proximidade à rodoviária, é quando muitos que cruzam a fronteira podem levar encomendas aos parentes dos que se estabeleceram em solo brasileiro. A trilha sonora do lugar evidencia uma disputa de afirmação identitária: de um lado é possível identificar uma música característica do cenário musical contemporâneo brasileiro conhecida como sertanejo universitário – é importante lembrar que o município tem como fonte de renda o cultivo de gado de corte, o que ligaria os gostos culturais locais a esta tendência sertaneja; do outro, a música folclórica boliviana que atualiza por meio de instrumentos tradicionais bolivianos, como a flauta de bambu e chocalhos, o repertório da banda britânica The Beatles. Mais adiante o já mencionado *reggaeton* se faz presente, numa barraca em que garotos tomam conta. Nessas zonas de ilegalidades legais, até trabalho infantil parece ser permitido.

Ao que parece, do mesmo modo que do lugar de origem, as bolivianas se trajam igualmente às vendedoras de frutas da feira de alimentos de Guajará-Mirim (RO): saias longas, blusas em cores modestas, avental xadrez azul-claro e os cabelos com duas longas tranças. É uma espécie de uniforme característico identificador daquelas que exercem a função de vendedoras. Uma rádio boliviana parece conectar uma destas vendedoras à sua pátria de origem. É a partir dali que ela se informa sobre as configurações políticas da Bolívia, sobretudo liga-se culturalmente pelo consumo musical. O uso quase privado do rádio, com som baixo e junto ao ouvido, fazem do consumo informacional uma experiência particular, capaz inclusive de transportá-la virtualmente à sua terra originária. Suportar a existência em terras alheias.

Nesse sentido, apesar dos vínculos incontestáveis com a terra natal, a experiência boliviana na realidade brasileira aproxima-se dos processos migratórios de demais povos que sofreram experiências de conquista e/ou colonização, que também foram marcados pela exclusão, como as etnias indígenas, afrodescendentes e outros grupos latino-americanos (paraguaios, peruanos, etc.). Nas terras à margem do rio Paraguai, o imigrante europeu parece ter sido mais facilmente assimilado, como por exemplo ao incorporar ao discurso histórico a construção mítica de um italiano de nome Jose Dulce<sup>110</sup>; enquanto que as ondas migratórias bolivianas realizadas desde o período

---

<sup>110</sup> Comerciante genovês (1847-1921), que fazia o abastecimento de produtos aos oficiais durante a Guerra do Paraguai. Era um mascate que vendia produtos de primeira ordem nos acampamentos, com o fim do conflito estabeleceu-se na cidade de Cáceres e fez fortuna com o estabelecimento de uma casa comercial e a aquisição do vapor *Etrúria*, embarcação responsável pelo transporte de cargas e passageiros



da guerra do Paraguai, ocupam uma posição marginal na configuração da cidade de Cáceres.

## PRAÇA BARÃO DO RIO BRANCO



Fig. 16 – Marco do Juru – Praça Barão do Rio Branco

A praça Barão do Rio Branco é o principal espaço de entretenimento da cidade de Cáceres, no entorno é possível encontrar cinema, sorveteria, bares, restaurantes, boate, bancas de revista. Recursos para divertimento e superação do tédio contemporâneo. No largo central da praça encontra-se também uma reminiscência simbólica imperial, um monumento referencial para a questão da fronteira Brasil-Bolívia: o Marco do Juru. Pedra fundamental do estabelecimento das divisões territoriais de Portugal e Espanha, o obelisco datado de 1750 está erigido na porção de maior fluxo de pessoas da cidade. Observa-se assim, que este elemento da cultura material, proveniente da negociação metropolitana de dois impérios, mesmo após sua superação diplomática, continuasse a marcar e delimitar um território, agora marcado por uma nova cartografia, constituída de aspectos mais subjetivos: identidades, memórias, pertencimentos. Hoje, um ponto referencial àqueles que transitam.

---

com o trajeto Corumbá-Cáceres. Hoje, uma das principais ruas do centro comercial da cidade recebe o nome de José Dulce.

O movimento circular de carros que passam inúmeras vezes pelo mesmo ponto com o intuito de saber quem ali se encontra, atualiza uma tradição de *ixpiar*<sup>111</sup> quem tá na praça. Neste flunar pelo centro histórico de Cáceres, nas ruas próximas a praça, é observar uma cidade repleta de temporalidades inscritas nas edificações, monumentos, jardins e no trânsito confuso de charretes, automóveis, pedestres e bicicletas. A cidade é conhecida pelo número significativo deste meio de transporte em duas rodas, inúmeras são as placas no perímetro urbano que dão indício da grande presença de bicicletas no espaço citadino e alertam “bicicletas tem preferência sobre veículos”. Assim, a sinalização urbana se dá num diálogo de conscientização da bicicleta como meio expressivo da mobilidade urbana cacerense. No percurso, volta-se à praça.

O Cine Xin, localizado na Praça Barão do Rio Branco, é uma das opções de entretenimento que apresentam um aspecto quase em extinção na realidade brasileira, os cinemas de pequeno porte. Se no passado, as localidades do interior tinham na projeção de filmes um dos únicos tipos de entretenimento, as alterações no modo de consumo fílmico – pela popularização de videocassetes até o fim da década de 1990, depois com a tecnologia dos aparelhos de DVD e mais recentemente Blu-ray – tornaram o hábito de assistir filmes uma experiência mais da ordem do privado, promovendo o Canclini (2005) chama de “evasão do espaço público”.

De acordo com o autor, “em todos os países latino-americanos foram fechadas milhares de salas (...) Os cinemas se transformaram em lojas de videogames, templos evangélicos e estacionamentos (CANCLINI, 2004, p. 167). Sintomático de um novo momento que o consumo de cinema parece ter se concentrado em grandes centros urbanos com as salas multiplex, torna-se difícil encontrar salas de pequeno. Na programação do cinema de Cáceres, os títulos em cartaz revelam uma *delay* na distribuição nacional. Esse atraso se deve ao modo de distribuição dos rolos para os pequenos cinemas, torna-se necessário esperar de duas a três semanas para filmes lançados nacionalmente serem exibidos. O cinema de pequeno porte compra as cópias que saíram de cartaz nas salas dos grandes centros e estabelecem uma lógica comutativa com outros pequenos cinemas das regiões próximas. De uma relação de “compartilhamento” torna-se possível a resistência. Interessante observar também, que é na porta do cinema que os vendedores de CDs e DVDs piratas se estabelecem numa estratégia de vendas para contato direto com o público consumidor de filmes e música.

---

<sup>111</sup> Espiar, com sotaque da região.

Um restaurante de comida japonesa que serve além de pratos da culinária nipônica, diversos tipos de carnes grelhadas na chapa e pratos à base de jacaré, carne apreciada naquela região. A propósito, da mureta em frente à praça avista-se o rio Paraguai e inúmeros jacarés. A refeição exótica caminha diante dos olhos. E assim, o cardápio revela uma esquizofrenia alimentar que incorpora ao menu uma gama enorme de pratos para agradar aos paladares mais diversos.

Enquanto nos centros urbanos, praças são espaços de passagem localizado a meio caminho de um destino qualquer, nas cidades de interior as praças promovem o agenciamento de sociabilidades. Castelos infláveis-escorregadores, camas elásticas, vendedores de pipoca e algodão doce parecem construir um circo mínimo no perímetro da praça. O espírito romântico de bancos de praça tão caros às narrativas teledramatúrgicas de época encontram efetividade naquele lugar. Paralelo a isso, outras existências menos românticas, usuários de drogas rogam por trocados para saciedade do vício. Existências marginais, duras realidades que convivem com realidades fantásticas tão efêmeras quanto o castelo inflável “construído” no centro da praça.

A boate Bodega no entorno da praça tem programação de quinta a domingo com pop rock nacional, funk, sertanejo universitário e pagode. Cada um desses ritmos em um dia específico, evidenciando uma espécie de ecletismo musical ou tentativa de formação de distintos públicos. Carros estacionam na ao redor da praça que parece ter um pertencimento territorial definido. O “boliviano” é o responsável por “zelar” pelos veículos, com um “patrício” é possível perceber a procedência ainda que linguística do guardador de veículos. Ao menos naquele ponto, uma área imaginária é de propriedade estrangeira. “Distribuição geográfica” que reitera o tratado de Madri, o espaço de “propriedade” do boliviano é exatamente na face do Marco de Juruá corresponde ao domínio espanhol.

Enquanto fazia a observação da dinâmica da praça, um jovem se aproxima fazendo um número de mágica que compreende à suspensão de um copo que ele enche de uísque e continua flutuando no ar. Ao final da apresentação, pede em um sotaque castelhano fajuto uma colaboração, pergunto qual a procedência dele. Ele me responde: *sou brasileiro, mas eu não sei falar muito bem o português*. A presença de *hippies*<sup>112</sup> oriundos da Argentina e Chile parecem estabelecer até uma lógica

---

<sup>112</sup> Não se trata de praticantes do movimento contracultural e sim de uma designação (até pejorativa) utilizada para se referir a pessoas que flanam de uma cidade a outra e que realizam a venda de artesanato

uniformizadora para os artistas de rua. Ser estrangeiro nessa esfera parece conferir uma legitimidade maior à prática.

## RODOVIÁRIA



Fig. 17 – Rodoviária Central de Cáceres

Terminais rodoviários estabelecem a ligação de uma localidade com outras demais pra onde quer que se tenha propósito de ir. Além disso, é no entorno dessas localidades que se produz uma existência marginal. O caráter transitório estabelecido pelas viagens parece reverberar nas localidades próximas às rodoviárias, assim agenciam bêbados, prostitutas, andarilhos em hotéis baratos, bares e prostíbulos. A rodoviária “do centro” é a mais antiga da cidade e possui itinerários intermunicipais com cidades próximas à região que estabelecem Cáceres como a região de maior desenvolvimento da localidade.

Essa condição de marginalidade aos arredores da rodoviária já foi assunto de deliberação policial nos idos de 1960 com a habeas corpus preventivo expedido pela

---

ou apresentação de números de circo para o sustento diário. Muito comum na região de fronteira, pois estão a caminho ou retorno da Bolívia e Peru.

Comarca de Cáceres, proibindo a prática do *trottoir*<sup>113</sup>. Como espaço localizado de ações marginais encontra-se o Café Nice. Trata-se de um bar, único estabelecimento aberto 24 horas na cidade que funciona como espaço de encontro para negociação de programas sexuais e venda de drogas. O espaço plural é constituído de figuras infames ao discurso da cidade disciplinar: prostitutas, lésbicas, homossexuais, bêbados, michês ou ainda notívagos que buscam um local para tomar a “última cerveja” da noite.

Ainda é madrugada (5h30), do Café Nice é possível perceber a movimentação da rodoviária central. São as primeiras vans que partem com destino a Corixa, vilarejo, ponto-último do domínio territorial brasileiro a caminho de San Matías. Os microônibus que fazem o trajeto tem um reboque para transporte de carga. Os passageiros são habitantes da zona rural da cidade de Cáceres e principalmente bolivianos. Fogão, geladeira, máquina de lavar são alguns dos produtos que são levados pela “carrocinha” e indicam um fluxo comercial que parece privilegiar na realidade brasileira o consumo de eletrodomésticos por habitantes da Bolívia. Cáceres se estabelece como o polo aglutinador dos fluxos mercantis desta ordem de produtos. O percurso até Corixa leva quase 2h com paradas ao longo do caminho em comunidades rurais onde soma-se aos passageiros, galinhas, cachorros e gatos. A passagem custa R\$ 21 (vinte e um reais), ao chegar a Corixa é necessário contratar um taxi que custa em média R\$ 5 reais até a cidade de San Matías.

Na zona intersticial dos territórios brasileiro e boliviano, uma ação revela certo cuidado com o lugar de fronteira. Uma zona militar estabelece a guarnição da fronteira seca, além da Polícia Militar de Mato Grosso fazer revista nas bagagens de passageiros vindos da Bolívia. A inspeção é rigorosa, leva-se muito tempo e apenas dois policiais realizam o trabalho. A fila aumenta exponencialmente ao passo que o sol começa a tomar conta do céu. Nesse trâmite, descobre-se um sintoma intercultural de grandes proporções na relação Brasil-Bolívia. É o período de férias das universidades bolivianas.

A fila de espera é composta basicamente por estudantes brasileiros que vão para a Bolívia cursar Medicina. A razão dentre tantas é a inexistência de processo seletivo para ingresso e os valores pagos por estes estudos. Em média, um semestre letivo custa R\$ 2500 (dois mil e quinhentos reais). Provenientes de cidades como Cochabamba e

---

<sup>113</sup> Nomenclatura utilizada pelo document oficial, o *trottoir* estaria ligado a desejos sempre associados “à violência, depravação, bestialidade do sexo, gozo irrefreável dos corpos exalando cervejas e cigarros” (RAGO, 1990, p. 243)

Santa Cruz de La Sierra, o caminho de ônibus desde estas localidades até Corixa leva em média de 16 a 18h. As estradas sem asfalto conferem uma nuance cobre a todas as bagagens. Numa conversa com alguns dos alunos, observa a intercalação das duas línguas, tematizando através da língua, a verdadeira intersecção linguístico-cultural que é esse trânsito de fronteira.

Vida que vai e que vem, no sentido material. Os estudantes brasileiros carregam consigo grandes bagagens com a “mudança” toda. A cada retorno ao lar de origem em férias, demanda-se o transporte de todos os pertences. No diálogo com alguns deles, fica-se sabendo de alguns procedimentos burocráticos para estabelecimento em terras bolivianas. A concessão de vistos a estudantes se dá pelo pagamento de uma taxa de emissão, que a cada ano aumenta ao passo da procura de estudantes brasileiros pela Bolívia como destino de formação. Necessidade de monetarização estatal pelo fluxo migratório. Interessa saber como é vivência dos brasileiros em terras bolivianas, quando o propósito é a formação acadêmica. No que se refere aos hábitos alimentares, afirmam preparar seus próprios alimentos por temer às condições de higiene boliviana. Outra alternativa são as churrascarias brasileiras em Santa Cruz, que segundo os estudantes cobram cerca de R\$ 50 (cinquenta reais) por rodízio, valor exorbitante para a realidade boliviana.

No plano prático, os estudantes demonstram certo desânimo pela condição de estarem Medicina em território boliviano, afirmam ser uma estrutura mínima laboratorial e um descompasso em comparação com os cursos oferecidos no Brasil, mas reconhecem a impossibilidade de arcar com as despesas de um curso como este na realidade brasileira. Muitos tentam transferências para universidades públicas brasileiras, o que é deveras difícil. Os que lá se formam encontram dificuldades para reconhecimento do diploma no Brasil. Relatos desesperançoso na fronteira de brasileiros que estão de volta a seus lares.

Os estudantes, em questão, são de cidades do interior de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Goiás. Regiões relativamente próximas à Bolívia. Essas cidades apresentam um crescimento econômico relevante pela circulação monetária resultante de atividades agrícolas e de pecuária. Sintoma da emergência de uma classe economicamente ativa que reitera ainda um desejo colonial de ter filhos médicos, uma espécie de distintivo social, que muitas vezes só pode ser efetivado na realidade boliviana.

## ÚLTIMOS RELATOS

*Pensar a comunicação na América Latina  
é cada dia mais uma tarefa de  
envergadura antropológica.*

Jesús Martín-Barbero

### **Primeiro movimento: das práticas culturais à formação do espaço**

Ao tratar da configuração espacial contemporânea da América Latina, Jesús Martín-Barbero (2004) afirma que a cartografia do espaço latino-americano se movimenta de modo a redesenhar o mapa tanto de suas fronteiras quanto de suas identidades. Este trabalho buscou observar, a partir da interpretação etnográfica, esse processo de redesenho de fronteiras e práticas culturais nos espaços fronteiriços. O locus de investigação da pesquisa foi o espaço urbano das cidades de Brasileia (AC), Guajará-Mirim (RO) e Cáceres (MT), tendo como referências as práticas culturais, aqui pensadas como lugar de articulação de sentido, num alinhamento da cultura como ambiência da comunicação. Deste modo, essas práticas se referem aos processos interculturais ocorridos nas cidades da fronteira Brasil-Bolívia.

Conforme apresentado ao longo do trabalho, pode-se afirmar a tese de que a fronteira constitui-se de um espaço em que códigos e representações encontram-se constantemente em diálogo e tensão. Esses códigos e representações estão presentes nas localidades mais hodiernas do espaço urbano: na praça, no mercado municipal, no centro comercial, na rodoviária, nas casas noturnas; mas também se encontram nos discursos produzidos pelos meios de comunicação massivo: televisão, jornal, rádio. Assim, a experiência urbana de fronteira fornece um panorama dos modos de sociabilidade e subjetivação ocorridos no lugar em que se encontram circunscritos. Cada pedaço da fronteira se dá pelos fluxos de diversas ordens operados por habitantes e transeuntes do lugar, que trazem consigo além de objetos físicos, referências identitárias diversas. No trânsito intenso entre pessoas, mercadorias, estilos de vida e discursos, a fronteira toma contornos distintos e rompe da condição singular para uma referencialidade múltipla: fronteiras.

Nessa configuração, inúmeras são as determinantes que compõem a configuração de um espaço urbano de fronteira. Algumas destas determinantes são pensadas aqui a partir da ideia de fluxos globais propostas por Arjun Appadurai (2004). Para este autor, esses fluxos globais ocorrem num momento em que pessoas, moedas, ideias e imagens circulam vertiginosamente numa velocidade, escala e volume nunca antes experienciado na história da humanidade. Portanto, é preciso pensar nas consequências deste processo que se apresenta como um fenômeno global e que afeta diretamente a configuração local dos espaços.

Outro aspecto determinante na configuração do espaço de fronteira é a questão geográfica, bem como o modo de articulação que cada cidade brasileira se liga à cidade boliviana. Como vimos neste trabalho, dos distintos modos de articulação, bem como a distância que uma cidade tem da outra faz com que a intensidade destas trocas simbólicas seja maior ou menor, ou para não falarmos em termos quantitativos, seja mais ou menos intensa. Separadas por uma fronteira natural, Guajará-Mirim e Brasileia são contíguas às cidades-irmãs bolivianas, o que promove uma intensidade maior de fluxos entre essas cidades. Esse ir e vir constante de boa parte da população ao “outro lado” evidencia um nível de conexão maior entre essas cidades e a Bolívia. Diferentemente de Cáceres, que encontra-se a 70 quilômetros de sua vizinha, San Matías, dificultando assim essa troca constante de fluxos com a Bolívia. Esses aspectos de ordem geográfica se apresentam como determinantes da relação de um lado e outro e circunscrevem a cidade como um lugar onde as relações interculturais se dão.

Desde os primórdios da sistemática comunicacional, com a Escola de Chicago, a cidade sempre foi pensada como um laboratório social de observação das dinâmicas sociais. Essa tradição de estudos buscava analisar a função assimiladora da cultura dos imigrantes na localidade de Chicago através dos conteúdos informativos dos jornais locais. Num movimento análogo, mas se valendo da etnografia, este trabalho buscou observar como se processam as relações entre indivíduos de distintas culturas, etnias e nacionalidades justapostos em um mesmo espaço, a fronteira. Este espaço que carrega uma função ambivalente de limite e passagem. Limite para os interesses da segurança nacional e passagem para a dinâmica atual globalizadora que permite a circulação de bens e pessoas. As consequências desta circulação muitas vezes fogem do controle e geram fenômenos que caracterizam as particularidades dos espaços em que ocorrem. Aqui, a cidade é o anteparo destes fenômenos, conforme sugere Nízia Villaça (*apud*



HERSCHMANN & FREIRE FILHO, 2005) “falar sobre a cidade é procurar as palavras pra nomear novos referentes”, gerando uma crise terminológica.

Assim, nas palavras de Canclini (2005):

O sentido da cidade se constitui no que a cidade dá e no que não dá, no que os sujeitos podem fazer com sua vida em meio às determinações do hábitat e no que imaginam sobre si e sobre os outros para suturar as falhas, as faltas, os desenganos com que as estruturas e interações urbanas respondem a suas necessidades e desejos (CANCLINI, 2005, p. 90)

Ao observar os fenômenos ocorridos nas cidades de fronteira, o que se buscou fazer foi descrever ao modo geertziano essas experiências fronteiriças. Muitas vezes inomináveis, mas reflexo de um momento em que além de uma crise terminológica, há também uma crise metodológica para compreensão desses fenômenos. Há casos em que a descrição densa de que fala Geertz (2008) parece insuficiente para realizar a operação científica da cidade. E na fronteira então, onde muito do que ocorre reitera o imaginário difundido do local, a partir de ilícitos, saber o que de fato ocorre é tarefa árdua. Assim, não de uma captação direta de dados, mas sim de pistas é que as interpretações acerca da cidades de fronteira também foram produzidas.

Em consonância com a visão de Turner (1893), a fronteira como lugar selvagem, na passagem do século XIX para o XX, conserva esse caráter de periculosidade, sobretudo na forja da captação de dados para este trabalho. Como em uma das travessias para a cidade de Guayaramerín, em que eu portando uma câmera fotográfica fui abordado por *carabineros* e submetido a um interrogatório numa base da Armada Boliviana. Depois de horas de espera, não convencidos da minha argumentativa, mesmo apresentando uma carteira de identificação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO-UFRJ), pediram propina para minha liberação e do equipamento, sob pena de detenção. O risco parece ter sido uma das tônicas na condução da segunda parte deste trabalho, mas qual é o conhecimento que é produzido na zona de conforto?

Além de perigoso, o espaço fronteiriço se apresenta muito prolífico na questão cultural. É uma zona de convergência de diversas matrizes culturais, algumas perenes, outras transitórias. Para compreender a temporalidade destas matrizes precisou-se recorrer aos relatos historiográficos contidos no terceiro capítulo desta tese. A fronteira em questão sempre foi arena de embate entre os interesses nacionais de Brasil e Bolívia.

Pouco se fala deste lugar, pouco se sabe deste lugar, mas os movimentos políticos ocorridos nesta fronteira foram determinantes para a configuração atual do território brasileiro. E nesse processo de (re)definição territorial, o elemento humano acompanhou os movimentos de alteração espacial. Entre índios das etnias Nhambiquaras, Chiquitos, Moxos e Txapauara, entre negros cabindas e benguelas, entre sírios, libaneses, italianos, alemães, ianques, belgas e egípcios. Foi assim que a fronteira Brasil-Bolívia se configurou. Sintoma de interculturalidade quando o termo sequer havia sido cunhado para tratar das relações interindividuais de distintas matrizes étnicas e nacionais, mas que reverberam na construção das práticas culturais do contemporâneo.

Se antes as diferenças entre os povos se dava na deflagração de conflitos armados, hoje as diferenças na fronteira ou são ocultadas discursivamente ou se revelam tão brutais quanto no passado pelos periódicos locais. A execução sumária de dois brasileiros presos na cidade de San Matías, noticiada por diversos jornais locais<sup>114</sup>, revela que a convivência na fronteira nem sempre está baseada na cordialidade. Conforme sustenta Claude Raffestin (2005), a fronteira nasce da diferença, ora, “onde a diferença se faz ausente, é que há ameaça de violência, pois não é a diferença, e sim a sua perda que causa a confusão para a violência”. Ainda sobre a diferença a construção identitária, ElHajji (2006) propõe ser “o desejo de diferenciação das comunidades humanas é, com certeza, inerente a seus próprios processos de auto-organização e de afirmação enquanto entidades coesas e coerentes”. De diferenças desmanteladas é que se constroem as identidades no espaço latino-americano.

A fronteira é um anteparo para negociação das alteridades identitárias ali contidas. Em um outro momento, a fronteira era um espaço a ser ocupado, carente de povoamento, preche de potencialidades que atendiam aos interesses do Estado moderno. Hoje, a fronteira se efetiva não mais como um lugar onde há muito o que se fazer, a fronteira já se constitui a partir de núcleos urbanos, as cidades de fronteira. E é nessas cidades, atravessadas por fluxos globais procedentes da China e demais polos de produção industrial, que se encontra um sólo fértil de investigação tanto para geógrafos, sociólogos, antropólogos e comunicólogos. Conceitos-chave como identidade, cultura, nação, povo encontram-se em constante diálogo com a dispersão mundial dos processos

---

<sup>114</sup> O caso teve repercussão nacional por ter sido efetuado por um grupo de moradores da cidade de San Matías que invadiram a delegacia e retiraram os presos brasileiros e queimaram-os vivo ao lado da delegacia. *Brasileiros são espancados e queimados vivos na Bolívia*. O Estadão. 16 de agosto de 2012. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,brasileiros-sao-espancados-e-queimados-vivos-na-bolivia-,917169,0.htm>. Acesso em: 20 de abril de 2013.

produtivos, e também acompanhadas de um desenvolvimento dos recursos informativos orientados a uma integração transnacional. Proposta integradora que dificilmente se efetiva.

Mais do que nunca, a fronteira hoje é o lugar para onde tende a se concentrar o fluxo de crescimento tanto de Brasil, quanto da Bolívia. É o espaço que esteve por algum tempo configurado como um vazio demográfico. Neste sentido, inúmeras das ações governamentais propõem a ocupação deste espaço, caro aos interesses da soberania do espaço nacional. Construção de usinas hidrelétricas, estabelecimento de zonas francas comerciais e industriais, propostas de ligação transoceânica entre os países. São projetos que visam o repovoamento do espaço fronteiriço, mas as cidades ali já estabelecidas – desde o início do século XX, ou até antes disso, como é o caso de Cáceres –, apresentam uma configuração citadina própria e tende a se reconfigurar a partir dessas novas ações de ocupação do espaço de fronteira, produtora de processos interculturais.

É no âmbito das práticas cotidianas que a interculturalidade se mostra mais evidente. É um processo de construção subjetiva que parece não introjetar essa ideia de um “lá” e um “cá”. Trata-se de um jogo de negociação entre aquilo que o eu e outro oferecem de melhor para promoção de uma assimilação cultural mútua. Ao longo deste estudo, observou-se que é em uma das necessidades mais vitais ao homem que as relações muitas vezes conflituosas se dissolvem. É na alimentação, na comida, que tantos os “daqui”, os “de lá”, os de “afora” celebram uma espécie de integração intercultural. Não há limites para o gosto culinário. São inúmeros os restaurantes brasileiros na Bolívia, os quitutes e pratos bolivianos que pululam entre as feiras livres brasileiras. Evidências de que nos aspectos mais hodiernos, a relação entre os indivíduos da fronteira promovem intensa troca simbólica e afetam-se mutuamente na produção do gosto, em sentido estrito da palavra.

É também, nessa relação direta com o país vizinho que necessidades mais prementes se apresentam como instâncias de mediação cooperativa. A partir de interesses e dificuldades comuns, laços de solidariedade se efetivam. É o que sugere Canclini (2000), ao dizer que as mazelas comuns promovem uma unificação, e não de fato, uma união. Durante a produção deste trabalho, uma ação binacional foi iniciada com a composição do Comitê de Integração Fronteiriça<sup>115</sup>, com a finalidade de discutir

---

<sup>115</sup> O Comitê de Integração Fronteiriça tem como finalidade promover discussões acerca das problemáticas da região de fronteira nas cidades de Corumbá/Puerto Suárez, Cáceres/San Matías,

questões referentes à segurança, migração, integração econômica, questões aduaneiras, saúde, educação e turismo. No discurso das autoridades parece haver a consciência acerca das grandes problemáticas existentes na região de fronteira, em especial no que se refere ao narcotráfico, contrabando e roubo de veículos. Porém, há também o diagnóstico da deficiência de operacionalizar ações preventivas destas atividades ilícitas junto à região de fronteira.

Assim, as cidades de fronteira são uma espécie de espaço permeável, de tensão ou acumulação, estabelecidas em zonas isoladas e afastadas dos centros dinâmicos nacionais, com escasso e desigual desenvolvimento econômico (em relação ao país), e que por estarem próximas de áreas de países vizinhos de conformação humana e geográfica semelhantes, buscam numa proposta de cooperação, alternativas para minimizar as consequências deste “deslocamento geográfico”. Podemos afirmar assim que as cidades fronteiriças assumem uma função ambivalente de zona periférica, por estarem distantes dos centros de decisão política; mas também um lugar privilegiado na elaboração de políticas que visam a integração nacional.

É um binarismo expresso num “longe-perto” que ordena e molda as práticas de sentido destas localidades. Longe das regiões de maior índice populacional e desenvolvimento econômico, perto das margens que delimitam o pertencimento nacional. A experiência de fronteira parece evidenciar que a ideia de fronteira é algo externo à realidade cotidiana. Nos casos em que há uma proximidade maior entre as áreas conurbadas entre Brasil e Bolívia, ir e vir é um movimento banal que dissolve a proposição geopolítica, delimitadora dos territórios nacionais. No geral, o que há é uma delimitação simbólica deste espaço seja por meio dos destacamentos militares de fronteira, a exposição de bandeiras (símbolos pátrios por excelência). Na prática, as necessidades reais geram táticas (CERTEAU, 2005) de convivência de ambos lados.

A questão do bilinguismo, cara aos estudos linguísticos, encontra-se presente nas negociações comerciais entre brasileiros e bolivianos nas cidades de Cobija e Guayaramerín de um modo espontâneo. É possível perceber que as relações corriqueiras de contatos linguísticos fazem parte da história desta fronteira e que hospeda, alternadamente, discursos de aproximação e de afastamento, dependendo do momento e dos interesses pessoais. Pode-se pensar que os contatos linguísticos nessa zona fronteiriça se construíram no embate dos sujeitos, e as aproximações foram

---

Guajará-Mirim/Guayaramerín e Brasileia/Cobija. Serão realizadas reuniões periódicas, a primeira realizou-se no dia 25 de abril de 2013, na cidade de Cáceres, reunião em estive presente.

potencializadas e vivificadas com os saberes do cotidiano, aliados às suas próprias necessidades. A fronteira se abre para uma modulação dialógica de diversos códigos linguísticos e discursos distintos de acordo com os anseios dos que nela transitam na produção de pedaço do grande espaço latino-americano.

Uma vez mais recorro à proposição metodológica de Néstor Garcia Canclini (2000) ao dizer que latino-americano não é uma essência e mais do que uma identidade, é uma tarefa, portanto construída dia-a-dia a partir das distintas referências e influências que atravessam a realidade da América Latina. Assim, investigar a conformação das cidades de fronteira é observar o modo como esta “tarefa” tem sido executada. Mais do que proposições generalistas acerca da experiência fronteiriça, essa investigação faz uma interpretação de determinado espaço e tempo do espaço latino-americano que é produto do diálogo com práticas muitas vezes incompatíveis. Pensar a configuração do espaço urbano da cidade de Brasileia, por exemplo, em que o governo do Acre disponibiliza internet gratuita à população da cidade a partir de *totens* no parque central da cidade, com jovens ociosos usufruindo dessa benesse do Estado. É uma democratização informacional deficitária. É o que o mesmo Canclini (2000) afirma:

A escassa disposição para compreensões artísticas e intelectuais, algo que leva décadas para se formar, bem como a perda de instrumentos conceituais resultante da evasão escolar e da carência de estímulos culturais complexos e duradouros, não se resolvem instalando computadores em algumas milhares de escolas e alardeando os efeitos mágicos da Internet nas demais. Lufadas de globalização não podem compensar políticas tecnocraticamente elitistas, e por isso, no final das contas, provincianas. (CANCLINI, 2000, p. 69)

Sob a égide da inclusão digital, indivíduos são lançados de uma alfabetização precária para os domínios do ciberespaço, onde reproduzem a formação deficitária do processo educacional, mas ainda assim estabelecem uma conexão com o restante do mundo. Mas essa conexão, que aqui se dá virtualmente, já se materializa nas cidades bolivianas que comportam zonas francas. São cidades que recebem produtos vindos de várias partes do mundo e disponibilizam a consumidores ávidos pelas novidades tecnológicas. Assim, é debaixo de um arbusto qualquer que o cidadão de fronteira pode experimentar a conectividade com o restante do mundo. O suporte é adquirido a preços acessíveis na vizinha Bolívia, o Estado provê a ligação em rede, no sentido estrito, e assim a noção de localismo se vê atravessada por fluxos globais. A espacialidade se vê reconfigurada:

O que as redes, põem, então em circulação, são, ao mesmo tempo, fluxos de informação e movimentos de integração à globalidade tecnoeconômica, a produção de um novo tipo de espaço reticulado que debilita as fronteiras do nacional e local ao mesmo tempo em que converte esses territórios em pontos de acesso e transmissão, de ativação e transformação do sentido de comunicar. (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 69)

Nesse panorama, tentar produzir um relato coerente do processo se faz uma atividade demasiado complexa. Nestas localidades, práticas de sentido que se referem aos sujeitos encontram-se num esquizofrênico constitutivo que circula entre a ideia de identidade nacional ligada aos aspectos étnicos e patrimoniais – as narrativas originárias – e um certo pragmatismo que insere esses espaços num processo de globalização econômica e tecnológica. Por sua vez, a globalização parece diminuir a importância do território provocando uma relativa perda do caráter tradicional da identidade. Mas paradoxalmente, as culturas locais e regionais tendem a promover uma exaltação e encontram nos dispositivos tecnológicos um modo de afirmação identitária e visibilidade midiática. É possível perceber esse movimento junto às interpretações deste trabalho quando da realização do festival folclórico Duelo na Fronteira, na cidade de Guajará-Mirim.

Os folguedos populares, ora defendido por folcloristas, como depositários do nacional por se fundamentarem em práticas autóctones hoje flertam com modos de produção pertencentes à dinâmica da indústria cultural. Há uma tecnicização das práticas populares. Numa revisão das palavras de um comunicador popular da televisão brasileira: “quem não se atualiza, se estrumbica”.

Ainda tratando de identidade e da cidade de Guajará-Mirim, a experiência etnográfica junto à Mansão do Forró se revelou mais uma empreitada de compreensão dos padrões culturais e formas de consumo nas cidades de fronteira. A precariedade do espaço na forma de estruturação se mostrou uma espécie de espaço contestatório de padronização de espaços de sociabilidade noturna. Não há outro espaço semelhante, é na precariedade que se produz a diferença. O cantor Pablo que apresentava características fenotípicas próprias da realidade andina, portanto supostamente boliviano, afirmava-se insistentemente brasileiro. Assim conforme sustenta Nízia Villaça (2010), “a identidade é uma questão de performatividade, com proposições que atribuem no próprio ato linguístico descritivo uma qualificação positiva ou negativa que

depende da recorrência, de sua repetição, de sua citacionalidade”. Assim, o que é ser brasileiro ou ser boliviano naquele espaço intersticial? Difícil responder, mas o que se coloca em jogo é exatamente a imagem que se produz e reproduz acerca dos indivíduos de ambos os lados da fronteira.

Este trabalho também evidenciou que quanto mais “times” estiverem “jogando”, maior será o grau de dificuldade de interação e compreensão dos processos culturais decorrentes do processo intercultural. Quando em Brasileia, “a cidade que virou Haiti”, imigrantes que apresentam uma experiência pregressa de sofrimento e perdas, encontram-se em solo brasileiro na busca de outros horizontes e deparam-se com uma situação paradoxal de acolhimento e rejeição. Enquanto no discurso governamental existe um esforço de incorporação da leva de imigrantes haitianos à realidade brasileira, na cidade que se tornou o portal de imigração, a população estigmatiza a presença desses indivíduos. Assim, aquela alteridade nacional parece ser um estorvo à experiência da cidade, pois ressignificam inúmeros espaços citadinos. O parque concentra um grande número de imigrantes, a rodoviária da cidade é o ponto de redistribuição dessa comunidade ao restante do Brasil. Assim, a paisagem urbana de Brasileia se vê modificada, é preciso um reaparelhamento dos órgãos governamentais para dar conta do novo contingente populacional.

Trocas simbólicas são efetuadas, fico sabendo de um estilo musical característico do Haiti denominado *kompas*. Influência caribenha de sons que toma contornos de música romântica e embalam as tarde modorrentas no alojamento de imigrantes, em que pouco se tem a fazer a não ser esperar. A presença religiosa neopentecostal é explícita pelo número de evangelizadores brasileiros num processo de difusão ideológica cristã. Ao final da tarde, cultos são celebrados em português em meio a placas escritas em *crèòle* que disciplinam a vida naquela moradia transitória.

E é de trânsitos que esse espaço fronteiriço se constitui. De pessoas, mercadorias, dinheiro, ideologias. Alguns de ordem lícita, muitos outros fora da legalidade. A cidade de fronteira é uma sinédoque da multiplicidade do espaço latino-americano. É um pedaço de terra e gentes que funciona de modo tão particular de caso a caso que inviabiliza a proposição de um relato coerente e totalizante, como propõe o pensamento moderno. Incoerências, descontinuidades, diferenças são as palavras que melhor expressam a constituição deste espaço diverso.

Espaço este que busca sempre apesar da hipótese homogeneizadora da globalização, uma apropriação calcada em características locais para estabelecimento de

seus pertencimentos. Provocando, de certa forma, um rearranjo nas fronteiras, não vindo necessariamente de fora, sob o signo da invasão, mas de dentro, por meio de uma “lenta erosão que traz à tona a arbitrária artificialidade de demarcações que foram perdendo a capacidade de fazer-nos sentir juntos” (MARTÍN-BARBERO, 2004: 298).

Conforme Nízia Villaça (2010) ao tratar de seus *heróis do contemporâneo* cita George Yúdice (2004) que postula haver um crescimento tanto para os países hegemônicos quanto para os periféricos, a importância da diversidade cultural e o proveito que esses últimos podem tirar das estratégias que o livre comércio confere à moeda da alteridade. “Trata-se, a rigor, de uma excelente expressão da nova divisão internacional do trabalho cultural: o apelo à diferença local dentro dos circuitos globais” (YÚDICE, 2004, p. 327). Assim, sob o signo da diferença e da multiplicidade de referências culturais, políticas, econômicas e estéticas é que o espaço latino-americano tem se constituído, dialogando práticas de sociabilidade arcaica com fenômenos contemporâneos operados pela mediação tecnológica dos meios.

### **Segundo movimento: do espaço ao pensamento latino-americano**

O espaço latino-americano, produto de reiteradas ocupações ao longo dos últimos cinco séculos, apresenta na sua conformação atual um grande nível de conexão com outras partes do globo terrestre, premissa da globalização. Sob a égide do capitalismo, a lógica integradora dos mercados internacionais incluem no mapa de distribuição de bens de consumo todo o espectro global. A América Latina que ao longo do século XX experienciou além das ditaduras, processos de redemocratização e buscou uma afirmatividade frente às ocupações do passado, reivindicou (e ainda reivindica) além de uma posição equivalente junto aos mercados globais, um lugar de fala no discurso científico.

Deste modo, num movimento duplo, além de apresentar as particularidades das cidades de fronteira, este trabalho pretendeu desenvolver uma observação sistemática contributiva para a composição deste lugar social e epistêmico (GROSFOGUEL, 2009) do discurso científico em comunicação na América Latina, a partir da exploração das experiências da sociabilidade e práticas culturais contidas nos processos comunicativos. A reivindicação por uma legitimidade discursiva do conjunto de pesquisas que se voltem para a observação sistemática dos processos culturais da América Latina é



anseio dos pesquisadores latino-americanos desde a década de 1960, conforme apresentado em um dos capítulos deste trabalho. O espaço latino-americano se apresenta como um campo prolífico de análises em comunicação, a partir de ideia de comunicação como cultura.

Atravessadas por uma série de processos interculturais e pela emergência de novos sujeitos sociais e processos identitários, as práticas comunicacionais, bem como a Comunicação estabelece-se como um local estratégico de onde se pode refletir sobre os modos de funcionamento destas sociedades entre o imperativo de uma modernização e condições adversas ao desenvolvimento pleno. Pode-se observar também no objeto analisado ao longo deste trabalho, as cidades de fronteira, esse caráter estratégico para se pensar as transformações da cultura. Assim, reflexão epistêmica e objeto se alinham por um caráter de lugar de onde se pretende falar acerca de si. Conforme sugere a passagem dos estudos dos meios para o campo da recepção, que atribuiu à América Latina um local privilegiado nas pesquisas de interface entre comunicação, cultura e economia política.

Deste modo, pensar as articulações entre as práticas de comunicação e fenômenos culturais resultantes das diferentes temporalidades e pluralidade de matrizes culturais existentes na América Latina, em especial nos espaços fronteiriços, é promover uma reflexão ontológica da constituição deste tropo que é a fronteira, bem como os espaços fronteiriços.

A utilidade do conceito da fronteira e dos espaços fronteiriços serve para mapear analiticamente a complexa heterogeneidade dinâmica que constitui as múltiplas zonas de contato (trans)fronteiriças que dividem e unem as nações, as culturas e os povos das Américas na interação do local e global. Em termos da interação cultural, as fronteiras são linhas e espaços onde tendências contraditórias se complementam. Como linhas divisoras da diferenciação cultural, espacial e temporal, as fronteiras distanciam o interno da alteridade externa, e como entre-espaços compartilhados, promovem uma ligação. As fronteiras geográficas e epistemológicas que ligam e separam as culturas nas Américas criam espaços diferentes entre os diversos discursos e textos, um tipo de condição *mezzo*, útil para examinar não somente o fluxo das pessoas de um ponto para outro mas principalmente o efeito deste movimento em termos da formação de subjetividade e identidade – aspectos caros aos estudos dos estudos culturais na América Latina

Martín-Barbero (2004) ao revisar a constituição do pensamento comunicacional na América Latina trata da rumo que estas pesquisas tem tomado e apresenta uma perspectiva comparativa com outras realidades:

Como as pesquisas de ponta na Europa e Estados Unidos, também as latino-americanas apresentam uma convergência a cada dia maior com os estudos culturais em sua capacidade de analisar as indústrias comunicacionais e culturais como matriz de desorganização e reorganização da experiência social no cruzamento das territorializações que acarretam a globalização e as migrações com a fragmentação e as realocalizações urbanas (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 222)

É nessa trama de ressignificações que o pensamento latino-americano tem se produzido. Desde o paradigma informacional/instrumental até a crítica ideológica dos meios, foi pela senda das alterações sociais ocorridas nas sociedades latino-americanas, proposta pelo lógica moderna do espaço urbano, que se construiu uma reflexão sistemática dos usos comunicacionais na América Latina. Agora, mais do que nunca, além da preocupação com os usos destes meios, as consequências se tornam o objeto de investigação para formulação de hipóteses acerca da realidade latino-americana. Conhecimento não-totalizante, em compasso com a ciência contemporânea que não se propõe mais a ser operada numa lógica capaz de formular teorias aplicáveis à toda realidade. É um conhecimento produzido a partir de uma localidade que trata daquela localidade em específico. Problemas comuns, mas táticas diferentes para tentativa de solução e necessidade de uma polifonia científica para dar cabo de certos fenômenos.

O recurso metodológico que se vale de diversos campos do conhecimento, a interdisciplinaridade, aqui agenciou narrativas historiográficas numa relação com aspectos de ordem geográfica, bem como a observação etnográfica cara aos estudos antropológicos, evidenciando a como a necessidade de se convocar uma série de discursos científicos para tentar produzir um relato acerca dos fenômenos culturais da América Latina. E ainda assim, correr o risco de não ser suficiente.

Canclini em sua obra que trata dos processos interculturais sobre a perspectiva de inclusão, diferença e conexão faz uma observação sobre a constituição do pensamento latino-americano a partir dessa diversidade de matrizes de conhecimento:

Não podemos encerrar o balanço destas contribuições ontológicas, geográficas e antropológicas para a contribuição da América Latina sem aludir à variedade de investigações antropológicas e históricas, de

estudos culturais e comunicacionais que nos últimos anos buscam traçar linhas de inteligibilidade entre as dobras e os momentos do cadáver delicado<sup>116</sup>. Os estudos mais produtivos não pretendem responder a perguntas sobre identidades latino-americanas ou compreender as alianças interculturais que chamamos de Caribe ou área andina (...) Compreender como tropeçamos nas fronteiras e cruzamos, com quais estratégias narrativas e midiáticas se configuram os relatos do latino-americano. (CANCLINI, 2005, p. 171-172)

Assim, num esforço epistemológico, este relato buscou observar junto à realidade fronteira elementos e experiências que fossem capazes de fornecer um panorama deste espaço circunscrito na América Latina. Composto, produzido e operado a partir de uma multiplicidade de referências que dificultam a construção de uma teoria propriamente dita. Se há algo a ser conclusivo é a operação científica, não os resultados provenientes desta. Os relatos interpretativos acerca do espaço foram construídos em paralelo ao uso de imagens fotográficas por se pensar essa investigação a partir de *instantes* fotográficos.

Talvez, hoje, estes mesmos espaços já não se apresentem mais como do modo como aqui foram narrados. A escrita científica apresenta um descompasso entre o que se observa e o modo como se descreve. A narrativa científica atrasada em relação aos fenômenos. Mas a virtude dessas operações revela-se pela captação de um espaço, num determinado tempo. Vetores do pensamento moderno que se apresenta insuficiente para compreensão das complexas relações entre indivíduos e espaços.

No passado, conforme sugere Turner, a fronteira se constituía deste lugar que fazia frente ao processo colonizatório, ao passo que se “conquistava” o território, perdia-se alguns de seus referenciais identitários. A identidade já não é mais um relato coerente, porque a narrativa científica de um espaço que promove tanta negociação identitária e de outras ordens haveria de ser? Hoje, a fronteira celebra esse lugar de zona de convergência de fluxos de diversas ordens, promotores de processos interculturais muitas vezes inomináveis e resultantes do processo de circulação internacional de bens e pessoas. Pela ordem do movimento, retorno aos primeiros escritos deste trabalho e concluo que há, de fato, demasiadas fronteiras; e que conforme afirma Eduardo Galeano além das veias, as fronteiras da América Latina continuam abertas... e em constante movimento.

---

<sup>116</sup> Referência a um jogo literário surrealista que compõe uma frase a partir de recortes, feita por Manuel Gutierrez Estévez originando a frase: “o cadáver delicado/ beberá/o vinho novo”. O autor analogiza essa experiência de criação ao modo de construção das identidades na América Latina: um enorme texto inacabado e cheio de dobras.

## BIBLIOGRAFIA

ABÉLÈS, Marc. *Préface*. In: APPADURAI, Arjun. *Après le colonialisme. Les conséquences culturelles de la globalisation*. Tradução do inglês: François Bouillot. Paris: Payot, 1996.

APPADURAI, Arjun. *Après le colonialisme. Les conséquences culturelles de la globalisation*. Tradução do inglês: François Bouillot. Paris: Payot, 1996.

APPADURAI, Arjun. *Dimensões culturais da globalização*. Lisboa, Editorial Teorema, 2004.

ARAVENA, Francisco Rojas. *Violencia en América Latina: la inequidad, el crimen organizado y la debilidad estatal inhiben el desarrollo humano*. In: ÁLVARES-MARIN, Andrea e ARAVENA, Francisco Rojas. *América Latina y el Caribe: Globalización y conocimiento. Repensar las Ciencias Sociales*. Montevideo: Oficina UNESCO, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. *O mal estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

\_\_\_\_\_. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BELTRÁN, Luis Ramiro & CARDONA, Elizabeth Fox. *Comunicação dominada: os Estados Unidos e os meios de comunicação na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982

BELTRÃO, Luiz. *Folkcomunicação: teoria e metodologia*. São Bernardo do Campo: UMESP, 2004.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo/ Porto Alegre: EdUSP/Zouk, 2008.

\_\_\_\_\_. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005. 6 ed.

\_\_\_\_\_. *The field of cultural production*. Columbia: Press University, 1993.

BRANDÃO, Ludmila. *A casa subjetiva*. São Paulo/Cuiabá: Perspectiva, SEC/MT, 2002.

\_\_\_\_\_. *Circuitos subalternos de consumo: sobre cópias baratas, falsificações e quinilharias*. Comunicação, Mídia e Consumo. São Paulo: ESPM. Vol. 4, n. 10, pp. 89-109, jul. 2007

\_\_\_\_\_. *Fazenda mundial de formigas: para pensar mobilidades, fronteiras e cidades*. Congresso Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais e Humanidades. Niterói. 2012.

BRIGGS, Asa; & BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

BRUIT, Hector. *A Invenção da América Latina*. Anais eletrônicos do V Encontro da ANPHLAC. Belo Horizonte 2000.

CANCLINI, Néstor García. *La globalización imaginada*. Buenos Aires: Paidós Argentina, 2000.

\_\_\_\_\_. *Diferentes, desiguais e desconectados*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

\_\_\_\_\_. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EdUSP, 2008.

CANEVACCI, Massimo. *Sincretismos: uma exploração das hibridações culturais*. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

CANOVA, Loica. *Antônio Rolim de Moura e as representações da paisagem no interior da colônia portuguesa na América (1751-1764)*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

CAREY, James. *Communication as culture: essays on media and society*. New York: Routledge, 1989. 2 ed.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano. Vol 1. Artes de fazer*. Petrópolis; Editora Vozes, 2005. 11 edição.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano. Vol 2. Morar, cozinhar*. Petrópolis; Editora Vozes, 2005. 6 edição.

DE LA TORRE, Alberto E. M. G. *Teorias da comunicação na América Latina: enfoques, encontros e apropriações da obra de Verón*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 1996.

DIRLIK, Arif. *A aura pós-colonial na era do capitalismo global*. In: *Novos Estudos Cebrap*, no. 49, p. 7-32, 1997.

DOMINGUES, José Maurício & MANEIRO, Maria. (orgs.). *América Latina hoje: conceitos e interpretações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

DURAND, Gilbert. *A imaginação simbólica*. São Paulo: Cultrix, 1988.

ELHAJJI, Mohammed. *Organização Espacial e Resistência Cultural: “Saara”, um acampamento étnico no coração do Rio de Janeiro*. In, Semiosfera, 2003.

\_\_\_\_\_. *Comunicação, Cultura e Conflitos: Uma Abordagem Conceitual*. In: Paiva, Raquel; Barbalho, Alexandre. (Org.). *Comunicação e Cultura das Minorias*. São Paulo: Paulus, 2005.

\_\_\_\_\_. *Rio de Janeiro/Montreal: conexões transnacionais/ ruídos interculturais*. In: Denise Cogo, Mohammed ElHajji & Amparo Huertas (eds). *Diásporas, migrações, tecnologias da comunicação e identidades transnacionais*. Bellaterra : Institut de la Comunicació, Universitat Autònoma de Barcelona, 2012

FEATHERSTONE, Mike. *Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999. 3 ed.

FERES JÚNIOR., João. *O conceito de “Latin America” nos Estados Unidos*. Bauru: EDUSC, 2005.

FIORI, José Luis. *O poder global e a nova geopolítica das nações*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007

FLEURI, Reinaldo. *Intercultura e educação*. In: *Revista Brasileira de Educação*. Maio/Jun/Jul/Ago, n. 23, p. 16-35, 2003.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008. 13 ed.

GRIMSON, Alejandro. *Relatos de la diferencia y la igualdad – Los bolivianos em Buenos Aires*. Buenos Aires: Eudeba/Felafacs, 1999.

\_\_\_\_\_. *La nación en sus límites: contrabandistas y exiliados en la frontera Argentina-Brasil*. Barcelona: Gedisa, 2003

GROSFOGUEL, Ramón. *Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global*. In: Revista Periferia. Vol. 1. N. 2, 2009.

GUSHIKEN, Yuji. *Noite-máquinas: comunicação e subjetividade em festas rave*. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

\_\_\_\_\_. *Dialogismo: Emergência do Pensamento Latino-Americano em Comunicação*. Rio de Janeiro: Intercom, 2005.

HAESBAERT, Rogério. *Identidades territoriais*. IN: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

HALL, Stuart . *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2006.

HANNERZ, Ulf. *Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional*. Revista Mana 3 (1): 7-39, 1997.

HOLLANDA, Heloísa Buarque & RESENDE, Beatriz. (orgs.). *Arte latina: cultura, globalização e identidades*. Rio de Janeiro, 2000.

HOLLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e fronteiras*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

HOLLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 26 ed.

IANNI, Octavio. *Enigmas do pensamento latino-americano*. São Paulo: IEA/USP, 2006.

JAMESON, Fredric. *A virada cultural: reflexões sobre o pós-moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

KUHN, Thomas. *Estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1978

LATOUCHE, Serge. *A ocidentalização do mundo: ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária*. Petrópolis: Editora Vozes, 1996. 2 ed.

LYOTARD, Jean-François. *The postmodern condition: a report on knowledge*. Minnessota: Minnessota Press, 1984.

MACHADO, Lia Osório. *Limites, fronteiras e redes*. In: Strohaecker [et all]. *Fronteiras e Espaço Global*, Porto Alegre: AGB, p.41-49, 1998.

\_\_\_\_\_. *Cidades na fronteira internacional: conceitos e tipologia*. In: Angel Nuñez; Maria Padoin; Tito Carlos M.de Oliveira. (Org.). *Dilemas e Diálogos Latinos*:

*Fronteiras*. Dourados, Mato Grosso do Sul: Editora da Universidade Federal de Grande Dourados, 2010.

MALERBA, Jurandir. *A história na América Latina: ensaio de crítica historiográfica*. Rio de Janeiro: FGV, 2009

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Ofício do cartógrafo: travessias latino-americanas da comunicação na cultura*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

MARTINO, Luiz. *Escola latino-americana de comunicação: equívoco teórico e político*. In: Revista Alaic. Ano 4. N. 6, 2007.

MATTELART, Armand & NEVEU, Erik. *Introdução aos estudos culturais*. São Paulo: Párbola Editorial, 2004.

MIGNOLO, Walter. *Histórias locais / Projetos Globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

MORAÑA, Mabel. *El boom del subalterno*. In: Revista de crítica cultural, n.15. Santiago: Imprenta Andros, p. 48-53, 1998.

NETO, Antonio Fausto [et all]. *Midiatização e processos sociais na América Latina*. São Paulo: Paulus, 2008.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2003. 1 ed. 5 reimpressão.

PESAVENTO, Sandra. *Além das fronteiras*. In: MARTINS, Maria Helena (Org.). *Fronteiras culturais: Brasil – Uruguai – Argentina*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

PRYSTHON, Ângela. *Estudos culturais latino-americanos contemporâneos: periferia, subalternidade, diferença e hibridismo*. In: Textos de Cultura e Comunicação, Salvador, v. 42, n. 42, p. 81-87, 2003.

RESENDE, Beatriz. *Apontamentos da crítica cultural*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.

RIBEIRO, Darcy. *A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 3 ed.

RIBEIRO, João. *As nossas fronteiras*. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1930.



RICHARD, Nelly. *Cultural Peripheries: Latin America and Postmodernist De-Centering*. In: *The Postmodernism Debate in Latin America*. Vol. 20, No. 3, 1993.

SAID, Edward. *Culture and imperialism*. Washington: Knopf Doubleday Publishing Group, 1993.

SANTAELLA, Lucia. *Cultura e artes do pós-humano*. São Paulo; Paulus, 2003

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Os direitos humanos na zona de contacto entre globalizações rivais*. Cronos, Vol. 8, N° 1, 2007.

SANTOS, Milton. *Técnica Espaço Tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. 2° ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SOARES, José Macedo. *Fronteiras do Brasil no período colonial*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1939.

SODRÉ, Muniz. *Reinventando a cultura: a comunicação e seus produtos*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998. 2 ed.

TORRES, Sonia. *Nosotros in USA: literatura, etnografia e geografias de resistência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

TURNER, Frederick. *The significance of the frontier in American history*. In: *American Historical Journal*, 1893.

VERON, Eliséo. *Ideologia, estrutura, comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1976.

VILLAÇA, Nízia. *A periferia pop na idade média*. Rio de Janeiro: Estação das Letras e Cores/FAPERJ, 2012.

\_\_\_\_\_. *Estéticas periféricas da cidade*. In: *Revista Periferia (UERJ)*. Vol.1, N. 1. Rio de Janeiro, 2010.

\_\_\_\_\_. *Mixologias: comunicação e consumo da cultura*. Rio de Janeiro: Estação das Letras e Cores, 2010.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil (1719-1819)*. São Paulo: HUCITEC, 1987.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Ruínas do capitalismo*, 1999. Folha de S. Paulo, Caderno Mais!

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

XAVIER, Lidia de Oliveira. *Fronteira Oeste Brasileira: entre o contraste e a integração*. Brasília, 2006. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de Brasília.